

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

HISTÓRIA

ENSINO MÉDIO

2ª Edição



Este livro é público - está autorizada a sua reprodução total ou parcial.

Governo do Estado do Paraná

Roberto Requião

Secretaria de Estado da Educação

Mauricio Requião de Mello e Silva

Diretoria Geral

Ricardo Fernandes Bezerra

Superintendência da Educação

Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde

Departamento de Ensino Médio

Mary Lane Hutner

Coordenação do Livro Didático Público

Jairo Marçal

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional, conforme Decreto Federal n.1825/1907, de 20 de Dezembro de 1907.

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida Água Verde, 2140 - Telefone: (0XX) 41 3340-1500

e-mail: dem@seed.pr.gov.br

80240-900 CURITIBA - PARANÁ

Catalogação no Centro de Editoração, Documentação e Informação Técnica da SEED-PR

História / vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006. – p.400

ISBN: 85-85380-36-5

1. História. 2. Ensino médio. 3. Ensino de história. 4. Relações de trabalho. 5. Relações de poder. 6. Relações culturais. I. Folhas. II. Material de apoio pedagógico. III. Material de apoio teórico. IV. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. V. Título.

CDU 93/99+373.5

2ª Edição

IMPRESSO NO BRASIL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Autores

Altair Bonini
Edilson Aparecido Chaves
Fábio de Oliveira Cardoso
Fabio Luciano Iachtechen
Juraci Santos
Marcelo Fronza
Marli Francisco
Nádia Maria Guariza
Sueli Dias
Vanderléia Canha

Equipe técnico-pedagógica

Edilson Aparecido Chaves
Fabio Luciano Iachtechen
Juraci Santos
Marcelo Fronza
Nádia Maria Guariza
Vanderléia Canha

Assessora do Departamento de Ensino Médio

Agnes Cordeiro de Carvalho

Coordenadora Administrativa do Livro Didático Público

Edna Amancio de Souza

Equipe Administrativa

Mariema Ribeiro
Sueli Tereza Szymanek

Técnicos Administrativos

Alexandre Oliveira Cristovam
Viviane Machado

Leitura Crítica

Hélio Sochodolak - UNICENTRO

Colaboradora

Maria José Teixeira

Consultor de direitos autorais

Alex Sander Hostyn Branchier

Revisão Textual

Renata de Oliveira

Projeto Gráfico e Capa

Eder Lima / Ícone Audiovisual Ltda

Editoração Eletrônica

Ícone Audiovisual Ltda

■ Carta do Secretário

Este Livro Didático Público chega às escolas da rede como resultado do trabalho coletivo de nossos educadores. Foi elaborado para atender à carência histórica de material didático no Ensino Médio, como uma iniciativa sem precedentes de valorização da prática pedagógica e dos saberes da professora e do professor, para criar um livro público, acessível, uma fonte densa e credenciada de acesso ao conhecimento.

A motivação dominante dessa experiência democrática teve origem na leitura justa das necessidades e anseios de nossos estudantes. Caminhamos fortalecidos pelo compromisso com a qualidade da educação pública e pelo reconhecimento do direito fundamental de todos os cidadãos de acesso à cultura, à informação e ao conhecimento.

Nesta caminhada, aprendemos e ensinamos que o livro didático não é mercadoria e o conhecimento produzido pela humanidade não pode ser apropriado particularmente, mediante exibição de títulos privados, leis de papel mal-escritas, feitas para proteger os vendilhões de um mercado editorial absurdamente concentrado e elitista.

Desafiados a abrir uma trilha própria para o estudo e a pesquisa, entregamos a vocês, professores e estudantes do Paraná, este material de ensino-aprendizagem, para suas consultas, reflexões e formação contínua. Comemoramos com vocês esta feliz e acertada realização, propondo, com este Livro Didático Público, a socialização do conhecimento e dos saberes.

Apropriem-se deste livro público, transformem e multipliquem as suas leituras.

Mauricio Requião de Mello e Silva

Secretário de Estado da Educação

■ Aos Estudantes

Agir no sentido mais geral do termo significa tomar iniciativa, iniciar, imprimir movimento a alguma coisa. Por constituírem um *initium*, por serem recém-chegados e iniciadores, em virtude do fato de terem nascido, os homens tomam iniciativa, são impelidos a agir. (...) O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. Desse alguém que é singular pode-se dizer, com certeza, que antes dele não havia ninguém. Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais.

Hannah Arendt
A condição humana

Este é o seu livro didático público. Ele participará de sua trajetória pelo Ensino Médio e deverá ser um importante recurso para a sua formação.

Se fosse apenas um simples livro já seria valioso, pois, os livros registram e perpetuam nossas conquistas, conhecimentos, descobertas, sonhos. Os livros, documentam as mudanças históricas, são arquivos dos acertos e dos erros, materializam palavras em textos que exprimem, questionam e projetam a própria humanidade.

Mas este é um livro didático e isto o caracteriza como um livro de ensinar e aprender. Pelo menos esta é a idéia mais comum que se tem a respeito de um livro didático. Porém, este livro é diferente. Ele foi escrito a partir de um conceito inovador de ensinar e de aprender. Com ele, como apoio didático, seu professor e você farão muito mais do que “seguir o livro”. Vocês ultrapassarão o livro. Serão convidados a interagir com ele e desafiados a estudar além do que ele traz em suas páginas.

Neste livro há uma preocupação em escrever textos que valorizem o conhecimento científico, filosófico e artístico, bem como a dimensão histórica das disciplinas de maneira contextualizada, ou seja, numa linguagem que aproxime esses saberes da sua realidade. É um livro diferente porque não tem a pretensão de esgotar conteúdos, mas discutir a realidade em diferentes perspectivas de análise; não quer apresentar dogmas, mas questionar para compreender. Além disso, os conteúdos abordados são alguns recortes possíveis dos conteúdos mais amplos que estruturam e identificam as disciplinas escolares. O conjunto desses elementos que constituem o processo de escrita deste livro denomina cada um dos textos que o compõem de “Folhas”.

Em cada Folhas vocês, estudantes, e seus professores poderão construir, reconstruir e atualizar conhecimentos das disciplinas e, nas veredas das outras disciplinas, entender melhor os conteúdos sobre os quais se debruçam em cada momento do aprendizado. Essa relação entre as disciplinas, que está em aprimoramento, assim como deve ser todo o processo de conhecimento, mostra que os saberes específicos de cada uma delas se aproximam, e navegam por todas, ainda que com concepções e recortes diferentes.

Outro aspecto diferenciador deste livro é a presença, ao longo do texto, de atividades que configuram a construção do conhecimento por meio do diálogo e da pesquisa, rompendo com a tradição de separar o espaço de aprendizado do espaço de fixação que, aliás, raramente é um espaço de discussão, pois, estando separado do discurso, desarticula o pensamento.

Este livro também é diferente porque seu processo de elaboração e distribuição foi concretizado integralmente na esfera pública: os Folhas que o compõem foram escritos por professores da rede estadual de ensino, que trabalharam em interação constante com os professores do Departamento de Ensino Médio, que também escreveram Folhas para o livro, e com a consultoria dos professores da rede de ensino superior que acreditaram nesse projeto.

Agora o livro está pronto. Você o tem nas mãos e ele é prova do valor e da capacidade de realização de uma política comprometida com o público. Use-o com intensidade, participe, procure respostas e arrisque-se a elaborar novas perguntas.

A qualidade de sua formação começa aí, na sua sala de aula, no trabalho coletivo que envolve você, seus colegas e seus professores.

Sumário

Apresentação	10
--------------------	----

Unidade Temática I: Trabalho Escravo e trabalho livre

Introdução	18
1 – Relações de trabalho: Conceito de trabalho	21
2 – Relações de trabalho: O Mundo do trabalho em diferentes sociedades	35
3 – Relações de trabalho: A construção do trabalho assalariado	52
4 – Relações de trabalho: Transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a mão-de-obra no contexto de consolidação do capitalismo na sociedades: brasileira e estadunidense.	72
5 – Relações de trabalho: O trabalho na sociedade contemporânea	90

Unidade Temática II: Urbanização e Industrialização

Introdução	110
6 – Relações culturais: As cidades na História	112
7 – Relações de trabalho: Urbanização e industrialização no Brasil ...	130
8 – Relações culturais: Urbanização e industrialização no século XIX	151
9 – Relações culturais: Urbanização e industrialização na sociedade contemporânea	167

- 10 – Relações de poder:** Urbanização e industrialização no Paraná180
- 11 – Relações de trabalho:** O Porto de Paranaguá no contexto da expansão do capitalismo200

Unidade Temática III: O Estado e as relações de poder

- Introdução214
- 12 – Relações de poder:** O Estado nos mundos antigo e medieval217
- 13 – Relações de poder:** O Estado e as relações de poder: formação dos Estados nacionais234
- 14 – Relações de poder:** Relações de poder e violência no Estado252
- 15 – Relações de poder:** O Estado imperialista e sua crise274

Unidade Temática IV: Movimentos sociais, políticos e culturais – Relações de dominação e resistência

- Introdução294
- 16 – Relações culturais:** Relações de dominação e resistência nas sociedades grega e romana na antigüidade: mulheres, plebeus e escravos296
- 17 – Relações culturais:** Relações de dominação e resistência na sociedade medieval européia: camponeses, artesãos, mulheres, hereges e doentes314
- 18 – Relações culturais:** Relações de dominação e resistência na sociedade ocidental moderna330
- 19 – Relações de poder:** Relações de dominação e resistência no mundo do trabalho nos séculos XVIII e XIX354
- 20 – Relações culturais:** Movimentos sociais, políticos e culturais na sociedade contemporânea: é proibido proibir?376

A p r e s e n t a ç ã o

Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. Provavelmente todas as sociedades que interessam ao historiador tenham um passado, pois mesmo as colônias mais inovadoras são povoadas por pessoas oriundas de alguma sociedade que já conta com uma longa história. Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.

■ Eric Hobsbawm. **Sobre História.**

■ HOBBSAWM, Eric. **Sobre história.** Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (p.22)

Prezados professores e estudantes,

Contam as pesquisas, recentemente feitas com 32.000 estudantes em 26 países da Europa Ocidental e Oriental, que os jovens têm grande entusiasmo e interesse em aprender e conhecer a sua história, de sua gente e do mundo, bem como se sentem fascinados pelos conteúdos históricos. No entanto, estas mesmas pesquisas indicam que este entusiasmo não se aplica, principalmente, aos manuais didáticos que têm sido adotados em suas aulas de História. O que nos permite afirmar que: apesar da História ser um conhecimento significativo e atraente aos jovens, o saber histórico escolar, isto é, a forma pela qual este conhecimento é apresentado na escola, não tem sido muito aprovado pelos alunos. Assim, estas pesquisas colocam a questão real e concreta de que os manuais de História sejam repensados para se tornarem mais próximos àqueles que são seus verdadeiros destinatários: os jovens, neste caso, os alunos das escolas públicas do estado do Paraná.

Foi assim que um grupo de professores de História, de diferentes regiões do Estado do Paraná, assumiu o desafio proposto pela Secretaria de Estado da Educação para que estes professores se tornassem autores de livros que seriam utilizados pelos alunos do Ensino Médio, no Paraná. Assim, durante um período, estes profissionais saíram de suas salas de aula para continuar a construir suas aulas de História em outros espaços, tais como nas reuniões com os companheiros, professores-historiadores, nas bibliotecas, nos arquivos e na internet.

Acreditamos que a História é feita por todos nós, e que este livro que é fruto de sementes plantadas pelo trabalho cotidiano dos professores de História e que acreditam que, acima de tudo, vale a construção da mudança.

Este livro foi organizado com o objetivo de colocar a disposição de vocês um material alternativo de qualidade. Para que todos os pro-

fessores e estudantes do Ensino Médio das Escolas Públicas do Estado do Paraná tenham ao seu alcance conteúdos históricos focados através de temas, discutidos amplamente pela historiografia e de relevância para a atualidade. A tematização dos conteúdos da disciplina de história, é uma forma de organização didática, relativa aos atos de selecionar, classificar, hierarquizar, problematizar e explicar os conteúdos que devem ser investigados na sala de aula, com o objetivo de facilitar aos alunos a compreensão de um tema mais abrangente e por isso de maior significado. Nesta obra são apresentadas quatro **Unidades Temáticas**:

1. **Trabalho escravo e trabalho livre.**
2. **Urbanização e industrialização.**
3. **O Estado e as relações de poder.**
4. **Movimentos sociais, políticos e culturais: relações de dominação e resistência.**

Estas unidades temáticas foram discutidas de forma abrangente e foram articuladas pelos procedimentos metodológicos **tempo e espaço**, os quais possibilitaram a delimitação e a contextualização das mesmas conforme propõem as Diretrizes Curriculares de História. Os conteúdos estruturantes **Relações de Trabalho, Relações de Poder e Relações Culturais** balizam os campos de investigação do conhecimento histórico de modo que estão presentes em todas as ações humanas e em todos os períodos históricos, são interligados entre si e permitem uma análise ampla dessas ações humanas.

Cada unidade temática é constituída por vários Folhas que contemplam os temas acima destacados. Porém, é importante apontar que em alguns Folhas são abordados mais de um conteúdo estruturante.

Partiu-se do princípio de que a História é um conhecimento construído socialmente, que tem como objeto de estudo os processos históricos construídos pelas ações e pelas relações humanas (atividades, experiências ou trabalhos humanos, entre outros aspectos) praticadas no tempo. Para isso, é necessário fazer uso de um método científico específico pautado na análise e na interpretação de documentos deixados pelos sujeitos históricos do passado (fontes, provas ou evidências). São estes elementos que permitem aos historiadores a compreensão dos processos históricos e possibilitam a construção de uma narrativa histórica (interpretações e explicações).

Sendo assim, a história pode ser entendida como uma interpretação dos processos históricos do passado e não só como uma descrição dos fatos, como acontecia no século XIX.

Os Folhas iniciam-se com questões problematizadoras vinculadas aos conteúdos e ao contexto sócio-econômico, político e cultural. Com isso, a prática da investigação é estimulada, tornando-se um desafio estudantes e professores, os quais ao se perceberem enquanto

H

I

S

T

Ó

R

I

A

A

p

r

e

s

e

n

t

a

ç

ã

o

sujeitos históricos, poderão reformular seus questionamentos sobre o passado, para buscar explicações e uma compreensão inteligível sobre o mundo no qual estão inseridos. Este é o sentido da história enquanto ciência do passado, pois são essas indagações que permitem aos seres humanos, em diferentes épocas, construir sua consciência histórica.

Além da problematização, os Folhas estão relacionados às abordagens contemporâneas estabelecendo relações entre o presente e o passado, bem como a textos e a conceitos de outras áreas do conhecimento, de forma interdisciplinar, contribuindo para a construção da narrativa histórica. Os textos, imagens, músicas, etc, relativos às outras disciplinas invariavelmente serão considerados neste livro como documentos que devem ser articulados a uma análise historiográfica.

Procurou-se elaborar atividades que possibilitem a reflexão, principalmente através da análise de documentos escritos, iconográficos, materiais ou orais e de textos de historiadores. Privilegiou-se a pesquisa e o incentivo para que os estudantes construam sua própria narrativa histórica com base em suas conclusões.

O material didático aqui apresentado abre caminho para que os professores das escolas públicas do Estado do Paraná, possam iniciar um novo percurso em sua prática pedagógica e, assim, elaborar seu próprio material tornando-se agentes efetivos da produção pedagógica, ampliando os temas aqui desenvolvidos, os documentos e as atividades.

Por fim, destaca-se que os Folhas não estão organizados de forma fechada, ou seja, eles não seguem uma seqüência obrigatória, que deve ser seguida unidade a unidade. Estão articulados entre si através dos conteúdos estruturantes e de uma organização cronológica a partir de blocos históricos, permitindo aos professores e aos alunos que utilizem este material didático de formas variadas, complementando com outros livros, artigos de revistas e jornais.

■ Relações de trabalho

O trabalho expressa a relação que os seres humanos estabelecem entre si e a natureza. A execução do trabalho requer o emprego físico e mental. Esses esforços transformam elementos da natureza em bens que satisfazem as necessidades humanas. Ao realizar as atividades de transformação de elementos da natureza, os homens se relacionam entre si. As relações de trabalho permitem diversas formas de organização do mundo do trabalho. Na sociedade capitalista, o trabalho assumiu uma forma muito específica: o emprego assalariado. Para entender como se construiu o modelo capitalista bem como suas conseqüências, faz-se necessário entender como as relações de trabalho foram construídas historicamente.

A visão economicista e determinista da história influenciou, por muito tempo, o estudo das relações de trabalho. Nessa concepção, acreditava-se que a ação dos sujeitos era condicionada exclusivamente pela organização econômica de sua sociedade. Por exemplo, a sociedade medieval foi explicada a partir do modo de produção feudal, esse modelo era utilizado para explicar toda a História da Europa dos séculos V ao XV; as especificidades de cada região, mudanças e rupturas que ocorreram nesse período foram desconsideradas.

Para o estudo das relações de trabalho, são fundamentais as contribuições dos historiadores da corrente historiográfica Nova Esquerda Inglesa, como Eric J. Hobsbawn e Edward P. Thompson, que, a partir da concepção marxista, passaram a repensar a análise histórica por meio de conceitos, superando, assim, a visão economicista e determinista do processo histórico.

Para esses historiadores, o resgate da história dos trabalhadores é possível quando o estudioso reúne vários documentos (inclusive aqueles que a historiografia tradicional não aceitava como fonte histórica, como, por exemplo, um boletim de ocorrência), esses documentos devem ser analisados a partir do conhecimento que se possui do objeto para verificar se as informações retiradas dos documentos correspondem a esse conhecimento. Caso isso não ocorra, o historiador deve construir uma nova explicação para o seu objeto de investigação.

Ao estudar esse conteúdo estruturante, nos diferentes períodos históricos, você poderá perceber que as relações de trabalho são carregadas de relações de poder, estabelecidas entre grupos antagônicos, sejam eles senhores ou escravos, patrícios versus plebeus, plebeus versus plebeus, operários versus operários; burgueses versus burgueses, e assim por diante.

Os Folhas que compõem esse conteúdo estruturante permitem o estudo das relações de trabalho no Ensino Médio, os quais procuraram contemplar diversos tipos de fontes históricas para que professores e alunos posam, a partir de diferentes visões, perceber a história para além dos documentos oficiais.

Partindo dessa concepção, o estudo das relações de trabalho deve considerar: as esferas doméstica; a prática comunitária; as manifestações artísticas e intelectuais e a participação nas instâncias de representações: políticas; trabalhistas e comunitárias.

■ Relações de poder

O poder é aqui definido como a capacidade ou possibilidade de agir ou de produzir efeitos e refere-se a indivíduos e a grupos humanos. O poder não possui forma de coisa ou de objeto, mas se manifesta como relações sociais e ideológicas estabelecidas entre aquele que

exerce e aquele que se submete, portanto, o que existe são as relações de poder.

O estudo das relações de poder, na disciplina de História, concentrou-se por muito tempo, no campo da política. A proposta desse livro, ao trabalhar as relações de poder, é que você, possa compreender que essas relações encontram-se também na dimensão econômico-social e na dimensão cultural, ou seja, em todo corpo social. Exemplos disso são as várias formas de revoluções e revoltas sociais, políticas e culturais, dominações e resistências ao longo do processo histórico.

Os historiadores da Nova Esquerda Inglesa criticam a historiografia política tradicional, pois esta se limitou a explicar o poder tendo como referência somente o Estado. A Nova Esquerda Inglesa analisa as relações de poder a partir da valorização das condições materiais, das estruturas sócio-econômicas, das classes e grupos sociais, dos movimentos coletivos em geral e reintroduz a ideologia como categoria analítica do discurso histórico.

Para a corrente historiográfica Nova História Cultural, o estudo das relações de poder remete às esferas das representações, do imaginário e das práticas sociais. Radicalizando esta idéia, Michel Foucault optou pela idéia de “poderes”. Esta concepção entende os saberes enquanto poderes; poderes que são exercidos nas instituições, tais como: nas escolas nas prisões, nos hospitais, nas famílias nas comunidades, nos estados nacionais, nas igrejas e nos organismos internacionais políticos, econômicos e culturais. Ele também valorizou a pluralidade das redes de poder ou micropoderes e propôs o estudo das relações entre as diferentes práticas sociais discursivas.

O entendimento de que as relações de poder são exercidas nas diversas instâncias sócio-históricas, como o mundo do trabalho, as políticas públicas e as diversas instituições, permite a você, estudante, perceber que essas relações fazem parte de seu cotidiano. Assim, você poderá identificar onde se localizam as arenas decisórias, porque determinada decisão foi tomada e de que forma ela foi executada ou implementada. Assim, você compreenderá como, quando e onde reagir a medidas de poder que vivenciamos.

■ Relações culturais

Caro estudante, o conteúdo estruturante relações culturais, proposto neste livro, parte do princípio de que a cultura é comum a todos os seres humanos e é construída historicamente, ou seja, a cultura não é algo natural, ao contrário, ela é produto coletivo da vida humana. As diferenças culturais existem devido às diversas interpretações construídas por sujeitos históricos que estão inseridos em grupos sociais distintos na divisão social do trabalho.

Assim, na forma de organizar a vida político-econômica, as sociedades contemporâneas não são tão diferentes, pois são poucas as sociedades que destoam do padrão cultural imposto pelo capitalismo contemporâneo. Em outras palavras, as classes dominadas existem numa relação de poder com as classes dominantes, de tal modo que ambas partilham um processo social comum, portanto, de uma experiência histórica comum, produto dessa história coletiva. No entanto, os benefícios produzidos por esta sociedade e seu controle se repartem desigualmente.

Este capítulo privilegia o conteúdo estruturante relações culturais por entender que as ações e relações humanas, as quais acontecem no interior de uma sociedade, bem como na relação desta com as demais sociedades, permitem que a cultura se torne um objeto de estudo da disciplina de História.

O estudo das relações culturais deve considerar a especificidade de cada sociedade e as relações entre elas. O processo histórico constituído na relação entre as diversas sociedades é o que pode ser chamado de cultura comum.

As relações culturais que ocorrem no interior de um grupo social e entre uma sociedade e outra são carregadas de relações de poder e se estabelecem a partir das diferentes posições que os sujeitos históricos ocupam na divisão social do trabalho. Não podemos afirmar que todos os membros de uma classe social possuem a mesma cultura, os trabalhadores rurais, por exemplo, apresentam uma cultura diferente do operário do meio urbano, porque a região onde eles vivem, as suas origens e as experiências coletivas por quais passaram influenciam, e muitas vezes, determinam a cultura deste grupo social.

O estudo das relações culturais tem sua importância na medida em que possibilita o questionamento dos padrões culturais estabelecidos e pode auxiliar no combate aos preconceitos, visto que ao conhecermos as relações culturais de determinado grupo social no contexto em que ele foi produzido, deixamos de lado nossos próprios conceitos. Com isso, poderemos entender por que determinado grupo social age desta ou daquela forma estabelecendo, assim, uma possível relação de respeito entre a nossa e as outras culturas.

Os historiadores da Nova Esquerda Inglesa repensaram o conceito de cultura a partir de sujeitos históricos antes ignorados pela história tradicional e passaram a valorizar uma “história vista de baixo”.

Para o historiador inglês Thompson, o conceito de experiência histórica é o elemento articulador entre as relações humanas, pois esta se expressa na constituição de uma cultura ou costumes em comuns. Assim, este historiador afirmava que a cultura comum dos trabalhadores urbanos e camponeses na Inglaterra do século XVIII estava “longe de ter a permanência rígida que a palavra ‘tradição’ sugere, o costume era um terreno de mudança e de conflito, um lugar onde interesses opostos formulavam reivindicações opostas.” (1998, pp. 16-17).

Também o historiador inglês Hobsbawm entende que as tradições culturais são inventadas dentro do contexto da luta de classes, intra-classes e das relações interclasses. Neste conflito, existem grupos dominantes que lutam por um consenso hegemônico, enquanto outros grupos sociais resistem criando uma contra-hegemonia a partir de suas experiências e valores.

A proposta deste livro, ao trabalhar com relações culturais à luz da Nova História cultural, é de abordar estas relações a partir de conceitos que possibilitem superar a dicotomia entre a cultura de elite e a cultura popular. O historiador francês Roger Chartier analisa a cultura a partir das práticas, apropriações e representações culturais que os sujeitos têm em relação aos artefatos culturais (literários, visuais ou mentais).

É possível entender a História universal a partir de um recorte local estudando as ações e relações de pessoas comuns, como de famílias, comunidades. Esta abordagem é denominada de micro-história ou microanálise e, a partir da mesma, você poderá, ampliar seu entendimento da macroanálise, ou seja, a história geral, como já comprovou o historiador italiano Carlo Ginzburg através de suas obras como *O Queijo e os Vermes*. Nos Folhas que compõem este livro, são propostas atividades que permitem estabelecer esta relação.

Tanto os historiadores da Nova Esquerda Inglesa como os da Nova História Cultural utilizam-se de documentos antes desvalorizados pela historiografia tradicional, tais como: processos judiciais, interrogatórios, boletins de ocorrência, canções populares, relatos de tradições orais, livros populares, etc. O uso dessas evidências possibilitou aos historiadores a construção de narrativas históricas que incorporavam olhares alternativos em relação às ações dos sujeitos ao produzir e vivenciar o processo histórico de constituição da humanidade.

Bom proveito!

Referências Bibliográficas

- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1997.
- DUBY, G. **Guerreiros e camponeses**: os primórdios do crescimento econômico europeu séc. VII – XII. Lisboa : Estampa, 1993.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. V. 1 e 2 São Paulo: Zahar, 1993a.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Vozes, 2001.
- GINSBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. I a VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HOBSBAWN, E. J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a.
- _____. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre a história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000b.
- HOBSBAWM, E; RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LEBRUN, G. **O que é Poder**. São Paulo: Brasiliense.2004.
- SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. São Paulo:Brasiliense.2004.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. V. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- _____. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. V. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a.
- _____. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. V. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002b.
- VOVELLE, M. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- WILLIAMS, R. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

I

n

t

r

o

d

u

ç

ã

o

UNIDADE TEMÁTICA I: Trabalho escravo e trabalho livre

Tiro renda e boto renda
Faço renda na almofada
Por causa de meu benzinho
Não faço renda nem nada...

Estou fazendo esta renda
Pra buscá e ganhá dinheiro
Pra comprá um par de pente
Pra botá no meu cabelo

Esta almofada me mata
Estes bilros me consome
Os alfinetes me mata
A renda me tira a fome...

- ("Bendito o trabalho que se faz cantando". Cantos de trabalho das rendeiras de Guarapari recolhidos em agosto de 1952. In: NEVES, Guilherme Santos. **Folclore**, dez. 1980).

Quando os turistas passeiam pelo litoral do estado do Espírito Santo encontram belas rendas para serem compradas. No entanto, poucos deles levam em conta o esforço despendido pelas mulheres que produzem esse belíssimo artesanato. Sobre o que cantam as rendeiras de Guarapari? Qual a relação entre essas trovas e a unidade temática aqui apresentada?

Cotidianamente defrontamo-nos com duas realidades comuns: algumas pessoas que estão satisfeitas com as atividades que desempenham no trabalho, sentem-se realizadas, e recebem bem pelo que fazem, enquanto outras, insatisfeitas, em maior número, reclamam que o trabalho é cansativo e recebem baixos salários.

Historicamente, os seres humanos têm desenvolvido grandes civilizações através da organização social do trabalho. Cada sociedade organizou seu mundo do trabalho de forma diferente. Algumas pessoas realizavam as tarefas mais difíceis, enquanto outras sustentavam-se com muitos privilégios.

Sendo assim, podemos questionar: a organização do mundo do trabalho nas sociedades passadas apresentam semelhanças e diferenças com a nossa forma de trabalhar? Nas diferentes sociedades o trabalho era realizado por quais grupos? O trabalho é uma atividade cansativa e sem satisfação? É possível haver satisfação com o trabalho? Como ele é organizado socialmente?

O estudo sobre o mundo do trabalho relacionado as diferentes sociedades torna-se importante para entendermos melhor estas e outras questões.

Para isso, é muito importante que se entenda o que é o trabalho e por quais mudanças ele passou ao logo das diferentes sociedades. O núcleo dessa unidade temática se refere às mudanças surgidas no mundo do trabalho com a substituição dos trabalhos servil e escravo pelas diferentes formas de trabalho assalariado. Portanto, quais os significados que o mundo do trabalho vem adquirindo no decorrer da história? Para as sociedades atuais qual a importância do trabalho?

Muitos sujeitos históricos anônimos trabalharam na construção das sociedades em que viviam. Você consegue identificar quais foram esses trabalhadores e a posição social que ocuparam nas sociedades em que viveram?

Será que sempre existiu salário para o trabalho? Trabalho sempre esteve relacionado com salário?

Perante as leis do Brasil somos trabalhadores livres. Mas, para chegarmos a essa liberdade passamos por um processo de transição. Afinal o que foi essa transição do trabalho? Podemos ter a certeza de que ela foi de fato efetivada?

Não importa sua escolha profissional ou sua classe social! Você já percebeu que um dos seus maiores desafios é a inserção no mundo do trabalho?

H I S T Ó R I A



RELAÇÕES DE TRABALHO: O conceito de trabalho

■ Altair Bonini¹

Certamente você já ouviu essa música sendo cantada por aí, ela expressa uma opinião sobre o trabalho. Por que será que o autor diz que não quer saber de emprego, conseqüentemente, de um trabalho ou ocupação? O que significa o trabalho para ele? Acreditamos que a realidade hoje seja diferente. Talvez uma questão importante que ocupa grande parte do tempo dos jovens na atualidade seja a busca por um emprego, para, através deste, poder conquistar dignidade e respeito entre seus familiares e/ou comunidade, adquirir mercadorias e produtos que julgue necessário, entre tantas outras coisas que o trabalho proporciona. Para tanto, empenha-se em um longo período de preparação. Entretanto, os seres humanos vivem uma contradição, tanto podem satisfazer-se pelo trabalho conquistando seus objetivos, quanto o trabalho pode significar sofrimento, cansaço, a monotonia das atividades repetitivas ou a exploração de suas capacidades físicas e intelectuais.

Podemos pensar o que se entende por trabalho? Sempre foi da forma como é realizado hoje? Quais os significados que o trabalho vem adquirindo no decorrer da história? Para as sociedades atuais, qual a importância do trabalho?

Ora bolas
Não me amole
Com esse papo
De emprego, uuuuu
Não tá vendo
Não tô nessa
E o que eu quero é
Sossego... Sossego
■ (Composição: Tim Maia [1942-1998], 1978).



■ O que é o trabalho?

Parece tarefa fácil definir o que significa o termo trabalho. Entretanto, quando nós iniciamos essa atividade, percebemos a complexidade do conceito, que pode ser visto sob vários prismas e adquirir significados diversos, desde o uso cotidiano, quando se fala “o trabalho da máquina escavadeira” ou “a mulher entrou em trabalho de parto,” até explicações filosóficas, que procuram entender as dimensões do trabalho para o homem e para a vida em sociedade.

A própria palavra trabalho não é algo que tenha uma definição clara. Em quase todas as línguas européias existem mais de uma definição, em grego tem uma denominação para esforço e outra para fabricação. Em latim existe a separação entre *labore*, a ação, e *operare*, que corresponde à obra. Em outras línguas existem pelo menos duas denominações ligadas à realização de um trabalho, por exemplo, em francês existe a diferença entre *travaillere* e *ouvrer*; *trabajar* e *obrar* em espanhol como no inglês *labour* e *work*.

Em nossa língua, a palavra trabalho originou-se do latim *tripalium*, que era um instrumento agrícola utilizado pelos romanos para bater o trigo, as espigas de milho ou o linho. Com o tempo, *tripalium* foi relacionado com instrumento de tortura, juntamente com o verbo *Tri-paliare*, que significa torturar. Desta forma, em português, a palavra originou-se vinculada às idéias de padecimento, sofrimento, esforço, laborar e obrar.

Na Filosofia, o conceito de trabalho é visto como a expressão das forças espirituais ou corporais em atividade, tendo em vista um fim que deve ser alcançado. Mesmo que não se produza nada imediatamente visível (trabalho intelectual) como um resultado exteriormente perceptível, um produto ou uma mudança de estado (trabalho corporal), pode existir uma separação entre o trabalho intelectual e o braçal, e essas duas formas de trabalho encaixam-se nesta definição.

Mas será que podemos separar trabalho intelectual e trabalho corporal? O pedreiro não utiliza inteligência e raciocínio para erguer uma parede de tijolos? O escritor não tem desgaste físico ao escrever um livro? Para pensadores, como Karl Marx (1818-1883), é por meio do trabalho que o homem modifica a natureza e o mundo para satisfazer as necessidades humanas (pessoais ou sociais) e assim transformar a natureza em objetos de cultura, ou seja, ao mesmo tempo em que a natureza é transformada, o mesmo ocorre com o homem.

Saibamos que, para os filósofos que compartilham do pensamento de Marx, o que distingue o trabalho humano do dos animais é que naquele há consciência e intencionalidade, enquanto os animais trabalham por instinto, sem consciência. Outra característica do trabalho humano é que ele expressa a liberdade humana, visto que não podemos ser programáveis como um robô, podemos realizar as tarefas de formas variáveis e até nos realizarmos nelas.

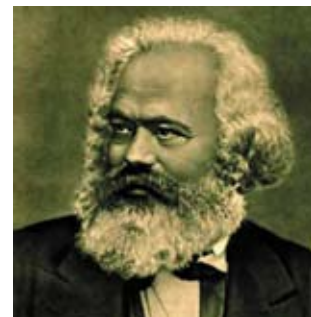
No **dicionário Aurélio**, a palavra “Trabalho” está relacionado à aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim. Atividade coordenada, de caráter e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento. O exercício dessa atividade como ocupação, ofício, profissão, etc.

(Adaptado de **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, 1986, p. 1695.)

Desta forma, na linguagem diária não parece haver diferenças quando utilizamos este termo ou conceito, é na linguagem científica que os significados tornam-se mais complexos. É isto que vamos buscar entender neste Folhas.

Documento 1

Antes de tudo é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele, ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas, o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural: realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem que subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um acontecimento isolado. Além dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta com atenção durante todo o tempo de trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 1985 [1867], pp. 149-150).



Fonte: www.harley.com

■ Karl Marx – 1818-1883.

Karl Marx nasceu em 05 de maio de 1818, na antiga Prússia Renana – compõe a atual Alemanha. De família abastada e culta, estudou na Universidade de Bona e depois na de Berlim, formou-se em Direito. Em 1841 terminou o doutorado em Filosofia. Tentou a carreira universitária, mas grande parte de sua vida desenvolveu a função de jornalista. Contava sempre com a ajuda do amigo alemão F. Engels, com quem escreveu obras como **O manifesto comunista** (1848) e **A ideologia alemã** (1845-46). Faleceu em 14 de março de 1883. Dentre suas obras, podemos destacar: **A miséria da filosofia** (1847), **O capital** (1867), **Sobre a crítica da economia política** (1859).



ATIVIDADE

1. Comente os aspectos do pensamento de Marx, presentes no **documento 1**, que contribuem para entendermos melhor o que é o trabalho. Quais as características do trabalho humano que este pensador destaca?

■ Outra visão

Na linguagem bíblica, a idéia de trabalho está relacionada à maldição divina, como castigo decorrente do pecado original, “Ganharás o teu pão com o suor do teu rosto” (Gênesis III, 19), também se relaciona com o pensamento de que aquele que não contribui com seu trabalho não tem direitos, uma vez que, “se alguém não quiser trabalhar não coma também.” (II Tessal, 3, 8-10). É por meio de um esforço doloroso que o homem sobrevive na natureza. Mesmo assim, o homem continua totalmente dependente de Deus, “pois sem ele todo esforço não dá nenhum resultado” (Sl. 127, 1). O trabalho realizado neste espírito sempre é recompensado por Deus “que um dia dará ao homem o descanso por seus esforços” (Apc.14,13). Então, pela Bíblia, o trabalho pode significar o sofrimento, mas também a salvação.

■ O trabalho e sua valorização

Durante boa parte da História, o trabalho foi visto como atividade desvalorizada, considerado, pelos gregos antigos, como a expressão da miséria humana. Para Platão (428 - 347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.), o trabalho era aquilo que estava ligado à necessidade: de alimentar-se, de cobrir-se, entre outras. Dessa forma, a necessidade limita a liberdade do homem e, assim, tudo que se destinava ao produzir e comercializar, ficava a cargo dos escravos.

Para os romanos, que também era uma sociedade escravista, o trabalho era algo vil, oposto ao lazer e às atividades intelectuais.

Durante a Idade Média (séculos V a XV), seguiu-se o referencial religioso católico do trabalho como castigo, sofrimento e penitência do homem, ou seja, dos servos, já que o nobre não deveria trabalhar, pois a sociedade estava dividida em três ordens com funções bem definidas: aos nobres cabia guerrear, ao clero orar e aos servos trabalhar.

Somente na modernidade (séculos XV ao XVIII), com mudanças profundas pela qual a sociedade européia passou com o revigoramento comercial e urbano, que o trabalho passou a ser valorizado. Neste período, o trabalho foi idealizado como um símbolo de liberdade do homem, de transformação da natureza, das coisas e da sociedade, assumindo os anseios da burguesia nascente.



Documento 2

Servos trabalhando,
c. séculos XII a XIV.

A valorização do trabalho se deu, principalmente, com a difusão das idéias renascentistas e iluministas. No Renascimento (séculos XV ao XVI), o trabalho passa a ser visto como um estímulo para o desenvolvimento dos seres humanos, e como expressão da personalidade humana ao se tornar um criador por sua atividade. Assim, é por meio do trabalho que os seres humanos preenchem suas vidas e podem realizar qualquer coisa.

Mas, foi no Iluminismo, no século XVIII, que o trabalho foi exaltado ao lado da técnica, quando o capitalismo se consolidava e surgiam as primeiras fábricas. Com os estudos de economistas e filósofos, como John Locke (1632-1704), Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1779-1823), o trabalho passou a ser exaltado como fonte de toda a riqueza e valor sociais.



DEBATE

Leia as frases de pensadores posteriores a Locke e Smith e discuta as semelhanças e diferenças sobre o conceito de trabalho apresentado até esse momento. Escreva suas conclusões e apresente-as para sala.

- “O trabalho positivo, isto é, nossa ação real e útil sobre o mundo exterior, constitui necessariamente a fonte inicial de toda riqueza material”. (Augusto Comte [1798-1857]: filósofo francês)
- “Produzindo seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material”. (Karl Marx [1818-1883]: filósofo alemão)
- “É exatamente por meio do trabalho que o homem se torna livre, o trabalho domina a natureza: com o trabalho ele mostra que está acima da natureza”. (Kierkegaard [1813-1855]: filósofo dinamarquês)



ATIVIDADE

- Leia os **documentos 3** e 4. Depois, escreva uma narrativa histórica sobre como estes pensadores entendiam o trabalho considerando a sua importância para as sociedades em que viviam?
- Após análise dos **documentos 3** e 4 e das frases presentes no debate, elabore uma definição de trabalho articulada com os contextos sócio-históricos de sua produção.

Documento 3

É o trabalho, portanto, que atribui a maior parte do valor à terra, sem o qual dificilmente valeria alguma coisa; é a ele que devemos a maior parte dos produtos úteis da terra, por tudo isso a palha, farelo e pão desse acre de trigo valem mais do que o produto de um acre de terra igualmente boa, mas abandonada, sendo o valor daquele o efeito do trabalho. Não é simplesmente o esforço do lavrador, a labuta do ceifador e do trilhador e o suor do padeiro que se têm de incluir no pão que comemos; o trabalho dos que amansaram os bois, extraíram e prepararam os ferros e as mós, derrubaram as árvores e prepararam a madeira empregada no arado, no moinho, no forno ou em outros utensílios quaisquer, que são em grande parte indispensáveis a esse trigo, desde que foi semente a plantar-se até transformar-se em pão, terá de computar-se a conta do trabalho, e receber-se como efeito deste; a natureza e a terra forneceram somente os materiais de menor valor em si. Seria estranho o “catálogo dos artigos que a indústria fornece e utiliza, com relação a cada pão” antes de nos chegar às mãos, se fosse possível acompanhá-los: ferro, madeira, couro, casca, tábuas, pedras, tijolos, carvão, cal, pano, tinturas, piche, alcatrão, mastros, cordas e todos os materiais que se empregam nos navios que transportam qualquer dos artigos usados pelos operários em qualquer parte do trabalho; contar todos eles seria impossível ou, pelos menos, demasiado trabalhoso. (LOCKE, *Carta da tolerância* [1689], 1983, p. 51).

Documento 4

O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações.

Conforme, portanto, essa produção ou o que com ele se compra, estiver em proporção maior ou menor em relação ao número dos que a consumirão, a nação será mais ou menos suprida de todos os bens necessários e os confortos de que tem necessidade.

Essa proporção deve em cada nação ser regulada ou determinada por duas circunstâncias diferentes: primeiro, pela habilidade, destreza e bom senso com os quais seu trabalho for geralmente executado; em segundo lugar, pela proporção entre o número dos que executam trabalho útil e o dos que não executam tal trabalho. Qualquer que seja o solo, o clima ou a extensão do território de uma determinada nação, a abundância ou a escassez do montante anual de bens de que disporá, nessa situação específica, dependerá necessariamente das duas circunstâncias que acabamos de mencionar. (SMITH, 1985 [1776], p. 35).

■ O Mundo do trabalho contemporâneo

Nas sociedades modernas, ocorre uma volta à idéia de que todos têm que trabalhar e a constante repressão à vadiagem. O trabalhador era impulsionado a exercer uma atividade, mesmo que por um salário que mal pagava sua alimentação. Desse modo, o trabalho assalariado se impõe como condição de existência humana, na medida em que esta foi a forma de produzir instituída na sociedade contemporânea.

Tem-se com isso um processo de disciplinarização da força de trabalho. Assim consolidado o capitalismo, a classe trabalhadora passou a reivindicar para si, como direito, o emprego remunerado. A partir deste momento, o trabalho passa a ser visto como parte da personalidade dos trabalhadores, o que podemos chamar de consciência profissional dos operários, assim, a luta por direitos civis, políticos e sociais é intensificada.



■ A divisão do trabalho

Nas sociedades pré-industriais já existia uma divisão do trabalho como repartição de tarefas necessárias à sobrevivência de um grupo, cujo objetivo era obter maior rendimento. A partir do surgimento da sociedade industrial (na Inglaterra do séc. XVIII), a divisão do trabalho aparece como algo significativo para seus sujeitos. Um dos primeiros pensadores a falar sobre esse assunto foi Adam Smith, destacando suas vantagens para o sistema capitalista de então.

Documento 6

Tomemos, pois, um exemplo, tirado de uma manufatura muito pequena, mas na qual a divisão de trabalho tem sido muito notada: a fabricação de alfinetes. Um operário não treinado para essa atividade (que a divisão de trabalho transformou numa indústria específica) nem familiarizado com a utilização das máquinas ali empregadas (sua invenção provavelmente também se deveu à mesma divisão do trabalho), dificilmente poderia talvez fabricar um único alfinete em um dia, empenhando o máximo trabalho; de qualquer forma, certamente não conseguirá fabricar vinte. Entretanto, da forma como essa atividade é hoje executada, não somente o trabalho todo constitui uma indústria específica, mas ele está dividido em uma série de setores, dos quais, por sua vez, a maior parte também constitui provavelmente um ofício especial. Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer uma cabeça de alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes; montar a cabeça já é uma atividade diferente, e alvejar os alfinetes é outra; a própria embalagem dos alfinetes também constitui uma atividade independente. Assim, a importante atividade de fabricar um alfinete está dividida em aproximadamente 18 operações distintas, as quais, em algumas manufaturas, são executadas por pessoas diferentes, ao passo que em outras, o mesmo operário executa 2 ou 3 delas. Vi

Documento 5

Linha de montagem

Divulgação: Cummins do Brasil

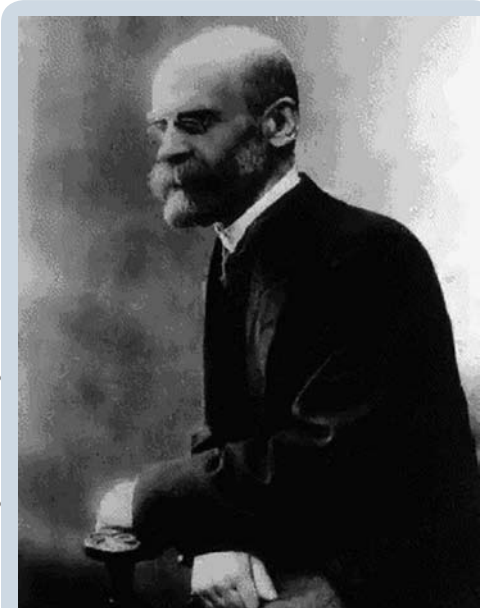
Adam Smith nasceu em 05 de julho de 1723, no Reino Unido. Publicou sua obra mais importante, **A riqueza das nações**, em 1776. Foi o protótipo do filósofo iluminista: esperançoso porém realista, especulativo e, ao mesmo tempo, prático. Sempre respeitador do passado clássico, mas dedicado com afincamento à grande descoberta de sua época, o progresso. Faleceu em 17 de julho de 1790.

uma pequena manufatura deste tipo, com apenas dez empregados, e na qual alguns desses executavam 2 ou 3 operações diferentes. Mas, embora não fossem muito hábeis, e, portanto, não estivessem particularmente treinados para o uso das máquinas, conseguiam, quando se esforçavam, fabricar em torno de 12 libras de alfinetes por dia. Ora, uma libra contém mais de 4 mil alfinetes de tamanho médio. Por conseguinte, essas 10 pessoas conseguiam produzir entre elas mais de 48 mil alfinetes por dia. Assim, já que cada pessoa conseguia fazer 1/10 de 48 mil alfinetes por dia, pode-se considerar que cada um produzia 4800 alfinetes diariamente. Se, porém, tivessem trabalhado independentemente um do outro, e sem que nenhum deles tivesse sido treinado para esse ramo de atividade, certamente cada um deles não teria conseguido fabricar 20 alfinetes por dia e talvez nem mesmo 1, ou seja: com certeza não conseguiria produzir a 240ª parte e talvez nem mesmo a 4800ª parte daquilo que hoje são capazes de produzir, em virtude de uma adequada divisão do trabalho e combinação de suas diferentes operações. (SMITH, 1985 [1776], pp. 41-42).

Entretanto, para Marx, essa divisão do trabalho não trouxe vantagens aos operários porque, ao “apertar apenas um parafuso”, por exemplo, perdem o controle e o conhecimento sobre o processo de produção. Ao especializar-se em apenas uma pequena tarefa não conseguem mais perceber o conjunto da atividade em que seu esforço se insere.

Documento 7

Os conhecimentos, a compreensão e a vontade, que o camponês ou artesão desenvolve mesmo que em pequena escala, agora passam a ser exigidos apenas pela oficina em seu conjunto. As potências intelectuais ampliam-se por um lado, porque desaparecem por muitos lados. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador convertendo-o em trabalhador parcial e se completa na grande indústria, que separa trabalho e ciência. (MARX, 1983 [1867], p. 283).



O sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) tinha uma visão otimista do trabalho, apesar de reconhecer seus efeitos negativos. Segundo Durkheim, a especialização servia para fortalecer a solidariedade social dentro das comunidades. Para este pensador, era preciso estabelecer vínculos sociais que resultassem na solidariedade social. A divisão do trabalho deveria proporcionar a cooperação entre os indivíduos e, assim, conseguir o bom funcionamento da sociedade.

Émile Durkheim nasceu em Epinal, França, em 15 de abril de 1858 e faleceu em 15 de novembro 1917. Dedicou sua vida à sociologia, tornando-a uma ciência autônoma, sendo ministrada no ensino superior francês e, depois, em todo o mundo. Escreveu, entre outras obras: **Elementos da sociologia** (1889), **Da divisão do trabalho social** (1893) e **O suicídio** (1897).

Podemos pensar a divisão do trabalho sob vários aspectos a partir do pensamento de Durkheim e seus seguidores:

Documento 8

A divisão do trabalho é, portanto, um resultado da luta pela vida, mas é um resultado suavizado. Graças a divisão do trabalho, com efeito, os rivais não são obrigados a se eliminarem mutuamente, mas podem coexistir uns ao lado dos outros. E também, a medida que ela se desenvolve, proporciona a um grande número de indivíduos, que nas sociedades mais homogêneas estariam condenados ao desaparecimento, os meios de se manter e de sobreviver. Entre muitos povos inferiores, todo organismo mal-formado deveria perecer, pois não tinha utilidade em nenhuma função. Nas sociedades mais avançadas, o que acontece é muito diferente. Um indivíduo deficiente pode encontrar, nos quadros complexos de nossa organização social, um lugar onde pode prestar serviços à coletividade. (Aptadado de DURKHEIM *apud* ARON, 1982, p. 371-372).

Ao analisar o mundo do trabalho, pode-se levar em consideração várias formas de divisão do trabalho conforme o aspecto que se está privilegiando.

- a) **Divisão da produção social:** é feita por setores ou ramos de trabalho, como: agricultura, indústria e comércio.
- b) **Divisão técnica do trabalho:** cooperação entre trabalhadores para executar uma tarefa ou produzir uma mercadoria.
- c) **Divisão Internacional do trabalho:** Ocorreu a partir do desenvolvimento do capitalismo. Os países mais desenvolvidos tecnicamente especializaram-se, primeiramente, em produtos manufaturados e, posteriormente, em tecnologia e bens de capital em geral (máquinas, equipamentos, instalações, etc.). Os países menos desenvolvidos tecnicamente, também denominados por sociólogos contemporâneos de subdesenvolvidos, em desenvolvimento ou periféricos, foram obrigados a especializar-se em exportar produtos primários (agrícolas ou extrativos). Com isto, os trabalhadores do primeiro grupo de países (EUA, países da Europa Ocidental e Japão) realizam o trabalho melhor qualificado e remunerado; e os trabalhadores do segundo grupo (países latino-americanos, africanos e asiáticos) realizam, em sua maior parte, trabalhos menos qualificados e mal remunerados.
- d) **Divisão sexual do trabalho:** é a separação e distribuição das atividades de produção de acordo com o sexo dos indivíduos. Nas sociedades industriais, de modo geral, esperava-se que as mulheres ficassem reservadas ao mundo doméstico privado, cuidando das crianças, velhos e inválidos, realizando tarefas para o consumo do grupo familiar. Nestas mesmas sociedades, reservou-se aos homens as atividades relacionadas ao mundo público, realizando tarefas de produção social e de direção da sociedade. Sob essa lógica, o trabalho das mulheres foi, muitas vezes, marginalizado. Nos casos de guer-

ras, por exemplo, a presença feminina foi requisitada no mundo do trabalho; já em outros momentos, de progresso econômico seu acesso aos empregos foi limitado. Desta forma, a divisão sexual do trabalho estabeleceu para as mulheres as atividades mais difíceis e de menor remuneração, os setores e postos de trabalho de maior prestígio e melhores salários eram escassos, bem como, os cargos de chefia.



ATIVIDADE

- Produza uma explicação sobre os efeitos da divisão do trabalho para o trabalhador e para a sociedade. Para isso compare as diferenças de concepção presentes nos **documentos 1 e 7**, de Karl Marx e no **documento 8**, de Émile Durkheim.



DEBATE

- Organize um debate sobre a divisão sexual do trabalho. Consiga mais informações em revistas e sítios eletrônicos que falem sobre as questões referentes ao trabalho feminino. Elabore propostas para a diminuição da diferença entre os salários entre homens e mulheres. Busque informações sobre a vida de mulheres que conseguiram destaque nacional com seu trabalho.

■ O mundo do trabalho vai acabar?

No contexto do mundo industrial e informatizado, o trabalho é um esforço planejado e coletivo. Se quase tudo é produzido em indústrias ou com a ajuda de equipamentos (máquinas), as pessoas certamente irão em direção onde este modo de produzir se encontra, ou seja, para os grandes centros.

Contudo, com o avanço do capitalismo, o desenvolvimento tecnológico e uma grande quantidade de trabalhadores o desemprego tornou-se uma realidade na maioria dos países industrializados e em quase todos os países pobres. Ocorreu, portanto, uma redução de empregos. O que quer dizer ter um emprego?

Quer dizer ter uma tarefa a ser feita, com um salário fixo, mesmo que essa remuneração não seja interessante. A esta noção podemos acrescentar que o emprego significa contar com recursos (renda) para ter, conseqüentemente, condições de consumir. Será que esta dimensão que o trabalho tomou nos últimos anos não deixou o trabalho mais monótono e sem sentido?

Através do que foi dito, podemos perceber que não é o trabalho que vem diminuindo, mas sim o número de postos de trabalho, ou seja, de empregos. Passamos por uma transformação no mundo do tra-

balho que não teve início agora. A utilização de equipamentos com alta tecnologia no setor produtivo teve início nas décadas de 1960 e 1970.

Então, pode estar ocorrendo uma mudança na forma de trabalhar? Será que por estas razões o emprego estaria chegando a seu fim? Analisando o que foi dito até aqui, podemos perceber que o trabalho se transforma e ganha significados diversos conforme o período e o local que está sendo estudado, ou seja, a forma de trabalhar é dinâmica, ela se altera como tudo na sociedade, está em constante mudança. Podemos ver o futuro somente como pessimistas ou os seres humanos (homens e mulheres) irão desenvolver alternativas e novas formas de trabalho?



DEBATE

- Debata essa questão com os colegas: A sociedade atual supervaloriza o trabalho ou apenas vê nele questões negativas? Após o debate, registre as conclusões do grupo e apresente para a classe.



ATIVIDADE

- Com base no **documento 9**, organizem-se em grupo e elaborem uma dramatização sobre a constante utilização das máquinas na substituição do trabalho humano. Depois, apresentem para a sala.



PESQUISA

- Apesar do pessimismo de alguns pesquisadores sobre a automação e a forma de produção nos últimos anos, percebe-se que os empregos começaram a aparecer recentemente, como mostram notícias dos jornais **Jornal da Tarde** e **O Estado de São Paulo** presentes nos **documentos 9** e **10**, respectivamente. Elabore uma pesquisa de opinião em sua escola, entre os alunos, professores e funcionários, sobre as razões do aumento do número de novos postos de trabalho e o local que eles estão aparecendo.

Documento 9

A importância das novas tecnologias para o desenvolvimento econômico é inquestionável. Mas o seu impacto sobre o nível de emprego é matéria controversa. Embora a maioria das tecnologias produza uma economia de mão-de-obra, muitas delas geram novos mercados e novas oportunidades de trabalho.

A captação adequada dos efeitos negativos e positivos constitui um enorme desafio metodológico. Cada tecnologia tem seus próprios impactos. Além do mais, a sinergia entre elas gera efeitos compensatórios – também de difícil apreensão.

O número de robôs, que era de 1.250, em 1980, saltou para 28.240, em 1990, e chegará a 34.140, no ano 2000. De um modo geral, a introdução de robôs ao longo do tempo resulta numa redução de emprego. Essa redução é muito modesta no início, mas se acelera rapidamente durante o processo de difusão. Sem os efeitos compensatórios, os robôs reduzirão 180 mil empregos no ano 2000. Com os efeitos compensatórios, isso cairá, respectivamente, para 14 mil e 48 mil.

A maior redução de emprego ocorrerá nos setores automobilístico, mecânico e elétrico. Os soldados, por exemplo, perderão 60 mil empregos até o ano 2000. Um outro grupo afetado é o de metalúrgicas, operadores de máquinas e montadores. Os de maior risco são os trabalhadores de baixa qualificação. Por outro lado, a maior ampliação de emprego ocorrerá nas indústrias que produzem e cuidam dos robôs. Os eletricitistas aumentarão em 14 mil e os mecânicos de manutenção em 16 mil.

Em suma, os robôs provocam mudanças dramáticas no nível e na estrutura do emprego. Mesmo assumindo os efeitos compensadores, a robotização mais destrói do que cria empregos. Os profissionais de baixa qualificação sofrem mais. Os mais qualificados têm uma grande chance de se beneficiar da nova tecnologia.

A antecipação dessas tendências é de fundamental importância para se traçar uma política de formação de mão-de-obra. Isso vale para qualquer país, até mesmo para o Brasil. Tendo em vista a impossibilidade de se estancar a incorporação das novas tecnologias nos processos produtivo e administrativo, só nos resta montar sistemas de formação de mão-de-obra voltados para o futuro – e não para o passado. Conhecimento e agilidade são características essenciais para se poder educar, treinar, reciclar e reconverter a nossa força de trabalho. (PASTORE, 1997, pp. 54-55. / Texto publicado no **Jornal da Tarde** em 31, jan. 1996).

Documento 10

Emprego formal cresce 15,3%.

Em agosto, são criadas 135.460 vagas com carteira assinada.

A queda vertiginosa da abertura de novos postos de trabalho formais na indústria – que passou de 72.168 vagas em agosto de 2004 para só 18.173 em agosto deste ano – não impediu que a geração de empregos com carteira assinada apresentasse um saldo líquido positivo, no mês passado, de 135.460 novas ocupações em todo o País.

O resultado foi 15,3% superior ao verificado em julho, quando foram criados 117.473 empregos, embora bem inferior ao de agosto de 2004, quando o mercado de trabalho foi capaz de criar 229.757 novas ocupações.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) foram divulgados ontem pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que admitiu a perda de velocidade na geração de empregos com carteira assinada, mas argumentou que o emprego continua em alta, só que em ritmo menor do que em 2004.

Em agosto, os setores que mais contribuíram para a geração de empregos foram serviços (mais 70.181 postos de trabalho), comércio (43.353) e construção civil (18.285). A agropecuária, que atravessa o período de entressafra no Centro-Sul do país, eliminou 20.541 postos de trabalho. (Adaptado de : **O Estado de São Paulo**, 22 de Setembro de 2005, p. B1).

Referências Bibliográficas

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo/Brasília: Martins Fontes/UnB. 1982.

Dicionário Enciclopédico da Bíblia. Petrópolis: Vozes, s/d.

LOCKE, J. **Carta acerca da tolerância**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 .

FERREIRA, A. B. de H.. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1695.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985 (Col. Os economistas).

PASTORE, J. **A agonia do emprego**. São Paulo: LTR, 1997.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

Jornal O Estado de São Paulo, 22 de Setembro de 2005, p. B1.

Jornal da Tarde, 31 de janeiro de 1996.

Obras Consultadas:

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho?** São Paulo: ed. Brasiliense, 1986.

JAPIASSÚ, H. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A. **Relações de trabalho contemporâneos**. Belo Horizonte: IRT/PUC-MG, 1999.



RELAÇÕES DE TRABALHO: O mundo do trabalho em diferentes sociedades

■ Fábio de Oliveira Cardoso¹

*P*erguntas de um Operário Letrado

*Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilônia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
Da Lima Dourada moravam seus obreiros?
No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde
Foram os seus pedreiros? A grande Roma
Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem
Triunfaram os Césares?
Em cada página uma vitória.
Quem cozinhava os festins?
Em cada década um grande homem.
Quem pagava as despesas?*

*Tantas histórias
Quantas perguntas.*

(Adaptado de BRECHT, 1976, p.66)

O poema de Bertold Brecht (1898-1956) faz questionamentos sobre os anônimos que construíram as diferentes sociedades. Você consegue identificar quais foram esses trabalhadores e a posição social que ocuparam nas sociedades em que viveram? Qual a relação entre o poema e o trabalho em diferentes sociedades: antigüidade, pré-colombianas e feudal?

■ O mundo do trabalho nas sociedades teocráticas

■ Egito antigo

No Egito, por volta do ano 3100 a.C., Menés, governante do Alto Egito, fez a unificação dos reinos: do Alto Egito (região ao sul, com extenso vale no rio Nilo) com o Baixo Egito (ao norte em torno do delta do Rio Nilo). Então, Menés tornou-se faraó do Egito.

Foi no Egito antigo, localizado no nordeste do continente africano, que desenvolveu-se um tipo de sociedade teocrática. O Faraó era considerado monarca de origem divina e proprietário de todas as terras. A sociedade egípcia compunha-se de altos funcionários do governo, sacerdotes e governadores de províncias ou nomos (os nomarcas), que tinham como base do regime de produção a servidão coletiva dos camponeses.

O *felá* (camponês) constituía a maioria da população. Estes trabalhadores das aldeias cultivavam as terras e pagavam pelo seu uso em quantidades determinadas de cereal. Os camponeses também prestavam serviços ao Estado nas construções de canais de irrigação, diques, templos, palácios e túmulos. Recebiam por esse período de trabalho apenas alimentos.

Outros trabalhadores também possuíam uma vida difícil como a dos felás, eram eles: pedreiros, mineiros, escultores, marceneiros, etc.

Os escravos no Egito resultavam das conquistas dos faraós na Núbia, na Líbia e na Síria, principalmente nos séculos XV e XIII a.C. Foram utilizados nos serviços domésticos e nas grandes obras públicas. A condição de escravo doméstico era mais suave do que a dos escravos utilizados nas grandes obras públicas, pelo rigor do trabalho exigido nestas últimas.

Será que existiam outros tipos de trabalhadores no Egito?

Teocracia: O termo Teocracia designa um ordenamento político pelo qual o poder é exercido em nome de uma autoridade divina por homens que se declaram seus representantes na Terra, quando não uma encarnação sua. Bem característica do sistema teocrático é a posição preeminente reconhecida à hierarquia sacerdotal, que direta ou indiretamente controla toda vida social em seus aspectos sacros e profanos. A Teocracia etimologicamente significa 'Governo de Deus'.

(Adaptado de BOBBIO e outros, 1986, p.1237).

Texto 1

Além da mão-de-obra ocasional fornecida pelos camponeses na época da inundação, quando os trabalhos agrícolas se paralisavam, as obras públicas empregavam também trabalhadores permanentes, remunerados em espécie. A arqueologia revelou verdadeiras 'cidades operárias' (por exemplo, na necrópole de Tebas e em Tell el-Amarna). A escravidão teve certa importância econômica nas minas e pedreiras estatais e, no Reino Novo, também nas terras reais e dos templos. Houve igualmente tropas militares auxiliares constituídas de escravos, e existiam escravos domésticos, às vezes numerosos. A economia egípcia, no entanto, nunca foi 'escravista' no sentido em que o foi na Grécia clássica e helenística e a da Roma de fins de República e do Alto Império. (Adaptado de CARDOSO, 1982, p. 41)



ATIVIDADE

- Leia a definição de teocracia proposta pelo cientista político italiano Norberto Bobbio (1909-2004) e o **texto 1**. Faça uma narrativa histórica destacando como eram as relações de trabalho no Egito Antigo.

■ Sociedades Pré-colombianas

Outros exemplos de sociedades teocráticas ocorreram na América, entre as civilizações pré-colombianas. A religião possuía grande importância para essas organizações sociais, o que tornou possível a formação de uma poderosa classe sacerdotal. O governo foi constituindo-se em uma teocracia centralizada, sendo as civilizações: Asteca (México), Maia (América Central e México) e Inca (Peru), os exemplos mais significativos devido ao seu alto grau de organização social. Os grupos sociais mais privilegiados nestas sociedades eram os sacerdotes, governantes e guerreiros, enquanto a maioria da população dividia-se entre camponeses livres e escravos. Você consegue imaginar como era organizado o trabalho nestas sociedades?

■ Os Astecas

Ocuparam a região do lago Texcoco, no vale do México, por volta do ano 1325. A sociedade asteca teve seu processo de destruição em meados do século XVI com a chegada dos espanhóis.

Esta sociedade teve como base econômica as comunidades aldeãs, ou *calpulli*, que formavam uma Confederação Asteca.

Nestas comunidades a posse da terra e o trabalho eram coletivos, cada família recebia um lote de onde retiravam sua subsistência e pagavam tributos. Esses camponeses ainda trabalhavam nas terras da nobreza.

Outro grupo numeroso foi o dos “criados perpétuos”, chamados de escravos pelos cronistas espanhóis. Este segmento social constituía-se por aqueles que não queriam se casar ou cultivar a terra que lhes pertencia, perdiam seus meios de subsistência e seus direitos. Pertenciam também a esse grupo os condenados por algum crime, sendo oferecidos para trabalhar para outras pessoas ou colocados à venda. Entendia-se como venda somente a força de trabalho do indivíduo e não sua pessoa, de modo que seus filhos continuavam livres; portanto, essa prática era diferente de outras formas de escravidão, como a greco-romana e a colonial moderna.

■ Os Maias

Surgiram na península de Iucatã, no México, aproximadamente no ano 700 a.C., e por volta do século IV d.C., os Maias ocupavam as regiões que hoje são os países do México, Belize e Guatemala. A desintegração desta sociedade ocorreu durante a chegada dos espanhóis devido a um processo contínuo de urbanização que destruiu seus meios de subsistência agrícolas.

Na sociedade Maia, os *mazebualob*, ou seja, classe inferior, eram os que produziam a riqueza. Realizavam o trabalho na agricultura e na construção das cidades. No período que não havia colheita, desenvolviam atividades de artistas, pintores, escultores, etc. Moravam nas periferias das cidades e trabalhavam em lugares cada vez mais distantes, conforme as novas terras eram cultivadas.

No Antigo Império Maia, nem todos os escravos destinavam-se à produção; mas no Novo Império Maia, as constantes guerras transferiram os trabalhadores do campo para as atividades bélicas e os escravos foram utilizados nas construções militares. As lutas por escravos foram suspensas devido a chegada dos espanhóis (século XVI), dos quais tiveram que se defender. Neste caso, a escravidão provinha de prisioneiros de guerra, filhos de escravos, órfãos de pai e mãe ou adquiridos por troca ou compra.

■ A civilização Inca

Desenvolveu-se na América do Sul, próximo da cordilheira dos Andes, em regiões onde formam os atuais países do Peru, Chile, Equador e Bolívia. Foi a partir do século XII que os Incas estabeleceram-se na cidade de Cuzco, chefiados por Manco Capac, onde iniciou-se a construção de um grande império. Por volta do ano de 1531, o império Inca foi destruído pelos espanhóis.

Entre os povos Incas, os *llacta-runas*, trabalhadores das comunidades aldeãs, *ayllu*, dedicavam-se a extrair da terra o alimento necessário a sua subsistência, ainda tinham que trabalhar nas *Terras do Sol*, do Inca e dos *kurakas* (antiga nobreza local que representava o Estado).

Numa escala social inferior, encontravam-se os *yanaconas*, cuja origem deu-se na revolta da cidade *Yanayku* contra *Tupac Yupanguí* (1438 – 1471). Sendo os *yanaconas* vencidos por este, foram condenados pelo Inca à servidão perpétua, estendendo-se aos seus descendentes. Os *yanaconas* realizavam diversos serviços, como: domésticos, carregadores, limpeza dos templos, etc. Conforme o Estado determinava, os criminosos, os prisioneiros de guerra, os membros de um *ayllu* ou rebelados podiam ser transformados em *yanaconas*.

No Império Inca também existia a *mita*. Essa compreendia uma obrigação de prestação de serviço gratuito e obrigatório, que durava em torno de dois a três meses por ano. Esta obrigação recaía sobre todas as pessoas casadas. O Estado requisitava, através da *mita*, grande número de mão-de-obra para realização dos serviços públicos, como: a construção de caminhos, fortalezas, centros urbanos, canais de irrigação, etc. Além disso, esses trabalhadores cuidavam do cultivo das terras e rebanhos do Inca, do Sol e dos *Kurakas*.

E os Astecas desenvolviam as mesmas atividades de trabalho que os Incas?

Texto 2

Astecas

Quanto ao trabalho rural, existiam quatro tipos básicos de trabalhadores: 1) os *calpuleque* ou membros do *calpulli* (comunidade residencial com direitos comuns sobre as terras e uma organização interna de tipo administrativo, judiciário, militar e fiscal), que trabalhavam as terras deste para suprir suas próprias necessidades, pagar o tributo, e estar permitido alugar partes do solo do 'barro'; 2) os *teccaleque* eram também membros de um *calpulli*, com a única diferença de que o resultado do seu trabalho servia para sustentar a corte, além de suprir as próprias necessidades; 3) Os *arrendatários*, que lavravam Terras alheias (de nobres ou de comunidades), dispondo ou não do uso de outras parcelas a título pessoal; 4) os *mayeque*, camada inferior da população rural, igualmente arrendatários (vitalícios) – eram a mão-de-obra dependente que trabalhava nas terras do rei, dos nobres e outros particulares.

(Adaptado de CARDOSO, 1986, pp. 77 e 79)

Texto 3

Incás

O ciclo da vida agrícola estava baseado na ajuda mútua (*ayni*), ou seja, em intercâmbios de trabalho entre as famílias para a semeadura e a colheita, bem como para outros fins (construção de casas, por exemplo). A divindade ou fetiche tutelar do *ayllu* (aldeia habitada por diversas famílias nucleares vinculadas pelo parentesco formando uma comunidade), a *waka*, e o chefe, ou *kuraka*, recebiam prestações de trabalho da comunidade; não havia, porém, qualquer forma de tributos *in natura* além das prestações de trabalho. O *kuraka* centralizava, através de tais trabalhos forçados (*mita*), mais riqueza — representada em especial por bens raros, como: a coca, a bebida fermentada de milho, certos tipos de vestimentas, etc.

(Adaptado de CARDOSO, 1986, pp. 99-100.)



ATIVIDADE

- Com base nos textos 2 e 3, compare as diferenças e semelhanças na divisão social do trabalho entre os povos pré-colombianos. Leve em conta os seus respectivos contextos sócio-históricos: Astecas e Incas. Anote suas conclusões.
- Por que não podemos classificar as sociedades Astecas e Incas como escravistas? Faça sua argumentação por escrito.
- O mundo do trabalho nas sociedades pré-colombianas tinha a mesma organização que no Egito Antigo? Discuta com seus companheiros e redija uma narrativa histórica sobre este tema.

Documento 1



■ Templo das Inscrições em Palenque, México.

Trabalho e arte nas sociedades pré-colombianas

As sociedades pré-colombianas, além de possuírem um regime teocrata, destacaram-se também por outra característica marcante de sua existência: a representação artística, sendo a arquitetura um de seus maiores legados.

Os templos foram monumentos de grande importância para esses povos, construídos com o esforço da maior parte da população, eles representavam o status dos sacerdotes.

Você pode observar, no documento 1, o Templo das Inscrições em Palenque e, também, no documento 2, o palácio do governador em Uxmal, ambos localizados na província de Iucatã, no México. Nestas duas imagens é representado o estilo de construção destes povos com motivos retangulares, o que nos possibilita perceber seu conhecimento também na matemática. Tanto a pirâmide quanto o palácio apresentam estas formas, trabalhadas em relevo, com uma íngreme escadaria que corta um dos lados da pirâmide e dá acesso ao templo.

Juntamente com a arquitetura, o trabalho artístico Maia manifestou-se também na escultura a partir de objetos de decoração dos templos. O documento 3 apresenta um objeto que propõe uma representação do sagrado para esta sociedade Maia.

Com as pesquisas da arqueologia, descobriu-se que a cultura Maia foi uma das poucas sociedades em que os artistas escreviam seu nome nas obras. Esta é uma particularidade importante, pois, na maioria das sociedades antigas, o trabalho do artista era anônimo, a serviço da coletividade, dos ritos sagrados, caracterizado, muitas vezes, como um trabalho escravo.

Documento 2



■ Palácio do Governador em Uxmal, Iucatã México.

A arquitetura é também um dos aspectos surpreendentes da cultura Inca. Possuía simplicidade e imponência em suas portas ornamentais em forma de trapézio. A cidade de Machu Picchu é que melhor documenta a concepção arquitetônica e urbanística dos Incas. Existem várias hipóteses para explicar o significado da construção desta cidade perdida, até a década de 1940, nos Andes peruano. Mas, pouca coisa se sabe sobre os motivos que levaram os Incas a transportar, com árduo trabalho, pedras e água para construir uma cidade atualmente muito visitada, cujas eternas testemunhas foram antes apenas o sol, as estrelas e o vento.

Documento 3



■ **Cidade de Machu Picchu.** In: BOND, Rosana. **A civilização Inca.** São Paulo: Ática, 2003, p. 39.

Documentário em vídeo:

Machu Picchu: na trilha dos Incas, 1990, Coordenação de Silvio Martins.

O documentário relata uma viagem pelas antigas cidades incas.



ATIVIDADE

Procure assistir ao documentário sobre a cidade de **Machu Picchu**. Relate sobre os contextos sócio-históricos que determinaram as transformações e permanências em relação aos respectivos modos de vidas dos Incas pré-colombianos e de seus descendentes nos séculos XX e XXI.



PESQUISA

Em livros de História da Arte, de História, na Internet e em revistas como **National Geographic**, sobre a arte dos Maias, Incas e Astecas. Procure perceber em que se aproximam e em que se distanciam quanto à forma, à temática, aos materiais e à função. Apresente suas conclusões para a classe.

Sugestão de leitura

Livros:

MILLARD, Ane. **O mais belo livro das Pirâmides**. São Paulo: Melhoramentos, 1999.

PORTELA, Fernando; MINDLIN, Betty. **Viagem pela Geografia**. A questão do índio. São Paulo: Ática, 1991.

Revistas:

AZEVEDO, Cristina. O Egito muito além das Pirâmides. **Geográfica universal**. Rio de Janeiro: Bloch Editores. n. 274, p. 4-19, nov. 1997.

CANTO, Rachel; SCHLEIFER, Steve. Nos Pueblos da Guatemala. **Geográfica Universal**. Rio de Janeiro: Bloch Editores. n. 274, p. 60-71, nov. 1997.

Periodização histórica da Grécia antiga:

- **Pré-Homérico**
(séculos XX – XII a.C.);
- **Homérico**
(séculos XII – VIII a.C.);
- **Arcaico**
(séculos VIII – VI a.C.);
- **Clássico**
(séculos V – IV a.C.).

■ O mundo do trabalho nas sociedades da antigüidade clássica: Grécia e Roma

Algumas das civilizações da antigüidade baseavam-se em sistemas escravistas, apesar da existência de outras formas de trabalho. Em cada sociedade essa relação de trabalho foi instituída visando a objetivos e a justificativas diferenciadas.

■ Grécia antiga

Para os gregos dos séculos VI a IV a.C., a condição de escravo estava ligada à concepção de política que a sua sociedade desenvolveu, principalmente em Atenas.

Na Grécia, o cidadão, para participar ativamente das discussões dos problemas da *pólis* (cidades-estado), bem como se dedicar à elaboração de leis e aos cargos públicos, necessitava do ócio - tempo livre - para exercer essas funções. Leia o texto do filósofo Will Durant (1885-1981) e analise a visão dele em relação ao trabalho.

Texto 4

Aristóteles o olhava com desprezo do alto da filosofia, como próprio de homens sem inteligência, como indicado apenas para escravos e como apenas preparador de homens para a escravidão. O trabalho manual, acreditava ele, entorpece e deteriora a mente, não deixando tempo nem energia para a inteligência, para a política.

(Adaptado de DURANT, 2001. p. 80)

Apesar da sociedade grega ser voltada para as cidades e à vida urbana, a agricultura constituía-se na principal atividade econômica, ou seja, eram livres os camponeses que retiravam da terra seus próprios meios de subsistência. Por isso, possuir terra tinha grande importância para esta sociedade. Na maioria das cidades gregas dos séculos VI e V a.C., só os cidadãos podiam ser proprietários. No entanto, em suas poucas faixas de terras férteis, os homens gregos tentavam subtrair do solo fraco: frutas, leguminosas, trigo, cevada e, em maior escala, azeite de oliva e vinho. A escassez de terras facilitou a formação de núcleos urbanos independentes.

Mas, para manter a estrutura das cidades, conseguir tempo livre para dedicar-se a sua administração e produzir riqueza, foi necessário que generalizasse o trabalho escravo. Portanto, o escravismo tornou-se o modo de exploração econômico que sustentava a cidade e o campo e que proporcionava privilégios às elites gregas.

A escravidão na antigüidade originou-se, principalmente, da guerra ou das dívidas, sendo esta última forma abolida na Grécia por vol-

ta do século V a.C. A grande maioria dos escravos destinava-se ao trabalho agrário, no entanto, realizavam todo o tipo de trabalho, seja nas minas, nas oficinas, nas residências e para o Estado.

Mas o que era ser escravo na Grécia Clássica?

Ser escravo nas *pólis* significava não poder participar da vida política, ser excluído de parte das festas religiosas, ser desprovido de direitos e da educação para jovens cidadãos.

Assim, o que restava ao escravo?

Texto 5

Para um escravo tornar-se adulto não implicava um salto qualitativo ou uma preparação gradual, como acontecia com os filhos dos cidadãos livres. Se o adjetivo *andrápodon*, homem-pré, usado para designar o escravo, tendia a identificá-lo com a condição dos quadrúpedes, *tetrapoda*, o termo *pais* (relativo a criança), pelo qual era freqüentemente chamado, realçava a sua eterna condição de menoridade. Como diz Aristófonos nas *Vespas* 'é justo chamar *pais* a quem apanha pancada, mesmo que seja velho'. Em Atenas, só se podia aplicar castigos físicos a escravos e a crianças, não a adultos livres. Talvez só os escravos pedagogos, que acompanhavam os filhos do senhor à casa do mestre, é que podiam aprender indiretamente a ler e a escrever, assistindo às lições. Mas, por princípio, a única instrução que um escravo podia receber estava associada ao tipo de trabalho que desempenhava na casa do patrão, numa gama que ia dos menos duros serviços domésticos ao trabalho duríssimo nas minas, reservado exclusivamente aos escravos e em que também se utilizavam crianças, não só nas minas da Núbia, de que nos fala Diodoro Sículo, mas também, nas minas atenienses do Láurio.

(CAMBIANO *apud* BORGEAUD *et al.*, 1994, p. 79)



ATIVIDADE

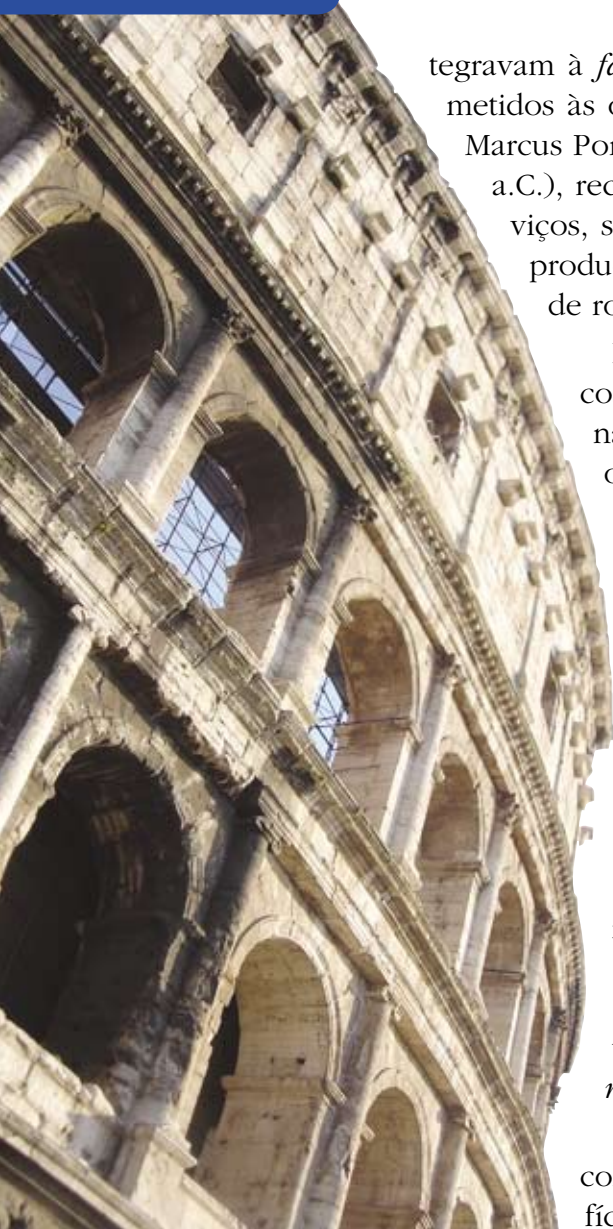
Analise os textos 4 e 5 e construa sua narrativa histórica sobre como era a condição da escravidão grega.

Roma Antiga

Assim como na Grécia, em Roma a escravidão foi praticada por vários séculos. Na Península Itálica, no final do século III a.C., havia grandes massas de escravos, mas foi a partir do século I a.C. que generalizou-se a escravidão.

A escravidão provinha principalmente dos prisioneiros de guerras, resultado das conquistas realizadas por Roma a partir de meados do século III a.C., como as Guerra Púnicas (Roma contra Cartago).

Os romanos diferenciavam os escravos de acordo com o trabalho que realizavam. Os escravos destinados ao trabalho no campo in-



tegravam à *família rústica*, pesava sobre eles severa disciplina, submetidos às ordens do *vilicus* (feitor, arrendatário). No ano 160 a.C., Marcus Porcius Cato, também chamado de Catão, o Velho (243-143 a.C.), recomendava que sobrecarregasse os escravos com os serviços, sem importar-se com o tempo ou dias de feriado, pois a produção agrícola constituía-se na base econômica da sociedade romana.

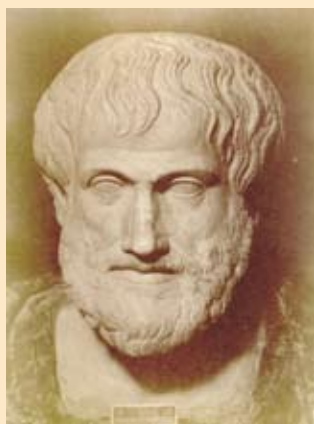
Nas cidades romanas, os escravos pertencentes aos ricos senadores ou plebeus faziam parte da “família urbana”, dependendo diretamente dos seus senhores ou de outros escravos. Esses escravos desempenhavam serviços domésticos e profissionais, como: arquitetos, músicos e gramáticos. Os escravos também desenvolviam serviços como: nas pedreiras, fábricas de tijolos e nos moinhos.

Sendo assim, os romanos distinguiam os escravos entre especializados em determinados ofícios e os escravos de serviços mais penosos.

Merecem destaque alguns aspectos do direito romano, em relação à condição dos escravos. Estes não tinham direito de contrair matrimônio legítimo, a união entre escravo e escrava era o *contubernium*, ou seja, não reconhecida legalmente. Os filhos de escravos pertenciam ao senhor. Portanto, os escravos eram vistos como “coisa”, ou um instrumento – *instrumentum vocale*, um grau acima do gado, considerados *instrumentum semi-vocale* –, isto é, propriedades de um senhor.

O escravo romano podia adquirir sua liberdade pela concessão de seu dono, vontade do príncipe ou pelo benefício da lei, como no caso da venda de um escravo com a cláusula de ser manumitido (liberto) em determinado prazo, quando vencido esse prazo, o escravo estava livre.

■ www.sxc.hu



Aristóteles (384-322 a.C.), juntamente com Platão, é o filósofo mais influente da tradição filosófica ocidental. Aristóteles nasceu em Estagira, na Macedônia, filho de Nicômaco, médico da corte do rei Macedônio Amintas II. Aos 17 anos entrou para a Academia, em Atenas, onde permaneceu até a morte de Platão, quando na Academia se voltou para os estudos matemáticos e especulativos. Entre as principais obras de interesse filosófico estão: obras da lógica (que constituem o **Órganon**): **Categorias**; **Da interpretação**; **Primeiros analíticos**; **Segundos analíticos**; **Tópicos**; **Refutações sofísticas**; e obras sobre ética: **Ética a Nicômaco**; **Ética a Eudemo**; **Magna moralia**; **Política**; **Retórica e Poética**.

(BLACKBURN, 1997, P.94-95)

■ Fonte: roman.mainer.de/elysion/aristoteles.jpeg

■ Filosofia e escravidão

Por volta dos séculos VI e V a.C., a filosofia teve início na Grécia. Esta dimensão do conhecimento humano possui grande importância para a sociedade contemporânea, pois tem contribuído na discussão de temas relacionados à política, à ética, à moral, à liberdade e outros. O conhecimento da filosofia só foi possível para os cidadãos gregos porque possuíam tempo reservado para dedicarem-se a reflexão, a cidadania e ao governo. Enquanto os escravos realizavam atividades não reflexivas, de transformação da natureza, consideradas inferiores pela sociedade grega. Portanto, a diferença social entre os homens era considerada “natural”, não havia, para os gregos, contradição entre a divisão do trabalho manual e intelectual, sendo assim, o comando de uma parte e a obediência de outra.

Na época de Aristóteles (século IV a.C.), discutia-se que havia homens feitos para liberdade e outros para a escravidão, isto significava que, todo aquele que não tinha nada de melhor para oferecer do que o uso de seu corpo e a força física, estavam condenados à escravidão por natureza.

Lúcio Aneu Sêneca (4 a.C. – 65 d.C.). Estadista romano e vigoroso divulgador do estoicismo. Seus principais escritos éticos são as ***Epistolae morales (Cartas morais)***, uma das primeiras explorações literárias da forma epistolar. Teve uma carreira turbulenta, que incluiu sua expulsão para a Córsega por adultério com Júlia Livia, sobrinha do imperador Cláudio. Seu suicídio forçado constituiu um modelo influente de estoicismo na prática.” (BLACKBURN, 1997, P.355)



■ FONTE: http://www.stoics.com/why_stoics.html



ATIVIDADES

Leia os documentos que contém fragmentos produzidos pelos filósofos Aristóteles (Grécia) e Sêneca (4 a.C.- 65 d.C.) (Roma) e analise como eles pensavam sobre a escravidão.

Documento 4

Os instrumentos podem ser animados ou inanimados, por exemplo: o timão do piloto é inanimado, o vigia é animado (pois o subordinado faz às vezes de instrumento nas artes). Assim também os bens que se possui são um instrumento para a vida, a propriedade, em geral, uma multidão de instrumentos, o escravo um bem animado e algo assim como o instrumento prévio aos outros instrumentos. Se todos os instrumentos pudessem cumprir seu dever obedecendo às ordens de outro ou antecipando-se

a elas, como contam das estátuas de Décalo ou dos tridentes de Hefesto, dos que diz o poeta que entravam por si só na assembléia dos deuses, se as lançadeiras tecessem sós e os plectos tocassem sozinho a cítara, os maestros não necessitariam de ajuda, nem de escravos os amos.

O que é chamado habitualmente de instrumento, o é de produção, enquanto que os bens são instrumentos de ação; a lançadeira produz algo à parte de seu funcionamento, enquanto que a roupa ou o leite produzem apenas seu uso. Além disso, como a produção e a ação diferem essencialmente e ambas necessitam de instrumentos, estes apresentam necessariamente as mesmas diferenças. A vida é ação, não produção, e por isso o escravo é um subordinado para a ação. Do termo propriedade pode-se falar no mesmo sentido que se fala de parte: a parte não somente é parte de outra coisa, senão que pertence totalmente a esta, assim como a propriedade. Por isso o amo não é do escravo outra coisa que amo, porém não lhe pertence, enquanto que o escravo não só é escravo do amo, como lhe pertence por completo. Daqui deduz-se claramente qual é a natureza e a função do escravo: aquele que, por natureza, não pertence a si mesmo, senão a outro, sendo homem, esse é naturalmente escravo; é coisa de outro, aquele homem que, a despeito da sua condição de homem, é uma propriedade e uma propriedade sendo, de outra, apenas instrumento de ação, bem distinta do proprietário.

(Adaptado de ARISTÓTELES *apud* PINSKY, 2000, p.14).

Documento 5

É louvável mandar em seus escravos com moderação. Mesmo no que diz respeito às nossas poses humanas, cumpre perguntar-se constantemente, não apenas tudo aquilo que podemos fazê-los sofrer sem sermos punidos, mas também o que permite a natureza da equidade e de bem, a qual ordena poupar mesmo os cativos e aqueles que se compra com dinheiro. Quando se trata de homens livres de nascença, honrados, é mais justo tratá-los não como material humano, mas como pessoas que estão sob tua autoridade e que te foram confiadas, não como escravos, mas como pupilos. Aos escravos, é permitido refugiarem-se junto a uma estátua. Embora tudo seja permitido para com um escravo, existem coisas que não podem ser autorizadas em nome do direito comum dos seres animados. Quem podia ter para com Védio Pólio um ódio maior que seus escravos? Ele engordava moréias com sangue humano e mandava jogar quem o ofendia num lugar que não era senão um viveiro de serpentes.

(SÊNECA *apud* PINSKY, 2000, p.12).



ATIVIDADE

- Depois de analisar os **documentos 4 e 5** sobre como os filósofos pensavam a escravidão, indique as permanências e as mudanças em relação aos respectivos contextos sócio-históricos da produção dos mesmos.
- Faça um quadro comparativo, caracterizando o trabalho para os gregos e romanos. Depois discuta em equipe e apresente para a classe suas conclusões.
- Depois da apresentação deste quadro comparativo, construa uma narrativa histórica levando em conta as especificidades das relações de trabalho na Grécia e em Roma.

■ O mundo do trabalho na sociedade feudal

Na Europa Ocidental, durante o feudalismo (séculos IX – XII), o setor predominante da economia era a produção agrícola. As classes governantes eram constituídas pelo clero e nobreza, que controlavam as terras, a produção e o poder político. A Igreja Católica detinha o monopólio espiritual, enquanto a nobreza encarregava-se da proteção militar. Mas quem realizava o trabalho na sociedade feudal para manter estas classes?

Havia os artesãos que andavam de uma região para outra, produzindo o artesanato, em troca de casa, comida e algumas moedas, pois quase todo senhorio possuía sua produção de artesanato.

A imagem presente no **documento 6** é um calendário que representa os camponeses que trabalhavam extraindo da terra o sustento para viver, ainda que, de forma miserável. Cerca de dois ou três dias por semana, exerciam seus serviços nas terras do senhor, sem serem pagos pelo trabalho, sendo uma obrigação feudal a **corvéia**. Os camponeses estavam obrigados a realizar o cultivo primeiramente nos campos do senhor, depois cuidavam dos seus. Entregavam parte do que produziam ao senhor do manso, a **talha**. Pagava também as **banalidades** para utilizar o moinho, o forno e o lagar.

Documento 6



■ Calendário camponês, miniatura de um manuscrito francês do século XV. Você pode observar as diversas tarefas dos servos realizadas ao longo do ano. São algumas delas: plantar e colher, fabricar vinhos. FONTE: Muy historia, n. 1, p. 7, set.-out. 2005.

Lagar: Espécie de tanque onde se espremem e se reduzem a líquido certos frutos, especialmente as uvas.

(**Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**, 1994-1995, p. 383)



ATIVIDADE

Observe a imagem do documento e descreva o trabalho realizado pelos servos. Procure relacioná-lo com a economia feudal.

O camponês servil era um escravo?

O escravo podia ser comprado ou vendido em qualquer tempo, como ocorreu na antigüidade e na África da época moderna. O servo tinha o *status* legal de homem livre, embora os senhores procurassem mantê-los presos às suas terras por meio de obrigações feudais. Portanto, os servos não eram escravos, nem trabalhadores livres.

A servidão era uma relação de trabalho no qual uma pessoa (servo) devia obrigações a outra (senhor). Estas obrigações geralmente eram pagas em forma de tributos, em troca de um pedaço de terra para produzir, de proteção e de segurança militar fornecidas por seus senhores feudais. Como os escravos, os servos deviam obediência e lealdade ao seu senhor.

Mas o que caracterizava um servo?

O servo não podia entrar para ordens religiosas, não podia denunciar homens livres na justiça, nem dispor livremente de seus bens, não participava do exército (defesa), nem podia deslocar-se livremente. Havia, entretanto, diferenças nas condições de servo?

Texto 6

Por mais pesadas que estas obrigações pudessem parecer, num certo sentido, eram a antítese da escravatura, pois supunham a existência de um verdadeiro patrimônio nas mãos do devedor. Na sua qualidade de foreiro, o servo tinha os mesmos direitos que qualquer outro, a sua posse já não era precária e o seu trabalho, uma vez satisfeitos os tributos e os serviços, só a ele pertencia.

(Adaptado de BLOCH, 1987 p. 273-279).

Texto 7

Havia os 'servos dos domínios', que viviam permanentemente ligados à casa do senhor e trabalhavam em seus campos durante todo o tempo, não apenas por dois ou três dias na semana. Havia camponeses muito pobres, chamados 'fronteirigos', que mantinham pequenos arrendamentos de um hectare, mais ou menos, à orla da aldeia, e os 'aldeães', que nem mesmo possuíam um pequeno arrendamento, mas apenas uma cabana, e deviam trabalhar para o senhor como braços contratados, em troca de comida.

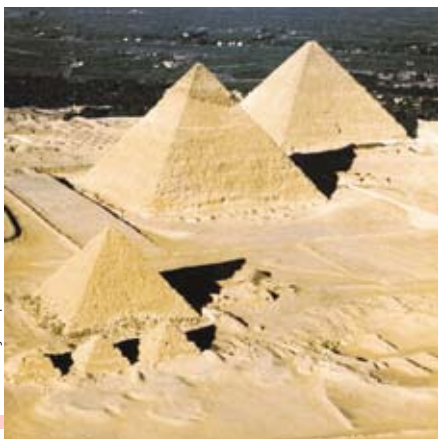
Havia os 'vilãos' que, ao que parece, eram servos com maiores privilégios pessoais e econômicos. Distanciavam-se muito dos servos na estrada que conduz à liberdade, gozavam de maiores privilégios e menores deveres para com o senhor. Uma diferença importante, também, está no fato de que os deveres que realmente assumiam eram mais preciosos que os dos servos. Isso constituía grande vantagem, porque, então, os vilãos sabiam qual a sua exata situação. Alguns vilãos estavam dispensados dos 'dias de dádiva' e realizavam apenas as tarefas normais de cultivo. Outros simplesmente não desempenhavam qualquer tarefa, mas pagavam ao senhor uma parcela de sua produção. Ainda outros não trabalhavam, mas faziam seu pagamento em dinheiro. Alguns vilãos eram quase tão abastados como homens livres, e podiam alugar parte da propriedade do senhor, além de seus próprios arrendamentos. Assim, havia alguns cidadãos que eram proprietários independentes e nunca se viram obrigados às tarefas do cultivo, mas pura e simplesmente pagavam uma taxa a seu senhorio.

(Adaptado de HUBERMAN, 1986, P. 7)

E o escravo, desapareceu do cenário feudal?

A escravidão reduziu, na Europa ocidental, à medida que aumentava a servidão. Na Inglaterra do século XII, os escravos realizavam trabalhos domésticos, na França, ao norte do Loire, quase não tinham importância numérica. Então, os escravos não desapareceram na época feudal; gregos e muçulmanos capturados por mercadores, ao longo da costa do mar Negro, Ásia ocidental, África do Norte, foram vendidos e utilizados no trabalho do campo, doméstico seja como eunucos, concubinas ou prostitutas. A escravidão adquiriu certa importância na Itália, devido a proximidade com os países muçulmanos, o que possibilitou o comércio de escravos da região do mediterrâneo e da África continental.

Entretanto, predominava na sociedade feudal três ordens definidas: clero, nobreza e servos. Esses grupos sociais deveriam conviver em harmonia, cada um desempenhava funções determinadas.

Documento 8

www.cyberpadres.com

- Pirâmides de Quéops, Quéfren e Miquerinos, no deserto de Gizé (século XXVII – XXVI a.C.)

Documento 9

- Ruínas do Coliseu. Iniciado no reinado de Vespasiano e terminado em 82 d.C. pelo imperador Domiciano. O grande anfiteatro tinha capacidade para 40 mil pessoas sentadas e mais 5 mil em pé.

O bispo Adalberon de Laon (–1031/1031†), do século XI, relata que:

Documento 7

O domínio da fé é uno, mas há um triplo estatuto na Ordem. A lei humana impõe duas condições: o nobre e o servo não estão submetidos ao mesmo regime. Os guerreiros são protetores das igrejas. Eles defendem os poderosos e os fracos, protegem todo mundo, inclusive a si próprios. Os servos por sua vez têm outra condição. Esta raça de infelizes não tem nada sem sofrimento. Quem poderia reconstituir o esforço dos servos, o curso de sua vida e seus inumeráveis trabalhos? Fornecer a todos alimento e vestimenta: eis a função de servo. Nenhum homem livre pode viver sem eles. Quando um trabalho se apresenta e é preciso encher a despensa, o rei e os bispos parecem se colocar sob a dependência de seus servos. O Senhor é alimentado pelo servo que ele diz alimentar. Não há fim ao lamento e às lágrimas dos servos. A casa de Deus que parece una é, portanto, tripla: uns rezam, outros combatem e outros trabalham. Todos os três formam um conjunto e não se separam: a obra de um permite o trabalho dos outros dois e cada qual por sua vez presta seu apoio aos outros.

(ADALBERON *apud* FRANCO JUNIOR, 1985, p. 34)

Documento 10.

www.sxc.hu



- Castelo medieval.



DEBATE

Sugestão de leitura

MacDONALD, Fiona. **Como seria sua vida na Idade Média?** São Paulo: Scipione, 1996.

Dê sua opinião sobre o relato do bispo Adalberon de Laon presente no **documento 7**, em relação à harmonia das três ordens: clero, nobreza e servo. Escreva sua argumentação e debata com a sala.



ATIVIDADE

- Utilizando-se dos textos 6 e 7, você irá construir um quadro destacando as diferenças entre as categorias de servos feudais. Depois construa uma narrativa histórica sobre as relações de trabalho medievais.
- Caracterize e compare o trabalho nas sociedades escravista e feudal. Analise como as relações de trabalho nestas sociedades fundamentam diferenças sócio-econômicas.
- Em diferentes sociedades, os seres humanos construíram monumentos de magnífica arquitetura, que ainda hoje encantam pessoas do mundo inteiro. Destacam-se, entre estes, as construções das Pirâmides egípcias, o Coliseu de Roma e também os Castelos Medievais. Observe as imagens representadas nos documentos 8, 9 e 10. Depois produza uma narrativa histórica destacando como foi possível a construção destes monumentos, considerando a tecnologia dos períodos expressos, bem como o trabalho empregado na construção destes monumentos.

Referências Bibliográficas

- BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.94-355.
- BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1987
- BOBBIO, Norberto e outros. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília. 1986, p. 1237.
- BOND, Rosana. **A civilização Inca**. São Paulo: Ática, 2003, p. 39.
- CAMBIANO, Giuseppe. Tomar-se Homem. IN: BORGEAUD, F. et al. **O homem grego**. Lisboa: Presença, 1994. Dir. de Jean-Pierre Vernant, p. 79.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. **O Egito Antigo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. **América pré-colombiana**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DURANT, Will. **A Idade da fé**. V.3. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957. (Col. História da Civilização).
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, out. 94 a fev.95, p. 383.
- FRANCO JUNIOR, Hilário. **O feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio Janeiro: Guanabara, 1986.

PINSK, Jaime. **100 documentos de História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2000.

■ Obras Consultadas

ANDERSON, P. **Passagens da Antigüidade ao Feudalismo**. Porto: Afrontamento, 1982.

AQUINO, R. S. L. et al. **História das sociedades**: das comunidades primitivas às sociedades medievais. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

ARISTÓTELES. **Tratado da política**. Portugal: Publicações Europa-América, 1977. (Livro de bolso Europa-América 158).

BRECHT, B. **Poemas**. Lisboa: Presença, 1976, p.66.

BRUNT, P. A. Trabalho e escravidão. In: BALSDON, J. P. V. D. (org.). **O mundo romano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

DAUS, F. A.; APARÍCIO, F. **Introdução geográfica e os aborígenes da América do Norte e da América Central**. São Paulo: Brasileira, 1964.

DIAKOV V.; KOVALEV. V. (Dir.). **História da Antigüidade**: Roma. Lisboa: Estampa, 1976.

GIORDANI, M. C. **História da Antigüidade Oriental**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Antigüidade Clássica**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MIRANDA, F. M. **Os aborígenes da América do Sul**. São Paulo: Brasileira, 1964.

PEREGALLI, E. **A América que os europeus encontraram**. São Paulo: Atual, 1994.

PROÊNÇA, G. **História da Arte**. São Paulo: Ática, 2003.

VEYNE, P. **História da Vida Privada**: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.



RELAÇÕES DE TRABALHO: A construção do trabalho assalariado

■ Siumara Sagati¹



Etimologicamente a palavra salário vem de sal. Na antiguidade, como não havia moeda como instrumento de valoração e troca, usava-se a pitada de sal como expressão de valor.

Será que sempre existiu salário para o trabalho?

Trabalho sempre esteve relacionado com salário?



■ De artesãos independentes a tarefeiros assalariados

A partir dos séculos XII e XIII, com o progresso das cidades na Europa e o uso do dinheiro, os artesãos tiveram a opção de abandonar a agricultura e viver de seu ofício. O sapateiro, o padeiro, o fabricante de móveis, etc., foram para as cidades européias, dedicando-se aos negócios, não mais para satisfazer somente às suas necessidades como faziam antes, mas sim para atender à procura e abastecer um mercado pequeno e em construção.

Neste momento, a produção era de caráter familiar. Nela o artesão possuía os meios de produção (era o proprietário da oficina e das ferramentas) e trabalhava com a família em sua própria casa, realizando todas as etapas da produção, desde o preparo da matéria-prima até o acabamento final; ou seja, não havia divisão do trabalho ou especialização. Em algumas situações, o artesão tinha consigo um ajudante, porém não assalariado, que desenvolvia o mesmo trabalho pagando uma “taxa” pela utilização das ferramentas.

Com a expansão das cidades e a mudança de grande parte da população para os centros urbanos, aumentou o número de artesãos. Estes, que antes dominavam todas as técnicas de fabricação de um produto, passaram a ter mais ajudantes, os quais se tornavam aprendizes de um ofício, recebendo um pagamento por isso (em alimentos ou dinheiro), até poder obter sua própria oficina.

Concluído o período de aprendizado, caso não tivesse condições de abrir sua própria oficina, o aprendiz podia tornar-se jornaleiro e continuar trabalhando para o mesmo mestre, recebendo um salário, ou tentar conseguir emprego em outra oficina.

Nos séculos XII e XIII, a produção artesanal estava sob o controle das corporações de ofício, que eram associações econômicas que buscavam promover e proteger os interesses de uma determinada categoria profissional. Os trabalhadores passaram a agregar-se por especialidades nas corporações de ofício, que possuíam regulamentos quanto à hierarquia, à formação e ao treinamento de profissionais, às horas de trabalho, salários, preços a serem cobrados pelos próprios produtos, além de proteger os artesãos contra a concorrência de outras cidades ou países.



ATIVIDADE

Havia espaço para contestação nas Corporações de Ofício? Justifique sua resposta.

Com a expansão das atividades comerciais, principalmente a partir do século XV, devido ao alargamento do comércio tanto rumo ao Oriente quanto em direção à América, houve a necessidade de aumentar a produção de mercadorias. Tornaram-se mais numerosas as pequenas oficinas. A produção passou a ser direcionada a um mercado em crescente expansão, permanecendo, porém, os lucros nas mãos dos comerciantes. Com uma maior utilização da moeda, a ampliação das relações comerciais e o fortalecimento dos mercados nas cidades, tornou-se mais comum a utilização da mão-de-obra assalariada.

No século XVI, com o incremento da economia mercantil, o exclusivismo das corporações foi abalado. Ocorreu a ingerência dos comerciantes na distribuição de matéria-prima, na concessão de instrumentos de trabalho e na ampliação de mercados. Eles começaram a fornecer a matéria-prima aos trabalhadores fora da jurisdição das corporações e a controlar a comercialização do produto final. Surgia o sistema que ficou conhecido como *putting-out*, no qual aparecia a figura do comerciante capitalista, isto é, o intermediário entre a produção e a comercialização. Para atender a crescente procura por mercadorias, tais intermediários levavam matéria-prima não apenas aos membros das corporações que, nas cidades, estavam dispostos a trabalhar para eles, mas também para os homens, mulheres e crianças das aldeias.

Putting-out - pôr-fora / produção dispersa

Putting-out system - sistema de divisão parcelada do trabalho

Putter-out - aquele que faz realizar um trabalho fora (patrão)

(MARGLIN, 2001, p. 41-56)

A matéria-prima distribuída era transformada na própria casa pelo mestre artesão e os jornaleiros por ele empregados, tal como no sistema de corporações, mas com uma diferença importante: os mestres já não eram independentes; tinham ainda a propriedade dos instrumentos de trabalho e, embora dominassem o processo de produção, dependiam, para ter a matéria-prima, de um empreendedor que se interpusesse entre eles e o consumidor. Passaram a ser simplesmente tarefeiros assalariados, sendo-lhes vetado o acesso ao mercado, tanto para a obtenção das matérias-primas indispensáveis para a produção como para a comercialização de seus produtos.

Ainda que o intermediário não modificasse a técnica de produção, buscou reorganizá-la com o objetivo de aumentar a produtividade. Já percebia, por exemplo, as vantagens da especialização, da divisão do trabalho para acelerar a produção. Não que sob o sistema corporativo a divisão do trabalho fosse inexistente. A produção têxtil, por exemplo, era dividida em tarefas separadas, cada uma controlada por especialistas. Nesse caso a divisão profissional do trabalho foi substituída pela divisão

técnica do trabalho, isto é, a exclusividade profissional dominante nas oficinas de artesanato foi substituída pela distribuição de funções nas oficinas de manufaturas modernas.



DEBATE

Do século XVI ao XVIII, os artesãos independentes tendem a desaparecer, e em seu lugar surgem os assalariados, que cada vez dependem mais do comerciante-capitalista-intermediário.

Que fatores colaboraram para tal situação?

- Os chamados *enclosures* ou cercamentos (principalmente na Inglaterra), que consistiam na expulsão em massa dos arrendatários e na transformação das terras de cultivo em pastagens para ovelhas, arrancaram grandes massas humanas de seus meios de subsistência. Essa situação ajuda a entender a prontidão de muitos camponeses em aceitar o trabalho em domicílio como “tarefeiros assalariados”. Dispondo em geral de poucas terras, a situação dos camponeses era precária. Muitos tinham que complementar seus ganhos agrícolas trabalhando por salários ou enviando seus filhos às cidades para se empregarem nas manufaturas.
- Nas cidades as corporações fechavam-se na sua posição monopolista e excluíaam os recém-chegados, o que dava margem ao surgimento de mercados ilícitos, abastecidos por mestres e jornaleiros clandestinos, que trabalhavam ilegalmente. Na maioria das vezes, sem a oportunidade de exercer autonomamente seu ofício, esses mestres e jornaleiros preteridos tornaram-se dependentes de quem se dispunha a lhes comprar a força de trabalho.
- Nos séculos XVI e XVII, tanto devido aos *enclosures* ou cercamentos, como devido às numerosas e prolongadas guerras religiosas que devastaram o continente europeu, muitas pessoas foram arrancadas de seu modo costumeiro de vida e não conseguiram enquadrar-se na disciplina da nova condição, convertendo-se em uma multidão de esmoleiros, assaltantes, vagabundos. A solução encontrada pelos governos da época para essa situação foi usar a força para induzir essa multidão a vender sua força de trabalho. Daí ter surgido em toda a Europa Ocidental uma legislação contra a “vagabundagem”.

Documento 1

Na Inglaterra essa legislação começou sob governo de Henrique VII.

- Henrique VIII, 1530:

Esmoleiros velhos e incapacitados recebem uma licença para mendigar. Em contraposição, açoitamento e encarceramento para os vagabundos válidos.

- Eduardo VI, 1547:

Estabelece que, se alguém se recusa a trabalhar, deverá ser condenado a se tornar escravo de quem o denunciou como vadio.

■ Adaptado de MARX, 1984 [1867], v. 1. tomo 2, p. 275-276.



ATIVIDADE

Analise e comente os valores defendidos na legislação no **documento 1**. Registre suas principais impressões.

O lento processo de ruptura das relações feudais promoveu a separação gradativa do trabalhador dos meios de produção, no campo e nas manufaturas. O camponês, aos poucos expropriado, e como o artífice, transformado em trabalhador livre, viu-se obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver. Enfim, o domínio burguês do trabalho percorreu uma trajetória que se iniciou no crescimento das populações municipais no fim da Idade Média, alimentado pela expansão dos mercados internacionais. O interior da Europa modificou-se com os resultados dessa expansão: a manufatura substituiu o artesanato, a divisão do trabalho corporativo desapareceu diante da divisão do trabalho nas oficinas e, mais tarde, nas fábricas.

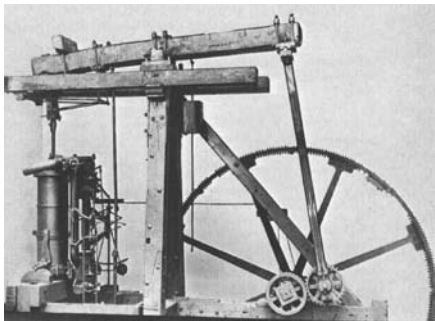
■ A constituição do sistema de fábricas

No século XVIII, simultaneamente ao processo de assalariamento, surgem inovações técnicas para a produção (máquinas a vapor, teares mecânicos, etc.).

O trabalho que antes era desenvolvido em pequena escala, no ambiente doméstico e nas pequenas oficinas, passou a ser realizado em grande escala, num espaço maior destinado especialmente a ele - a fábrica.

■ Máquina de fiar de Hargreaves





■ Máquina a vapor de Watt FONTE: www.paginas.terra.com.br/.../grandes/watt.htm acesso: 30-08-05

O dono da fábrica tornou-se também proprietário da matéria-prima e das ferramentas para a fabricação dos produtos; o trabalhador passou a vender sua força de trabalho e não mais o produto acabado como no trabalho artesanal. Além de se separar dos meios de produção, no sistema fabril, o trabalhador, que antes dominava todo o processo de elaboração de um produto, passou a ocupar um posto fixo nesse processo, consolidando assim a divisão técnica do trabalho.

Texto 1

O fundamental na passagem da produção manufatureira à produção industrial é que nesta o trabalho não é mais realizado pelo homem, mas pela máquina. A função do homem não é mais produzir, mas alimentar, vigiar, manter e reparar a máquina que tomou o seu lugar. Isso tem, naturalmente, conseqüências muito importantes. O que aqui nos interessa, sobretudo, é a mudança produzida no papel do operário no processo produtivo. Esse papel de ativo torna-se essencialmente passivo. São outras, portanto, as habilidades requeridas.

(Adaptado de SINGER, 1994, p. 31).

Mas o que originou realmente o sistema de fábricas? O que determinou a reunião dos artesãos num mesmo espaço, embaixo do mesmo teto?

Para alguns pesquisadores, o início do sistema fabril e a divisão de trabalho que nele se instaurou não se deveram somente às inovações tecnológicas. O que determinou a reunião dos trabalhadores artesãos em um mesmo espaço foi a necessidade de controlá-los em seu ritmo de trabalho e seu saber técnico.

O *putting-out system*, baseando-se na dispersão dos trabalhadores domésticos, criava muitas vezes situações incertas e problemáticas. Surgiram vários conflitos, devido ao desvio de parte da produção, a falsificação dos produtos, a utilização de matérias-primas de qualidade inferior àquelas fornecidas, ociosidade e atraso no pagamento e na entrega de mercadorias, etc. Na perspectiva dos mercadores capitalistas era “sabotagem”; já do ponto de vista dos trabalhadores domésticos, essas ações, muitas vezes, significavam uma forma de “resistência” à perda do próprio controle do processo de trabalho.

Na intenção de organizar e disciplinar o trabalho por meio de uma sujeição completa da figura do próprio trabalhador, surgiu o sistema de fábricas. O que estava em jogo era justamente a ampliação do controle e do poder por parte dos capitalistas sobre o conjunto de trabalhadores que ainda conservavam para si os conhecimentos técnicos e impunham a dinâmica do processo produtivo.

Texto 2:

E nesse sentido, o sistema de fábrica representou a perda desse controle pelos trabalhadores domésticos. Na fábrica, a hierarquia, a disciplina, a vigilância e outras formas de controle tomaram-se tangíveis a tal ponto que os trabalhadores acabaram por submeter-se a um regime de trabalho ditado pelas normas dos mestres e contramestres, o que representou, em última instância, o domínio do capitalista sobre o processo de trabalho.

(DECCA, 1981, p. 24)

Texto 3:

A especialização parcelada, característica do putting-out system, fez desaparecer só um dos dois aspectos do controle operário da produção: o controle sobre o produto. O controle operário do processo de trabalho ainda continuava total: o trabalhador era livre para escolher as horas e a intensidade do trabalho. Essa liberdade só lhe foi tirada pela fábrica.

Assim a tese que vamos defender será: a concentração de operários nas fábricas foi uma consequência lógica do putting-out system... O segredo do sucesso da fábrica, o motivo de sua adoção, é que ela tirava dos operários e transferia aos capitalistas o controle do processo de produção. Disciplina e fiscalização podiam reduzir custos...

(MARGLIN, 2001, pp. 56-58)

Neste sistema os trabalhadores, reunidos em galpões, passaram a ser vigiados e controlados por meio de uma rígida disciplina que impunha horários de entrada e saída, prazos para cumprirem tarefas, maior divisão das etapas de trabalho e severa hierarquia.

**ATIVIDADE**

Identifique a temática dos **textos 2 e 3**. Em seguida, escreva uma narrativa sobre as modificações nas condições de trabalho com a implementação do sistema de fábrica.

A constituição do sistema de fábricas e o desenvolvimento da divisão do trabalho nela instituído foram relacionados a um acontecimento de ordem tecnológica principalmente para os pensadores no século XIX, quando predominava a crença positivista de que a tecnologia resolveria todos os problemas da humanidade. Durante o século XIX, a Escola Positivista (liderada na França por August Comte) acreditava que, com o progresso técnico, os homens seriam, necessariamente,

mais racionais em todos os campos de atividade: na política, na ética, nos negócios, nas relações entre as nações, etc.

Texto 4

Entre os autores que comungavam a crença positivista, podemos destacar:



Saint-Simon: (1760-1825)

(...) em sua visão, a nova época era a do industrialismo, que trazia consigo a possibilidade de satisfazer todas as necessidades humanas e constituía a única fonte de riqueza e prosperidade. Acreditava também que o progresso econômico acabaria com os conflitos sociais e traria segurança aos homens.

August Comte: (1798-1857)

(...) admitia Comte que algumas reformas poderiam ser introduzidas na sociedade – mudanças que seriam comandadas pelos cientistas e industriais – de tal modo que o progresso constituiria uma conseqüência suave e gradual da ordem.

Adaptado de MARTINS, 1982, p. 39-46.



Desde então, as avaliações sobre o papel da tecnologia oscilaram entre uma postura simplista, em que se acreditava piamente nos benefícios do progresso, e uma postura pessimista, que considerava a técnica nociva à humanidade.

Voltando à constituição do sistema de fábricas, não se trata de negar a importância das mudanças tecnológicas que se deram desde o início do século XVIII, mas há de se considerar que muito da essência da fábrica está na disciplina e nas possibilidades de direção e coordenação do trabalho que oferece.

Texto 5

Sistema familiar

Os membros de uma família produzem artigos para seu consumo e não para a venda. O trabalho não se fazia com o objetivo de atender ao mercado.

(HUBERMAN, 1986, p. 104-105).

Texto 6**Sistema de Corporações**

Produção realizada por mestres artesãos independentes com dois ou três empregados, para o mercado, pequeno e estável. Os trabalhadores eram donos da matéria-prima que utilizavam, como das ferramentas com que trabalhavam. Não vendiam o trabalho, mas o produto do trabalho.

(HUBERMAN, 1986, p. 104-105)

Texto 7**Sistema doméstico**

Produção realizada em casa para um mercado em crescimento. Era desenvolvida pelo mestre artesão com ajudantes, tal como no sistema de corporações, porém com uma diferença importante – os mestres já não eram independentes. Eles tinham ainda a propriedade dos instrumentos de trabalho, mas dependiam para a matéria-prima de um intermediário empreendedor que se interpusera entre eles e o consumidor.

(HUBERMAN, 1986, p. 104-105)

Texto 8**Sistema fabril**

Produção para um mercado cada vez maior e oscilante, realizada fora de casa, nos edifícios do empregador e sob rigorosa supervisão. Os trabalhadores perderam completamente sua independência. Não possuíam a matéria-prima, nem os instrumentos de trabalho. A habilidade deixou de ser tão importante, devido ao maior uso da máquina.

(HUBERMAN, 1986, p. 104-105)

**ATIVIDADE**

É possível a convivência dessas diversas formas de produção citadas nos **textos 5, 6, 7 e 8** em um mesmo tempo e espaço? Exemplifique.

SUGESTÕES: Você pode escolher um período, século XV- XVIII, na Europa por exemplo, ou observar sua cidade, região, estado e país na atualidade.

Escreva uma narrativa histórica a partir dos fragmentos presentes nos **textos 5, 6, 7 e 8**. Pesquise, use outras fontes históricas para ajudá-lo a construir os argumentos de sua narrativa. Procure informações relacionadas, também, com aspectos da temática na história de nosso país.

■ A organização do tempo do trabalho

Com o advento do sistema fabril, além do controle no interior das fábricas, os valores capitalistas foram disseminados fora deste espaço. Uma situação onde pode se verificar este controle com clareza diz respeito à noção de tempo que passou por grandes transformações. Observe com atenção o que a historiografia diz sobre as concepções de tempo.

Texto 9

Na Idade Média, além dos tempos naturais e sociais de natureza leiga, eram fortemente sentidos os tempos ligados à religião – como aqueles do dia monástico, que prevê cotidianamente os serviços para as laudes, a prima, a terça, a sexta, a nona, as vésperas e as completas.

No início da modernidade, o tempo da Igreja, marcado pelo sino, entrou em conflito com o tempo do mercador, marcado pelo relógio.

Se de fato ao camponês bastava dividir o seu tempo segundo as luas e as estações, tomadas imprecisas pela demarcação apagada entre calor e frio, sol e chuva, dia e noite; se ao monge bastava dividir as horas, segundo, os sete períodos da própria liturgia cotidiana, marcadas aproximadamente pelo relógio de sol, pela clepsidra e pelo sino, ao mercador – que faz tesouro do tempo que decorre entre a compra e a venda, pagamentos e recebimentos, transferência de mercadorias e maturação de interesses – é necessária uma medida muito mais precisa das horas e dos dias. Ainda mais precisa é a medida do tempo necessária aos químicos, aos físicos e aos filósofos que conduzem os seus experimentos nas universidades.

Se antes interessava apenas a salvação na vida eterna, agora interessa também o ganho na vida terrena. E os negócios são coligados ao tempo: no decorrer de algumas semanas, podiam mudar as sortes de um mercador ou de um banqueiro, assim como hoje, no decorrer de poucos minutos, podem decidir-se fortunas de quem joga na bolsa.

(Adaptado de DE MASI, 2000, p. 97-101).

Texto 10

Já em 1700, estamos entrando na paisagem familiar do capitalismo industrial disciplinado e podemos examinar rapidamente a tentativa de se impor o “uso econômico do tempo” nos distritos manufatureiros domésticos. Quase tudo o que os mestres queriam ver imposto pode ser encontrado nos limites de um único folheto. *Friendly advice to the poor* (Conselho amigável dos pobres), do rev. J. Clayton, escrito em 1755: “se o preguiçoso esconde as mãos no colo, em vez de aplicá-las ao trabalho; se ele gasta o seu tempo em passeios, prejudica a sua constituição pela preguiça, e entorpece o seu espírito pela indolência...”, então ele só pode esperar a pobreza como recompensa. O trabalhador não deve flanar na praça nem perder tempo fazendo compras. Clayton reclama que “as igrejas e as ruas apinhadas de inúmeros espectadores” nos casamentos e funerais, “os quais apesar da miséria de sua condição faminta... não tem escrúpulos em desperdiçar as melhores horas do dia só para admirar o espetáculo...” Clayton reclamava que as ruas de Manchester viviam cheias de “crianças vadias e esfarrapadas, que estão não só desperdiçando o seu tempo, mas também aprendendo hábitos de jogo”, etc. Ele elogiava as escolas de caridade por ensinarem o trabalho, a frugalidade, a ordem e a regularidade.

Muito antes de o relógio portátil ter chegado ao alcance do artesão, Baxter e seus colegas ofereciam a cada homem o seu próprio relógio moral Interior. Em seu *Christian directory* (Guia Cristão), apresenta muitas variações sobre o tema de Redimir o Tempo: “empregar todo o tempo para o dever” “Lembrairos que redimir o tempo é lucrativo no comércio ou em qualquer negócio; na administração ou qualquer atividade lucrativa, costumamos dizer, de um homem que ficou rico com o seu trabalho, que ele fez bom uso do seu tempo”.

(Adaptado de THOMPSON, 1998, p. 291-295)

Texto 11

Em um país após o outro, os europeus incentivaram, quando não obrigaram, os habitantes locais a pensar em termos do tempo do relógio ocidental, considerado bom para a disciplina do trabalho, e na divisão dos “séculos” em antes ou depois de Cristo. A hora de Greenwich, adotada na Grã-Bretanha em 1848, chegou aos Estados Unidos em 1873, ao Japão em 1888 e ao Brasil em 1914. Esse breve relato da divulgação do tempo ocidental e dos relógios ocidentais para o resto do mundo vem tratando a “cultura do tempo” européia como se fosse homogênea. Se examinarmos um pouco melhor a Europa, porém, logo descobriremos que não era o caso. Um dos pioneiros nesse campo, o historiador francês Jacques Le Goff, escreveu sobre um conflito entre duas culturas do tempo na Europa medieval: “O tempo da igreja” e o “tempo dos mercadores”. A igreja enfatizava o tempo sagrado e o ano litúrgico, enquanto os mercadores viam o tempo de maneira mais secular. Eles gostavam de dizer que “tempo é dinheiro”, que o tempo pode ser calculado, usado sabiamente ou desperdiçado.

Outros tempos

Esse contraste entre dois tipos de tempo é esclarecedor, mas certamente é necessário pensar em termos de ainda mais variedades, incluindo o “tempo camponês”, o tempo do ano agrícola. Também existe o “tempo industrial”, não apenas a extensão do tempo do mercador às fábricas, primeiramente na Inglaterra e depois em todo o mundo, mas também a padronização do tempo seguindo o surgimento de novas formas de transporte. O estabelecimento de uma rede de carruagens públicas na Europa do século 18 dependia de um “horário”, um sistema de organização que mais tarde se estendeu às viagens de trem e avião. Hoje, nosso “tempo livre”, “feriados” e lazer, assim como nossas horas de trabalho, são governados pelo relógio e pelo horário.

(Adaptado de BURKE, Peter. Uma história cultural do tempo. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13 de out. 2002, Caderno Mais).

**ATIVIDADE**

Em conjunto com os colegas de sala de aula, procure fazer uma análise dos textos registrando por escrito as suas observações sobre:

- As transformações históricas na forma de medir o tempo;
- As relações entre as religiões e as medidas de tempo;
- As relações entre as transformações na medida do tempo e o comércio;
- As permanências e mudanças de significado das medidas de tempo na sociedade contemporânea.

Escreva uma narrativa histórica sobre o tema abaixo relacionado:

“O sistema fabril impôs ordem, controle e disciplina dentro e fora das fábricas”

■ Trabalho infantil: um dos mais explorados

Toda a criança possui plena dignidade como ser humano. Esta é uma verdade inquestionável inscrita no texto da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada em 1989 pela ONU, que reconhece a todas as pessoas, com menos de 18 anos de idade, os direitos humanos fundamentais como: a vida, a liberdade, a saúde, a assistência, a educação e a proteção.

O Brasil tem assumido compromissos formais decorrentes da assinatura de tratados de extensão internacional, obrigando-se, por força da Constituição e de leis específicas — como, por exemplo, o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)** —, a dar prioridade e solução às questões voltadas para a garantia dos direitos fundamentais da criança. No entanto, há um abismo entre o compromisso assumido no plano legal e a realidade que se percebe nos espaços tanto urbanos quanto rurais de nosso país.

Tem-se constatado em todas as regiões do país, principalmente na zona rural, crianças envolvidas no trabalho doméstico, na plantação e na colheita de cana-de-açúcar, do fumo, do algodão, sisal, frutas; nas atividades de cerâmica, pedreiras, casas de farinha, carvoarias, dentre outras.

No setor urbano, encontra-se o trabalho de crianças no ramo da tecelagem, produção artesanal, na produção de calçados, em atividades desenvolvidas no espaço público como vendedores, engraxates, catadores de lixo, jornalheiros, e, pior, inseridas nos domínios da criminalidade (drogas e prostituição).

Documento 4

Trabalho infantil é o maior em 18 meses e Rio lidera casos; da **Folha Online** de 19 nov. 2003.

Confira abaixo a evolução do trabalho infantil desde março de 2002 em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre — as seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua pesquisa mensal de emprego:



■ FONTE: Folha Online acesso: 04/09/2005

TABELA 1

Incidência do Trabalho Infantil, segundo a natureza da atividade (agrícola, ou não agrícola), por Grandes Regiões

Percentual de Pessoas de 5 a 15 anos, ocupadas na semana de 21 a 27/09/2003, segundo a natureza da atividade, por Grandes Regiões

	Agrícola (%)	Não Agrícola (%)	Total (%)
Brasil	54,3	45,7	100,0
Norte	24,1	75,9	100,0
Nordeste	67,1	32,8	100,0
Centro-Oeste	29,5	70,5	100,0
Sudeste	34,1	65,9	100,0
Sul	63,1	36,9	100,0

■ Fonte: DAM/SAGI/MDS, a partir dos microdados da PNAD 2003

É claro que a miséria e a pobreza, responsáveis pela exclusão social e transformadas em tristes símbolos que envergonham os países em desenvolvimento, estão na base do problema do trabalho infantil. Entretanto, um olhar mais atento na questão, tem demonstrado outras causas geradoras da inserção indevida de crianças no trabalho, destacando-se a infeliz herança de uma cultura que defende a idéia de que o trabalho “dignifica” a criança, desenvolvida com a Revolução Industrial e incrementada significativamente a partir das ondas da expansão capitalista.

Embora atualmente se faça sentir, por meio de denúncias, movimentos de proteção, estatutos, etc., uma crescente preocupação com as precárias condições da infância, tal problemática não é nova. Através de alguns escritos sobre a legislação fabril inglesa do século XIX, pode-se perceber que a exploração da criança das classes populares, a inexistência da infância isenta de violências, do trabalho, de responsabilidades do mundo adulto não são questões apenas da atualidade. Observe este fragmento da obra **“O capital”** do filósofo alemão Karl Marx (1818-1883):

Documento 5

A comissão de inquérito de 1840 tinha feito revelações tão terríveis e revoltantes e provocado tanto escândalo em toda a Europa que o Parlamento foi obrigado a salvar sua face, promulgando a lei sobre o trabalho nas minas (Mining Act) de 1842, que se limitava a proibir o trabalho embaixo da terra das mulheres e crianças com menos de 10 anos. Em 1860 foi promulgada a lei de inspeção das minas que previa a fiscalização delas por funcionários especialmente nomeados para esse fim e proibia o emprego nelas de menores entre 10 e 12 anos, excetuando-se os que possuíssem um certificado escolar ou freqüentassem a escola durante um certo número de horas.

(MARX, 1985, p. 566).

De acordo com Marx, apesar da aparente pobreza que apresentavam em seu conjunto, as disposições da lei fabril fizeram da instrução primária condição indispensável para o emprego de crianças. Naquela época, isso representou um avanço, pois nela se propunha proteger a criança da exploração tanto dos donos das fábricas, como dos pais ou outras pessoas que tinham sob sua vigilância a criança ou extraíam vantagens diretas do trabalho delas.

Marx salienta que apesar desse pequeno avanço em termos de legislação, essa lei ficou sendo letra morta devido ao pequeno número de inspetores nomeados para fiscalizar as minas e aos escassos poderes que lhes foram concedidos, entre outras causas. Muitos enriqueceram às custas de uma força de trabalho ágil, dócil, facilmente manipulável, que não sabe reivindicar ou organizar-se. Veja alguns exemplos dessa forma de exploração na história:

Documento 6



■ **Fábrica Nacional de Tecidos Juta**, 1931 Fonte: Fundação Getúlio Vargas- CPDOC

Documento 7



■ **Oficina de Latoeiro**, Rio de Janeiro 1908. FONTE: Arquivo Nacional

Texto 12

Na medida em que a mecanização nivelava por baixo a habilidade necessária dos trabalhadores, tomava-se possível incorporar, com facilidade, trabalho feminino e infantil. Isto significava também baixar o custo de remuneração do trabalho. A tecelagem exigia pouca força muscular e os dedos finos das crianças adaptavam-se, perfeitamente, à tarefa de atar os fios que se quebravam em meio à trama. Sua debilidade física era garantia de docilidade, recebendo apenas 1/3 e 1/6 do pagamento dispensado ao homem adulto e, muitas vezes, recebiam apenas alojamento e alimentação. A maior parte destes infelizes era contratada nas paróquias, junto aos responsáveis pelas casas assistenciais, que livravam-se, por este meio, das despesas de sustento, diminuindo os encargos.

A descrição da vida destes pequenos trabalhadores é dantesca. Trabalhavam até 18 horas por dia, sob o látigo de um capataz que ganhava por produção. Os acidentes de trabalho eram freqüentes, má alimentação, falta de higiene, de ar ou sol, imoralidade e depravação nos alojamentos. As faltas eram punidas com castigos.

(Adaptado de ARRUDA, 1991, p. 69)

Documento 8

Distribuição das crianças empregadas, segundo a idade:

Idade	Nº de crianças empregadas
2 – 3 anos	2
3 – 4 anos	2
4 – 5 anos	8
5 – 6 anos	2
6 – 7 anos	7
7 – 8 anos	13
8 – 9 anos	15
9 – 10 anos	19
10-11 anos	23
11-12 anos	21
12-13 anos	40
13-14 anos	26
14-15 anos	29
15-16 anos	35
Desconhecida	4
TOTAL	246

Pense em crianças de dois e três anos trabalhando!!!

Será isso um relatório sobre o sistema doméstico entre os séculos XVI e XVIII? Na verdade, não. Qual a época e o local das condições acima descritas?

Época: Agosto de 1934.

Local: Connecticut, Estados Unidos.

■ FONTE: HUBERMAM, 1986, p.107



ATIVIDADE

Analise historicamente os **documentos 6, 7 e 8** e o **texto 12**, seguindo o roteiro indicado:

- identificar o tipo de documento; a data da produção; o tema; a finalidade do documento;
- identificar o contexto histórico;
- estabelecer relações entre as temáticas dos documentos e do texto historiográfico;
- posicionar-se sobre a relevância histórica dos documentos e do texto historiográfico.



PESQUISA

Sob a orientação do professor (a), forme equipes para o seguinte trabalho:

- I – Procure descobrir se no bairro, cidade ou região onde vocês moram existem casos de emprego de mão-de-obra infantil. Consulte fontes como jornais, revistas, Internet, panfletos, etc...
- II – Busque colher depoimentos de pessoas que trabalharam quando crianças. Veja algumas sugestões:
 - Por que trabalhavam?- Que idade tinham?
 - Em que setor trabalhavam?- Quais eram as condições de trabalho?
- III – Busque também colher depoimentos de jovens trabalhadores que tenham entre 10 e 15 anos. Sugestões:
 - Qual a sua idade e desde quando trabalha?
 - Qual o tipo de trabalho que faz atualmente?
 - Já fez outros tipos de trabalho? Cite quais.
 - Quantas horas trabalha por dia?
 - Que significado o trabalho tem para você?
 - Estuda?
 - Tem tempo para outras atividades e para o lazer?
- IV – Faça uma pesquisa sobre a legislação e as garantias aos Direitos da Criança e do Adolescente. Fontes interessantes de pesquisa são os seguintes sites: www.unicef.org/brazil / www.oitbrasil.org.br / www.andi.org.br / www.fundabring.org.br, sites acessados dia: 04/09/05.
- V – Discutam as informações obtidas e montem um painel para ser colocado na parede mostrando o trabalho infantil no presente e no passado.

■ O trabalho feminino

A condição da mulher trabalhadora no processo histórico é objeto de estudo para muitos historiadores. Ela foi se incorporando ao mercado externo de trabalho sem desobrigar-se, no entanto, de suas funções no “lar”. Observe o que a historiografia diz a respeito:

Texto 13

O trabalho mais árduo e prolongado de todos era o da mulher do trabalhador na economia rural. Parte desse trabalho era orientado pelas tarefas domésticas. Outra parte se dava nos campos, de onde ela retomava para novas tarefas no lar. Como Mary Collier reclamou:

(...) e quando chegamos em casa,
 Ai de nós! Vemos que o nosso trabalho mal
 começou; tantas coisas exigem a nossa atenção,

Tivéssemos dez mãos, nós a usaríamos todas.
Depois de pôr as crianças na cama,
com o maior carinho
Preparamos tudo para a volta dos homens ao lar:
Eles jantam e vão para a cama sem demora.
E descansam bem até o dia seguinte;
Enquanto nós, ai! Só podemos tirar um pouco de sono
Porque os filhos teimosos choram e gritam

Em todo o trabalho (nós) temos nossa devida parte;
E desde o tempo em que a colheita se inicia
Até o trigo ser cortado e armazenado,
Nossa labuta é todos os dias tão extrema
Que quase nunca há tempo para sonhar.

(Adaptado de THOMPSON, 1998, p. 287-288).

Texto 14

A partir do séc XI, como se tratava de uma época de expansão e crescimento econômico, a mulher teve pleno acesso ao mundo do trabalho. Encontravam-se praticamente em todos os ofícios, todavia no ramo têxtil e relacionado à alimentação, sua presença era mais significativamente marcante. Os ofícios exclusivamente femininos se organizaram em corporações, como os masculinos, embora não usufríssem a mesma autonomia. O livre exercício de um ofício por parte da mulher não era bem visto pelos homens que censuravam seu acesso às corporações. Era admitida somente em situações muito raras, em função de ser esposa ou viúva de mestre artesão. Todavia, era praticamente impossível que fosse reconhecida como mestra do seu ofício, muito embora, não raramente, atuasse como se assim fosse: contratava os aprendizes, comprava matérias-primas e vendia o produto por ela elaborado.

(Adaptado de BAUER, 2001, p. 41-62).

Tabela 2 – Trabalho feminino

	1787	1835				Total
		Ativas	Paradas	Empregados		
				Masc.	Fem.	
Berkshire	2	-	-	-	-	-
Cheshire	8	109	7	15516	15996	31512
Cumberland	-	13	-	626	1032	1638
Derbyshire	22	93	3	4705	6880	11585
Durhan	-	1	-	9	24	33
Lancashire	41	683	32	60151	62264	122415
Leicestershire	-	6	-	325	267	592
Middlesex	-	7	-	217	133	350
Nottinghamshire	17	20	-	481	1242	1723
Staffordshire	-	13	-	749	1299	2098
Westmorland	5	-	-	-	-	-
Yorkshire	11	126	-	5487	5724	11211
Resto da Inglaterra	6	-	-	-	-	-
Total da Inglaterra	119	10171	42	88266	94861	183127
Isle of Man	1	-	-	-	-	-
Gales	4	5	-	452	699	1151
Escócia	19	159	-	10529	22051	32580
Total da Grã-Bretanha	143	1235	42	99267	117611	216858
Irlanda	-	28	-	1639	2672	4311
TOTAL	143	1263	42	100886	129283	221169



ATIVIDADE

Que informações podem ser obtidas a partir da análise da **tabela 2**?

Estabeleça relações entre as temáticas dos **textos 13, 14** e da **tabela 2**. Registre por escrito.



PESQUISA

Organize com o professor (a) um roteiro de pesquisa sobre o contexto histórico do surgimento das fábricas no Brasil e a utilização de mão-de-obra infantil e feminina nessas fábricas. Faça uma síntese sobre o tema.

■ Referências Bibliográficas

- ARRUDA, J. J. de. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Ática, 1991.
- BAUER, C. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xamã/ Edições Pulsar, 2001.
- BURKE, P. **Uma história cultural do tempo**. In: Folha de São Paulo. São Paulo, 13 de out., 2002, Caderno Mais.
- DECCA, E. S. de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DE MASI, D. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- HUBERMAM, L. **A história da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: LTC/Livros Técnicos e Científicos Editora, 1986.
- MARGLIN, S. Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os padrões?). In: Gorz, A. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.37-77.
- MARTINS, C. B. **O que é Sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984, v.I, tomo 2.
- _____. **O Capital**. São Paulo: Difel, 1985.
- SINGER, P. **A formação da classe operária**. São Paulo: Atual, 1994.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

■ Obras Consultadas

- DOBB, M. H. **A Evolução do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- HOBSBAWM, E. J. **A Era das Revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- LE GOFF, J. **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1980.
- OLIVEIRA, C. R. de. **História do Trabalho**. São Paulo: Ática, 1987.

■ Documentos Consultados *ONLINE*

- www1.folha.uol.com.br Acesso em 04 set. 2005
- www.unicef.org/brazil; Acesso em: 04 set. 2005.
- www.oitbrasil.org.br; Acesso em: 04 set. 2005.
- www.andi.org.br; Acesso em: 04 set. 2005.
- www.fundabring.org.br; Acesso em: 04 set. 2005.
- www.projetomemoria.art.br/.../operarios.htm ; Acesso em: 04 set. 2005.



RELAÇÕES DE TRABALHO: Transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a mão-de-obra no contexto de consolidação do capitalismo nas sociedades brasileira e estadunidense

■ Marli Francisco¹, Vanderleia Canha²

“Trabalho escravo atinge 25 mil no Brasil.”

■ Folha de Londrina, 02 abr. 2004, p. 7.

A colonização do Brasil foi baseada na exploração do trabalho escravo. No século XIX, essa forma de organização do trabalho não atendia às demandas de um mundo capitalista. Como ocorreu a substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre? Quais relações de trabalho foram produzidas nesse processo? Quais os sujeitos históricos desse processo?

¹Colégio Estadual Chateaubriandense – Assis Chateaubriand – PR

²Colégio Estadual Arlinda Ferreira Creplive – Quatro Barras – PR

■ Os Europeus e as Etnias do Novo Mundo

Você deve estar se perguntando: escravidão hoje, em pleno século XXI? Surpreso? A utilização do trabalho forçado em nosso país vem do período colonial, século XVI, período este em que a escravidão foi a alternativa encontrada para solucionar o problema de escassez de mão-de-obra para colonizar o Brasil. O condicionamento da economia brasileira, à base da grande lavoura, resultou em certas características que permaneceram inalteráveis durante todo o período colonial e sobreviveram a ele. Entre essas características, destacamos a utilização de mão-de-obra escrava que prevaleceu (aceita e incentivada pelo Estado) até parte do século XIX.

Quando os portugueses iniciaram a exploração do Brasil, no início do século XVI, havia, aqui, mais de 5 milhões de indígenas divididos em várias etnias com usos e costumes diferentes. Havia diferenças e conflitos entre essas etnias, o que poderia resultar em guerras. A historiografia tem dificuldades em definir em que condições viviam os prisioneiros dessas guerras. Talvez estes prisioneiros fossem submetidos a alguma espécie de escravidão nas aldeias indígenas. Entretanto, os escravos se submetiam à toda comunidade e não a um senhor individual.

O projeto de expansão marítima européia, ocorrido a partir do século XV, permitiu que os europeus encontrassem novas terras e sociedades com diferentes modos de vida, dentre elas, os povos que já habitavam o continente que passou a ser chamado de América. A parte central do continente (1492) foi o primeiro alvo dessa apropriação, a medida que a notícia do descobrimento corria mundo afora, europeus de diversas nacionalidades chegavam para demarcar seu território (ingleses, franceses, holandeses) e o Novo Mundo (América) aos poucos foi sendo desbravado pelo Velho Mundo (Europa).

O novo continente (América) continha características étnicas, lingüísticas e culturais tão variadas quanto as dos povos que habitavam a Europa naquele período.

Além da apropriação e exploração dessas novas terras pelos europeus, ocorreu um processo que levou a destruição de várias etnias indígenas, eliminação de aldeias inteiras por meio de matança, escravidão e doenças, além da formação de um organizado sistema comercial que foi montado em todo continente ao longo do domínio colonizado.

Em relação ao Brasil, os portugueses perceberam, nos primeiros contatos, que nada da produção indígena poderia reverter em grandes lucros na Europa, pois seria preciso implantar seu próprio estilo de produção e suas relações de trabalho. Recorreram primeiro à comer-

Escravo: que ou aquele que, privado da liberdade, está submetida à vontade absoluta de um senhor, a quem pertence como propriedade. (Adaptado de HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 1210).

cialização de pau-brasil e usaram do trabalho indígena para o corte e transporte desta madeira – por meio de escambo (troca) de produtos, que variavam de espelhos e perfumes a alimentos e bebidas européias. A exploração e a crueldade contra os indígenas não demorou a acontecer, o que antes era feito voluntariamente, passou a ser feito obrigatoriamente através da escravidão.

Essas alterações no relacionamento entre os europeus e os indígenas ficam claras a partir de 1534, quando o governo metropolitano iniciou a efetiva ocupação e colonização do Brasil. Com a decisão de introduzir a cultura da cana-de-açúcar (século XVI), houve a necessidade contínua do trabalho na lavoura de tal modo que a principal mão-de-obra utilizada, em 1540 a 1620 aproximadamente, foi a indígena. O governo português usou de duas formas para escravizar os indígenas de suas terras: a primeira consistia na escravidão pura e simples; a segunda, através das ordens religiosas, usando como argumento a fé. Havia divergências com relação a essas duas políticas, as ordens religiosas protegiam os indígenas através das reduções ou missões, transformando-os, por intermédio do ensino, em “bons cristãos”.

Essa mudança no estilo de vida dos indígenas da América foi absorvida por várias etnias, independente do colonizador ou região do continente. O fato dos indígenas trabalharem o necessário para sua sobrevivência chocou-se com o trabalho intensivo e compulsório imposto pelo colonizador nas lavouras de cana-de-açúcar, a questão da produtividade era estranha a eles, além da disciplina rígida. Pela dificuldade de adaptação à cultura, muitos indígenas fugiam, morriam de melancolia e cometiam suicídio das mais diversas formas, além de promover revoltas contra os colonizadores.

A pressão da Igreja Católica junto à Coroa portuguesa reivindicando leis que impedissem a escravização indígena também era outro inconveniente.

Texto 1

Os Jesuítas subordinaram os índios a uma semi-servidão disfarçada que não correspondia ao que a servidão tem de específico, mas ao mesmo tempo, não era trabalho livre ou a escravidão na sua pureza conceptual. Contribuíram ainda para o abastardamento cultural do índio, destruindo os seus padrões de valores. Esses padrões eram fruto da experiência adquirida através de longo processo de adaptação ao meio. Os jesuítas substituíram esses padrões por outros aquilatados e impostos segundo estereótipos e julgamentos morais que eram inteiramente estranhos aos índios. Esta defasagem levou a que a população indígena fosse marginalizando progressivamente do processo produtivo. (MOURA, 1981, pp. 24-26).



ATIVIDADE

1. Tendo como fonte de pesquisa o **texto 1**, analise o seguinte questionamento:
 - a) Por que o autor do **texto 1** coloca a subordinação dos indígenas em três aspectos: semi-servi-dão, não trabalho livre e tampouco a escravidão na sua total pureza?
 - b) Por que a Igreja Católica, naquele contexto histórico, lutava por leis que abolissem o trabalho es-cravo indígena?

Documento 1

Em 1570, D. Sebastião proibiu a escravidão indígena, a não ser daqueles hostis ou an-tropófagos.

Faço saber aos que esta lei virem, que sendo informado dos modos ilícitos que se têm nas partes do Brasil em cativar os gentios das ditas partes, e dos grandes inconvenientes que disso nascem, as-sim para as consciências das pessoas que os cativam... mando que em diante se não use nas ditas partes do Brasil dos modos que se até ora usou em fazer cativos os ditos gentios... salvo aqueles que forem tomados em guerra justa... ou aqueles que costumam saltar os portugueses e os outros gen-tios para os comerem... (BEOZZO, 1983, p. 16).



ATIVIDADE

Documento 2

- No **documento 1**, aparece o termo antropófago. O que vem a ser an-tropofagia? Como ela poderia intervir nas ações dos colonizadores em relação aos indígenas?
- Leia o **documento 1** e responda: Qual era a posição do Rei de Portu-gal em relação à escravidão indígena?

Texto 2

A mão-de-obra indígena – a princípio voluntária e carac-terizadamente interesseira; subordinada em seguida, a re-gime escravista – foi o que permitiu aos portugueses que mais rapidamente dessem início à tarefa preliminar de reco-nhecimento territorial e exploração econômica do Brasil, fa-cilitando-lhes a fixação e os meios de subsistência na nova colônia. (HOLANDA, 2004, p. 183).

■ JEAN-BAPTISTE DEBRET. **Índios Guaianases**, c. 1834. Litogravura, Estampa 15, Prancha 13. DEBRET, 1989 [1834].





ATIVIDADE

- Ao observar o **documento 2** e ler o **texto 2**, você notou que as relações entre os colonizadores e os indígenas não foram representadas como tranqüilas.
 - a) Como Debret representa os indígenas nesta imagem?
 - b) A partir do **texto 2**, indique quais eram os interesses dos indígenas ao ajudarem os colonizadores e os bandeirantes e vice-versa.
 - c) Após a leitura do **texto 2**, analise o **documento 2** e descreva que forma de trabalho indígena está representado nessa imagem.

Com tantas dificuldades, os indígenas deixaram de ser o centro do escravismo e, a partir de 1758, a coroa portuguesa concedeu a legalmente libertação definitiva dos indígenas em sua colônia. Como ficaram os indígenas que enfrentaram este choque cultural? Voltaram para o seu antigo modo de vida e se desvincularam da cultura européia? Ou mesmo após a introdução de africanos em grande escala, os indígenas, por serem mão-de-obra mais barata, continuaram a ser empregados ainda durante muitos anos, no período colonial? Será que isto ocorreu em regiões mais distantes do Nordeste açucareiro e em na região amazônica?

■ A Instituição da Escravidão Africana no Continente Americano

Como Portugal, outras nações, como a Inglaterra que também colonizou o Novo Mundo e fez uso da mão-de-obra escrava, também enfrentaram diversos problemas. Quando começou a escassear a força do trabalho indígena por causa da política de extermínio e da fuga dos indígenas, os colonizadores europeus passaram a encarar duas opções: a mão-de-obra européia ou a africana.

Por que, de modo geral, os colonizadores europeus optaram pela escravidão dos africanos?

Engajados nesse lucrativo negócio chamado América, os estados europeus permitiam monopólios comerciais, assim os traficantes brasileiros, portugueses, espanhóis, ingleses, franceses e holandeses se utilizaram do comércio de escravos africanos para solucionar o problema da mão-de-obra nas colônias americanas. Esse contato com a escravidão africana não era novidade para os portugueses que, desde 1441, capturavam negros na costa atlântica da África. Entre os séculos XVI e XIX, de 10 a 12 milhões de africanos foram transferidos, na condição de escravos, para o continente americano.

A costa atlântica africana, entre o Senegal e Angola, concentrou as principais regiões de origem dos escravos. Até o ano de 1600, cerca de 900 mil escravos desembarcaram nas Américas. No século seguinte, cresceu o pedido europeu por açúcar. Holandeses, franceses e ingleses competiam pelo mercado. Em 1700, mais de 2.750.000 africanos haviam deixado o seu continente.

Do ponto de vista numérico, o tráfico alcançou seu auge entre o final do século XVIII e meados do século XIX. As culturas exportadoras de algodão nos Estados Unidos, cana-de-açúcar no Caribe e café no Brasil foram responsáveis pelo aumento do comércio escravista. Entre 1810 e 1820, calcula-se que a população africana tenha atingido quase 3 milhões no Caribe, cerca de 2,5 milhões no Brasil e 2 milhões a 2,5 milhões nos Estados Unidos.

Os escravos eram obtidos com a captura feita pelos povos africanos por meio de guerras entre os reinos, estes que eram vendidos a comerciantes até o século XVIII, quase exclusivamente portugueses, seguidos de holandeses, franceses e ingleses, além de colonos baianos e fluminenses. O comércio era feito por meio da troca de mercadorias nas parcerias firmadas entre comerciantes e líderes africanos. Os principais produtos de troca eram: aguardente, tabaco, tecidos, os quais eram considerados pelos guerreiros africanos como bens de prestígio social, mas eram comercializados também em menor quantidade alimentos, armas e munições.

Vindos de diversas regiões, sobretudo da Guiné, Angola, Congo e Moçambique, eram deixados em cativeiros na própria África, até a chegada do comerciante europeu para serem transportados. Uma vez embarcados nos navios negreiros, conhecidos como tumbeiros, os novos escravos eram tratados com violência. Nus e mal alimentados, eram castigados e expostos a todos os tipos de doenças e humilhações desde o cativeiro no continente africano.

Finalizada a travessia marítima (verdadeiro martírio que poderia estender-se de 33 a 165 dias) e uma vez em terra firme, o escravo era exposto em armazéns onde funcionavam os mercados de “escravos novos” e então comercializados e distribuídos para as diversas regiões da América. O mapa 1 mostra como era feito o trajeto do lucrativo comércio de escravos negros entre a América e África.

Mapa 1 – Rotas do comércio de escravos negros entre a América e a África



Texto 4

À medida que se aproximava o final do século, os negros começaram a chegar em grande número às colônias do sul. O clima e a fertilidade do sol tornaram possível a produção agrícola comercial em grande escala: tabaco na Virgínia e na Carolina do Norte, índigo e arroz na Carolina do Sul e Geórgia. A mão-de-obra branca podia dar conta do trabalho, mas nenhum homem livre queria fazê-lo. Servos contratados eram obrigados a trabalhar apenas por um tempo limitado, e alguns fugiam para a fronteira antes mesmo de terminar o contrato. Os plantadores voltaram-se inevitavelmente para o trabalho forçado, barato, totalmente controlado e cativo a vida toda. Na África encontraram o que queriam. No começo do século XVII - e por mais 150 anos -, a escravidão negra foi fundamento sobre o qual os fazendeiros do sul e os mercadores do norte construíram sua riqueza. (MELTZER, 2004, p. 346).

Texto 5

O sistema escravista, caracterizado pela opressão e pela exploração sobremodo selvagens, transformou os escravos em vítimas. Mas, os seres humanos vitimados não se conformaram com tal situação; lutaram para tornar a vida tolerável e para vivê-la com o máximo possível de alegria. De certa maneira, até os senhores mais rígidos os ajudaram. A lógica da escravidão requeria que os senhores enfraquecessem o espírito de seus escravos e os transformassem numa extensão de sua própria vontade: objetos que não pensam e não sentem; mas os escravos resistiram à desumanização, e por isso os senhores se viram forçados a fazer certas concessões para conseguirem o trabalho que desejavam. (GENOVESE, 1988, p. 477).

Texto 6

O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente negra que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou a riqueza da manchas de massapé. Vieram-lhe da África “donas de casa” para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão. (FREYRE, 2004 [1933], p.391).

**ATIVIDADE**

- A partir da leitura do **mapa 1** e dos **textos 4, 5 e 6**, escreva uma narrativa histórica sobre o destino dado aos escravos e as atividades econômicas predominantes nessas regiões.

■ O Trabalho escravo no novo mundo

É difícil imaginar que seres humanos possam ter sido tratados dessa forma, porém a escravização dos africanos no continente americano não aconteceu sem resistências e conflitos. Desde o início, os africanos não aceitaram ser escravos e, entre o período de 1690 a 1845, há relatos de pelo menos 55 revoltas de escravos a bordo dos navios. Entre

1750 e 1788, as revoltas aumentaram, mas não intimidaram os mercadores, que continuaram por muito tempo o lucrativo comércio de seres humanos.

Nas 13 colônias inglesas do norte do continente, os escravos só começaram a ser utilizados em massa na última parte do século XVII. A mão-de-obra usada no início da colonização nas 13 colônias inglesas da América era dos servos contratados, vindos da Inglaterra, entre eles, desempregados, criminosos, prostitutas, prisioneiros de guerra, além dos perseguidos por questões religiosas. Os senhores estabeleciam as horas e condições de trabalho, além de determinarem as punições por desobediência. Quando seus contratos terminavam, esses servos geralmente mudavam-se para pequenas fazendas.

Documento 3



■ JEAN-BAPTISTA DEBRET. **Barbeiros ambulantes**, c. 1834. Litogravura, Estampa 61, Prancha 11. DEBRET, 1989 [1834].

Entre escravos e servos, havia também os trabalhadores livres no mundo colonial das 13 colônias inglesas do norte da América, exercendo as mais variadas atividades, como: corretores, comerciantes varejistas, quitandeiros, advogados, escrivães, mestres do açúcar, feitores, ferreiros, médicos, vendedores ambulantes, capitães do mato, vaqueiros, militares, lavradores, padres, artesãos, lavadeiras, administradores, cirurgiões-barbeiros, arquitetos, dentistas, escultores, cozinheiros, músicos, acrobatas de circo e instrutores de meninos brancos, enfim, eram pessoas especializadas em suas funções, compondo a sociedade escravista colonial do novo mundo. Esta situação se repetia na América Portuguesa.

Os africanos e seus descendentes desempenharam as mais diversas tarefas: trabalharam na lavoura, nos engenhos, nas minas, no transporte de cargas de pessoas e de dejetos malcheirosos e na indústria da construção. Os escravos africanos participaram ativamente da construção da riqueza brasileira e as demais riquezas do Novo Mundo.

O trabalho escravo encheu os anos do período colonial do Brasil e, como prolongamento, os anos do império. Começou no Nordeste da cana-de-açúcar, caminhou para o centro, na mineração, e prosseguiu para o centro-sul, na expansão do café.

Apesar do tratamento desumano, a sociedade escravista do Brasil e das 13 colônias da América do Norte não se resumiu apenas em cativos e senhores. Havia escravos alugados para a prestação de serviços a terceiros e escravos de ganho. Os senhores permitiam que os escravos fizessem seu ganho, prestando serviços ou vendendo mercadorias, em troca dessa permissão, recebiam de seus cativos uma quantia fixa por semana ou por dia.

Humilhados e submetidos diariamente a vexames e aos castigos corporais, os negros africanos, sempre que puderam, reagiram ao escravismo: fugindo, assassinando, suicidando-se, rebelando-se, como na Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador em 25 de janeiro de 1835. Jamais aceitaram pacificamente a sua condição de escravo. O negro “foi um bom trabalhador e um mau escravo”. (LOPEZ, 1988, p.43).

Texto 7

Jean Baptiste Debret (1768-1848).



Era filho de um modesto funcionário público. Na sua família existiam alguns artistas, o que facilitou o seu processo de formação como pintor e desenhista. Esteve particularmente ligado ao pintor e líder revolucionário Jacques-Louis David, que era seu primo. Este tornou-se o mais importante pintor encarregado de retratar Napoleão. Debret, protegido por seu primo, tornou-se pintor histórico e oficial do imperador.

Quando Napoleão foi derrubado, em 1815, Debret pensou em deixar a França.

O Brasil era famoso por um verão que durava o ano inteiro e encontrava-se numa fase de grandes transformações desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808. Essas considerações levaram Debret a escolher o Brasil e a participar da chamada Missão Francesa, que a serviço do governo português, devia realizar vários trabalhos artísticos e arquitetônicos, além de criar, no Rio de Janeiro, uma academia de belas artes.

Depois de permanecer no Brasil durante quinze anos, Debret retornou à França em 1831, levando os seus desenhos, que foram transformados em litografias e publicados em álbum. Ele havia observado e retratado: a natureza, o mundo oficial, vários fatos relativos ao processo de independência, o Rio

de Janeiro, a então pequena cidade de São Paulo, os sertões e as fazendas do Sul do país, os negros, as casas, as ruas, índios mestiços e brancos.

Documento 4



■ JEAN-BAPTISTE DEBRET. **Vendedor de palmitos** – Vendedor de samburás, c. 1834. Litogravura, Estampa 65, Prancha 17. DEBRET, 1989 [1834].

Documento 5



■ JEAN-BAPTISTE DEBRET. O Colar de Ferro (castigo dos fugitivos), c. 1834. Litogravura, Estampa 89, Prancha 42. DEBRET, 1989 [1834].

Documento 6



■ JEAN-BAPTISTE DEBRET. Negros no Tronco, c. 1834. Litogravura, Estampa 92, Prancha 45. DEBRET, 1989 [1834].

O autor revela, em várias passagens, um pensamento eurocêntrico. Mesmo assim, a maior parte da obra pictórica e textual desse artista francês continua a ser um dos mais importantes documentos sobre um período crucial da história do Brasil. (Adaptado de CAMPOS, 2001, pp. 19-21).

As gravuras, do artista Debret, que estão neste Folhas foram produzidas por meio da técnica da litografia, que consiste na gravação a partir de pedra ou metal. Você pode pesquisar mais sobre o uso dessa técnica artística e sobre artistas que fizeram uso dela.



ATIVIDADE

- A partir da análise dos **documentos 3, 4, 5, 6 e 7**, responda:
 - a) Quais são os personagens retratados nessas obras de Debret?
 - b) Como eles são retratados?
 - c) Em que cenários estão retratados?
 - d) Quais eram as intenções do artista ao retratar esses personagens?
 - e) A partir desses documentos, o que você pode afirmar sobre o negro no Brasil naquele contexto histórico?

No caso das fugas coletivas, quase sempre os escravos se escondiam em locais de difícil acesso, onde terminavam por se fixar, fundando pequenas comunidades conhecidas como quilombos, que acabavam se tornando a forma mais significativa de luta do negro contra a sua condição de escravo. O quilombo não era um simples refúgio de escravos ou mero acampamento. Ele

Documento 8



■ JJEAN-BAPTISTA DEBRET. **Negros serradores de tábuas**, c. 1834. Lito-gravura, Estampa 66, Prancha 18. DEBRET, 1989 [1834].

Documento 7



■ HERCULE FLORENCE, **Engenho de Cana** - São Carlos, 1840, aquarela, c.i.d. 21 x 31,5 cm.

tinha a sua própria organização social e econômica, e contava com uma estrutura política que fazia dele um pequeno Estado. O mais famoso e conhecido foi o de Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas. No Brasil, havia centenas de quilombos espalhados por todas as regiões.



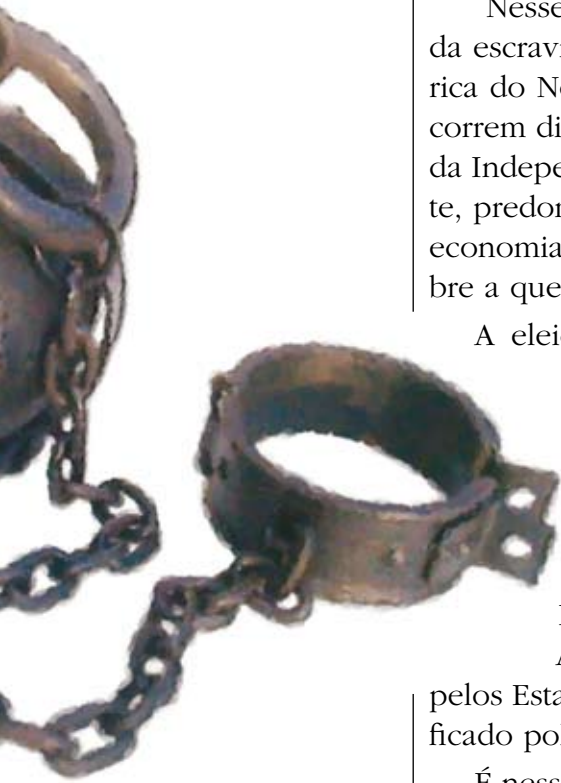
ATIVIDADE

- Relacione o contexto sócio-histórico da produção das imagens presentes nos **documentos 6 a 8** com os conteúdos das mesmas. Quais as representações das relações de trabalho são propostas por Hércules Florence (1804-1879) e por Jean-Baptiste Debret, respectivamente?
- Estas representações possibilitam que você perceba o motivo das várias revoltas escravas ocorridas no Brasil e no resto da América neste período? Por quê?

■ A Abolição da escravidão nos Estados Unidos da América e no Brasil

O processo de abolição da escravidão no continente americano faz parte das transformações que ocorreram na organização política e econômica e que marcaram a industrialização mundial.

Nos países que passaram pelo processo de industrialização, em especial a Inglaterra, predominava o trabalho assalariado. Numa conjuntura de expansão do capitalismo, a permanência do trabalho escravo nas colônias americanas não estava articulada com os interesses econômicos dos países industrializados. Dessa forma, a Inglaterra, no século XIX, com amparo legal, passou a combater militarmente o tráfico de escravos.



Nesse contexto de desenvolvimento industrial ocorreu a abolição da escravidão nos Estados Unidos. As treze colônias inglesas na América do Norte foram colonizadas com propósitos diferentes. Disso decorrem divergências políticas e econômicas que se acentuaram depois da Independência dos Estados Unidos da América. Os Estados do Norte, predominantemente industrializados, e os Estados do Sul, com sua economia voltada para a agricultura, discordavam principalmente sobre a questão da mão-de-obra escrava.

A eleição do Presidente Abraham Lincoln (1809-1865), em 1860, apoiado pelo norte, agravou as divergências entre os Estados do Norte e do Sul, os últimos se separam dos Estados Unidos formando os Estados da Confederação da América, do qual faziam parte: Carolina do Sul, Carolina do Norte, Flórida, Alabama, Mississippi, Texas e Georgia. Em 1861, teve início uma Guerra Civil entre os Estados do Sul e do Norte. Os Estados do Norte que não aceitaram a separação (secessão). Após quatro anos de luta, essa guerra foi vencida em 1865 pelos Estados do Norte. O resultado deste conflito manteve o país unificado politicamente.

É nesse contexto que acontece a abolição da escravidão nos Estados Unidos. A mão-de-obra escrava foi utilizada, principalmente, nos Estados do Sul que tinham uma produção de monocultura (no caso dos EUA, o produto era o algodão) escravista e latifundiária voltada para o mercado externo nos moldes do pacto colonial. Em 1863, o Presidente Lincoln declarou o fim da escravidão nos Estados do Sul.

Texto 8

Ku Klux Klan (também conhecida como KKK) é o nome de várias organizações racistas dos Estados Unidos que apóiam a supremacia branca e o protestantismo (padrão conhecido também como WASP) em detrimento a outras religiões. A KKK, em seu período mais forte, foi localizada principalmente na região sul de tal país.

A primeira **KKK** foi fundada por veteranos do exército dos Estados Confederados da América em 1866. A Ku Klux Klan lutava pelo restabelecimento do poder dos Estados do Sul e contra as reformas impostas pelos Estados do Norte, como o fim da escravidão. A primeira Ku Klux Klan foi extinta pelo presidente Ulysses S. Grant (1822-1885).

O segundo grupo que utilizou o mesmo nome foi fundado em 1915 (alguns dizem que foi em função do lançamento do filme *O Nascimento de uma Nação*, naquele mesmo ano), em Atlanta, por William J. Simmons (1880-1945). Este grupo foi criado como uma organização fraternal e lutou pelo domínio dos brancos protestantes sobre os negros, católicos, judeus e asiáticos, assim como outros imigrantes. Este grupo ficou famoso pelos linchamentos e outras atividades violentas contra seus "inimigos". Chegou a ter 4 milhões de membros na década de 1920, incluindo muitos políticos. A popularidade do grupo caiu durante a Grande Depressão e durante a Segunda Guerra Mundial.

■ (<http://pt.wikipedia.org/wiki/KKK>).

Em 1850, o Brasil, por pressão da Inglaterra, aprovou uma Lei que determinava o fim do tráfico de escravos. A diminuição da entrada de escravos no país fez com que o tráfico interprovincial aumentasse, bem como o preço dos escravos. Apesar da luta dos abolicionistas, a extinção da escravidão ocorreu lentamente, atendendo às pressões políticas dos conservadores. A Lei do Ventre Livre determinava que os filhos das escravas nascidos a partir da data da aprovação da lei, 28 de setembro de 1871, seriam livres. A Lei dos sexagenários, aprovada em 1884, determinava que os escravos com mais de 65 anos seriam libertados. Na década de 1880, tomou forma um movimento de luta contra a escravidão. O movimento abolicionista expressou suas idéias em jornais, comícios e organizou fundos para a emancipação dos escravos. Intelectuais, que participavam desse movimento, defendiam o fim da escravidão. O processo da abolição da escravidão chegou ao fim oficialmente com a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.

Documento 10

Fundamentos Gerais do Abolicionismo (1883)

Joaquim Nabuco condena a escravidão entre outros pelos seguintes motivos:

- Porque a escravidão, assim como arruina economicamente o país, impossibilita seu progresso material, corrompe-lhe o caráter, desmoraliza-lhe os elementos constitutivos, desonra o trabalho material, retarda a aparição de indústrias.
- Porque só com a emancipação total podem concorrer para a grande obra de uma Pátria comum, forte e respeitada. (Adaptado de NABUCO, 2000, p. 81-82).

A tão sonhada liberdade foi conquistada, tanto pelos negros brasileiros quanto pelos norte-americanos e os ex-escravos e seus descendentes. Como ficou a situação desses ex-escravos? Onde foram morar? Onde foram trabalhar?

Os registros nos mostram que tanto nos Estados Unidos como no Brasil a competição pelo mercado de trabalho já era de longe acirrada, grande parte das profissões eram igualmente desempenhadas por libertos e por livres. Porém, havia proibições em empregar negros em certas profissões. Um decreto, de 25 de junho de 1831, proibia a admissão de escravos como trabalhadores ou como oficiais das artes nas estações públicas da província da Bahia.

Desde o início da colonização, a divisão de trabalho já acontecia, tanto entre os escravos, como também entre os libertos e a sociedade branca.

Além dos problemas internos do trabalho, os ex-escravos e os livres tiveram que enfrentar o grande número de pessoas: os imigrantes europeus e asiáticos que chegavam todos os anos. Eram alfaiates franceses, maquinistas ingleses, médicos alemães, relojoeiros suíços, lavradores, comerciantes, enfim, pessoas de todas as partes do mundo. Esses chegaram só após a abolição? Quais os fatores que justificam essa vinda? De onde vieram?



ATIVIDADE

- Por que os Estados do Norte e do Sul dos Estados Unidos da América divergiam quanto à utilização da mão-de-obra escrava?
- Vários são os decretos e as leis que antecedem a lei maior, a Lei Áurea (1888). Desenvolva uma pesquisa sobre as leis que foram assinadas no Brasil em favor da abolição da escravatura. De posse dessa pesquisa, organize um debate sobre os interesses que levaram à lentidão do processo de abolição.
- Explique os motivos pelos quais Joaquim Nabuco condena a escravidão à luz do contexto do desenvolvimento do capitalismo do século XIX.

■ Na bagagem, esperança e sonhos...

A nova mentalidade política e econômica, consolidando as relações capitalistas, e uma divisão internacional do trabalho, do século XVIII em diante, auxiliaram na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. No Brasil, a lavoura cafeeira e novas possibilidades de investimento no setor da indústria e comércio tornaram o trabalho escravo um investimento menos vantajoso. É importante também lembrar as pressões e a dependência do Brasil ao capital internacional que pretendia alargar seu mercado.

No Brasil, devido às pressões internas e externas, manter a escravidão estava difícil, principalmente após o fim do tráfico negreiro. A produção do açúcar começou a enfrentar problemas a partir de 1654, quando o produto passou a ser cultivado por holandeses, franceses e ingleses nas Antilhas (América Central), tornando-se um forte concorrente. Foi necessário encontrar um produto tão ou mais lucrativo que o açúcar, e a partir do século XVIII, uma nova cultura passou a fazer parte da economia brasileira: o café.

A produção de café necessitava de grande quantidade de mão-de-obra. Com a proibição do tráfico de escravos, faltaram braços para a lavoura. Buscou-se, então, a solução para esse problema no uso da mão-de-obra do imigrante europeu.

Na Europa, o avanço do capitalismo modificava as relações sociais fazendo com que o excedente de trabalhadores se tornasse incômodo para a sociedade. Tanto nos países em que ocorreu o avanço da industrialização quanto nos países onde o capitalismo modificava as relações de produção no campo houve um incentivo para que a mão-de-obra excedente emigrasse para outras nações.

O fluxo imigratório para o Brasil acontece desde a independência do país. Na região Sul teve como objetivo o povoamento de regiões pouco habitadas. Porém, é no contexto da produção do café que a chegada dos imigrantes se relaciona com a transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre .

Os primeiros imigrantes que foram para as fazendas de café tinham as despesas relativas à viagem e aos gastos de instalação pagos pelos fazendeiros. Os imigrantes se comprometiam a reembolsar o fazendeiro com seu trabalho. Na prática e até pela mentalidade dos escravocratas, o tratamento ao imigrante não se diferenciava do tratamento dispensado aos escravos.

Texto 9

Muitos eram os imigrantes que chegavam ao Brasil. Os italianos formaram o maior grupo (38%), seguido pelos portugueses com (29%), os espanhóis também alcançaram uma grande porcentagem (14,6%), japoneses, alemães, sírios, libaneses, poloneses, judeus, finlandeses, chineses, coreanos vieram residir e fazer história em nosso país. As duas grandes guerras (1914-1918 e 1938-1945) também colaboraram para engrossar o fluxo migratório para a América.

■ (Os autores).

Texto 10

Os antigos escravos, cuja exploração implicava um recurso sistemático e direto à violência, estão entre os trabalhadores menos adaptados ideologicamente às formas superiores de dominação do capital. Nos países como o Brasil, dadas as possibilidades de auto-subsistência ou integrar-se as formas pré-capitalistas de produção predominantes no campo, os antigos escravos “escapavam” mais ou menos facilmente ao trabalho assalariado. Mesmo os antigos escravos, que estavam nas cidades das regiões mais desenvolvidas e aí permaneciam, submetiam-se dificilmente à disciplina própria da produção capitalista. Sabe-se que os preconceitos raciais encontram, muitas vezes, as suas origens na escravidão. (SILVA, 1986, p. 40).

Esse sistema foi condenado pelos países de origem desses imigrantes, que chegaram a proibir a continuidade do processo imigratório. Como o problema de falta de mão-de-obra para a cafeicultura persistia, foi necessário que o setor se adaptasse a mão-de-obra assalariada.

Se os proprietários brasileiros estavam há tempo enfrentando os movimentos em favor da abolição, enfrentariam também as reivindicações dos imigrantes europeus e asiáticos, que desde o tempo colonial estavam chegando, apesar de lento e gradual, o fluxo migratório já existia no tempo do Brasil colonial.

É bom lembrar que o trabalhador assalariado existia no Brasil desde o período colonial, o que mudava eram as relações de trabalho, além da quantidade e os tipos variados de pessoas que iriam compor essa recente sociedade.

■ A escravidão no mundo contemporâneo.

Hoje, milhões de trabalhadores têm seus direitos reconhecidos por lei, pois, ao longo do processo de transição, as conquistas foram sendo alcançadas. No caso do Brasil, temos a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho, criada em 1943), que regulamenta esses direitos. Organizações internacionais, como a OIT (Organização Internacional do Trabalho), também legislam a favor do trabalho livre e contra a escravidão e a exploração humana.

Por meio de documentários, reportagens em jornais e revistas do mundo globalizado, percebe-se que essa transição do trabalho escravo para o livre não foi por completo efetivada. Num relatório de 1991 sobre formas contemporâneas de escravidão, o Centro de Direitos Humanos das Nações Unidas sustenta que, além da escravidão tradicional e do tráfico de escravos, esses abusos incluem a venda de crianças, prostituição infantil, exploração do trabalho infantil, tráfico de pessoas, pornografia infantil, práticas em regimes colônias, etc.

No século XX, precisamente no ano de 1948, a ONU (Organização das Nações Unidas) adota a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o texto estabelece os direitos naturais de todo ser humano, independente de nacionalidade, cor, sexo, orientação religiosa, política ou sexual. O Artigo I do texto afirma: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.”



ATIVIDADE

- Construa uma narrativa histórica apontando a relação entre o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no Brasil. Para isso, considere:
 - a) as permanências e as mudanças nas relações de trabalho dos afro-brasileiros após a escravidão nas lavouras de café e nas cidades;
 - b) a introdução dos imigrantes europeus e asiáticos nas lavouras cafeeiras ainda no período escravista.



PESQUISA

- Pesquise a mão-de-obra usada nas primeiras indústrias brasileiras. Quem eram os trabalhadores? Imigrantes? Ex-escravos? A sua pesquisa confirma as argumentações do texto?
- Em grupo, pesquise sobre a escravidão no mundo contemporâneo, monte um painel e apresente para sua escola.

Referências Bibliográficas:

- BEOZZO, J. O. **Leis e Regimentos das Missões**: política indigenista no Brasil. São Paulo: Loyola, 1983.
- CAMPOS, R. **Debret**: cenas de uma sociedade escravista. São Paulo: Atual, 2001.
- DEBRET, J. B. **A viagem pitoresca e história ao Brasil**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1989
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2004.
- GENOVESE, E. D. **A Terra prometida**: o mundo que os escravos criaram. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- HOLLANDA, S. B. de. **A época colonial**, v.2: administração, economia, sociedade. In: História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MELTZER, M. **História ilustrada da Escravidão**. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2004.
- MOURA, C. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1994.
- NABUCO, J. **O abolicionismo**. São Paulo: Nova fronteira, 2000.
- SILVA, M. R. **O negro no Brasil**: histórias e desafios. São Paulo: FTD, 1987.

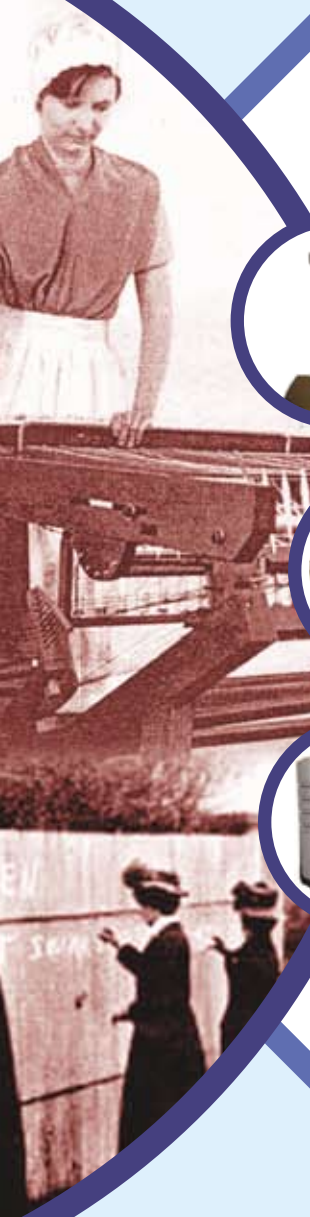
Obras Consultadas

- BORIS, F. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- DURKHEIM, É. **A divisão do trabalho**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Nacional, 1997.
- LOPEZ, L. R. **História do Brasil colonial**. Rio Grande do Sul: Mercado Aberto, 1988.
- PINSKY, J. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988
- SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.



RELAÇÕES DE TRABALHO: O trabalho na sociedade contemporânea

■ Sueli Dias¹



B

em-vindo à maioria!!
Quais as suas expectativas?



■ Foto: iconeaudiovisual



■ Foto: iconeaudiovisual

Não importa sua escolha profissional ou sua classe social! Você já percebeu que um dos seus maiores desafios é a inserção no mundo do trabalho?

Para enfrentá-lo, é preciso conhecê-lo. Então, vamos lá! Bom Trabalho!

■ O trabalho assalariado: algumas considerações

Em sua formação escolar, você já compreendeu que o capitalismo consolidou-se como sistema, no século XVIII, com a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra. No século XIX, na Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Bélgica e EUA, a industrialização intensificou-se e expandiu-se de maneira imperialista: neste processo, **o trabalho** também consolidou-se **mercadoria**, ou seja, quem não detinha nenhum meio de produção (terra, fábrica ou máquina), possuía apenas a sua força de trabalho, que podia ser vendida em troca de salário para garantir a sua subsistência.

Para entender o mundo do trabalho contemporâneo, é necessário que alguns conceitos sejam retomados. Karl Marx (1818-1883), filósofo socialista que escreveu **O capital**, obra em que analisa a sociedade capitalista, utilizou-se de alguns conceitos, como: lucro, valor de troca, mais valia.

O lucro, como explica Karl Marx, se realiza na produção e resulta da divisão do trabalho e do tempo socialmente necessário para a produção de um produto.

O valor de um produto, no capitalismo, é determinado por seu valor de troca e não pelo seu valor de uso. O valor de uso se articula com a necessidade de uso que o sujeito tem em relação ao produto. Já, pelo valor de troca, o produto é transformado em mercadoria, ou seja, passa a ser determinado pelo custo total da produção: custo da matéria-prima, dos instrumentos de trabalho, dos conhecimentos técnicos e dos salários, bem como o custo do tempo necessário para a produção das mercadorias.

Por fim, a mais-valia pode ser entendida como a forma específica da exploração do capitalismo. O trabalhador vende ao capitalista sua força de trabalho por determinado tempo. A produção resultante desse tempo de trabalho serve para pagar o salário do trabalhador e o excedente da produção, o qual é apropriado pelos capitalistas. Esse excedente de produção é o que Marx chama mais-valia. Então, se um trabalhador vende oito horas de trabalho, parte da produção desse período, por exemplo, três horas, paga o seu salário; a produção nas outras cinco horas trabalhadas torna-se a mais-valia expropriada pelos patrões.

A intervenção no processo de produção, tendo como objetivo que os trabalhadores produzam cada vez mais no mesmo tempo, gera uma mais-valia maior e, portanto, mais lucro aos capitalistas.

Para atingir a maior produtividade com menor custo, surgiram teorias e métodos de controle do tempo e do trabalhador. Muitas destas teorias são analisadas por vários cientistas, entre eles, também os geógrafos ao abordar o desenvolvimento econômico-industrial no século XX.

Entre as teorias mais empregadas pelo sistema capitalista, especialmente no Brasil, estão as idéias dos estadunidenses: Frederick Winslow Taylor e Henry Ford.

a) Taylorismo

Frederick Winslow Taylor (1856-1915), nascido em família rica na Filadélfia, trabalhou como mecânico em fábricas de produção de aço e graduou-se em engenharia. Revolucionou o mundo do trabalho com seu livro **Princípios da Administração Científica**, uma espécie de bíblia para os administradores e patrões que procuravam aumentar a produção sem contratar novos trabalhadores. Taylor analisou matematicamente a função dos trabalhadores, calculou número de passos, movimentos, repetição de gestos e, finalmente, apresentou a tese de que, para maior produtividade, deve existir planejamento das tarefas e aproveitamento do tempo.

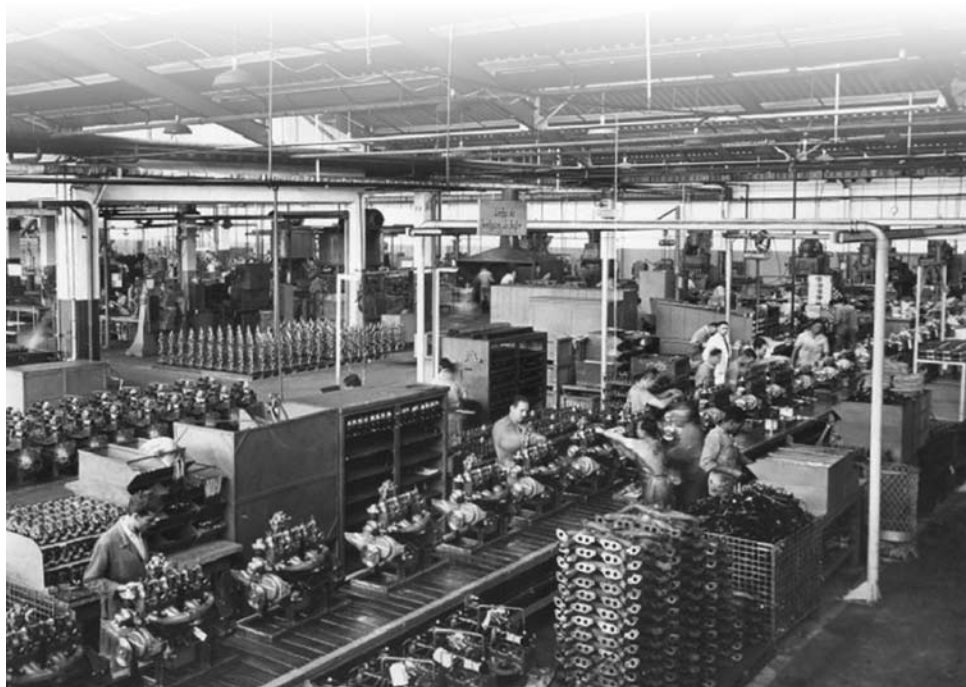
Você pode perceber que o Taylorismo aumentou a produção da fábrica, mas aumentou também a exploração sobre o trabalhador, obrigando-o a produzir mais em menos tempo.

A teoria de Taylor dominou o ritmo do trabalho no século XX e foi complementada pelas idéias de Henry Ford.

b) Fordismo

Henry Ford (1863-1947), nascido em Michigan, trabalhou como mecânico e, em 1886, construiu seu primeiro carro. No início do século XX, fundou a Ford Motors Company e tornou-se o maior empresário do ramo de produção de automóveis. Racionalizou o processo de produção criando, em 1909, a linha de montagem, onde uma esteira conduzia os veículos e as ferramentas até os trabalhadores.

Documento 1



■ Frederick Winslow Taylor (1856-1915)



■ Henry Ford (1863-1947)

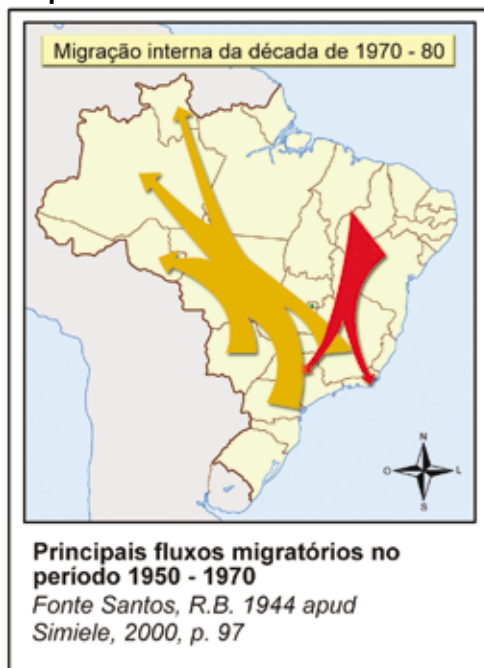
■ Fábrica de motores.

Ford consolidou a indústria automobilística e barateou os preços dos carros.

Criou um sistema de controle, que ia desde o controle da produção da matéria-prima, ferramentas, energia, transportes, até a formação da mão-de-obra; tudo para obter diminuição dos custos e elevação da margem de lucros. Até o controle sobre a vida dos trabalhadores foi maior; pensava em pagá-lo melhor, especializá-lo e dar-lhe mais tempo livre, mas este tempo seria usado como tempo de consumo e retornaria em lucro ao próprio patrão.

Este padrão de produção pode explicar as condições de vida e consumo nos países desenvolvidos, por exemplo, os Estados Unidos, no início do século XX?

Mapa 1



A partir da década de 1950, o governo brasileiro foi incentivando gradativamente a implantação de indústrias. A utilização de capital estatal ou privado permitiu a formação de parques industriais que se utilizavam da teoria do fordismo e produziam para a substituição das importações. Em vista do crescimento industrial, especialmente na região sudeste para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, ocorreu um intenso e direcionado movimento migratório, do Nordeste para o sudeste. Este movimento contribuiu com a formação de metrópoles nacionais, como Rio de Janeiro e São Paulo, e pode ser considerado consequência da reorganização econômica do país, pois segundo dados do IBGE, a atividade agrícola cresceu, no Brasil, 3,7%, no período de 1900 – 1980; enquanto neste mesmo período a indústria brasileira cresceu 7,1%.



DEBATE

No **mapa 1**, é possível demonstrar o processo de migrações entre as regiões brasileiras, num período de grande industrialização e crescimento econômico - a década de 1970. Que razões podem explicar o deslocamento de pessoas nesse período? Discuta com seus colegas.

Retomando as considerações sobre o Taylorismo e o Fordismo, leia uma síntese sobre as principais práticas destas teorias no setor de produção. Existe alguma semelhança com o trabalho em algumas indústrias atuais?

Características do Taylorismo

- Separação das tarefas de planejar e executar o trabalho: os que pensam X os que fazem ¾ o trabalhador operador das máquinas (peão) deve apenas executar ao ritmo da máquina.
- Tarefas devem ser subdivididas entre os trabalhadores.
- O tempo de cada tarefa do trabalho deve ser aproveitado sem desperdício (cronometrado).
- Prêmio de incentivo para o trabalhador que produz mais.

Características do Fordismo

- Racionalizar as operações dos operários para produzir em massa e assim reduzir os custos de produção.
- Seguindo a tradição taylorista, desqualificar o operário, reduzindo-o a repetidor de um número limitado de gestos, executados ao infinito durante sua jornada de trabalho.
- Unificar e regular o trabalho dos operários através da esteira rolante, que cria a linha de montagem, controlada pela direção da empresa.
- Controlar outras fábricas que produzem peças para criar um padrão e agilizar o trabalho do operário no processo de montagem.
- Automatização da produção

Os resultados da aplicação da teoria de Taylor e as adaptações de Ford, a partir de 1909, podem ser assim exemplificados:

Texto 1

A antiga organização da produção precisava de 12h:30min para montar um veículo. Com o taylorismo, ou seja, apenas com o parcelamento das tarefas, a racionalização das operações sucessivas e a estandarização dos componentes, o tempo cai para 5h:50min. Em seguida, graças ao treinamento, para 2h:38min. Em janeiro de 1914, Ford introduz as primeiras linhas automatizadas. O veículo é produzido em 1h:30min, ou seja, pouco mais de oito vezes mais rápido que no esquema artesanal usado pelos concorrentes. Ford conquista o mercado americano e mundial. Em 1921, pouco mais da metade dos automóveis do mundo (53%) vinha das fábricas Ford.

(Adaptado de GOUNET, 1999. p. 19 e 20.)

c) Toyotismo

A recessão do capitalismo, que ocorreu a partir de 1973, proporcionou uma transformação no processo de acumulação capitalista. O avanço tecnológico, representado pela robótica, microeletrônica e automação, ao lado das novas formas de gestão, fez surgir outros processos produtivos, em especial o **toyotismo**.

O modelo de produção toyotista se originou no Japão, na empresa Toyota. A indústria automobilística japonesa precisava ser competitiva em relação às empresas norte-americanas e procurou aplicar os princípios fordistas, de acordo com a realidade de seu país. A produção em série não seria rentável dadas as con-



■ Taiichi Ohno - criador do Toyotismo

dições japonesas. Então, a exemplo dos supermercados, a produção se dava de acordo com a demanda. O consumo é que condicionaria a produção. O trabalho na fábrica foi dividido em etapas: transporte, produção propriamente dita, estocagem e controle de qualidade. Foi necessário que essas etapas funcionassem com fluidez e que o tempo fosse aproveitado ao máximo.

As principais características do Toyotismo são:

- Produção através de tecnologia avançada.
- Automatização da produção.
- Terceirização de alguns setores da produção.
- Número reduzido de trabalhadores, sendo estes, especializados na tecnologia empregada.
- Introdução de estratégias colaborativas, como: controle de qualidade, produção just in time (adequadas às vendas, sem grandes estoques) e kanban (cartões para orientar a comunicação visual sobre falta de peças, atraso ou adiantamento da produção e diminuir utilização de papéis).

d) Pós-fordismo e acumulação flexível

A evolução de teorias sobre a reestruturação produtiva permitiu a manutenção do sistema capitalista; o toyotismo serviu diretamente ao período neoliberal.

O ideário Neoliberal surgiu na década de 1940, enquanto teoria criticava o Estado intervencionista ou de Bem-Estar Social. O Estado de Bem-Estar Social predominou na Europa Ocidental e nos Estados Unidos durante o Pós- Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O capitalismo, durante esse período, passava por uma relativa estabilidade e crescimento. Nesse contexto, as idéias neoliberais não tiveram espaço, restringindo-se à algumas instituições acadêmicas.

Na década de 1970, o modelo econômico do pós-guerra entrou em crise: baixas taxas de crescimento e inflação. O neoliberalismo explicava as causas da crise e apresentava um receituário para superá-la: diminuição da inflação, aumento acentuado e incentivado dos lucros, diminuição dos conflitos sindicais, diminuição dos déficits públicos governamentais e privatização das empresas públicas.

Nos anos 1980, o neoliberalismo ganha espaço nos países de economia avançada: como na Inglaterra com Margareth Thatcher (1925-), nos Estados Unidos com Ronald Reagan (1911-2004) e, posteriormente, no restante da Europa. Na América Latina e no Leste Europeu assumem governos neoliberais durante a década de 1990.

O neoliberalismo, assim como o liberalismo econômico do século XVIII e XIX, defende a liberdade econômica e a ação do Estado nas áreas de interesse coletivo que não seja lucrativo para as empresas privadas, ou seja, defende que o Estado seja mínimo.

Em países como Inglaterra, Alemanha, Itália e Estados Unidos, a organização da produção adotou estratégias do toyotismo e renovou o fordismo, chamado de pós-fordismo. Isso levou à formação do que muitos sociólogos chamam, atualmente, de processo de produção de acumulação flexível, ou seja, flexibilização tornou-se a palavra de ordem para a produção:

- flexibilização do trabalho com a utilização da automação (computadores, robôs e máquinas tecnologicamente avançadas);
- flexibilização da produção (implantação de Círculo de Controle de Qualidade [CCQ], Controle de Qualidade Total [CQT], Gestão Participativa [GP], entre outros).
- Flexibilização do mercado de trabalho: como a produção está condicionada pelo consumo, a empresa mantém um quadro mínimo de funcionários que de acordo com a necessidade, trabalham horas extras e, se houver interesse, complementa-se o quadro de funcionários com trabalhadores temporários ou subcontratados.

Neste novo processo de produção, entre outras estratégias, empresas buscam a certificação da Qualidade Total (ISO 9000, ISO 14000), para facilitar as relações de competitividade, importação e exportação. São normas e procedimentos no local de trabalho e no processo de produção que envolvem desde o diretor da empresa ao peão de chão de fábrica.



DEBATE

Quais as vantagens e benefícios destas certificações?
Organize um debate sobre o assunto.



ATIVIDADE

1. Entreviste alguém que esteja empregado no setor industrial segundo o roteiro de sugestões de perguntas.

Sugestões de perguntas:

- Quantas horas trabalha por dia neste emprego?
- Que função desempenha?
- O que produz?
- Como é o organograma da empresa?
- Supervisiona alguém?
- É supervisionado?
- Recebe por produção?
- Desenvolveu algum problema de saúde devido ao tipo de trabalho que realiza? Qual ou Quais?
- Trabalha em linha de montagem?
- Como?
- Usa placas e cartões de sinalização em seu setor de produção?

2. Faça uma narrativa histórica sobre a posição dos governos neoliberais frente a flexibilização do mundo do trabalho.

O que é **globalização**?

Podemos considerá-la como relações de interdependência e internacionalização que superam fronteiras; neste caso, adaptemos este conceito à forma de produzir e consumir mercadorias. Exemplo: Coca-Cola, MacDonal'd's, fábricas de carros...

Documento 2

Foto: J. Marçal



A ciência e a tecnologia tornaram-se fundamentais para o desempenho da produção. A biotecnologia, através da robótica, da engenharia, da mecânica, e de outras áreas do conhecimento, que devem engrandecer o patrimônio cultural e científico da humanidade, serve também para a melhoria da produção e para o aumento do consumo.

Que conseqüências esta reorganização da produção está trazendo para o trabalho nos dias de hoje?

Formou-se um padrão de produção, trabalho e consumo, para diferentes países, condição considerada “natural” em épocas de globalização.

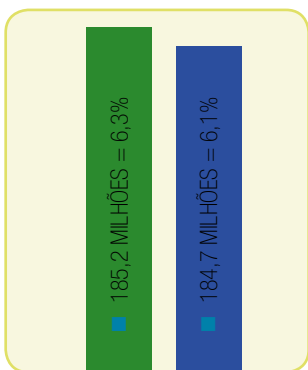
O número de trabalhadores das fábricas decresce à medida que as condições descritas acima são aplicadas em empresas de todo mundo. Os postos de trabalho tornam-se precários, subcontratados e terceirizados. A diminuição e a incerteza quanto aos postos de trabalho refletem negativamente nas relações trabalhistas, do ponto de vista dos trabalhadores. Os trabalhadores ocasionais são demitidos quase sem custos. Resta, então, o trabalho na economia informal, setor que não pára de crescer e no qual o trabalhador não possui muitos direitos garantidos. O aumento do desemprego é outra conseqüência da flexibilização da produção capitalista.

À medida que acontece a precarização do mundo do trabalho e principalmente, a diminuição dos direitos trabalhistas, a competitividade para preencher os poucos postos de trabalho que restam se torna acirrada. A competitividade vai exigir do trabalhador novas especializações.

A substituição dos homens pela máquina e o descarte de quem não oferece mão-de-obra especializada têm gerado desemprego em escala internacional. Segundo o relatório de 1997, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – **O Emprego no Mundo** – 30% da força de trabalho mundial, aproximadamente 1 bilhão de pessoas, estão desempregadas ou subempregadas.

Observe o quadro ao lado, especificamente, os dados do desemprego mundial.

Apesar desta pequena redução nos índices entre 2003 para 2004, 184,7 milhões de pessoas, no mundo, estão oficialmente desempregadas.



PESQUISA

Pesquise sobre as exigências do mercado de trabalho na sua região, você pode, por exemplo, usar classificados de jornais, entrevistas com setor de recursos humanos de uma empresa ou com a Agência do Trabalhador mais próxima. Debata com seus colegas sobre essas exigências e o atual contexto do mercado de trabalho.



ATIVIDADE

Faça uma narrativa histórica sobre a posição dos governos neoliberais frente à flexibilização do mundo do trabalho.

■ Mundo do trabalho no Brasil: início do século XX

Você se lembra que, na primeira fase da República brasileira (1889-1930), a elite cafeeira liderava o mercado no país e controlava o governo? O Brasil tinha uma economia basicamente agrária com emprego de mão-de-obra livre por assalariamento ou arrendamento, e um setor industrial começando a se desenvolver.

Havia, desde 1888 (época da assinatura da Lei Áurea, que abolia a escravidão), por parte das elites brasileiras, a preocupação em disseminar o valor do trabalho como fonte de riqueza, ordem e progresso social, contra a vadiagem e a desocupação – as quais eram interpretadas pelas elites como atitudes comuns nas grandes cidades devido à herança dos tempos da escravidão.

Os parlamentares brasileiros, do final do século XIX, tentavam imprimir na sociedade a idéia do trabalho como pagamento da dívida do cidadão para com a sociedade que lhe garante a honra, a segurança, os direitos individuais; trabalho como reconstrução moral da sociedade que já fora escravista.

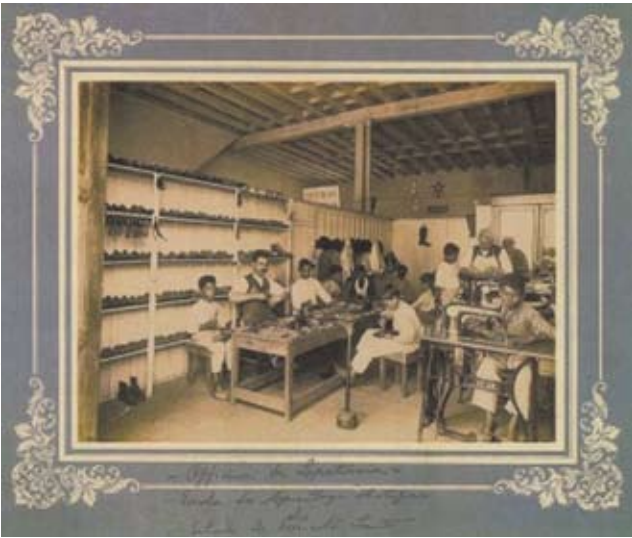
Leia o que o **texto 2** diz a respeito. Depois veja o que o **documento 3** representa:

Texto 2

O projeto de repressão à ociosidade de 1888, elaborado pelo ministro Ferreira Viana, afirmava que a liberdade do cativo não significava para o liberto a responsabilidade pelos seus atos, e sim a possibilidade de se tornar ocioso, furtar, roubar, os libertos não tinham a ambição de fazer o bem e de obter um trabalho honesto, não eram civilizados para se tornarem cidadãos plenos em poucos meses. Era necessário evitar que os libertos comprometessem a ordem, havia de se reprimir seus vícios. Esses vícios seriam vencidos através da educação, e educar libertos significava criar o hábito do trabalho através da repressão, da obrigatoriedade.

(CHALHOUB, 1986, p. 40-42).

Documento 3



http://www2.fieng.com.br

■ Aspectos da Escola de Aprendizes e Artífices do Estado do Espírito Santo em 1910. Arquivo Nacional.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os países dependentes, como o Brasil, foram estimulados a desenvolver setores de produção na área de transportes, siderurgia e energia. Este estímulo não garantia autonomia da produção brasileira em detrimento da produção estrangeira. Era apenas uma fase, enquanto potências de tradição industrial, como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, estavam envolvidos com a guerra e davam prioridade para a produção de armas e importação de gêneros de primeira necessidade, como alimentos.

Nesse contexto, surgiram novas fábricas no Brasil, especialmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Para essas cidades o fluxo migratório, em busca do trabalho nas indústrias, foi constante em todo o século XX.

Documento 4



www2.fieng.com.br

■ Trabalho feminino na Mina de Morro Velho. Reprodução fotográfica. Acervo Centro de Memória.

Documento 5



http://www2.fieng.com.br

■ Fábrica de Massas Martini. Reprodução fotográfica. Acervo Centro de Memória.



ATIVIDADE

- Observe as fotografias representadas pelas **documentos 4 e 5**:
 - a) Que pessoas vemos desempenhando o trabalho?
 - b) Como eram representados os locais de trabalho?

- Analise os contextos sócio-históricos a que se referem o **texto 2** e a imagem presente no **documento 3**. Compare a representação que as elites faziam a respeito das classes trabalhadoras no Brasil republicano com as que os trabalhadores faziam de si.
- Podemos comparar as fábricas brasileiras com as fábricas que empregavam teorias de produção de Taylor e Ford nos Estados Unidos, neste mesmo período? Justifique sua resposta.

Quanto às condições de trabalho, no Brasil, do início do século XX, não havia nenhuma regulamentação: as jornadas eram de mais de 14 ou 16 horas por dia, mulheres ganhavam menos que homens, e as crianças, ainda menos que as mulheres. Os locais eram insalubres: sem iluminação nem ventilação e não havia lei para o salário.

Estas condições de trabalho levaram os trabalhadores a se organizarem em sindicatos, promoverem greves e manifestações. Observe algumas realizações do movimento operário na República Velha.

Documento 6



■ São Paulo : Greve geral de 1917. Fonte: PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael M. A classe operária no Brasil: Documentos (1889-1930).

www.assis.unesp.

- Em 1908, fundou-se a Confederação Operária Brasileira (COB);
- Circulavam vários folhetins e periódicos para os operários das fábricas (inclusive em espanhol e italiano, demonstrando a presença marcante do imigrante);
- Muitos sindicatos defendiam o anarquismo e se definiam como anarco-sindicalistas;
- Realizou-se a grande greve geral de 1917;
- A defesa do socialismo levou à fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922.

■ O mundo do trabalho na política desenvolvimentista brasileira: Era Vargas

A quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, provocou mudanças na organização econômica do Brasil.

O governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930, devido à falência do modelo agro-exportador da lavoura cafeeira no Brasil, criou estruturas para a instalação de novas indústrias no país. Além das empresas do setor privado, investiu em empresas estatais, como: a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD-MG – 1942), Fábrica Nacional de Motores (FNM-RJ – 1943), Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945) e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN-RJ – 1946).

Documento 7



■ Inauguração da Companhia siderúrgica Nacional. 1946.

http://www2.itiemg.com.br

Documento 8



- A carteira de trabalho foi criada em 1932

Quanto ao trabalhador, Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) decretou a organização da jornada de trabalho, instituiu o Ministério do Trabalho, criou a Lei de Sindicalização, o salário mínimo em 1940; foram concessões que criavam a imagem do Estado disciplinando o mercado de trabalho em benefício dos assalariados. Essa concepção disfarçava uma das faces controladoras da legislação trabalhista, inspirada na **Carta del Lavoro** de 1927, do ditador fascista italiano Benito Mussolini (1883-1945).

Entretanto, não se pode esquecer que os avanços desta lei já estavam nos programas dos movimentos anarquistas brasileiros dos anos 1910 e 1920 e, principalmente, no estatuto do Partido Comunista do Brasil (fundado em 1922). Portanto, as conquistas obtidas pelos trabalhadores, junto ao governo Vargas, eram reivindicadas pelo movimento operário desde a Primeira República.



PESQUISA

- Visite a biblioteca de sua escola e pesquise sobre Benito Mussolini e a legislação trabalhista contida na **Carta del Lavoro**:
- Organize uma descrição dos principais itens da **Carta del Lavoro**.



ATIVIDADE

Procure reconhecer o corporativismo implícito na legislação italiana de 1927, a partir deste fragmento:

Documento 9

II - O trabalho, em todas as suas formas de organização e execução, intelectuais, técnicas, manuais, é um dever social. Por isso, e somente por isso, é tutelado pelo Estado. Do ponto de vista nacional, o conjunto da produção é unitário; os seus objetivos são unitários e se resumem no bem estar individual e no desenvolvimento do poder.

(**Carta del Lavoro**, 1927)

Entre as muitas críticas a respeito das leis trabalhistas do governo Vargas, estão aquelas sobre o controle do governo em relação ao movimento sindical. Leia a citação de um historiador:

Texto 3

Os operários não precisavam mais fazer nada, lutar por nada, controlar nada, decidir sobre nada: tudo está científica e rigorosamente determinado por especialistas altamente competentes.

(MUNAKATA, 1981, p. 31).

Leia também estes fragmentos de documentos:

Documento 10

Itália/1927 - *Carta del Lavoro*

III - A organização sindical ou profissional é livre. Mas, só o sindicato legalmente reconhecido e subordinado ao controle do Estado tem direito de representar legalmente toda a categoria dos empregadores ou dos trabalhadores, em virtude da qual é constituído; de defender seus interesses perante o Estado e às demais associações profissionais; de celebrar contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os membros da categoria; de impor a eles contribuições e de exercer, com respeito aos mesmos, funções delegadas de interesse público.

(*Carta del Lavoro*, 1927 in. <http://www.cbpro.org.br/cartalavoro.pdf> Em 23/09/2005).

Documento 11

Brasil/1943 - CLT – Art. 513. São prerrogativas dos Sindicatos:

d) colaborar como Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo de solução de problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal.

(*Consolidação das Leis Trabalhistas*, 1953).



ATIVIDADE

Observe as considerações presentes no **texto 3** e nos **documentos 9, 10 e 11** a respeito dos sindicatos. Depois, construa uma narrativa histórica sobre os objetivos do Estado italiano, em 1927, e do Estado brasileiro, na década de 1930, para os mesmos.

Os benefícios do governo Vargas aos trabalhadores foram sistematizados pelo Decreto-Lei nº 5452; entraram em vigor no dia 1º de maio de 1943, e se estendem aos dias de hoje. Estamos nos referindo à CLT – Consolidação da Leis Trabalhistas.

Observe algumas deliberações da CLT:

- Regulamentação da jornada de trabalho – 8 h/d.
- Descanso de um dia semanal, remunerado.
- Regulamentação do trabalho e salário de menores.
- Obrigatoriedade de salário mínimo como base de salário.
- Direito a férias anuais.
- Obrigatoriedade de registro do contrato de trabalho na carteira do trabalhador.

Provavelmente você terá sua vida profissional, se é que já não a tem, regida pela CLT, mesmo que reformada, pois a reforma da legislação trabalhista é uma das pautas nas discussões sobre o mundo do trabalho na atualidade. Existe a necessidade de adaptar tais leis à res-

truturação produtiva e à flexibilização das relações entre patrões e empregados, para gerar mais postos de emprego e garantir a seguridade ao trabalhador.

Muitos patrões se agarram à crítica de que as leis trabalhistas no Brasil precisam ser mais flexíveis, os encargos sociais precisam diminuir e a responsabilidade social do Estado para com o trabalhador deve ser aumentada. Entre os trabalhadores, ressaltam-se às críticas sobre a falsa proteção do Estado, a intervenção nos sindicatos e a inadequação às necessidades do trabalhador diante das teorias de reestruturação produtiva.



PESQUISA

Procure conhecer melhor os direitos dos trabalhadores: a CLT é um documento acessível. Traga-a para a escola e pesquise sobre trabalho noturno, jornadas de meio período, horas-extras, saúde e segurança no trabalho, entre outros artigos relativos ao mundo do trabalho. Compare os respectivos contextos sócio-históricos de produção da CLT e o contemporâneo.

As deliberações da CLT priorizaram, em 1943, as relações do trabalhador urbano, praticamente ignorando o trabalhador rural, sendo este, uma grande maioria, pois os centros industrializados eram restritos a algumas capitais e cidades maiores, sobretudo, da região sudeste.

O Brasil mantinha-se basicamente agrário. Até a década de 1980, segundo dados do IBGE, cerca de 30% da população brasileira era rural e muitos dos que viviam na zona urbana trabalhavam no campo como bóias-frias, como acontece ainda hoje. Porém, não houve legislação que protegesse o trabalhador rural ou lhe facilitasse o acesso à terra. Mantiveram-se as relações de arrendamento e as diárias. Os poucos trabalhadores assalariados do campo cumpriam funções especializadas.

Para organizar os trabalhadores rurais, desde a década de 50, surgiram movimentos sociais como as Ligas Camponesas, as Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, até o mais estruturado destes movimentos, o MST, nascido nos encontros da CPT- Comissão Pastoral da Terra, em 1985, no Paraná.

O mito da prosperidade no trabalho fabril, aliado à crescente desigualdade da distribuição da riqueza, reforçou o êxodo rural e a migração para centros urbanos industriais, como São Paulo. Porém, poucos conseguiram se estabelecer e muitos contribuíram para a formação dos bolsões de miséria.



Foto: Arquivo MST

■ Plenário do 1º Congresso Nacional dos Sem-Terra, Curitiba-PR, janeiro de 1985



PESQUISA

Pesquise sobre o êxodo rural e sua influência na formação de sua cidade. Organize sua pesquisa em painéis e exponha-a na escola.

■ O trabalho como garantia do progresso brasileiro?

Um dos símbolos do desenvolvimento e da modernidade, no Brasil, após 1960, foi o automóvel. E um dos símbolos relativos ao mundo do trabalho, foi a fábrica de automóveis.

De 1955 a 1960, o período de governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976) incentivou a instalação destas fábricas no Brasil, e com elas implantaram-se também suas novas teorias de produção. Pois, um carro, que tem no mínimo mais de vinte mil peças, é fruto de um complexo e interligado sistema produtivo. Sua produção tem grande valor na economia de um país, alimenta a competitividade, cria teorias sobre a estrutura produtiva, expandindo-as para outros setores. É um símbolo do desenvolvimento capitalista no século XX.

Este ritmo de produção atingiu outros setores, como o setor têxtil. O ritmo adotado para a produção, a mecanização e a especialização do trabalho, aliado aos estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), levou o Estado brasileiro a aprofundar a legislação trabalhista sobre saúde e segurança no trabalho.

Documento 12



■ Fábrica de automóveis.

<http://ruralwillis.tripod.com>

Texto 4

Há muito tempo se sabe que o trabalho, quando executado sob determinadas condições, pode causar doenças, encurtar a vida, ou mesmo matar os trabalhadores. É histórico o nexos entre trabalho e sofrimento explícito. Mais recente, e ainda em processo de construção, é a percepção de que o trabalho pode gerar formas mais sutis – até invisíveis, mas não menos graves – de corrosão da saúde.

(FERNANDES, 1995, p.191).

As principais doenças causadas pelo trabalho são genericamente conhecidas por Lesão por Esforço Repetitivo (LER) ou Doenças Orto-musculares Relacionadas ao Trabalho (DORT): tenossinovite, tendinite, bursite, trauma cumulativo, entre outras. Apesar de conhecidas há mais de 100 anos, costumam ser diagnosticadas pelos médicos somente após a investigação da vida funcional do paciente, do nível de estresse, da má postura e do excesso de trabalho.

Observe um gráfico do Ministério do Trabalho sobre os acidentes de trabalho no Brasil, no ano de 2003.

Documento 13

Número de Acidentes de Trabalho Analisados por Estado Janeiro a Dezembro de 2003



■ <http://www.mte.gov.br> Fonte: SFT - Sistema Federal de Inspeção do Trabalho/ Acidentes Analisados/ DRT. Total de Acidentes Analisados no Período: 1736



DEBATE

Você está lembrado da entrevista que fez com o trabalhador? Retome-a e analise as condições de trabalho e os riscos a que ele está exposto. Relate e exponha aos seus colegas.

Reestruturação produtiva no Brasil na década de 1990

Documento 14

Desemprego e Informalidade

O desemprego, o subemprego e o fantasma da informalidade são problemas endêmicos que assolam o País há muito. No Brasil, há 8,5 milhões de pessoas desempregadas e 79,3 milhões trabalhando. Destas, apenas 31,7 milhões (40%) estão na formalidade. Os restantes, 47,5 milhões, estão na informalidade (60%), em empregos de baixíssima qualidade, sem nenhuma proteção previdenciária. É um número assustador, maior do que muitas populações de países da Europa e América Latina.

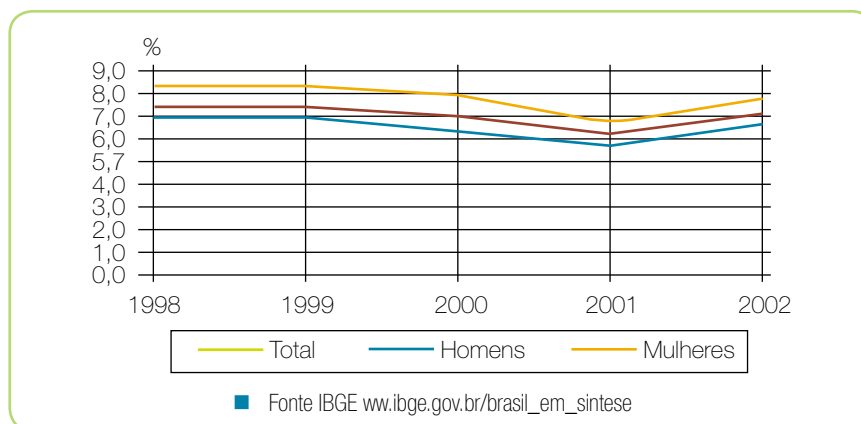
(Jornal do Brasil – RJ, 29 de junho de 2005.)

No Brasil, o desemprego seguiu os ritmos mundiais e aumentou, sobretudo em consequência das políticas neoliberais, da mundialização do capital, dos contratos de risco da Ditadura Militar (1964 a 1985), da recessão econômica, da abertura de mercados da Era Collor, em 1990. Para sobreviver à crise da perda gradativa do salário, o trabalhador manteve-se no mercado informal ou nas relações flexíveis de trabalho temporário, sem registro.

Veja as consequências do neoliberalismo, atuais para quase todo o mundo, e no Brasil, sobretudo após os anos 90, com o governo de Collor de Mello e sua política de abertura ao capital estrangeiro:

- Promoveu a eliminação das barreiras alfandegárias nacionais, incentivando a globalização dos mercados de consumo num transparente favorecimento para as grandes potências;
- Desregulamentou a legislação que limita o crescimento da exploração capitalista e do trabalhador;
- Promoveu a privatização das empresas estatais para fornecer setores de investimento oriundos da função social do Estado à iniciativa privada;
- Manteve a acumulação e capital nas mãos de poucos burgueses e grandes empresas multinacionais,
- Dificultou a sobrevivência de pequenas e médias empresas;
- Intensificou a desigualdade na distribuição da riqueza produzida;
- Intensificou o avanço científico e tecnológico a serviço do capital.

Observe as taxas de desemprego medidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, entre 1998-2002.

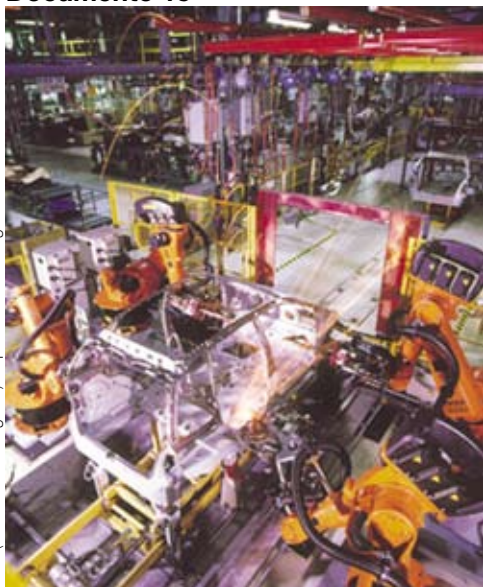


Além do IBGE, o Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) organizou um levantamento de dados sobre **A Situação do Trabalho no Brasil**, em 2001, em seis regiões metropolitanas: São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Salvador e Recife. Eis os pontos mais relevantes:

- Os anos de 98 e 99 demonstraram acentuado declínio do emprego.
- A procura de emprego se estendeu por mais de um ano nas regiões estudadas.
- Verificou-se um elevado crescimento do desemprego para jovens, cônjuges e trabalhadores com menor nível de instrução;

- Aumentou o índice de desemprego entre os mais qualificados.
- Cresceram as contratações flexíveis, sem carteira assinada, terceirizada e de trabalho autônomo.
- Elevou-se a proporção dos que trabalham acima da jornada de 44 horas semanais.
- Verificou-se grande concentração de trabalhadores na base da pirâmide do mercado de trabalho, cerca de 80% dos assalariados, recebendo até 5 salários mínimos/mês.

Documento 15



(foto Márcio Brigatto) <http://www2.fieng.com.br>

- Fábrica da Mercedes-Benz em Juiz de Fora- MG. Montagem bruta, onde trabalham cerca de 300 colaboradores, 13% são mulheres e 40% robôs nas atividades ergonomicamente desfavoráveis.

Quanto às desigualdades entre o trabalho feminino e o masculino, houve, na década de 1990, uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, porém a mulher ainda mantém maior índice de desemprego, trabalha em postos mais vulneráveis e em funções não-qualificadas, mais do que os homens. Quando na mesma função que o homem, recebe em média 65% do que ele recebe.

Da mesma forma que a mulher é preterida no atual mercado de trabalho, situação muito parecida ocorre com o negro e o jovem. O negro, independente de sua escolaridade, está mais sujeito ao desemprego, permanece nesta condição por mais tempo, e quando empregado, tem acesso aos postos de menor qualidade, status e remuneração.

Para os jovens de 16 a 24 anos que se encontram no mercado de trabalho, 60% está em situação precária, ou seja, sem contrato de trabalho e proteção da legislação trabalhista, recebendo, em média, entre 38,3% e 55,6% menos que os demais trabalhadores.

Sobre o panorama do trabalho no Brasil, na última década, uma pesquisa do DIEESE:

Texto 5

Aponta para um quadro de agravamento do mercado de trabalho, indicando um sério processo de aprofundamento das desigualdades sociais no país. Fruto tanto das políticas macroeconômicas que vem orientando o processo de reestruturação produtiva como das estratégias empresariais da competitividade, esse quadro revela um grande processo de regressão social, difícil de ser revertido no curto prazo.

(LEITE, 2003, p.110).



ATIVIDADE

Leia as conclusões do texto 5 sobre o mundo do trabalho no Brasil. Depois, faça um debate em sala de aula apontando soluções que poderiam reverter a regressão social.

Referências Bibliográficas

CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERNANDES, R. **O Trabalho no Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: LTR, 1995.

GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

LEITE, M. de P. **Trabalho e Sociedade em Transformação**: mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MUNAKATA, K. **A legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Jornal do Brasil, RJ, 29 de junho de 2005.

Obras Consultadas

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Biotempo, 2000.

ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. (orgs). **O Averso do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARMO, P. S. **A ideologia do Trabalho**. São Paulo: Ed. Moderna, 1992.

CARMO, P. S. **História e ética do trabalho no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1998.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1997.

GERAB, W. J. e ROSSI, W. **Indústria e Trabalho no Brasil**: Limites e desafios. São Paulo: Atual, 1999.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

MENDONÇA, S. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Ed. Moderna, 1997.

SCHAFF, A. **A Sociedade Informática**. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1991.

Documentos Consultados *ONLINE*

www.dieese.org.br ; Acesso em: 26 jul. 2005.

www.ibge.gov.br ; Acesso em: 26 jul. 2005.

www.mte.gov.br ; Acesso em: 26 jul. 2005.

www.oit.org ; Acesso em: 26 jul. 2005.

I

n

t

r

o

d

u

ç

ã

o

■ UNIDADE TEMÁTICA II: Urbanização e Industrialização

A Cidade

O sol nasce e ilumina
as pedras evoluídas
que cresceram com a força
de pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam
vigilando as pessoas
Não importa se são ruins
nem importa se são boas

A cidade se apresenta
centro das ambições
para mendigos ou ricos
e outras armações
Coletivos, automóveis,
motos e mêtros
Trabalhadores, patrões,
policiais, camelôs

A cidade não pára
a cidade só cresce
O de cima sobe
e o de baixo desce
A cidade não pára
a cidade só cresce
O de cima sobe
e o de baixo desce

A cidade se encontra
prostituída
por aqueles que a usaram em busca de saída
Ilusória de pessoas
de outros lugares,
a cidade e sua fama
Vai além dos mares No meio da esperteza
internacional...

■ (Chico Science [1966-1997]. A Cidade/Boa Noite Do Velho Faceta. CD Da lama ao caos, faixa 3, Chaos/Sony Music, 1994).

Você já conhece esta música? Ela fala da vida nas grandes cidades da atualidade, espaços de contradições: do luxo e da miséria, do grande e do pequeno, o lugar que historicamente tornou-se o habitat de milhares de pessoas. Nesta unidade temática vamos falar sobre a urbanização e a industrialização. Talvez a primeira pergunta a ser feita sobre esse assunto é por que “a cidade não pára”? Outra questão a pensar: por que tantas pessoas foram e continuam sendo atraídas para as cidades?

Estas questões podem estar relacionadas com o desenvolvimento da industrialização, iniciada no século XVIII, na Europa. Uma das principais características deste fenômeno foi a transferência de populações do campo para as cidades, aumentando assim, o crescimento das cidades, tanto em extensão como em população. Efeito espetacular para populações que até pouco tempo atrás viviam no campo cercado por plantações ou em vilarejos onde a percepção do tempo estava associada aos elementos da natureza.

Durante muitos séculos as paisagens sofreram poucas alterações e as pessoas seguiam as tradições seculares deixadas por seus familiares. Com processo de industrialização, ocorreram transformações econômicas e tecnológicas que alteraram a vida em sociedade, pois não foi só o jeito de produzir que sofreu modificações, mas também a paisagem rural e urbana.

Mas, será que somente com a industrialização que surgiram grandes cidades? Em épocas distantes como: na antiguidade Ocidental, no Oriente islâmico, ou na Europa medieval, existiram cidades com características semelhantes as atuais cidades? E no Brasil, quais fatores contribuíram para o processo de urbanização e industrialização? As cidades no Paraná na sua maioria são de pequeno e médio porte. A origem destas está relacionada a quais atividades econômicas?

São estas questões e outras inquietações que você poderá estudar nesta unidade temática.

H I S T Ó R I A



RELAÇÕES CULTURAIS: As cidades na História

■ Fábio Oliveira Cardoso¹

O canto da cidade

A cor dessa cidade sou eu	O toque do afoxé
O canto dessa cidade é meu	E a força de onde vem
A cor dessa cidade sou eu	Ninguém explica
O canto dessa cidade é meu	Ela é bonita
O grito a rua fé	O grito a rua fé
Eu vou saindo a pé	Eu vou saindo a pé
Pela cidade	Pela cidade
Bonita	Bonita ..

■ (Composição: Daniela Mercury http://www2.uol.com.br/cante/lyrics/Daniela_Mercury_-_O_canto_da_cidade.htm; Acessado em: 05/10/2005).

As cidades têm inspirado vários artistas, exemplo disso, você pôde perceber no tema da música **O canto da cidade**, da cantora Daniela Mercury (1965 -). Por outro lado, as cidades despertam o interesse de muitos pesquisadores, entre eles os arqueólogos, os historiadores, os geógrafos, os arquitetos, os quais buscam explicar as características próprias das cidades em determinadas sociedades. Mas, como surgiram as cidades? Como era viver nas cidades neolíticas, gregas, romanas, pré-colombianas, islâmicas e medievais? A vida nestas cidades tinha o mesmo significado que tem nas cidades contemporâneas?

■ As cidades neolíticas: o caso de Çatalhöyük

Por volta de 10.000 a 7.000 a.C., surgiram os primeiros núcleos urbanos na região do vale do rio Indo, na atual Índia, e também na região do Crescente Fértil (atual Oriente Médio) devido ao processo conhecido como revolução agrícola. As cidades foram construídas à beira dos rios com a finalidade de centralizar a administração da economia ligada às terras e aos produtos agrícolas tal como ocorria em Harappa, Mohenjo Daro e Lothal, no vale do rio Indo, Jericó, na Palestina e Çatalhöyük, na atual Turquia. Essa última cidade parece trazer algumas evidências descobertas por arqueólogos contemporâneos de que talvez não tenha havido um matriarcado no início do período Neolítico, como acreditavam os adeptos de uma longa tradição do pensamento europeu, nem a instituição generalizada de um patriarcado, mas sim uma possível igualdade dos sexos tanto na vida material como na espiritual dos seus habitantes.

Em 8000 a.C., Çatalhöyük (“chah-tahl-HU-yook”), a maior cidade do Neolítico, teve aproximadamente 8000 habitantes e 2000 casas. Como esta cidade não tinha ruas, seus habitantes se movimentavam pelos telhados e entravam nas casas por meio de escadas a partir do teto. Essas habitações eram decoradas com esculturas e pinturas que representavam, principalmente, touros, leopardos, cervos, abutres e seres humanos. Seus moradores produziam ferramentas de pedra polida, domesticavam ovelhas e cultivavam cereais.

Entretanto, o que faz esta cidade importante para os pesquisadores é que os vestígios descobertos pela arqueologia contemporânea apontam para uma relação igualitária entre mulheres e homens do Crescente Fértil nos milênios que vão de 10000 a 5000 a.C. Restos de alimentos como carne, por exemplo, provam que não havia disparidade entre a dieta de homens e mulheres. Os túmulos são igualmente adornados. Em Çatalhöyük, seguindo uma ampla tradição dos povos agrícolas do Crescente Fértil, eram cortadas as cabeças de algumas pessoas notáveis após a sua morte, para serem utilizadas em cerimônias religiosas; tanto homens quanto mulheres eram igualmente homenageados por meio desta prática.

O excesso de carbono encontrado nas costelas dos corpos femininos e masculinos demonstra que ambos trabalhavam, inalando imensa quantidade de fumaça durante muito tempo, próximos aos fornos ou lareiras das suas casas, as quais possuíam pouca ventilação. Isso significa que os homens não passavam mais tempo fora de casa do que as mulheres. Se havia alguma divisão de trabalho, provavelmente eram as mulheres que preparavam o alimento, mas os restos de cinzas encontrados nas proximidades das ferramentas de pedra apontam que tanto os homens quanto as mulheres podem tê-las confeccionado.

Somente nas representações simbólicas e na arte os homens tinham uma certa preponderância ao serem desenhados caçando ou provocando animais selvagens, enquanto poucas representações femininas foram produzidas, geralmente colhendo plantas, ou como estatuetas ligadas à fertilidade.

Aparentemente, Çatalhöyük se sustentava a partir da domesticação de animais e da caça com sua alimentação complementada pela agricultura. Essa só aumentou de importância a partir de 6000 a.C., período no qual a produção de estatuetas femininas voltadas para a fertilidade da terra e das mulheres aumentou sensivelmente. Leia, no **texto 1**, o que a historiografia relata sobre esta cidade e seus habitantes.

Texto 1

É complexa a situação dos homens e das mulheres em Çatalhöyük. Essa complexidade ecoa algumas das conclusões a que chegaram os antropólogos em relação à alocação de poder entre os sexos. Não estamos diante de um matriarcado ou de um patriarcado. O que talvez seja algo mais interessante: uma sociedade na qual, em muitas áreas, a condição sexual não determina a vida em que se vive.

Tanto homens como mulheres podiam desempenhar uma série de papéis e ocupar várias posições: da elaboração de ferramentas à moagem de grãos, do cozimento de alimentos à chefia da casa. As representações de rituais comemorativos indicam que os homens dominavam essa área. Mas, não encontramos indícios de que tenham influência predominante em outras esferas da vida. Seja como for, esse domínio masculino passou a ser contestado quando, vários milênios após a domesticação dos cereais, a agricultura adquiriu papel maior na vida da comunidade. Nesse período, mulheres e plantas estão conectadas na arte, mas, mesmo aqui, é preciso esperar por novos estudos científicos antes de determinar se o domínio das mulheres na agricultura teve impacto sobre outros aspectos da vida. Em particular, temos menos informações sobre os níveis superiores da cidade, onde encontramos as estatuetas das “mulheres gordas” e os amplos fornos, que sobre os níveis mais antigos e inferiores da mesma, cujos ossos e dentes foram analisados. Somente quando a escavação dos níveis superiores for feita, poderemos decifrar o desenrolar da história da emergência das imagens de mulheres poderosas.

(Adaptado de HODDER. Homens e mulheres em Çatalhöyük. *Scientific American Brasil*. N. 21, p. 73, fev. 2004.)



ATIVIDADE

A partir do **texto 1**, aponte a relação entre as evidências arqueológicas encontradas na cidade de Çatalhöyük e a revolução agrícola ocorrida no Crescente Fértil entre 10000 a 5000 a.C.

■ As cidades antigas: urbanismo em Grécia e Roma

Você consegue imaginar como eram as cidades antigas na Grécia e Roma? Nestas sociedades, elas poderiam ser associações de cunho religioso, político e familiar, ou lugar de reunião, de domicílio e do santuário.

Cidade-estado: forma de organização política que se desenvolveu no período clássico da civilização grega. Consistia na disposição soberana e autônoma de um pequeno território (polis); de população concentrada, entre muros ou fortificações defensivas, e clara distinção entre os seus cidadãos membros (poliitai) e os não-cidadãos ou estrangeiros. As cidades-estado possuíam os atributos e funções de um Estado Nacional, diferindo deste quanto à extensão territorial e por coexistirem com outras cidades-estado em área contígua; tinham em comum o uso da língua, as origens étnicas e a formação cultural, mantendo rígida separação de governo, território e cidadania.

(ENCICLOPÉDIA século XX, 1972, p. 524.)

a) Cidades na Grécia: Os gregos denominavam as cidades de polis, elas eram cidades-estado, possuíam autonomia política, religiosa e econômica. Atenas foi a mais importante cidade grega, seguida por Esparta, que exerceu sua hegemonia político-militar na Grécia entre 404 - 371 a.C., devido ao seu forte exército.

Localizada no sul da Grécia, na Ática, Atenas diferenciou-se por ter desenvolvido uma vida urbana mais dinâmica. Durante o século V a.C., chegou a ser a maior cidade grega. Possuía uma economia voltada para o comércio marítimo com outras cidades e colônias na Península Itálica, mediterrâneo ocidental, Ásia Menor e na Costa do Mar Negro. Foi conhecida por ter desenvolvido a democracia, sistema político que possibilitava

maior participação dos cidadãos (teve início com Clístenes [570-507 a.C.], a partir do ano 508 a.C.).

Neste período, Atenas tornou-se o maior centro intelectual e cultural do ocidente (conhecida como a escola de Hélade), contava com um grupo admirável de escritores, artistas, cientistas e filósofos, muitos destes, mesmo que não oriundos desta cidade, sentiam-se atraídos por ela. A maioria das grandes personalidades de relevo cultural da Grécia estava ligada a Atenas entre os anos de 500 e 300 a.C., (época do apogeu de Atenas). Essas personalidades tinham liberdade para pensar, expressar-se e ensinar nesta cidade-estado.

No início da Guerra do Peloponeso (entre Esparta e Atenas, em 431-404 a.C.), cerca de um terço dos cidadãos de Atenas viviam na área urbana. Somava-se, ainda, a esta população os não-cidadãos livres (artesãos, estrangeiros) e os escravos. De terreno com solo pouco fértil, pedregoso e montanhoso, Atenas não comportava um crescimento populacional tão grande como ocorreu com as cidades do Oriente Médio. Foram necessárias reformas urbanas, exemplo disso ocorreu no governo de Péricles (495-429 a.C.), no qual foram construídos os

Documento 1



■ O Partenon, na colina da Acrópole; /wiki/Imagem:Atenas.jpg; Acesso em: 02 out. 2005.

propileus (escadas da Acrópole) e o Paternon (o templo da deusa Atena, **documento 1**).

A maioria dos cidadãos urbanos eram ricos proprietários que desenvolviam suas atividades econômicas ligadas à agricultura, de onde obtinham seus rendimentos e também investiam em escravos. A base econômica dos não-cidadãos era o comércio, a fabricação de armas, de cerâmicas, etc., ou o empréstimo de dinheiro.

No século V a.C., a riqueza de Atenas provinha principalmente dos tributos cobrados sobre as cidades da Liga de Delos (coligação marítima-militar de cidades, lideradas por Atenas a partir de 478 a.C.), das trocas comerciais e da prata extraída das minas do Láurio (cidade grega, situada na Ática). Estas fontes de recursos possibilitaram o desenvolvimento econômico para a sustentação da democracia em Atenas, bem como a manutenção dos cidadãos e de outros habitantes, além da construção de grandes obras.

Texto 2

A cidade tomara-se a capital da Hélade e os cidadãos estavam cômnicos disso. No sexto século a.C., a cidade, embora grande, crescera irregularmente; seu centro religioso situava-se na Acrópole, que outrora fora ocupada pelo palácio fortificado dos reis e agora era consagrada a Atena, a deusa protetora de Atenas, e o local do seu modesto templo construído com pedra local. Pisistrato muito fez por Atenas. Construiu um grande e conveniente mercado central, melhorou o abastecimento d'água, abriu uma estrada majestosa para a Acrópole, onde ergueu um novo templo central para a deusa Atená. Tudo isso foi destruído pela invasão persa. A partir de 479 a.C., o trabalho de restauração da destruição prosseguiu ativamente. Cimon foi notável nessa tarefa. Reconstruiu a cidade, particularmente o mercado que também servia como bolsa e clube social e era o local onde se efetuavam alguns negócios políticos.

Todavia a Acrópole ainda estava em ruínas. Péricles, o dirigente e organizador do Império Ateniense, empreendeu a tarefa da sua restauração. Atenas gastou milhões para transformar a Acrópole numa das mais perfeitas produções arquiteturais, adornadas com todo um museu de obras-primas em pedra de cor. Em suas faldas não havia residências particulares ou lojas; somente alguns santuários, inclusive o de Asclépio, davam vida às encostas íngremes da colina.

À direita está o majestoso Partenon, o lar de Atená Partenos, um grande templo dórico.

Assim era o centro de Atenas, o resto da cidade era feio e insignificante, com ruas estreitas e tortuosas, casas modestas, lojas e oficinas, barulho, poeira e lama. Além disso, os homens de Atenas não passavam muito tempo em casa. O mercado, o Pnix, onde a assembléia popular se reunia, os tribunais e a câmara do conselho eram os lugares onde as classes altas passavam o seu tempo. As classe baixas trabalhavam nas docas e nos armazéns do Pireu, ou em suas lojas e oficinas.

(Adaptado de ROSTOVITZ, 1986, p.173-178.)

b) A cidade de Roma: localizada na Península Itálica, representava para os romanos um ambiente de vida em sociedade, o centro da vida civil. Entretanto, a cidade de Roma cresceu sem planejamento. A maior parte da cidade possuía casas altas e pouco desenvolvidas, as ruas eram tortas e estreitas e dificultavam as construções centrais de finalidade

política. Muito embora os romanos tivessem sido construtores de cidades, enfrentaram dificuldades para melhorar a estrutura de Roma, a exemplo das colônias latinas da Península Itálica: Alba Fucens (303 a.C.) e Cosa (273 a.C.), cujo estilo arquitetônico predominava com as formas de retângulos e ruas planas.

Mesmo assim, podem ser evidenciados alguns aspectos urbanos na arquitetura da cidade de Roma. O cimento passou a ser utilizado nas construções romanas a partir do século II a.C., o que propiciou construções bastante sólidas. Neste mesmo período, a primeira basílica foi construída por Catão, o Velho (243-143 a.C.), a Basílica Porcia. Na basílica faziam-se reuniões, passeios e negócios. No apogeu de Roma (século I d.C.), no Forum, realizavam-se as festas religiosas e manifestações cívicas. Entre os monumentos comemorativos, constavam os “Arcos de Triunfo”, criados no final do século I d.C., em diante, era uma espécie de porta monumental, exemplos: o Arco de Tito (Titus Flavius Vespasianus [39-81]), de Sétimo Severo (Lucius Septimius Severus [146-211]) e o de Constantino, o Grande (Flavius Valerius Constantinus, [272-337]).

Para você entender melhor os aspectos urbanos nas cidades de Roma, analise como alguns historiadores tratam esta questão.

Texto 3

A audácia de Nero [37-68 d.C.], depois do incêndio no ano de 64 d.C., tinha consistido em aproximar essa fronteira da cidade, invadindo os bairros construídos até então. A sua Casa de Ouro (esse foi o nome dessa verdadeira vila urbana) continuava diretamente o palácio imperial do Palatino, começado por Calígula [12-41 d.C.], e punha-o em comunicação com os célebres jardins de Mecenas [70 a.C. - 8 d.C.], no Esquilino. No centro, ele mandou escavar um grande lago e rodeá-lo de um campo em miniatura: aldeias, florestas, pastagens, nada aí faltava. Um pórtico monumental ia do Forum até a entrada do palácio. Depois de sua morte, o parque da Casa de Ouro foi desmembrado. Assim que o lago foi seco, no seu local, se construiu o anfiteatro de Flávio conhecido desde a Antiguidade sob o nome de Colosseum, o Coliseu. Sobre as vertentes do Célio, a norte do anfiteatro, Tito edificou um grande estabelecimento de banhos, as termas que têm o seu nome. Os banhos deixam de ser um anexo da palestra ou ginásio, ou um simples estabelecimento de higiene, e transformam-se num local de prazer, simultaneamente “café”, círculo de reuniões e de jogo.

(Adaptado de GRIMAL, 1981, p.108-110.)

Texto 4

Era uma cidade de altos edifícios e ruelas, nas quais os pobres alugavam apartamentos abarrotados de gente e onde os senhorios engordavam. O barulho, à noite, era terrível; os colapsos, freqüentes, e os incêndios uma constante ameaça em razão das construções de madeira e da iluminação a óleo. A começar com Augusto [63 a.C. - 14 d.C.], os Imperadores tomaram sérias providências para limitar o seu desenfreado crescimento e melhorá-la. Novos aquedutos foram construídos e se multiplicaram as fontes públicas; havia então um policiamento rigoroso e bombeiros, armados de bombas manuais e abafadores úmidos tudo agora a expensas do Estado. Os imperadores assumiram a responsabilidade pelo abastecimento de milho da cidade; o proletariado urbano cresceu cada vez mais parasitariamente,

alimentado pela fartura estatal de milho, depois de pão e vinho, até que, por volta do século III, um prefeito pretorano exclamasse amargamente: 'Só lhe falta servir galinha'. Mas donativos e espetáculos nada mais eram que paliativos para o que Juvenal chamou graficamente de vida de competição da miséria.

(Adaptado de FREDERIKSEN *apud* BALSDON, 1968, p. 15)



ATIVIDADE

Identifique, nos **textos 3 e 4**, as diferenças existentes nos espaços urbanos da cidade de Roma. Depois comente por escrito a utilização pelos cidadãos romanos destes espaços.

Em equipe, retome a leitura dos **textos 2, 3 e 4**. Depois organize um quadro com as diferenças e semelhanças entre as cidades de Atenas e de Roma.



DEBATE

Discuta com os colegas as características das cidades de Atenas e de Roma, comparando com alguma cidade atual que você conhece. Considere os seus respectivos contextos sócio-históricos.

Analise a distribuição dos espaços urbanos destas cidades em relação ao centro da cidade, aos bairros de moradia, ao acesso aos prédios públicos, etc. Anote sua análise e debata com a sala.

■ O Islão: civilização urbana

Quando você pensa nas cidades árabes, imagino que logo lhe vem a mente a idéia do sultão, as mulheres que fazem a dança do ventre, as grandes mesquitas, conforme aparecem na maioria dos filmes sobre a cultura islâmica. Seria isso mesmo?

Desde o início das conquistas dos califados árabes, por volta do ano 632 d.C., as cidades árabes começaram a ganhar importância para as comunidades muçulmanas. Nesse período, antigas cidades, como Damasco, Alexandria, Alepo e outras, foram dominadas pelos islâmicos. Com a expansão árabe, as cidades tornavam-se sedes de dinastias, como foi o caso de Bagdá (762) e do Cairo (criada pelos fatímidas [dinastia xiita, que governou o Egito de 969 a 1171] no ano de 969).

Na época da dinastia abássida (749-1258), a cidade de Bagdá tornou-se residência do califa al-Mansur (754-775) em 762, a qual foi transformada

Documento 2<http://pt.wikipedia.org>

■ **Cidade do Cairo**, capital do Egito;

no primeiro entreposto comercial do Oriente Médio, possuía intensa vida intelectual e era o grande centro do mundo islâmico.

Cairo, a cidade dos califas, desde o ano de 973, foi sede das universidades de Al-Azhar, e de Fustat; no século XII, teve toda a sua volta cercada por muralhas, construídas na época de Saladino (Salah al-Din Yusuf, 1138-1193). Essa cidade tornou-se um centro comercial, industrial e intelectual e, atualmente, atrai milhares de turistas do mundo inteiro (**documento 2**). Mas como é a cidade do Cairo hoje? Você pode ficar sabendo mais lendo o texto jornalístico expresso no **documento 3**.

Documento 3

Por um lado, a capital do Egito sofre dos problemas comuns a todas as cidades que cresceram em ritmo acelerado sem terem recursos para acompanhar a explosão demográfica e urbana. Por outro, tem uma vibração única. Que é sentida com mais ênfase após o anoitecer, quando seus habitantes se encontram para bater papo e namorar nas pontes sobre o Nilo e nos calçadões às suas margens. O som das rezas nas mesquitas une-se ao ruído incessante das buzinas dos carros e à música estridente dos barcos-boates que sobem e descem o rio para tornar as noites frenéticas.

O centro da cidade foi construído na metade do século 19 por Khedive Ismail, um monarca francófilo que se inspirou nas ruas retas e planejadas de Paris. Mas, aos poucos, é o incrível passado longínquo da cidade que se torna cada vez mais presente, com todas as suas contradições.

Essa herança está em várias igrejas, como a Suspensa, construída sobre as fundações de uma fortaleza romana, exemplo único da arquitetura, da decoração e dos símbolos religiosos coptas.

Há o Cairo islâmico, que se espalha por uma grande área e tem inúmeras mesquitas, tumbas, palácios e, claro, a Cidadela e o bazar Khan al Khalili. Das dezenas de mesquitas, três se destacam. A do sultão Hassan, erguida entre 1356 e 1363, durante o império mameluco, é um dos maiores edifícios islâmicos do mundo.

Chama a atenção pela imponência arquitetônica em especial do pátio central, cercado por quatro madrassas (escolas), dedicadas às quatro vertentes do pensamento islâmico dominantes no Cairo na época. O mausoléu do sultão tem uma cúpula altíssima, onde a oração do imame local (ministro da religião muçulmana) ecoa com uma beleza única.

Já a mesquita Al Azhar, construída em 970, é considerada a mais antiga universidade do mundo. As opiniões de seus chefes religiosos são ouvidas com atenção em todo o mundo muçulmano, motivo pelo qual ela é chamada de Vaticano do islamismo.

Finalmente, há a mesquita de Ibn Tulun, erguida em 879 no estilo arquitetônico característico do Iraque, inclusive com um minarete em formato de zigurate (templo babilônio antigo em forma de torre piramidal, com uma escada externa em espiral).

(Adaptado de CAIRO é um caleidoscópio de sensações. **Folha de S.Paulo online**. 29/03/2004 - 02h41. Turismo. <http://www1.folha.uol.com.br/foha/turismo/noticias/ult338u3962.shtml> – Acessado em: 02/10/2005).



ATIVIDADE

Sintetize, por escrito, os aspectos urbanos da cidade do Cairo que mais lhe despertaram atenção. Compare as permanências e as mudanças entre a Cairo medieval e a atual, conforme apontado no **documento 3**.

Outra importante cidade para os povos islâmicos tem sido Meca, na Arábia Saudita. Nesta cidade nasceu o profeta Maomé (570-632), fundador da religião muçulmana ou islamismo. No ano 630, essa cidade foi conquistada por Maomé, que impôs sua religião aos árabes. Desde então, Meca tornou-se a “cidade santa”, o lugar para onde destinam-se caravanas de fiéis, pois lá encontra-se a Caaba (santuário da religião muçulmana).

Além de sua importância religiosa, a cidade desenvolveu-se como centro comercial. Ainda hoje, Meca atrai seguidores de várias partes do mundo, conforme demonstra o **documento 4**.

Você poderá conhecer mais sobre algumas dessas cidades, analisando os textos da historiografia.

Documento 4



<http://www6.estadao.com.br>

■ **A Caaba na cidade de Meca**, sendo visitada muçulmanos.

Texto 5

Bagdá

Um palácio e uma mesquita que al-Mansur mandou construir no lado oriental do rio motivaram aí o desenvolvimento de um rico bairro que ficou ligado à cidade por duas pontes de barcos. Do centro real dos dois lados do Tigre, ruas estreitas e tortas, assim feitas para evitar o sol, apresentam suas ruidosas lojas até as proximidades dos distritos dos ricos. Cada negócio tinha a sua rua ou mercado: perfumistas, cesteiros, cambistas, tecelões de seda, livreiros, etc. Acima e além das lojas ficavam as casas do povo. Com exceção das residências dos ricos, todas as casas eram de tijolo cru, feitas para o curso de uma vida, não mais. Harun reconstruiu e ampliou uma primitiva mesquita de al-Mansur e al-Mutadid reconstruiu e ampliou essa mesquita de Harun.

Dentro ou perto de Bagdá ergueram-se milhares de esplêndidas mansões, vilas, palácios simples por fora, porém no interior nada senão ouro e azul.

(Adaptado de GIORDANI, 1976, p. 216.)

Texto 6

A iluminação pública, quando existia, era feita por lâmpadas de petróleo (no Irã e na Mesopotâmia) ou lâmpadas de azeite (na Síria e no Egito). A grande mesquita de Damasco era profusamente iluminada à noite, o que atraía grande número de habitantes para um passeio noturno. Nas localidades em que não existia iluminação pública, os transeuntes movimentavam-se levando consigo lanternas.

As cidades muçulmanas estavam providas de hospitais onde médicos e enfermeiros cuidavam de dezenas de doentes. Todos esses estabelecimentos prestavam assistência gratuita, pois sua manutenção era assegurada pelo Estado ou por ricos benfeitores.

Uma das características das cidades muçulmanas era a existência de estabelecimentos de banho público (hammâms) reservados para as mulheres, outros para os homens.

(Adaptado de GIORDANI, 1976, p. 217.)



ATIVIDADE

Em grupo, analise os **textos 5 e 6**. Converse com os colegas e expresse sua opinião. Depois organize suas idéias e escreva uma narrativa histórica sobre as cidades muçulmanas.

■ As cidades na América pré-colombiana

Você sabia que nas civilizações Asteca (América do Norte), Maia (América Central) e Inca (América do Sul), embora possuíssem uma economia agrícola, parte da população vivia nas cidades? Então, como seriam estas cidades?

a) Cidades astecas: Entre as cidades astecas, destacou-se a de Tenochtitlán, a qual começou a ser construída em 1325, fundada numa ilha do lago de Texcoco, no Vale do México (hoje, norte da Cidade do México), famosa pelos templos, em forma de pirâmides, do sol e da Lua. A principal cidade dos Astecas foi ampliada em 1476, com anexação da cidade de Tlatelolco. Com a sua extensão pelas terras pantanosas, a cidade possuía canais (em 1449, o imperador Montecuhzoma I [1390-1469] construiu diques contra inundações), ruas e praças, com mais ou menos 500 mil habitantes e 100 mil domicílios. Tlatelolco tornou-se o principal centro comercial.

Na praça, cercada por arcos, funcionava o mercado, que circulava cerca de 20 mil a 25 mil pessoas, onde trocavam-se mercadorias como: tecidos, peles, madeira, tabaco, jóias, etc.. Havia também lojas de boticários, cabeleireiros e outros. A polícia cuidava da segurança do tianquiztli (mercado), juntamente com um tribunal de três magistrados procurava resolver os problemas de ordem. O rei Nezaualcóyt mandou construir um palácio com mais de 300 peças, com jardins ornamentados, na cidade de Texcoco. A hegemonia de Tenochtitlán deu-se da aliança com os tepanecas de Atzacapotzalco e, depois, com as cidades de Texcoco e Tlacopan (Tríplice Aliança, 1434), que consolidou-se com o rei Motecuzohma ou Montezuma I.

Quando os espanhóis chegaram às cidades astecas (1519), estes povos tinham como imperador: Motecuzohma ou Montezuma II (1466-

1520). A cidade de Texcoco era a capital intelectual, literária e sede do tribunal superior, que regulava assuntos pendentes.

Leia a narrativa histórica presente no texto 7 e conheça mais sobre a cidade de Tenochtitlán.

Texto 7

O centro da cidade fixou-se sobre a ilha rochosa, onde o grande sacerdote Quauhcoatl, respondendo ao apelo de deus, erigira o principal santuário Uitzilopochtli. Ali se erguia o Teocalli, pirâmide cujo topo se alcançava por meio de três escadarias de 120 degraus, encimada pelos santuários gêmeos de Uitzilopochtli e de Tlaloc. Sucessivamente ampliada pelos soberanos, esse templo fora inaugurado no ano de 'Oito-Cana' (1487) pelo imperador Auitzotl. Ao seu redor, no interior de um vasto cinturão recortado por seteiras decorado com cabeças de serpentes, eleva-se o templo arredondado de Quetzalcoatl, o templo de Tezcatlipoca, o da deusa terrestre Ciuacoatl, o de Coacalco, panteão consagrado ao culto de deuses estrangeiros, o do Sol e inúmeros outros santuários, casas de oração, campos de jogo ritual de bola, os calmecac (monastérios-colégios), o Mecatlan (escola de música), e também os arsenais (cochcalli) confiados a uma guarnição de elite. Era, em suma, verdadeira cidade santa, guarnecida de pirâmides e torre, que dominava (no atual bairro de Zocalo, onde se eleva a catedral de México e o palácio do presidente da República) a praça central, ao lado dos palácios imperiais edificadas por Axaycatl, Auitzotl e Motecuhzoma II. Este último palácio, situado em um quadrilátero de aproximadamente 200m de lado, apresentava-se como um vasto conjunto de edifícios com um ou dois andares, agrupados em torno de jardins interiores. Ali se penetrava tanto por terra como de barco, através dos canais que o recortavam. A um tempo residência do soberano e centro político e administrativo, o palácio era composto de apartamentos, sala de reunião, tribunais, depósitos do tesouro, escritórios dos coletores de impostos.

O próprio Uitzilopochtli ordenara aos Astecas que dividissem a cidade em quatro grandes bairros: a leste, Teopan ('o bairro do templo'); a oeste, Aztacalco ('casa das graças reais'); ao norte, Cuepopan ('lá onde desabrocham as flores'); ao sul, Moyotlan ('lugar de mosquito'). Esses quatro bairros abrigavam as fratrias territoriais ou calpulli, cada qual fornecendo um contingente de guerreiros. Por sua vez, cada calpulli possuía seu templo e sua 'casa dos jovens', colégio de nobres, cujo luxo se aproximava tanto quanto possível dos palácios imperiais, as casas mais modestas dos negociantes e dos artesãos e as casas dos simples cidadãos situavam-se ao longo das ruas e canais. Por toda parte, a água do lago murmurava, por entre as casas, e as canoas deslizavam silenciosamente pela cidade. Todos os transportes eram feitos por meios de embarcações.

(Adaptado de SOUSTELLE, 1987, p. 47-48.)

- b) Cidades maias:** foram centros urbanos com fins religiosos e administrativos. Entre as cidades que mais destacaram-se estão: Tikal, Copan, Palenque. A cidade mais antiga do império Maia, Tikal (na Guatemala), possuía edifícios públicos e residências.
- c) Cidades incas:** A cidade de Tiahuanaco, hoje composta por um pequeno povoado, ao sul do lago de Titicaca, foi um dos centros do império Inca, da mesma forma que Chavín de Huantar ou Tenochtitlán foram centros religiosos dos impérios Maia e Asteca, respectivamente. Os peregrinos que se dirigiam a essa cidade eram utilizados como mão-de-obra para levantar as pirâmides de Puma-

puncu, os palácios dos sacerdotes e a Porta do Sol, no templo de Kalasasaya (talhada em bloco maciço de pedra).

A cidade de Chan-Chan possuía um conjunto de 18 km² de superfície, divididos em 10 bairros separados por muros. Dos povos Chimus, os Incas adaptaram o sistema de comunicação com homens em lugares preestabelecidos, o que possibilitou maior contato entre a capital e outras localidades.

Cuzco era a capital do império, destacou-se por seus palácios e templos (do Sol, Viracocha, Virgens do Sol, etc.). Entre as construções existiam casas feitas com pedras, eram blocos poligonais, ajustados sem cimento e tetos de palha. Havia outras casas, todas de madeira, entre ruas longas e estreitas. Os Incas também tiveram outras cidades, como: Machu Picchu, Tumipampa, Cajamarca, Huari, etc.



PESQUISA

Pesquise sobre as características das cidades pré-colombianas. Depois, troque idéias com seus colegas e expresse sua opinião por escrito.



ATIVIDADE

Faça uma narrativa histórica apontando as semelhanças e diferenças entre as cidades dos povos astecas e incas.

■ A expansão urbana na Europa dos séculos XI – XIII

Você sabia que, desde a Idade Média, as catedrais destacavam-se por sua imponência nas cidades?

Na Europa Ocidental, a partir do século XI, houve um desenvolvimento de núcleos urbanos. Estas cidades desenvolveram-se em torno dos castelos ou palácios episcopais, com limites determinados por muralhas que protegiam seus habitantes. Formava-se, assim, de um lado a cidade e, de outro, os burgos da periferia. O governo das cidades era exercido por um senhor leigo (um conde) ou por um bispo, no caso das cidades episcopais. Sobre seu território, a cidade passou a exercer o poder de cobrar taxas. Nelas viviam guerreiros (defensores das cidades), burgueses (garantiam a prosperidade dos negócios comerciais), padres, artesãos, mestres e outros.

Na Europa, a partir do século XII, as relações sociais presentes nas cidades medievais reforçaram o sentimento cristão. A inquietude com a salvação da alma contribuiu para as construções de catedrais. Para tanto, os burgueses ricos contribuíram com doações em dinheiro, os mercadores e as corporações de ofício com a oferta de vitrais e materiais de construção, como foi o caso da construção da catedral de Chartres (1145). Foi intenso o movimento urbano e suburbano do clero católico, a religião católica influenciou a vida das pessoas nas cidades e no campo. Desta forma, a importância da moral religiosa católica, expressava-se na arquitetura das grandes catedrais do século XII, com o estilo românico, apontando mudanças para o estilo gótico.

■ Cidades e catedrais: românica e gótica

Na catedral de Pisa, na Itália, manifestou-se a arquitetura românica. Em 1063, iniciou-se a construção do prédio da catedral, a planta era em formato de cruz, com uma cúpula no encontro dos braços, a frente era em forma de frontão, características dos templos gregos.

O edifício mais conhecido do conjunto foi o campanário. Trata-se da famosa Torre de Pisa, inclinada porque o terreno cedeu. A construção da Torre de Pisa foi iniciada no ano de 1174. O elemento que mais chamava atenção foi a superposição de delgadas colunas de mármore, que formavam sucessivas arcadas ao redor de todos os andares do edifício, conforme você pode observar no **documento 5**.

A arte românica predominou até o início do século XII, quando mudanças como a expansão do comércio contribuíram para uma revolução da arquitetura. Essa nova arquitetura foi chamada de gótica. Esse estilo seguiu a verticalidade românica, que, devido à religiosidade, refletia o desejo de ascensão espiritual.

A catedral de Notre-Dame de Paris, na França, é a que melhor expressa o estilo gótico. Teve sua construção iniciada no ano de 1160. Foram empregados novos recursos técnicos para esta construção, feita com arcos ogivais, abóbada e verticalidade. Nas aberturas laterais, foram colocadas janelas com lindos vitrais. Seu comprimento é de 150,20 metros e suas principais abóbadas estão a 32,50 metros do chão, conforme você pode verificar no **documento 6**.

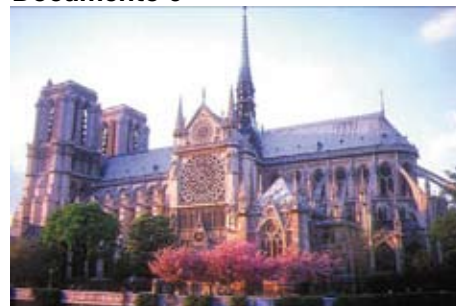
Mas como caracterizar especificamente os estilos de arquitetura românica e gótica das catedrais?

Documento 5



■ **Catedral de Pisa com seu campanário** (1063-1272) - PROENÇA, 2003, p. 60.

Documento 6



■ **Catedral de Notre-Dame** de Paris (iniciada em 1160). PROENÇA, 2003, p. 66.

Documento 7

A característica mais importante da arquitetura gótica é a abóbada de nervuras; ela difere muito da abóbada de arestas da arquitetura românica, porque deixa visíveis os arcos que formam sua estrutura.

O que permitiu a construção desse novo tipo de abóbada foi o arco ogival, diferente do arco pleno do estilo românico. A consequência imediata do emprego dos arcos ogivais foi a possibilidade de construir igrejas mais altas. Além disso, o alto acentua a impressão de altura e verticalidade.

Outro recurso arquitetônico usado no estilo gótico foram os pilares, chamados tecnicamente de suportes de apoio, dispostos em espaços bem regulares. A consequência estética mais importante desse ponto de apoio da construção foi a substituição das sólidas paredes com janelas estreitas, de estilo românico, pela combinação de pequenas áreas de paredes com grandes áreas preenchidas por vidros coloridos e trabalhados.

(PROENÇA, 2003, p. 64.)



ATIVIDADE

Após observar os **documentos 5 e 6**, leia o **documento 7**. Depois organize um quadro comparativo das diferenças nos estilos arquitetônicos das catedrais românica e gótica.

Você pode saber mais sobre as cidades medievais discutindo os textos que a historiografia nos apresenta.

Texto 8

Em Limoges, existia no século XIII, a *Claustre* (o mercado dos trigos), mercados de peixes, de legumes, e dois mercados de carne. Uma rua era destinada aos cambistas, a *rue des taules* [ruas das mesas]. Havia uma feira em 30 de junho em Saint-Martial, coincidindo com uma peregrinação às relíquias do santos, e outra em Saint-Géraud, em 13 de outubro.

Em Bourges, havia três feiras propriamente ditas na praça do Mercado Velho: no Natal, no dia de Santo Ambrósio (18 de outubro, mas também a 29 de junho, o dia dos santos Pedro e Paulo) e no de Santo Ursino, esta confirmada por Luís VII [1120-1180] em 1157. A estas se acrescentavam várias pequenas feiras que eram antes mercados: a feira de Saint-Martin, a feira de Saint-Oustrille, feira dos carneiros gordos em maio, a feira das Cinzas ou 'feira magra' ou 'feira das ameixas secas' na Quarta-feira de Cinzas e três feiras dos aros e da aduela, Saint-Laurent (no cemitério de Saint-Bonnet), Saint-Barthélemy e Saint-Ladre.

(Adaptado de LE GOFF, 1992, p. 69.)

Texto 9

Florença é indiscutivelmente a cidade italiana onde os ofícios se destacam mais vivamente e onde os seus diversos papéis são mais evidentes. Os diversos ofícios, ou "artes", desenvolveram-se e criaram a sua força de maneira progressiva. O primeiro passo importante foi dado em 1267, quando os sete ofícios mais ricos se constituem como força econômica e também política de primeira ordem. A *Arte di Calimala* (composta por grandes mercadores de tecidos), a de Seta (grandes negociantes de seda), a *da Lana* (fabricantes de lanifícios), a arte dos peleiros, a arte dos merceiros, negociantes de miudezas e remédios, a arte do câmbio e a dos juizes e notórios – as sete "artes maiores" - formam o popolo grosso; estas sete "artes" dominam, de início sozinhas e depois na companhia das outras artes que quase sempre se mantiveram como suas subordinadas, a grande cidade de Lis.

(FOURQUIN, 1991, p. 265.)

Texto 10

Com Georges Chevrier, observamos o prefeito de Dijon no século XIII. Ele é eleito todos os anos no cemitério de Saint-Beningne, na véspera do dia de São João, por todos os homens inscritos na lista da paróquia. Estes se apresentam um depois do outro perante o escabino mais antigo, que detinha a guarda dos Evangelhos, e ditavam ao escriba o nome de seu candidato, que este inscrevia na margem da lista. Recolhidos os sufrágios, o guarda dos Evangelhos proclamavam o novo eleito e depois o apresentava ao baillio de Dijon. Em procissão solene, o novo eleito dirigia-se a Notre-Dame, igreja da comuna, onde prestava juramento de fidelidade ao duque e jurava conservar as prerrogativas do duque e os privilégios da cidade.

(LE GOFF, 1992, p. 91.)

Texto 11

Um êxito retumbante foi a Paris, de Filipe Augusto [1165-1223] e de Filipe VI [1293-1350], que tornou-se capital. A *Cité*, cidade episcopal e monárquica, à margem direita, resultado de um brilhante sucesso econômico; à margem esquerda, com a formação de uma cidade escolar e universitária onde apareceu um novo poder, o *studium*, os intelectuais, ao lado do *sacerdotium* e do *regnum*, a Igreja e a realeza, presentes em toda parte, mas que o estavam simbolicamente, e mais ainda, na *Cité*, e a burguesia, poderosa sobretudo na margem direita, continuou sendo mais uma potência de fato que de direito. O primeiro ato decisivo foi a instauração e o desenvolvimento por Luís VI (1123 e 1137) de um 'novo mercado' nos Champeaux. Felipe Augusto transferiu para os Champeaux a feira de Saint-Lazare ou Saint-Ladre, que ele comprara aos leprosos (1181), e fez construir dois grandes mercados (1183) para mercadorias finas, tecidos, amarelo, pele.

Na altura de 1186, Filipe Augusto, incomodado, ao que parecia, pelo mau cheiro levantado pelas janelas de seu palácio, ordenou aos burgueses que mandassem pavimentar todas as ruas da cidade, o que se fez em blocos de arenito. A muralha de 1190 reuniu, numa única 'cidade', o 'bairro de greve', o bairro do porto fluvial e da contratação de mão-de-obra, e o 'bairro dos balles', bairro do comércio. Finalmente, por um acordo com o bispo de Paris e o capítulo, a forma pacis de 1222 definiu e limitou os direitos da Igreja de Paris no interior da cidade, que pôde, sob o controle e a proteção do rei, desenvolver sua atividade econômica.

(Adaptado de LE GOFF, 1992, p. 135-136.)

**ATIVIDADE**

Utilizando-se das leituras dos **documentos 8, 9, 10 e 11**, organize suas idéias em um quadro, comparando as características de cada cidade medieval. Discuta em grupo e apresente o quadro para a sala.

No final, anote suas conclusões e construa uma narrativa histórica comparando as cidades medievais com cidades que existiam na mesma época em outros locais.

Referências Bibliográficas

ENCICLOPÉDIA Século XX. Rio de Janeiro: José Olympio, Expressão e Cultura, v.2, 1972, p. 524.

FOURQUIN, G. **História econômica do ocidente medieval.** Rio de Janeiro: Edições 70, 1991, p. 265.

FREDERIKSEN, M. W. Cidades e Habitações. In: BALSDON, J. P. V. (org.). **O mundo romano.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

GIORDANI, M. C. **História do mundo árabe medieval.** Petrópolis: Vozes, 1976, p. 216-217.

GRIMAL, P. **A vida em Roma na antiguidade.** Portugal: Publicações Europa-América, 1981.

LE GOFF, J. **O apogeu da cidade medieval.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PROENÇA, G. **História da arte.** São Paulo: Ática, 2003, p. 62-67.

ROSTOVTZEFF, M. **História da Grécia.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

Scientific american Brasil. Ano 2, n. 21, fev. 2004.

SOUSTELLE, J. **A civilização Asteca.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. Trad. Maria Júlia Goldwasser. p. 47-48.

Obras Consultadas

CARDOSO, C. F. **América pré-colombiana.** São Paulo: Brasiliense, 1986 (Col. Tudo é história 16).

COULANGES, F. de. **A cidade antiga.** São Paulo: Martin Claret, 2002. (Col. A obra-prima de cada autor).

DUBY, G. **A Europa na Idade Média.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

FINLEY, M.I. **Os gregos antigos.** Lisboa: Edições 70, 1988.

Grande Enciclopédia Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural, v. 5, 1998.

HOURANI, A. **Uma História dos povos árabes.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

PEREGALLI, E. **A América que os europeus encontraram.** 12 ed. São Paulo: Atual, 1994 (Col. Discutindo a história)

Documentos Consultados *ONLINE*

CAIRO é um caleidoscópio de sensações. **Folha de São Paulo online.** 29 mar. 2004 - <http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/noticias/ult338u3962.shtml>: Acesso em: 02 out. 2005.

<http://www6.estadao.com.br/magazine/materias/2001/out/16/69.htm>; Acesso em 02 out. 2005.

http://www2.uol.com.br/cante/lyrics/Daniela_Mercury_-_O_canto_da_cidade.htm. Acesso em 05 out. 2005.



ANOTAÇÕES

Lined area for taking notes, consisting of multiple horizontal lines on a light green background.



RELAÇÕES DE TRABALHO: Urbanização e industrialização no Brasil

■ Siumara Sagati¹

Como se deu o processo de organização do espaço urbano brasileiro? Como as atividades econômicas interferiram neste processo?



■ Atividades econômicas no Brasil colonial

As primeiras atividades manufatureiras no Brasil colonial (século XVI a XIX) foram a fabricação do açúcar em engenhos e a mineração de ouro, ambas utilizando técnicas bastante rudimentares. Visto que o país era uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu somente alguns gêneros agrícolas tropicais, que tinham grande expressão econômica, ou minérios de alto valor, todas as outras atividades produtivas assumiram um caráter secundário e serviram apenas para dar subsídios ao objetivo principal, que era a exportação.

Sobre este tema, observe o que diz a historiografia:

Texto 1

Durante os três primeiros séculos de nossa história, as atividades industriais (aqui entendidas no sentido genérico do termo) reduziram-se, praticamente, à fabricação do açúcar nos engenhos e na mineração. As técnicas utilizadas em ambos os casos eram bastante rudimentares, havendo pouca diferença entre o processo de fabricação do açúcar e da aguardente no século XVI e no início do século XIX.

Durante esse período colonial uma série de outras atividades foram desenvolvidas, porém todas com um caráter de atividade acessória. Por exemplo, a produção de tecidos data dos primeiros anos da colonização. O algodão, que já era conhecido e utilizado pelos indígenas, continuou a ser cultivado pelos portugueses em certas capitânicas, dando origem a uma produção têxtil doméstica de certa importância, principalmente no Pará e no Maranhão, que chegou a exportar tecidos para o Reino. Também no Ceará e em São Paulo e, algum tempo depois, em Minas Gerais, desenvolveu-se muito a produção de tecidos.

A construção naval foi a atividade industrial que reuniu, junto com os engenhos, o maior número de trabalhadores por unidade de produção durante a colônia. No início, eram serviços de assistência aos navios em trânsito, quando necessitados de reparo. Essa indústria naval estimulou o aparecimento de várias outras manifestações manufatureiras nos séculos XVII e XVIII: confecção de cordas, velas, cabos, estopas e óleos.

Além das atividades acima mencionadas, ainda poderíamos lembrar a produção de charque (no Sul) e de gêneros alimentícios, a preparação de fumo de corda, a fabricação do anil, a extração do sal, a produção de azeite de baleia – usado na iluminação pública –, a confecção de móveis, construção civil (casas, pontes, aquedutos), como manifestações de atividades industriais e manufatureiras no Brasil-colônia. Sem falar na atividade artesanal que era exercida, tanto nos engenhos e fazendas como nas cidades, por ferreiros carpinteiros, seleiros, ourives, sapateiros, alfaiates, serralheiros, latoeiros, curtidores, oleiros e outros.

(Adaptado de HARDMAN, 1991, p.23-26.)

A enumeração de todas essas atividades não deve fazer você esquecer um dos aspectos essenciais da colonização brasileira, que foi o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais e de grande expressão econômica.

Texto 2

A fábrica, na Europa, e o engenho de açúcar, nas colônias, não foram resultados imediatos de um desenvolvimento crucial das bases técnicas de produção, mas, ao contrário, representaram formas peculiares de organização social do trabalho para a obtenção, sob garantia absoluta, do lucro do capitalista, e ambas se figuraram pela concentração em um mesmo lugar de trabalho, e em larga escala, de trabalhadores despossuídos de meios de produção e de saber técnico.

Ao nos aproximarmos dos textos de viajantes e de habitantes de colônia que descreveram em pormenores o universo do engenho, o nosso espanto pode ser grande, já que inadvertidamente podemos confundir os com qualquer descrição das fábricas do período de Revolução Industrial. Todo o universo infernal das “satânicas fábricas escuras” descritas por Engels, em 1844, em sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, pode encontrar correspondência num extraordinário sermão do Padre Vieira, datado de 1633, que anuncia assustadoramente a sua visão do engenho de açúcar:

“É verdadeiramente quem via na escuridade da noite aquelas fornalhas tremendas perpetuamente ardentes; as labaredas que estão saindo aos borbotões de cada uma pelas duas bocas ou ventas, por onde respiram o incêndio; os etíopes, ou ciclopes banhados em suor tão negros como robustos que subministram a grossa dura matéria ao fogo, e os forçados com que o revolvem e atizam; as caldeiras em lagos ferventes, com os canhões sempre batidos e rebatidos, já vomitando espumas, exalando nuvens de vapores, mais de calor que de fumo, e tomando-se a chover para outra vez o exalar; o ruído das rodas, das cadeias, da gente toda de cor da mesma noite, trabalhando vivamente e gemendo tudo ao mesmo tempo, sem momento de tréguas, nem de descanso; quem vir enfim toda a máquina e aparato confuso e estrondoso, não poderá duvidar, ainda que tenha visto o Ethnas e Vesúvios, que é uma semelhança do inferno.” (Adaptado de DECCA, 1984, p. 7-49.)

Documento 1



■ HENRY KOSTER (1784-1819). **Engenho de cana**, 1816. Litogravura, BMSP, KOSTER, [1816] 1942.

Documento 2



■ HERCULE FLORENCE (1804-1879). **Engenho de Cana** - São Carlos, 1840. Aquarela, c.i.d. 21 x 31,5 cm.

Texto 3

A partir de princípios do século XVIII, no centro do que hoje se constitui o Estado de Minas Gerais, se fazem as primeiras grandes descobertas de jazidas auríferas. A mineração do ouro ocupará durante três quartos de século o centro das atenções de Portugal. Vejamos um aspecto da indústria mineradora: como se organiza e funciona a exploração das jazidas. Encontramos aí dois tipos de organização: o primeiro é o das lavras, que se emprega nas jazidas de certa importância. As lavras são estabelecimentos de algum vulto, dispendo de aparelhamento específico, e onde sob direção única e trabalhando em conjunto, reúnem-se vários trabalhadores. Opõe-se à lavra, a pequena extração realizada por indivíduos isolados que não empregam senão uns poucos instrumentos rudimentares. São os chamados faiscaidores.

(Adaptado de PRADO JR. 1984, p.56-59.)



ATIVIDADE

A partir da leitura dos **textos 1, 2 e 3**, o que seria possível afirmar sobre as atividades industriais do Brasil no período colonial?

Salvador foi fundada em 29 de março de 1549. Foi a capital brasileira de 1549 a 1763. A posição estratégica da “Baía de Todos os Santos” criou ligações entre Portugal, Brasil e África. As condições naturais, que propiciavam aos navegadores portugueses a parada segura de suas embarcações, foram decisivas na sua escolha como local para a primeira capital do Brasil. Seu desenvolvimento se deveu à primeira atividade agrícola de peso, a cana-de-açúcar, no Recôncavo Baiano e também na Zona da Mata do Nordeste.

Documento 3



■ A cidade de Salvador, ainda murada, em 1625. Desenho. VERÍSSIMO et. al., 2001.

■ As cidades na história do Brasil

A economia colonial apresentava-se segmentada em uma série de regiões, cada uma vinculada à economia da metrópole (ou à economia dos países industrializados). Estas regiões tinham por pólo, geralmente, um núcleo urbano que desempenhava, em relação ao todo, funções comerciais, administrativas, religiosas, etc.

Veja como a historiografia discute a formação deste núcleos urbanos.

Erguida no alto de uma escarpa, entre a Baía de Todos os Santos e os morros, Salvador foi a primeira cidade planejada do Brasil, construída nos moldes das cidades portuguesas, com ruas estreitas, curvas e dispostas perpendicularmente umas às outras. A exigência de defesa determinou nos primeiros anos a predominância de muralhas. A cidade cresceu e “na passagem do século XVII para o XVIII, Salvador já reunia 100.000 moradores”. (SANTOS, 1994, p.20)

Na vida urbana da economia colonial, as funções não-econômicas (administrativas, religiosas, militares), via de regra, superavam, em importância, as econômicas, que se reduziam quase só ao comércio. A cidade colonial era o entreposto das mercadorias destinadas à exportação e das mercadorias importadas.

Documento 4



■ Pelourinho, Salvador. Fotografia. Fonte: <http://cienciahoje.uol.com.br>.

É no que se resumia, por exemplo, a vida econômica de Recife até o fim do século XIX: escoava o açúcar dos engenhos e o algodão e distribuía os artigos estrangeiros importados.

Em 1630, os holandeses empreenderam a conquista de Pernambuco, a mais rica colônia açucareira de Portugal. O fato teve grande significado para a história de Recife, que, a partir deste momento, tornou-se o centro de todo Nordeste açucareiro.

Os holandeses resolveram fortificar-se em Recife, ampliaram as construções, fizeram aterros na bacia do Beberibe e construíram, no lugar em que antes havia apenas um porto e um pequeno povoado, uma verdadeira cidade, que contaria então com cerca de 2.000 casas e 8.000 habitantes. Os holandeses não procuraram intervir na cultura nem na fabricação do açúcar. Interessava-lhes mais assegurar o seu comércio. Daí o caráter nitidamente urbano da colonização holandesa, que diferenciava-se da colonização portuguesa, cuja ênfase estava na ocupação agrária.

A urbanização de Recife se iniciou em 1637 com um plano bem traçado pelos holandeses para melhoramento da cidade, priorizando um sistema defensivo, construção de pontes para viabilizar as comunicações e até um Jardim Botânico. Em meados do século XVII, Recife era possivelmente a segunda cidade brasileira e uma das mais modernas do continente do ponto de vista urbanístico. Veja o que o historiador diz:

Documento 5



- FRANZ POST (1612-1680). Vista da Cidade Maurícia e Recife, 1657. Óleo sobre ma-

Documento 6



- EMIL BAUCH (1823 – c. 1890). Ponte Maurício de Nassau, século XIX. litografia aquarelada. S/l.

Texto 4

Esse progresso urbano era ocorrência nova na vida brasileira, e ocorrência que ajuda a melhor distinguir, um do outro, os processos colonizadores de “flamengos” e portugueses. Ao passo que em todo o resto do Brasil as cidades continuavam simples e pobres dependências dos domínios rurais, a metrópole pernambucana “vivia por si”. Ostentavam-se nela palácios monumentais como o de Schoonzicht e o de Vrijburg. Seus parques opulentos abrigavam os exemplares mais vários da flora e da fauna indígenas. Neles é que os sábios Piso e Macgraves iam encontrar a mão material de que precisavam para a sua ***Historia Naturalis Brasiliae*** e onde Franz Post se exercia em transpor para a tela as cores magníficas da natureza tropical. Institutos científicos e culturais, obras de assistência de toda a ordem e importantes organismos políticos administrativos (basta dizer que em 1640 se reunia em Recife o primeiro Parlamento de que há notícia no hemisfério ocidental) davam à sede do governo da Nova Holanda um esplendor que a destacava singularmente no meio da miséria americana. Para completar o quadro, não faltavam sequer os aspectos escuros, tradicionais da vida urbana de todos os tempos: já em 1641, a zona do porto de Recife constituía, para alguns, verdadeiro “antro de perdição”.

(Adaptado de HOLLANDA, 1995, p.63.)

A ocupação do solo mineiro, região mais central do Brasil, esteve ligada diretamente aos descobrimentos auríferos do fim do século XVII e início do século XVIII, que atraiu milhares de pessoas, as quais foram responsáveis pela formação dos primeiros núcleos urbanos na região das minas.

Documento 7



Foto: Ícone Audio Visual

Ouro Preto

A produção mineira estava geograficamente condicionada à localização das jazidas auríferas e os núcleos urbanos – que surgiram em função desta atividade – adquiriram, geralmente, caráter especializado de lugar de moradia dos mineradores e da comercialização de produtos. A importância de cidades mineiras, como Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João Del Rei, Tiradentes, etc., limitava-se à quantidade de ouro que podia ser extraída em suas proximidades.

Todas as cidades vinculadas puramente à mineração, mostraram-se desligadas daquelas qualidades de posição e situação que eram de tamanha importância para outras cidades. Aspectos como uma localização centralizada, acessibilidade, terrenos favoráveis para ruas e edifícios foram considerados, pelas elites coloniais, como de menor valor.

Essas cidades preservaram construções que constituem parte do patrimônio artístico, histórico e cultural brasileiro. Ao conhecê-las, você irá deparar-se com verdadeiras obras de arte que expressam toda a riqueza da arquitetura, da pintura e da escultura do estilo barroco.

De acordo com o funcionamento especializado da economia mineira, o ouro se escoava para as regiões que abasteciam a área de mineração. Desde o século XVII, estabeleceram-se vínculos comerciais entre zonas de mineração e a Bahia, São Paulo e, principalmente, Rio de Janeiro – o grande escoadouro do metal precioso e o mais importante porto de importação dos produtos além-mar consumidos pelas populações mineiras.

As necessidades de escoamento e de fiscalização da produção mineral deram ao Rio de Janeiro – que se tornou a segunda capital da colônia, em 1763 – as condições de desenvolvimento, ampliadas com a chegada da família real portuguesa, em 1808.

A vinda da Corte Portuguesa para o Brasil estimulou o crescimento da cidade do Rio de Janeiro. A população aumentou, surgiram novos prédios, e o comércio se tornou mais variado. As terras vizinhas passaram a se desenvolver, com melhoramentos urbanos. Transferiram-se para o Brasil todos os órgãos da Administração Pública e da Justiça; criaram-se academias, hospitais, quartéis, a Biblioteca Real, a Academia de Belas Artes e o Jardim Botânico, tor-

nando-se também o Rio de Janeiro ponto de partida de inúmeras expedições científicas.

Mas, apesar do aparente desenvolvimento os habitantes do Rio de Janeiro enfrentavam muitas dificuldades, relativas ao saneamento básico, as quais podiam ser verificadas também em várias cidades do Brasil colonial.

A produção dos espaços pelos que ali habitavam se deu de forma precária, muitas vezes comprometendo a qualidade de vida e o ambiente natural. As ruas não pavimentadas recebiam o lixo atirado das residências. A situação era agravada, porque escravos mortos eram atirados nos monturos de lixo e as chuvas torrenciais enchiam as ruas de lama. Nas praias, rios e lagoas, dejetos eram depositados pelos “tigres” (escravos que tinham a pele listrada pelos detritos que escorriam dos cestos de palha carregados às costas).

Sem saneamento, seus habitantes sofriam de algumas epidemias, como: varíola, cólera, febre amarela; e, em função disso, a mortalidade era alta. A implantação de saneamento básico e de serviços urbanos nunca foi preocupação da Coroa Portuguesa.

Documento 8



■ Igreja de Bom Jesus do Matosinho. Congonhas do Campo.

Documento 9



■ JEAN-BAPTISTE DEBRET. Aceitação provisória da constituição de Lisboa (vista da Cidade do Rio de Janeiro), c. 1834. Litogravura, Estampa 140, Prancha 45. DEBRET, 1989 [1834].

www.bnd.

Documento 10



Foto: Icone AudioVisual

■ Altar da Igreja de São Francisco, em São João Del Rei.

Documento 11



Foto: Icone AudioVisual

■ Igreja São Francisco de Assis.



PESQUISA

Procure informações, e escreva sobre outras cidades brasileiras do período colonial, como: São Paulo, Santos, Manaus, Curitiba, Sorocaba, Porto Alegre.

- Quando foram fundadas? Com que objetivos?
- Quais eram seus marcos culturais?
- Quais eram as suas principais atividades econômicas naquele período?

O que você sabe sobre a sua cidade? (Caso você more na zona rural, fale da cidade mais próxima). Organizem-se em equipes e informem-se sobre ela:

- A história, a origem de sua cidade; seus principais monumentos, museus, seu patrimônio histórico; sua principal função econômica no passado e na atualidade.
- Monte um painel com as informações obtidas.

Documento 12



www.bnd.bn.pt

■ THOMAS ENDER (1793-1875). Vista da rua principal do Rio de Janeiro, 1817-1818. Lápis aquarelado, 20,4 x 27,7 cm. Kupferstichkabinett der Akademie der bildenden Künste Wien (Áustria).

Documento 13



■ Mariana

Vida urbana e industrialização no Brasil

Quando a corte portuguesa foi transferida para o Brasil, em 1808, D. João estabeleceu algumas mudanças em relação ao desenvolvimento das manufaturas brasileiras. Observe:

- Revogou a lei de 1785, que proibia a instalação de atividades industriais em solo colonial;
- concedeu facilidades aduaneiras de importação de matérias-primas necessárias para as fábricas brasileiras;
- isentou de imposto de exportação os produtos manufaturados no país.

(Fonte: os autores)

Ainda assim, a industrialização brasileira não se desenvolveu na época. Isso porque, em 1810, D. João firmou um tratado fixando em 15% as taxas para os produtos importados da Inglaterra, mais baratos até do que os que vinham de Portugal, cuja tarifa era de 16%. Mercadorias das outras nações eram taxadas em 24%.

Diante dos enormes privilégios oferecidos as manufaturas inglesas, o estabelecimento de indústrias no Brasil era prejudicado e sistematicamente desestimulado, pois tornava-se praticamente impossível competir com a qualidade e o preço dos artigos daquele país.

Apesar desta circunstância tão desfavorável, houve, durante a primeira metade do século XIX, várias tentativas de implantação de fábricas. Conheça alguns exemplos citados pela historiografia:

Texto 5

De uma perspectiva histórica, o tratado de 1810 teve importantes implicações sobre o nosso desenvolvimento manufatureiro, pois atuou no sentido de retardar experiências, viáveis ou não economicamente, que de outro modo ter-se-iam já incorporado à nossa formação industrial.

(Adaptado de LUZ *apud* HOLLANDA, 2004, t.2, v.4, p.32.)

Texto 6

Em 1819, já havia uma tecelagem no Rio de Janeiro, sendo que a primeira fábrica de tecidos instalou-se em Vila Rica, em 1814. No relatório da Comissão de Inquérito Industrial, publicado em 1882, afirma-se que a primeira fábrica regular de fiação e tecidos de algodão foi fundada em Pernambuco logo depois da independência. Em 1824, outra fábrica se instala em Minas Gerais. Em 1826, no Andaraí Pequeno, Rio de Janeiro, surgira uma estamparia; em seguida, 1841, também no Andaraí Pequeno, estabeleceu-se a fábrica de tecidos de propriedade de Frederico Guilherme.

No século XIX, a indústria metalúrgica ainda era constituída, na sua maior parte, por pequenas empresas. A primeira fundição do Rio de Janeiro data de 1815. Em 1817, surgia a Fundição do Cabrito, na Bahia, e em 1819, reorganizou-se a fábrica de ferro São João de Ipanema, em São Paulo.

A indústria da chapelaria também era uma das mais antigas. Data de 1825, no Rio de Janeiro. Em 1846, já havia seis fábricas deste ramo só na Corte, número que chegaria a 21 em 1866.

(Adaptado de HARDMAN, 1991, p.31-37.)

Até 1850, os ritmos das transformações, pelas quais a sociedade brasileira passava, eram bastante lentos. As cidades, em meio às heranças do sistema colonial e à presença do escravismo, eram ainda pequenas em sua maioria e contavam com apenas uma pequena proporção da população. Eram pacatas e provincianas, suas fisionomias urbanas bastante restritas, construídas de casa de taipa ao longo de ruas lamacentas, sem iluminação, onde mulas de carga e escravos tropeçavam.

A partir da segunda metade do século XIX, a economia brasileira passou por um processo de transformação influenciada pelo desenvolvimento da lavoura cafeeira. O crescimento da produção e exportação do café gerou muitos lucros. Estes foram investidos em atividades complementares necessárias à expansão da cafeicultura, como, por exemplo: investimentos nos portos, em companhias de seguros, organização bancária e melhoria dos meios de transporte (principalmente na construção de ferrovias), essenciais para o escoamento da grande produção.

Texto 7

Assim, em 30 de abril de 1854, foi inaugurada a primeira estrada de ferro no Brasil - a Estrada de Ferro Petrópolis, ou Estrada de Ferro Mauá. Esse trem inaugural composto por três carros de passageiros e um de bagagem, foi rebocado por uma locomotiva fabricada por Fairbairn & Sons (Inglaterra), batizada "Baronesa", cujo nome constitui uma homenagem feita à esposa do Barão de Mauá.



www.central.rj.gov.br

Foram também os lucros gerados pela cafeicultura que possibilitaram o capital necessário para a criação da indústria no Brasil. Com o dinheiro proveniente das atividades cafeeiras foi possível a importação de máquinas e equipamentos, ferramentas e algumas matérias-primas. “É por isso que se pode dizer que a industrialização que se deu no Brasil entre 1885 e 1930 não passou de uma consequência da reorganização capitalista da cafeicultura.” (SINGER *apud* HOLLANDA, 2004, t.3, v.4, p.216).

Além do crescimento da economia cafeeira, outro fator importante para o desenvolvimento industrial na segunda metade do século XIX foi a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado livre dos imigrantes europeus. Esses imigrantes, que inicialmente vieram trabalhar nas lavouras de café, foram a principal mão-de-obra da indústria nascente, e também constituíram o mercado consumidor dos produtos por ela produzidos.

Texto 8

Não obstante, o processo de industrialização foi imensamente influenciado pela onda de imigração européia. Os imigrantes, na grande maioria, eram jovens, preponderantemente do sexo masculino e, portanto, imediatamente produtivos. Eles (os imigrantes) haviam sido, amiúde, habitantes de cidades ou tinham, pelo menos, experiência de trabalho assalariado e eram sensíveis aos seus incentivos. Os imigrantes, freqüentemente mais alfabetizados do que a classe brasileira, inferior, trouxeram habilidades manuais e técnicas que raro se encontravam no Brasil. Visto que uma das principais falhas da sociedade agrária brasileira consistia em não incentivar a aquisição das primeiras letras nem das habilidades artesanais, a importação desse capital humano consistiu um golpe tremendo, mais valioso do que as reservas de ouro ou mesmo do que a maquinaria.

(Adaptado de DEAN *apud* HOLLANDA, 2004, t.3, v.1, p.252-253.)

**ATIVIDADE**

Identifique no **texto 8** a opinião do autor sobre a presença dos imigrantes no Brasil e a sua atuação na indústria.

Até 1930, as indústrias brasileiras voltaram-se principalmente à produção de bens de consumo não-duráveis, como tecidos e produtos alimentícios. No entanto, como não havia produção interna de bens de capital (máquinas e equipamentos industriais), a indústria nacional nasceu dependente da tecnologia estrangeira.

As indústrias localizavam-se de modo disperso pelo território brasileiro, surgindo, principalmente, nos maiores aglomerados urbanos devido à concentração nesses espaços de serviços e de facilidades administrativas ligadas à exportação (meios de transporte e comunicação, estabelecimentos comerciais e financeiros, etc.).

Leia este fragmento historiográfico:

Texto 9

O café proporcionou a aglutinação de uma boa porção do território ao redor de São Paulo, que se tornou, por isso, o centro de acumulação do capital industrial. As zonas de colonização alemã e italiana, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, passaram a encontrar na área cafeeira um escoadouro para sua produção agropecuária. Como resultado, surgiu no Sul, sobretudo em Porto Alegre, um significativo impulso industrializador.

O mesmo aconteceu no Nordeste, com a substituição dos velhos engenhos artesanais por usinas modernas na agroindústria açucareira. Desenvolveu-se aí um certo campo de acumulação de capital industrial, extensivo à indústria têxtil, que começou por produzir a sacaria para o açúcar. Mas, a perda do mercado externo, a partir de 1900, solapou o dinamismo da industrialização no Nordeste, que passou a sofrer atraso crescente em relação ao centro-sul do país.

(SINGER *apud* HOLLANDA, 2004, t.3, v.4, p.215).



ATIVIDADE

Construa uma síntese sobre o desenvolvimento da industrialização no Brasil da segunda metade do século XIX até início do século XX.

O crescimento das indústrias levou ao processo de urbanização, que foi exigindo a realização de uma série de obras, como: instalação de energia elétrica, limpeza pública, serviços de saneamento básico (água, esgoto), linhas de telégrafo. Após 1870, os condicionamentos que o capital industrial nascente provocava sobre o crescimento e a fisionomia das cidades já podiam ser notados. Observe alguns números no quadro:

Quadro 1

- Em 1872, apenas três capitais brasileiras contavam com mais de 100.000 habitantes: Rio de Janeiro (274.972), Salvador (129.109) e Recife (116.671).

Somente Belém (61.997) contava com mais de 50.000 residentes. São Paulo, então, tinha uma população de 31.385 pessoas.

- Em 1890, eram três as cidades com mais de 100.000 moradores: Rio de Janeiro com 552.651, Salvador com 174.412 e Recife com 111.556.
Três outras cidades passavam da casa dos 50.000 (São Paulo: 64.934; Porto Alegre: 52.421; Belém: 50.064)
- Em 1900, havia quatro cidades com mais de cem mil vizinhos e uma beirava essa cifra: Rio de Janeiro – 691.565; São Paulo – 239.820; Salvador – 205.813; Recife -113.106; Belém – 96.560. Com mais de 50.000 residentes ou perto disso estavam cinco capitais: Porto Alegre – 73.674; Niterói – 53.433; Manaus - 50.300; Curitiba - 49.755; Fortaleza – 48.369.

(SANTOS, 1994, p.21.)

Texto 10

Nota-se que o crescimento no período de apenas sete anos (1886-93) foi superior a 300%, ligado certamente ao impulso vertiginoso da imigração européia, à abolição da escravatura, e ao desenvolvimento das forças produtivas, a partir da proclamação da República. Entre as melhorias urbanas já existentes em 1890, devem-se lembrar: iluminação pública a gás em substituição aos antigos lampiões de querosene (1872); instalação de serviço municipal de águas e esgotos (Cia. Cantareira, 1877); nova e ampla penitenciária (1877); novo matadouro e novo mercado central(1887-1890); ampliação dos serviços da Santa Casa de Misericórdia e criação do Asilo de Mendicidade (1885); serviços de bonde de tração animal (1872); primeiro sistema de loteamento, arruamento e construções (código de 1886); sistema ferroviário (desde 1867); calçamento de paralelepípedo de granito (ligado à produção das primeiras pedreiras, 1873).

(Adaptado de MORSE, 1970, p.244-8 e p. 370.)

Texto 11

Nesse ambiente chamava a atenção o animado movimento de veículos. O tráfego era tal que, em 1873, a municipalidade designou locais específicos para estacionamento: Pátio do Colégio; Largo de São Gonçalo; Largo São Francisco e Largo da Luz. Essa é a época dos novos bondes movidos à tração animal, que acompanhavam a evidente expansão territorial e alteravam a pintura local. Em 1887, existiam sete linhas com 25 quilômetros de trilhos, 319 animais e 43 carros, que transportavam 1,5 milhão de passageiros por ano. De fato, a exploração dos bondes elétricos só começou na década de 1890, sem que os velhos modelos tenham sido substituídos de pronto. A grande novidade do início do século atual eram, no entanto, os primeiros automóveis, que, apesar de poucos e muito barulhentos, causaram verdadeiros tumultos na cidade.

(Adaptado de SCHWARCZ. www.vivaocentro.org.br/.../centrosp/historia.htm Acesso: 29/09/2005)**ATIVIDADE**

Compare as transformações indicadas no **quadro 1** e nos **textos 10** e **11** com a realidade de outras cidades brasileiras deste período (1850-1930), apontando semelhanças e diferenças.

Dentro do contexto de transformações que estavam ocorrendo no país, em geral, decorrentes do processo de industrialização e urbanização, é necessário situar uma questão significativa: a das habitações populares.

A introdução maciça de capitais outrora investidos nas áreas rurais causou a valorização do espaço urbano, abrindo caminho para a especulação imobiliária. O aumento crescente do valor fundiário empurrava os valores e aluguéis para cima e reduzia as possibilidades de uma melhor habitação para os operários. A alternativa para se livrar dos altos aluguéis foi a busca de moradia nos bairros operários.

Os mocambos de Recife, as favelas cariocas e os cortiços de São Paulo foram algumas das formas características de habitação dos operários e de outros setores explorados. Construções simples de madeira, ou outros materiais baratos, situadas em terrenos íngremes ou alagadiços, em morros ou várzeas, essas habitações populares constituíram um espaço típico na vida das massas trabalhadoras.

Texto 12

Desde os fins do século XIX, o operariado se aloja precariamente na cidade de São Paulo. Os bairros operários e pobres apresentavam aspectos semelhantes: ruas inteiras de casas feitas em série, habitações pobres, coletivas, pequenas oficinas, pequenas ou grandes fábricas, pequeno comércio, sistema deficiente de água e esgoto. Nos bairros onde havia pobreza, sem fiscalização, sem rede de esgotos, sem água encanada, onde os poços eram construídos próximos das fossas, a contaminação era maior e a mortalidade infantil mais alta.

(Adaptado de DECCA, 1987, p.20 e 39.)

Texto 13

Na cidade do Rio de Janeiro, o centro urbano se adensou nas últimas décadas do século XIX acarretando problemas habitacionais: não havia casas para todos. As habitações coletivas, os cortiços, prosperavam. Em 1888, estas habitações correspondiam a 4% dos prédios da cidade e abrigavam 12% da população. Mais de 20 mil pessoas viviam nesses pardieiros.

O Rio de Janeiro, uma cidade portuária, por esta razão e pelo descaso do poder público em manter a higiene, apresentava as piores condições de salubridade. Rio e Santos – outra cidade portuária e de intenso movimento – eram as cidades mais insalubres do país, e serviam de palco para grandes epidemias. A insalubridade do Rio de Janeiro foi resolvida pela reforma urbana empreendida pelo prefeito Pereira Passos, em 1904. A reforma visou à remodelação do centro da cidade, à valorização desse espaço para o comércio e às finanças. Mas para isso foi preciso enxotar a população pobre do centro, mediante uma operação que ficaria conhecida como “bota abaixo”. Centenas de imóveis foram derrubados e, em seu lugar, surgiram avenidas alargadas e embelezadas. Com a reforma urbana, a Capital da República transformou-se numa cidade moderna e higiênica... em cartões postais...

(Adaptado de RIBEIRO, 1989, p. 17-18.)

Texto 14

No começo do século XIX, nas grandes e industrializadas cidades do Sudeste, a maior parte da classe despossuída vivia em condições lamentáveis, amontoadas em cortiços e favelas insalubres e desconfortáveis.

Melhor do que ela, sem dúvida, se encontravam os trabalhadores de fábricas, cujos proprietários construía o que então se chamava de “vila operária”. Embora não fossem tão comuns no Brasil, as vilas representaram, na época, uma das mais modernas e eficientes táticas capitalistas no sentido de fixar o trabalhador na indústria e controlar o seu comportamento, garantindo a estabilidade da mão-de-obra.

Para conservar aquela moradia, o indivíduo deveria se manter no emprego e, portanto, afastar-se das agitações operárias e greves, evitando desestabilizar o sistema. A submissão à classe patronal era a condição de garantia e o preço maior que se pagava pelo direito à moradia.

(Adaptado de ALVES, 1992, p.56-57.)



ATIVIDADE

- Estabeleça relações entre as circunstâncias apresentadas nos **textos 12 e 13** as condições atuais de moradia nas cidades brasileiras. Para isso colete dados em jornais, revistas e promova uma discussão em sala de aula com o tema: “Problemas de moradia nas cidades brasileiras”.
- Registre a idéia central do **texto 14**:

Em 1890, o escritor brasileiro Aluísio de Azevedo dedicou o seu mais popular romance, **O Cortiço**, à vida de um desses aglomerados humanos, no Rio de Janeiro. Ele procedeu uma inovação na literatura brasileira, apresentando a coletividade como personagem. De certa forma, esta obra foi precursora da importância social que os cortiços tiveram na vida dos trabalhadores urbanos no Brasil. Nesse romance, já apareciam algumas pequenas fábricas ao lado do cortiço que abrigava boa parte dos personagens apresentados.

Veja um trecho desta clássica obra da literatura brasileira:

Documento 16

Entretanto, a rua lá fora povoava-se de um modo admirável. Construía-se mal, porém muito; surgiam chalés e casinhas da noite para o dia. Montara-se uma fábrica de massas italiana e outra de velas.

Não obstante as casinhas do cortiço, à proporção que se atamancavam, enchiam-se logo. Noventa e cinco casinhas comportou a imensa estalagem.

E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco.

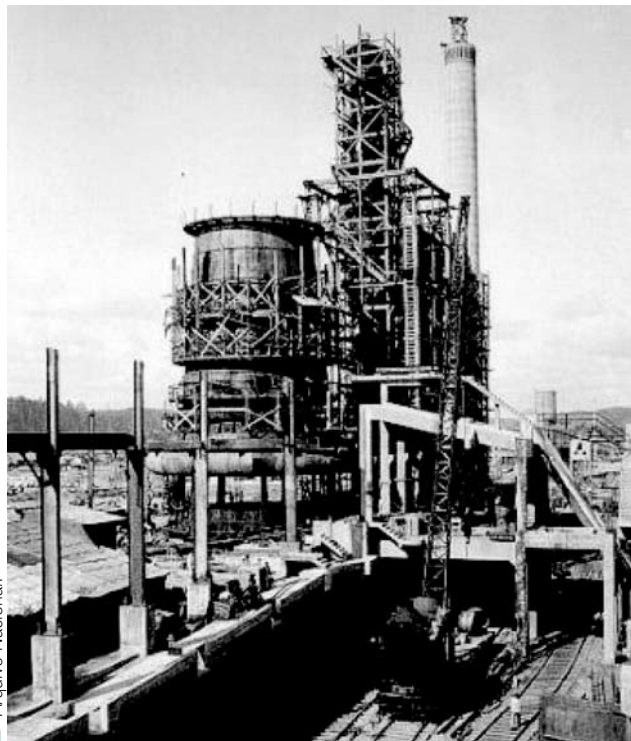
Adaptado de (AZEVEDO, 1981 p.20-21.)

Até o final dos anos 1950, o principal setor da economia brasileira ainda era a agroexportação. O Brasil precisava de mais indústrias. Mas havia poucos investimentos, pois a burguesia industrial brasileira ainda era jovem e fraca, além disso, os investidores estrangeiros não mos-

travam muito interesse em abrir empresas por aqui. Sem poder contar com o capital privado nacional, nem com o multinacional, o desenvolvimento industrial se deu mediante a intervenção do capital estatal.

Foram criadas empresas estatais (que pertencem ao governo) nos setores de indústria de base e de infra-estrutura, por exemplo: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda para forjar toneladas de aço; a Companhia Vale do Rio Doce, de mineração; a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (que constituiu a usina de Paulo Afonso); a Companhia de Álcalis (produtos químicos); e a Petrobrás, voltada para a exploração e refino de petróleo.

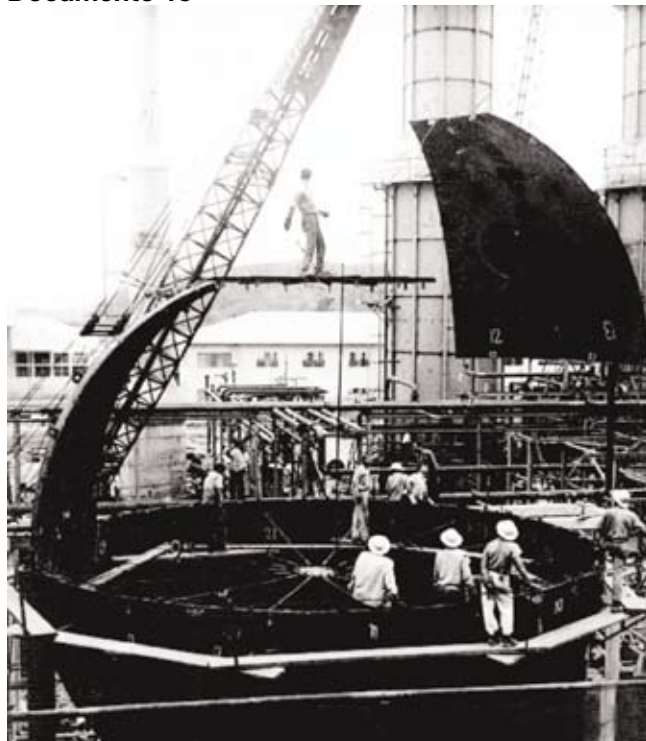
Documento 14



Arquivo Nacional.

■ Companhia Siderúrgica Nacional, 1946.

Documento 15



Arquivo Nacional.

■ Refinaria de Petróleo, 1953.

Texto 15

No lugar dos tradicionais ramos de tecidos, vestuário e produtos alimentícios, cresceriam, doravante, setores como a metalurgia, mecânica, cimento, material elétrico e transportes, além das indústrias químicas e farmacêuticas.

Uma série de bens industriais que até aquele momento eram importados pelo país passariam a ser produzidos internamente. A esse processo damos o nome de substituição de importações. Esta seria a marca registrada da história da industrialização brasileira até meados da década de 1950.

O Estado seria o principal agente desta transformação, isto é, um setor de indústrias de base ou pesadas. Somente com sua criação haveria chances de êxito para o processo de substituição de importações, sem o país precisar importar do exterior tudo o que necessitasse em matérias-primas e equipamentos.

O empresariado voltou-se para o Estado e dele exigiu uma postura intervencionista naqueles setores onde a iniciativa privada fosse insuficiente.

(Adaptado de MENDONÇA, 1996, p.40-44.)



ATIVIDADE

A partir da leitura e discussão do **texto 15**, caracterize:

- política de substituição de importações;
- bens de produção; indústria de base;
- postura intervencionista do Estado na indústria.

Relacione as imagens dos **documentos 14** e **15** com os objetivos da política industrial do período de 1930 a 1955. Registre suas conclusões.

Documento 16



Fábrica do fusca no Brasil em 1959.

Em 1955, tomou posse o recém eleito Juscelino Kubitschek, lançando seu Programa de Metas, cujo principal objetivo era ampliar significativamente a produção industrial brasileira. Em apenas cinco anos de governo, o Brasil deveria deixar de ser um país basicamente agroexportador e se tornar predominantemente industrial.

Segundo o Programa de Metas, a indústria de base, a construção de estradas, de hidrelétricas e a extração de petróleo cresceriam, e graças ao investimento do Estado. Os industriais brasileiros continuariam investindo nos setores tradicionais: tecidos, móveis, alimentos, roupas e construção civil. Além disso, JK daria todas as facilidades para o capital estrangeiro. Em seu governo, várias multinacionais acabaram abrindo filiais no Brasil, na sua maioria para produzir bens de consumo.

Das realizações industriais desse período (1956-1968), a mais impressionante, sem dúvida, foi a implantação da indústria automobilística. O governo ofereceu às empresas uma série de incentivos, desde que implantassem fábricas de veículos capazes de produzir no Brasil, até 1961, 98 a 99% do peso dos veículos.

Texto 16

Uma das mudanças que ocorreram entre o período de 1933-55 e o período 1956-67 foi precisamente esta: enquanto no primeiro a implantação das indústrias de caráter monopolista se deu basicamente sob a égide do capital estatal, no segundo este processo foi essencialmente dominado pelo capital internacional.

(SINGER *apud* HOLLANDA, 2004, t.3, v.4, p.226)



ATIVIDADE

Produza uma narrativa histórica utilizando o tema apresentado no fragmento historiográfico presente no **texto 16**.

A partir da segunda metade da década de 1950, ocorreu o chamado processo de modernização da sociedade brasileira, caracterizado, principalmente, pelo desenvolvimento da indústria de bens de consumo, pelo aceleramento da urbanização e aumento de pessoas que deixaram de viver no espaço rural para viverem na cidade. Observe os dados abaixo que demonstram esta condição:

POPULAÇÃO URBANA DO BRASIL EM %: 1940 a 1991					
1940	1950	1960	1970	1980	1991
31,24	36,16	45,08	55,92	67,59	75,47

■ Fonte: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 1991, IBGE

Automóvel, geladeira, televisão, máquina de lavar roupa, máquina de costura, batedeira de bolo, toca-discos, enceradeira, ventilador, todos estes produtos e outras novidades em eletrodomésticos encheram as lojas brasileiras e eram produzidos por empresas estrangeiras que abriram fábricas aqui. Modificaram-se hábitos, aumentando particularmente o índice de consumo daquela classe que tinha condições de acesso a essas mercadorias.

Já na década de 1970, sob o governo da Ditadura Militar, houve a industrialização com o predomínio das grandes empresas monopolistas, sendo a maioria de capital internacional; ocorreu também a proletarianização de parcelas cada vez maiores da população, disseminação da sociedade de consumo, fenômeno este que passou a conviver com a fome, condição de uma grande parcela de brasileiros.

Foi neste período que o país se consolidou como efetivamente urbano. Reveja os dados do IBGE: em 1960, 45% da população vivia nas cidades, passando para 67% em 1980. Um terço deste total estava concentrado em algumas regiões metropolitanas do país, como: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador. Ocorreu uma expansão urbana caótica, as cidades incharam, crescendo desordenadamente e sem poder oferecer condições básicas de vida aos seus habitantes. Isto provocou um contraste entre: de um lado, um cenário de luxo, grande riqueza e abundância, caracterizado pela vida nos shoppings centers e sofisticados condomínios de luxo; de outro, a proliferação de favelas, cortiços, bairros de periferia com seus eternos problemas de infraestrutura urbana, como rede de esgoto, ruas asfaltadas e água encanada.



■ Imagem 1.



■ Imagem 2

Documento 20

13/05/2005 - 10h05

Esgoto a céu aberto tem grande impacto na vida da população, afirma estudo

O Brasil tem 10,4 milhões de domicílios que ainda não têm esgotamento sanitário adequado, segundo dados do Censo 2000.

da **Folha Online**, no Rio

Documento 21**HABITAÇÃO**

Grupos de São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais promovem ocupações para exigir programas de moradia popular

Sem-teto fazem invasões em três Estados

Grupos de sem-teto fizeram, desde sábado, invasões em três Estados para reivindicar programas de habitação popular por parte do governo federal.

Em São Paulo, um grupo de cerca de 250 sem-teto, segundo números da PM, invadiu na madrugada de ontem um prédio do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), na avenida 9 de Julho (na região central).

Em Pernambuco, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) invadiu um imóvel ontem. Cerca de cem famílias entraram na central de operações da Celpe (Companhia Energética de Pernambuco), em Toritama.

Em Contagem (MG), cerca de 50 pessoas invadiram um terreno no fim de semana. Parte da área, na rodovia MG-808, pertence ao município.

O objetivo é pressionar o governo a criar o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para resolver parte do problema do déficit habitacional no país, estimado em 7,2 milhões de moradias.

(**FOLHA DE SÃO PAULO**, 3 de maio de 2005. Caderno Cotidiano.)

Texto 17

Exatamente no dia em que começava a primavera, uma boa notícia chamava nossa atenção ao folhear o jornal: “Está nascendo um oásis em São Paulo”.

Uma grande e famosa construtora anunciava ao leitor que havia criado e já estava desenvolvendo um lugar fantástico para ele e sua família morarem:

Um bairro calmo, tranqüilo, arborizado, florido, planejado nos mínimos detalhes. Um local de rara beleza, onde o verde é o principal personagem, fruto de um rico projeto paisagístico. Um verdadeiro oásis com toda infra-estrutura: ruas largas, avenidas com iluminação de mercúrio, asfalto, segurança motorizada 24 horas por dia e tudo o que você exige por perto.

(Adaptado de ALVES, 1992, p.70.)

**ATIVIDADE**

De acordo com as **imagens 1 e 2** e os **documentos 20 e 21**, a que conclusões você pode chegar? Promova um debate em sala de aula sobre os espaços urbanos no Brasil contemporâneo.

Referências Bibliográficas

- ALVES, J. F. **Metrópoles**: cidadania e qualidade de vida. São Paulo: Ed. Moderna, 1992.
- DECCA, E. S. de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 3 de maio de 2005. Caderno Cotidiano.
- HARDMAN, F.; LEONARDI, V. **História da indústria no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.
- HOLLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- KOSTER, H. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- MORSE, R. **A formação histórica de São Paulo**. São Paulo: Difesp, 1970.
- PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- RIBEIRO, M. A. R. **Trabalhadores**: fábrica e cidade. Campinas, 1989.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: E. Nacional e Edusp, 1968.
- VERÍSSIMO, F. S.; SEBA, W.; ALVAREZ, J. M. **Vida urbana**: a evolução do cotidiano da cidade. Rio de Janeiro: Ediouro: 2001.
- FOLHA **ONLINE**, no Rio.

Obras Consultadas

- AZEVEDO, A. **O cortiço**. São Paulo: Ática, 1981.
- BRESCIANI, S. **Imagens da cidade**. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DEAN, W. A industrialização durante a República Velha. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque. **História geral da civilização brasileira**. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, t.3, v.1, p.249-283.
- DECCA, M. A. G. **A vida fora das fábricas**. Cotidiano operário em São Paulo (1920/1934). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- IGLÉSIAS, F. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LUZ, V. N. As tentativas de industrialização no Brasil. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque. **História geral da civilização brasileira**. O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, t.2, v.4, p. 28-41.
- MENDONÇA, S. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Moderna, 1996.
- SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- SINGER, P. Interpretação do Brasil: Uma experiência histórica de desenvolvimento. In: HOLLANDA, S. B. **História geral da civilização brasileira**. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, t.3, v.4, p.211-245.



RELAÇÕES CULTURAIS: Urbanização e industrialização no século XIX

■ Altair Bonini¹



■ Londres no início da Revolução Industrial, final do século XVIII

As grandes cidades da atualidade ao mesmo tempo em que causam admiração pela proporção de suas ruas, avenidas, arranha-céus e demais edifícios, também se constituem em espaços de incertezas e perigos. Como seriam as grandes cidades há pelo menos 150 anos? Será que elas também causavam medo e admiração? O que pode ser admirado ou temido em sua cidade?

¹Colégio de Aplicação Pedagógico da Universidade Estadual de Maringá – Maringá – UEM

■ Industrialização e urbanização

As grandes cidades, como conhecemos ou imaginamos hoje, são um fato recente. Ainda que as cidades tenham aumentado sua importância a partir do renascimento comercial (entre os séculos XII à XV) e algumas adquiriram importância comercial, poucas atingiram a faixa dos 200 mil habitantes no século XVII. No século XVIII, apenas 19 cidades européias possuíam mais de cem mil habitantes, Londres chegava a um milhão e Paris a 500 mil.

Somente a partir do início do século XIX, com o desenvolvimento da industrialização, ocorreu um grande impulso da urbanização. Embora não tenha se dado de forma igual em todos os lugares da Europa, é comum dizer que ocorreu de forma quase uniforme.

Mas o que significa o termo urbanização?

Urbanização é um conceito utilizado para analisar ou entender regiões onde o aumento da população que vive nas cidades é muito grande em relação à população total, conseqüentemente, maior do que a população rural. A urbanização está ligada ao movimento migratório do campo para a cidade, isto por causa de mudanças estruturais ocorridas no campo nos séculos anteriores, as quais possibilitaram que as cidades possuíssem uma capacidade produtiva maior.

Assim, podemos perceber uma estreita relação entre industrialização e urbanização. A industrialização iniciou-se na Inglaterra, no século XVIII, conhecida como Revolução Industrial. Alguns fatores foram determinantes para que esse processo se desencadeasse neste momento e local como: a acumulação de capitais por parte da burguesia mercantil (que lidava com o comércio), o desenvolvimento técnico-científico aplicado na produção de mercadorias e a disponibilidade de mão-de-obra de camponeses expulsos de suas terras ou oriundos de regiões que passavam por crises sociais de grandes proporções, como a fome irlandesa (1846). Estes fatores irão favorecer tanto o processo de produção industrial quanto a própria urbanização.

Entretanto, não podemos entender a relação entre urbanização e industrialização apenas pelo aspecto do aumento da população das cidades. Com a industrialização ocorreu também uma mudança no papel da cidade e na estrutura interna desta.

As cidades, que até o século XVIII eram centros de comércio e já contavam com certa estrutura política e administrativa, foram locais onde o aparecimento de indústrias ocorreu de forma mais rápida, pois contavam com concentração de capitais acumulados com o comércio, eram centros políticos e possuíam reservas de força de trabalho. Gradativamente, elas foram se adaptando às necessidades capitalistas e a indústria se apoiou em muitas delas, aproveitando os conhecimentos e tradições na produção que já realizavam, por exemplo: uma cidade que contava com uma produção artesanal de papel ou de tecidos foi

absorvida pela indústria e se transformou em um grande centro urbano especializado nestes artigos. Algumas cidades ficaram conhecidas pelo trabalho com ramo industrial particular, como: têxtil, metalúrgico, produção de vinhos, etc..

Ocorreu, no mesmo período (início do século XIX), a instalação de indústrias fora das cidades, como as metalúrgicas e as de extração de carvão. Estas buscavam proximidade com fontes de energia para movimentar as máquinas (carvão, mais comum na época) e matéria-prima (carvão e outros minérios), e eram supridas pela força de trabalho dos camponeses. Quando isto ocorreu, surgiram cidades em torno das indústrias ou pequenos povoados se transformaram em pouco tempo em grandes cidades, como Ruhr (Alemanha), Donetz (Rússia), Birmingham e Manchester (Inglaterra).

Em 1700, Manchester era um povoado e em 1800 já possuía 100 mil habitantes. Birmingham em 1740 tinha 25 mil moradores, em 1800 contava com 70 mil.

■ A cidade industrial

As cidades mais antigas que não sofreram alterações com a industrialização são chamadas de pré-industriais e as que foram alteradas em sua lógica são chamadas de cidades industriais (aquelas surgidas ou que se transformaram a partir do final do século XVIII e início do século XIX).

No início, as cidades industriais eram extremamente desorganizadas (isto na Europa Ocidental, na passagem do século XVIII para o século XIX), não havia lugar para todo mundo, as ruas eram estreitas e sujas. Ainda havia uma mistura de bairros habitacionais com indústrias em meio a obras de ferrovias que iam sendo construídas. Os centros dessas cidades com seus prédios antigos, monumentos, residências ricas com jardins e pátios anexos aos poucos foram dando lugar às novas construções, barracões industriais, oficinas e a densidade populacional por metro quadrado tornou-se enorme.

Ao redor do centro formava-se uma nova área, considerada periferia ou subúrbios. Neste local, surgiam bairros luxuosos para abrigar a burguesia, que fugia do ar poluído, da sujeira, do mau cheiro e da multidão que vivia no centro, estes procuravam lugares mais abertos, com áreas verdes, ruas arborizadas. Surgiam bairros habitacionais para os operários recém-emigrados do campo e, também, eram construídas áreas industriais maiores.

Durante a primeira metade do século XIX, todas essas áreas se fundiam num tecido urbano mais compacto. Mas, essa fase foi um período provisório, cuja política pública absorveu o pensamento dos banqueiros, industriais, homens de ações e contadores. Sua base ideológica era de garantir a liberdade de empreendimento e suas propriedades, que-

riam o lucro sem se preocupar com as conseqüências, com isso pensavam as cidades sem intervenção do governo (em suma uma administração liberal da cidade).

A precariedade das cidades européias era mais sentida pela população pobre. Suas casas eram pequenas, não pegavam sol, não tinham ventilação e iluminação, nem uma forma adequada de eliminar o lixo domiciliar que era jogado nas ruas que, também, servia para criar porcos. As casas se localizavam nas proximidades das indústrias, estradas de ferro e rios, fontes de fumaça, barulho e poluição.

Nas cidades industriais surgidas a partir de cidades antigas, os trabalhadores passavam a habitar casas de famílias antigas transformadas em cortiços. Cada quarto passou a abrigar uma família toda (prática realizada em Glasgow, na Escócia e Dublin, na Irlanda, até o início do século XX). Era comum, também, o congestionamento de camas onde dormiam de três a oito pessoas de idades diferentes. Pobres e privados de seus antigos referenciais culturais, os trabalhadores urbanos tendiam a formar uniões instáveis que acabaram por alterar a sociabilidade vigente, transformando a população dos cortiços em pessoas com padrões éticos diferentes dos de suas aldeias rurais de origem.

A sujeira era enorme tanto nos novos como nos velhos bairros operários. As novas casas eram construídas com materiais baratos sem alicerces. Na Inglaterra, em cidades como Birmingham e Bradford, as casas foram construídas de parede-meia, dois em cada quatro quartos não recebiam luz nem ventilação. Em cidades marítimas, de grande importância econômica por causa dos portos, os porões subterrâneos eram utilizados como moradias. O **Relatório sobre o Estado das grandes Cidades e dos Distritos Populosos** de 1845 informava que em Manchester (Inglaterra) cerca de 7000 pessoas utilizavam apenas 33 privadas.

Essa condição trazia doenças, epidemias e gerou revolta da classe trabalhadora e das pessoas consideradas pelas elites como desclassificadas (mendigos, escroques, vagabundos e multidões famintas). O início da segunda metade do século XIX é marcado por “jornadas revolucionárias” principalmente em Londres e Paris.

Texto 1

As cidades e áreas industriais cresciam rapidamente, sem planejamento ou supervisão, e os serviços mais elementares da vida fracassavam na tentativa de manter o mesmo passo: a limpeza das ruas, o fornecimento de água, os serviços sanitários para não mencionarmos as condições habitacionais da classe trabalhadora. Nestes locais, as epidemias de cólera eram freqüentes e a degradação da vida humana também.

Suas mais sérias conseqüências foram sociais: a transição da nova economia criou a miséria e o descontentamento, os ingredientes da revolução social. E, de fato, a revolução social eclodiu na forma de levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades, produzindo as revoluções de 1848 no continente e amplos movimentos cartistas na Grã-Bretanha. O des-

contentamento não estava ligado apenas aos trabalhadores pobres. Os pequenos comerciantes, sem saída, a pequena burguesia, setores especiais da economia eram também vítimas da Revolução Industrial e de suas ramificações. Os trabalhadores de espírito simples reagiram ao novo sistema destruindo as máquinas que julgavam ser responsáveis pelos problemas; mas um grande e surpreendente número de homens de negócios e fazendeiros ingleses simpatizava profundamente com estas atividades de seus trabalhadores ludistas porque também eles se viam como vítimas da minoria diabólica de inovadores egoístas. (HOBBSAWM, 1989, p. 224 e 55.)

Como resultado disto, a partir de 1850, muitas cidades passaram a ser administradas por pessoas com outra visão de gestão pública, como: Camillo Benso, o Conde de Cavour (1810-1861), na Itália; Benjamin Disraeli (1804-1881), na Inglaterra; e Otto von Bismarck (1815-1898), na Alemanha. Nesta nova orientação, o poder público passou a realizar reformas em estradas, praças, ferrovias (rede de percursos), aquedutos, esgotos, gás, eletricidade (rede de instalações).

Exemplo típico desse período e que se torna exemplo para cidades do mundo todo foi a reforma da cidade de Paris, entre 1853 e 1870. Incentivada pelo imperador Napoleão III e colocada em prática pelo prefeito Georges Eugène Haussmann (1809-1891), graças à existência de duas leis muito avançadas: a lei de expropriação de 1840 e a lei sanitária de 1850. A cidade foi praticamente demolida, ou pelo menos boa parte dos prédios mais antigos para dar lugar a largas ruas e avenidas, praças e parques, etc., transformações contínuas de prédios, veículos e pessoas que transitavam num fluxo contínuo sempre mutável. As reformas das capitais, também, foram um fenômeno disciplinador das classes trabalhadoras que se revoltavam, pois, as antigas ruas estreitas eram facilmente controladas por operários que erguiam barricadas contra as forças do governo.



ATIVIDADE

1. A maioria das cidades da atualidade apresenta a separação nítida entre os bairros destinados às classes mais privilegiadas (bairros de luxo) e os bairros para as classes trabalhadoras (bairros operários). Faça uma pesquisa comparativa sobre os diferentes tipos de bairros existentes em sua cidade. Registre elementos característicos dos bairros, tais como: formas e tamanhos das residências, ruas, como é o acesso à escola, lazer, supermercados, hospitais, o transporte etc.
2. Os bairros operários do século XIX eram muito diferentes dos de agora. Observe as imagens e faça uma análise de como eram vistos respondendo as questões abaixo:
 - a) Que tipos de imagem são estas? Quem é o autor? E em que ano as realizou?
 - b) Qual é o tema central das imagens presentes nos **documentos 1, 2 e 3**? O que elas representam? Relacione-as com o **texto 1**.
 - c) Descreva como são as moradias representadas pelos **documentos 1, 2 e 3**.

- d) Em que ambiente estão representadas as moradias do **documento 1**? Que impressões lhe causam?
- e) O que fazem as pessoas representadas no **documento 2**? Como são suas aparências? Que aspectos lhe chamaram atenção nesta imagem?
3. As grandes capitais européias e de outras partes do mundo passaram por grandes reformas a partir da segunda metade do século XIX. Sobre este tema, analise a imagem presente no **documento 3**:
- a) Qual o tipo da imagem? Quem a realizou? Em que ano? Qual seu título?
- b) Descreva o processo que a **documento 3** retrata e elabore um comentário sobre os contrastes que você percebeu, por exemplo: observe como aparece a cidade antiga que está sendo reformada; e qual a relação deste processo com a vida das pessoas que viviam neste lugar.

Documento 1



■ GUSTAVE DORÉ (1832-1883). **Bairros pobres de Londres, sob viadutos ferroviários, 1872.** Xilogravura.

Documento 2



■ GUSTAVE DORÉ. **Uma rua de bairro pobre de Londres, 1872.** Xilogravura. Fonte das imagens: BENEVOLO, Leonardo, 2003, p. 560.

Documento 3



■ **Vista a vôo de pássaro do boulevard Richard Lenoir, 1863.** Xilogravura. Fonte: BENEVOLO, 2003, p. 592.

■ Higiene, miasmas e bactérias

Os problemas urbanos pelos quais passavam as grandes cidades européias do século XIX tinham conseqüências para toda população. A feiúra e insalubridade das cidades começaram a incomodar até os mais ricos, atingindo os bairros luxuosos.

Milhares de pessoas foram vítimas de doenças, como: a varíola, a febre tifóide, a tuberculose ou diarréia e gripe. Muitas epidemias eram transmitidas pelos ratos, que propagavam a peste bubônica; pelos perceijos, que infectavam a cama; pelos piolhos, que transmitiam a tifo; e pelas moscas, que espalhavam várias enfermidades. Os lugares escuros e úmidos se tornavam *habitat* certo para as bactérias, e o acúmulo de pessoas num mesmo cômodo aumentava as possibilidades de transmissão de doenças através do contato e da respiração.

A falta de água para higiene pessoal e da casa era comum. Algumas regiões de Londres só recebiam água em poucos dias por semana.

A falta de condições sanitárias permitiu o alastramento do cólera pela Europa em 1830. Na França estima-se que as vítimas chegaram a 500 mil pessoas, nos outros países as mortes também chegaram as mesmas proporções eliminando em poucas semanas ou meses a vida

de milhares de homens e mulheres, principalmente de crianças.

O ano de 1840 foi marcado por uma série de sindicâncias sobre as condições de vida nas cidades maiores. Foram realizadas campanhas de higiene pelos bairros pobres, desinfetando as casas com vinagre.

O cólera impressionava pela sua novidade. Para muitos médicos e higienistas as doenças eram causadas por miasmas, ou seja, pelo ar contaminado, que era considerado um fluido inerte no qual a ausência de renovação favorecia a ação dos germes. A teoria dos miasmas era herdeira das elaboradas no fim do século XVIII, as quais consideravam a água parada o lugar de formação das emanções. Estas putrefações eram consideradas nocivas à saúde. Elas eram associadas, no imaginário da época, aos lugares fechados onde se juntavam os pobres.

A higiene passou a ser um assunto de grande interesse dos administradores urbanos não só contra doenças nos momentos de epidemias, mas também no intuito de estabelecer novos hábitos e práticas nos lares, hospitais, fábricas, etc. O culto ao asseio exaltava o banho, o cuidado com as roupas, lavar as mãos. Desta forma, a água também se tornou uma preocupação. Medidas simples foram priorizadas, como deixar o local ventilado com luz do sol e limpo.

■ A arquitetura do século da indústria

Documento 4



■ **Palácio de Cristal**, Londres, 1851. Marco da arquitetura das cidades industriais, toda feita de ferro e vidro, foi projetado por Joseph Paxton (1801-1865).

O ferro e vidro foram os elementos que representavam o estilo arquitetônico das cidades industriais da Europa a partir do século XIX. A valorização destes materiais iniciou-se em 1851, quando o engenheiro Joseph Paxton projetou e construiu em o “Palácio de Cristal”, um grande galpão para abrigar a Exposição Industrial de Londres neste mesmo ano. Esta construção se tornou um símbolo da arquitetura da Era Industrial, pois substituiria as pesadas formas de alvenaria pela leveza do esqueleto de ferro e a limpeza do vidro.

A lógica industrial e mecânica ficava visível em grandes obras de ferro como a ponte do Brooklyn (Estados Unidos) e a Torre Eiffel (França), esta última construída para comemorar o centenário da Revolução Francesa (1889). Nos Estados Unidos, as novas técnicas e a utilização do aço possibilitavam a edificação de grandes arranha-céus primeiramente em Chicago (1890) e depois em Nova York (1920). Sobre tudo, a arquitetura das cidades industriais era funcional.

Na última década do século XIX, o estilo arquitetônico, que se destacou, surgiu na França e ficou conhecido como Art Nouveau (do francês arte nova). Este estilo se opunha às formas industriais e valorizava o decorativo e o ornamental, predominava formas tridimensionais delicadas, sinuosas, ondulantes e sempre assimétricas, todavia também utilizavam o ferro e o vidro.

■ A revolução nos transportes

Com o aumento da produção nas cidades industriais, surgiu a necessidade de expandir as vias e os meios de transporte, vitais para o escoamento das mercadorias.

No século XVIII, na Inglaterra, inúmeras obras de expansão da rede rodoviária foram iniciadas (geralmente financiadas por grandes comerciantes). Mas, sendo a Inglaterra um conjunto de ilhas, a navegação costeira e a canalização dos rios, que possibilitaram a navegação interna, foram as que mais se desenvolveram. As cidades mais favorecidas foram: Liverpool, Manchester e Nottingham. Este sistema também foi desenvolvido na França e nos EUA. Mas, foram as ferrovias, com seu poder e a velocidade das locomotivas, que passaram a representar o símbolo da nova era. Surgiram na Inglaterra por volta de 1825-1830 e se alastraram rapidamente por vários países do mundo ocidental. Nos EUA as primeiras linhas foram abertas em 1827, na França entre 1828-1835, na Alemanha em 1835 e na Rússia em 1837. A estrada de ferro, com a locomotiva serpenteando através dos países, com suas pontes, estações e um conjunto de construções, representava o triunfo dos homens pela tecnologia. Em 1850, já havia mais de 37 mil quilômetros de ferrovias no mundo.



PESQUISA

- 4) Pesquise imagens de revistas, cartões postais ou fotografias de grandes cidades como Tóquio, Nova York, São Paulo ou Curitiba, principalmente de suas avenidas e edifícios. Descreva como você percebe a arquitetura destas cidades.
- 5) Pesquise em enciclopédias, livros de história e *internet* sobre a evolução dos meios de transportes a partir da Revolução Industrial, registre as informações mais importantes e monte um painel comparando com os meios de transportes atuais, perceba as mudanças, diferenças e semelhanças. Depois de finalizado, apresente suas conclusões para os seus colegas de classe.



ATIVIDADES

- Compare estas imagens pesquisadas com a imagem representada no **documento 4** relativa ao Palácio de Cristal, construído em Londres, em 1851.

■ A utilização da eletricidade

Nas décadas de 1890 e 1900, a tecnologia da eletricidade se tornou uma necessidade para o mundo contemporâneo. Buscava-se solucionar problemas com as redes ferroviárias e superar as dificuldades no controle da iluminação nas fábricas, bem como desenvolver um modo de transporte urbano de baixo custo e de grande capacidade.

Para as ferrovias, os meios manuais e mecânicos não conseguiam controlar o fluxo de trens. Devido a isso, a partir de 1880 começaram os estudos para instalar um sistema elétrico de sinalização, o qual permitiu enfrentar o aumento prodigioso da circulação de locomotivas.

Contudo, o uso mais importante da eletricidade se deu a partir de 1870, através da iluminação. Com a utilização da eletricidade na iluminação, ocorreu uma verdadeira ruptura com antigos sistemas de iluminação, até mesmo como o a gás. Representou, também, uma ruptura com a escuridão, a obscuridade. Os ambientes antes pouco iluminados eram locais propícios à ocorrência de fraudes tanto em fábricas, em lojas, entrepostos comerciais ou barreiras alfandegárias; contribuía para a insegurança e a imoralidade nas ruas e nas habitações criava um ambiente pesado para seus habitantes.

A lâmpada a gás e o querosene, cuja luz advinha de uma chama, eram perigosas devido ao risco de incêndios e/ou asfixia, sujavam o interior dos ambientes e seu odor era visto como suspeitos pelos higienistas. A iluminação elétrica permitiu o aumento dos rendimentos e de disciplina dos trabalhadores.

A iluminação elétrica trazia respostas apropriadas para diversas aspirações da sociedade do século XIX, era sinônimo de conforto e higiene, seu brilho trazia segurança para as cidades. Tratava-se de um produto novo, criador de um modo de vida totalmente inédito, com um sistema de valores e comportamentos que viria a ser o do século XX.

Em 1880, a máquina a vapor transformara-se em uma tecnologia saturada. A demanda por energia aumentou muito. O transporte e a manutenção tornavam sua utilização cada vez mais impraticável, a manutenção do sistema encontrava-se entravado. Havia uma distorção entre as operações mecanizadas, e as que continuavam a depender de energia humana e animal eram cada vez mais difíceis de gerenciar devido à complexidade dos motores e do processo de fabricação.

■ A nova realidade e suas impressões na Literatura e na Arte

a) Literatura:

Na metade do século XIX, iniciou-se na Europa um movimento artístico-literário denominado de Realismo-Naturalismo, que ia contra o Romantismo do início do século.

O Realismo empregou a ênfase para as coisas do mundo real, baseado nas idéias de racionalidade, objetividade e impossibilidade, propondo retratar finalmente a vida contemporânea, para desnudá-la, criticá-la e transformá-la. Já o romantismo enfatizava a fantasia, estava ligado à idéia de liberdade, conseqüentemente liberdade da subjetividade, dos sentimentos, da imaginação. Entre os expoentes do realismo/naturalismo estão: Gustave Flaubert (1784-1846), Charles Dickens (1812-1870), Guy de Maupassant (1850-1893), Émile Zola (1840-1902).

Alguns escritores do Romantismo foram os percussores do realismo, como Victor Hugo (1802-1885) e Honoré de Balzac (1799-1850), ao denunciarem em seus romances os abusos contra as classes de trabalhadores urbanos.

Documento 5

Jean Valjean

Jean Valjean era oriundo de uma família pobre de Brie. Na sua infância não aprendera a ler. Chegado à idade viril, era podador em Faverolles.

Jean Valjean era de caráter pensativo sem ser triste, circunstância particular às naturezas afetuosas. Perdera os pais em idade muito tenra. A mãe morrera de uma febre de leite mal curada; e o pai, que fora também podador, morrera em conseqüência de uma queda que tivera de uma árvore. Ficou, pois, a Jean apenas uma irmã, mais velha do que ele, viúva, com sete filhos, entre meninos e meninas. A mais velha das sete criancinhas tinha oito anos, a mais nova doze meses. Jean Valjean tinha completado vinte e cinco anos; ficou no lugar do pai, amparando por sua vez a irmã que criara consigo. Assim consumira a mocidade num trabalho rude e mal remunerado. Ninguém na terra sabia de algum amor seu. Não lhe sobrava nunca o tempo para namorar.

Às vezes Jeanne, sua irmã, quando ele estava comendo, tirava-lhe da tigela o melhor da ceia para dar a algum dos filhos; ele não parava de comer, e, debruçado sobre a mesa, nem opunha resistência nem parecia dar por coisa alguma.

No tempo das podas, ganhava dezoito soldos por dia, e, acabadas elas, trabalhava como ceifeiro, como cavador, como vaqueiro, como carregador. Fazia o mais que podia. Era um triste grupo, que a miséria pouco a pouco foi abraçando e apertando no seu círculo de ferro. Chegou um ano um inverno, um inverno tormentoso, em que Jean Valjean não encontrou trabalho. A família ficou sem pão. Sem pão, na mais exata acepção da palavra. Sete crianças.

Um domingo à noite, dispunha-se a se deitar Maubert Isabeau, padeiro estabelecido no largo da igreja, em Faverolles, quando ouviu uma violenta pancada na vidraça gradeada da sua loja. Acudiu imediatamente e chegou a tempo de ver um braço passado por uma abertura feita com um muro na grade e na vidraça. O braço pegou um pão e levou-o. Isabeau correu precipitadamente atrás do ladrão, que fugia à toda, e agarrou-o. Havia jogado o pão fora, mas ainda escorria sangue do seu braço. O ladrão era Jean Valjean. (Adaptado de HUGO, 1985, pp. 90-92).

Documento 6

Veja a opinião do crítico literário Marshall Berman sobre o período de modernização através dos pensamentos de Marx, contemporâneo dos romancistas do Realismo:

O capital se concentra cada vez mais nas mãos de poucos. Camponeses e artesãos independentes não podem competir com a produção de massa capitalista e são forçados a abandonar suas terras e fechar seus estabelecimentos. A produção se centraliza de forma progressiva e se racionaliza em fábricas altamente automatizadas. (No campo acontece o mesmo: fazendas se transformam e “fábricas agrícolas” e os camponeses que não abandonam o campo se transformam em proletários campesinos.) Um vasto número de migrantes pobres são despejados nas cidades, que crescem como um passe de mágica – catastróficamente – do dia para noite. (BERMAN, 1999, p. 90).

Em 1880, Émile Zola inaugurou o naturalismo francês influenciado por leituras sobre a teoria evolucionista do biólogo inglês Charles Darwin (1809-1882) presentes na obra **A origem das espécies**, publicado em 1859. Zola acreditava que as ações dos indivíduos eram determinadas pelo ambiente que estavam inseridos e pela hereditariedade. Sua proposta era mostrar a “verdade”, explicar as mazelas sociais com exagero realista. A obra-prima de Zola foi **Germinal**, publicada em 1885; para escrevê-la, viveu como mineiro por dois meses. Seus romances serviram de exemplo para escritores de várias partes do mundo, inclusive do Brasil, como Aluísio de Azevedo (1857-1913) com a obra **O mulato**, publicada em 1881.

Documento 7

Na casa dos Maheu, no número 16 do segundo corpo, nada se tinha mexido. Trevas espessas afo-gavam o único quarto do primeiro andar, como que esmagando com o seu peso o sono das criaturas que estavam ali aos montes, de boca aberta, esfalfadas. Apesar do frio intenso de fora, o ambiente pesado tinha um calor de vida, esse cheiro tépido dos mais asseados dormitórios, que cheiram a gado humano.

Bateram quatro horas no cuco da sala do rés-do-chão; continuaram a não se mexer, apenas asso-biavam respirações fracas acompanhadas de dois roncos sonoros. E, repentinamente, Catarina levantou-se. Malgrado seu cansaço, tinha, pela força do hábito, contado as quatro badaladas da campainha, pelo soalho, sem encontrar forças para acordar inteiramente. Depois, com as pernas de fora da roupa, apalpou, pegou uma caixa de fósforos, riscou um e acendeu a vela de sebo. Mas, ficava sentada à beira da cama, com a cabeça tão pesada que se lhe bambeava de ombro para ombro, cedendo à inven-cível necessidade de tornar a cair sobre o travesseiro.

Agora, a vela clareava o quarto, quadrado, com duas janelas, atravancado com três camas. Havia ali um armário, uma mesa, duas cadeiras de velha nogueira, cujo tom embaçado manchava duramente as paredes pintadas de amarelo-claro. E mais nada a não ser trapos suspensos nos pregos, e uma bilha no chão, ao pé de um alguidar vermelho que fazia às vezes de bacia. Na cama da esquerda, Zacarias, o mais velho, rapaz de vinte e um anos, estava deitado com seu irmão Jeanlin, que ia para os seis anos e aquele de quatro, dormiam abraçados um ao outro; enquanto Catarina partilhava o terceiro leito com sua irmã. Alzira tão enfezada para os seus nove anos, que nem ela a teria sentido junto de si, se não fosse o cotovelo da pobre enferma, que lhe entrava pelas costelas adentro. A porta de vidraça estava aberta, podia-se ver o corredor do patamar, a espécie de cacifo em que o pai e a mãe ocupavam um quarto leito, onde tinham encostado o berço da mais nova, Estela, que tinha apenas três meses. (ZOLA, 1996, pp. 22-23).



ATIVIDADE

- Os romances podem ser uma boa fonte de pesquisa para os historiadores. Através deles podemos perceber como os escritores procuraram representar a vida cotidiana de pessoas das classes mais pobres. Desta forma, o romance não retrata a realidade fielmente, mas é uma forma de representar como a realidade era vista por estas pessoas. Lendo os dois fragmentos dos romances acima (**documento 5**: Os miseráveis e **documento 7**: Germinal), quais informações podemos destacar para entender como era a vida dos trabalhadores urbanos do século XIX? Compare estes fragmentos com o **documento 6**.

Arte iconográfica

Nas artes o realismo, também, procurou representar a realidade social. A riqueza dos capitalistas industriais que se chocava com a vida miserável dos operários e camponeses mostrada pelos pintores em cores escuras e melancólicas. São expoentes desse movimento: os franceses Honoré Daumier (1808-1879), Gustave Courbet (1819-1877) e Jean-François Millet (1814-1875).

Documento 8



■ JEAN FRANÇOIS MILLET. **As Respigadeiras**, 1857, Óleo sobre tela, 84 x 111 cm. Museu d'Orsay, Paris.

Outro movimento artístico importante do século XIX foi o Impressionismo. Entretanto, não foi bem aceito pela sociedade e críticos; muitos desses eram artistas e passaram dificuldades e até fome. Eles procuravam destacar as impressões a partir dos efeitos da luz sobre a água, objetos e superfícies. Artistas como Claude Monet (1840-1926), Pierre-Auguste Renoir (1841-1919), Edouard Manet (1832-1883), Edgar Degas (1834-1917) expressavam em suas obras algo inacabado (para acentuar a ação à vida), a atmosfera das cenas geralmente

eram realizadas em espaços abertos, ao ar livre, as paisagens eram em tons claros. A água e a luz foram os temas que mais se destacaram, mas também deram importância para as luzes das cidades que davam ritmo à noite. As pinturas parecem estar atrás de uma cortina de chuva ou de vapor.

Preocupados com sua época, representaram em suas obras os trens, as estações, os cafés e casas de espetáculos, as grandes avenidas (bulevares redesenhados pelo urbanista Georges-Eugène Haussmann [1809-1891]) e as pessoas se acotovelando nas ruas.

Documento 9



■ CLAUDE MONET. **Estação Saint-Lazare**: o trem da Normandia, 1877. Óleo sobre tela, 59,6 x 80,2 cm. The Art Institute of Chicago.

www-personal.umich.edu/gallery



ATIVIDADE

- Com base no texto, analise as pinturas de Millet e Monet representadas nas imagens presentes nos **documentos 8 e 9** desta unidade, elaborando uma ficha para cada obra com os seguintes itens:
 - a) Nome completo do autor, local, data, nome da obra.
 - b) Quais são as cores que predominam? Quais são as formas predominantes, os personagens principais estão em primeiro ou em segundo planos? São representadas ao ar livre ou em ambientes fechados?
 - c) Qual é o tema da obra? O que os **documentos 8 e 9** procuram representar? Que relações podem estabelecer com o contexto histórico de sua produção?
 - d) A que movimentos artísticos pertencem às **documentos 8 e 9**? Quais são suas características principais que podem ser relacionadas com o contexto histórico de sua produção?

■ O futuro nas grandes cidades

Uma tendência que vem se acentuando na atualidade, em relação às grandes cidades, é a diminuição das atividades produtivas industriais. Os centros industriais estão se transferindo para áreas próximas nas regiões metropolitanas, em pequenas e médias cidades. Por outro lado, as regiões centrais destes locais estão especializando-se em serviços que atendam as suas necessidades. Algumas pessoas (especialmente da classe média) também estão buscando as pequenas e médias cidades em busca, principalmente, de segurança. Entretanto, as grandes cidades ainda continuam sendo um pólo de atração para pessoas do mundo inteiro.

Texto 2

No início do próximo milênio, em 2006, pela primeira vez na história da humanidade a quantidade de pessoas morando em cidades deve ser maior do que a população rural do planeta. Não é uma mera curiosidade, mas uma revolução.

Para os brasileiros, dos quais 80% vivem em áreas urbanas, é difícil imaginar que, há 200 anos, 98% da população mundial estava no campo.

Rápida, a revolução urbana é um fenômeno da segunda metade deste século XX. A partir da fundação de Jericó, a primeira cidade murada do mundo, a população urbana demorou cerca de 9 mil anos para chegar a 38% do total do mundial, em 1975. Desde então, já saltou para 47% e, segundo projeções das Nações Unidas, chegará a 55% em 2015 e 61% em 2025.

Ou seja, em apenas 50 anos, os moradores das cidades terão sido multiplicados de 1,5 bilhão para 5 bilhões de pessoas – o equivalente a 500 mil cidades de São Paulo.

Isto indica que, apesar das previsões de que as novas tecnologias de informação e a acumulação e problemas nas metrópoles implicariam a desarticulação da vida urbana, a cidade absorveu as mudanças e ainda é o motor do desenvolvimento científico. Mas isto tem um preço. “O número de moradores urbanos vivendo em pobreza absoluta cresceu rapidamente nos anos 80, especialmente na América Latina, África e nas economias asiáticas menos favorecidas”. O alerta consta do “Relatório Global sobre Aglomerações Humanas”, que resume o encontro (*Habitat*) promovido pela ONU em 1996 sobre o tema. Agravada pela globalização, a desigualdade entre cidades é um dos maiores custos da revolução urbana. O Programa do *Habitat* mostra que a renda média domiciliar das cidades dos países industrializados é de 38 vezes maior do que a das cidades africanas: US\$ 9544 contra US\$ 252 por ano.

Mesmo nas cidades dos países industrializados, os 20% mais ricos têm uma renda 10 vezes maior do que os 20% mais pobres.

À aceleração da desigualdade somou-se à crise do Estado, que tirou dos governos muito de seu poder de investimento em infra-estrutura e serviços sociais. Como resultado, para uma parcela crescente da população, a vida urbana também passou a ser sinônimo de desemprego, miséria, violência, favelas, congestionamentos e poluição.

A urbanização é mais acelerada nos países pobres: em média 5% ao ano, contra 0,7% nos países desenvolvidos.

Ao mesmo tempo, deve haver uma multiplicação das grandes cidades nas regiões pobres. Em 1950, havia apenas cerca de 100 aglomerações urbanas com mais de 1 milhão de habitantes no mundo – a maioria nos países ricos. Em 2015, segundo a ONU, haverá 527 grandes cidades. E 3 a cada 4 estarão nos países menos desenvolvidos. (TOLEDO, José Roberto de. **Folha de São Paulo**, 02 mai. 1999.)



ATIVIDADE

- A partir do **texto 2**, quais são as expectativas que o autor coloca em relação à vida nas grandes cidades para este século? Você concorda com o autor? Dê sua opinião. Construa uma narrativa histórica comparando o contexto contemporâneo com o da urbanização do século XIX.

■ Referências Bibliográficas:

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

HUGO, V. **Os miseráveis**. São Paulo: FTD, 2001.

HOBSBAWM, É. **A era das revoluções (1789 – 1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1994.

TOLEDO, J. R. de. **Urbanização cria uma Hong Kong por mês**. Folha de São Paulo, 2 de maio de 1999 – Especial ano 2000, p. C2.

ZOLA, É. **Germinal**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

■ Obras consultadas

BAILLET, Y. **O impressionismo**: um olhar mágico. Rio de Janeiro: Salamandra (Coleção: jardim dos pintores), s/d.

BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MANTOUX, P. **A Revolução Industrial no Século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MUNFORD, L. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.



RELAÇÕES CULTURAIS: Urbanização e industrialização na sociedade contemporânea

■ Sueli Dias¹



■ HENFIL (1944-1988) Charge, s/d.

O espaço urbano produzido pela sociedade contemporânea gerou benefícios e problemas. Existe a possibilidade de solucionar os problemas sociais, econômicos, ambientais e sociabilizar os benefícios desta produção?

<http://diversao.uol.com.br/>

■ A mundialização é real?

A organização social e econômica da sociedade contemporânea é conseqüência do processo histórico vivido pela humanidade. A industrialização e urbanização aceleradas com a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, no século XVIII, aprofundaram as relações entre a sociedade e a tecnologia.

O conjunto das mudanças na organização da produção e na organização das sociedades, do século XVIII ao século XXI, é considerado, por muitos, conseqüências da Revolução Industrial. Muitos historiadores denominam estas transformações como uma nova revolução, a Revolução Técnico-científica, ou seja, da tecnologia, da cibernética e da Informática. Biotecnologia, automação, clonagem, transgênicos são palavras associadas às transformações desta revolução.

Um dos maiores problemas da sociedade contemporânea está em assistir às mudanças da Revolução técnico-científica sem que muitos façam parte delas; sem conduzi-las para o bem-estar da humanidade.

Entre os fenômenos que surpreendem a chegada do século XXI, como conseqüência de um processo desencadeado a partir da década de 1980, no conjunto da reestruturação do sistema capitalista, estão a mundialização da produção e do consumo que forjam a derrubada de fronteiras e a formação de um mundo-em-rede-on-line. O uso da internet, da telefonia celular, da transmissão em tempo real suscitam uma cidadania virtual, desterritorializada. São milhões de “transeuntes digitais” que consomem, geram, disseminam informações, produtos e serviços, criando as *websocieties* e as *webcultures*, onde impera a homogeneização das relações.

A língua inglesa é usada cotidianamente por cerca de 2 bilhões de pessoas, sem ser a língua nativa para 2/3 delas. Este é apenas um exemplo para perceber a unicidade dos usos e costumes que estão em gestação.

Observe como a mundialização padroniza seu vestuário. No guarda-roupa global, independente das diferenças culturais de quem os usa, constam jeans, camisetas, tênis, ternos, etc. Criam modismos e necessidades como um caminho para a felicidade.

Texto 1

As línguas mais faladas no planeta são: chinês-mandarim (900 milhões), inglês (500 milhões), espanhol (300 milhões), hindu (300 milhões), português (220 milhões). Das 5 línguas mais faladas, o inglês é o intercomunicante supranacional e mundial por excelência: é o idioma da incipiente administração global da produção e das tecnologias emergentes; das recentes normas e procedimentos jurídicos da gestão de alcance planetário; dos comandos dos pilotos; dos equipamentos de diversas áreas técnicas; do linguajar das finanças; das instituições acadêmicas; forças armadas, etc. (Adaptado de DREIFUSS, 2004, p. 134).

Nestas relações, tudo pode ser transformado em produto. Veja: em 1950, 25 milhões de pessoas (aproximadamente 1% da população mundial do período) viajavam para obter lazer, agora, início do século XXI, segundo a Organização Mundial do Turismo, 702 milhões de turistas (aproximadamente 11,5% da população mundial atual) viajam anualmente pelo mundo. Este é um dos maiores setores da economia em expansão. Um setor, que entre outras relações, também é um novo produto.

Num outro exemplo, a produção vem se mundializando. No campo da biotecnologia, farmacêutica humana e animal, engenharia genética, bioquímica, sementes e alimentação, as maiores empresas são, no século XXI, megacorporações, resultados de fusões, terceirizações, alianças, e podem ser conhecidas por suas transnacionalidades, pelo controle mundial da produção e pelo controle de outras empresas. Quem se apropria destas produções?

Veja pela historiografia uma consideração sobre a formação de uma empresa transnacional, em expansão neste processo de reestruturação do sistema capitalista:

Texto 2

A Coca-Cola, maior fabricante de bebidas do mundo, é produtora de diversas macas conhecidas: Powerade, Aquarius, Bonanga, Barg's, Bright & Early, Citra, Coke, Dasan, Fanta, Five Alive, Fruitopia, Scweppes, Sprite, ...

No campo dos sucos, a Coca-Cola tem a fábrica Recofarma – em Manaus. É de lá que supre as fábricas da Coca-Cola da Venezuela, da Colômbia, da Argentina, do Paraguai e do Brasil.

A Recofarma foi inaugurada em 1990. Seis anos mais tarde, começaram as exportações, com US\$ 6 milhões; em 1997 foram US\$ 25 milhões; em 1998, US\$ 70 milhões; em 2000, US\$ 286 milhões.

(Adaptado de DREIFUSS, 2004, p. 150-153.)

A Coca-Cola também é acionista de empresas de sucos no Rio Grande do Sul e da cervejaria Kaiser, no Paraná.

Quais são os responsáveis pelo crescimento de empresas como esta? Especialmente, por seus faturamentos?

Empresas transnacionais que se instalam em um país, se denominam parceiras e usam, entre outras condições, as matérias-primas, a mão-de-obra, o mercado de consumo, e o meio ambiente do país que as acolheu. É possível analisar os resultados destas parcerias? Que resultados podem ser destacados sobre esta realidade no Brasil?



PESQUISA

- Quais as condições que tornaram o mercado brasileiro atraente para a instalação destas empresas?



DEBATE

- Organize um debate: Discuta com seu professor e seus colegas os pontos positivos e negativos da mundialização/globalização que vivenciamos atualmente.

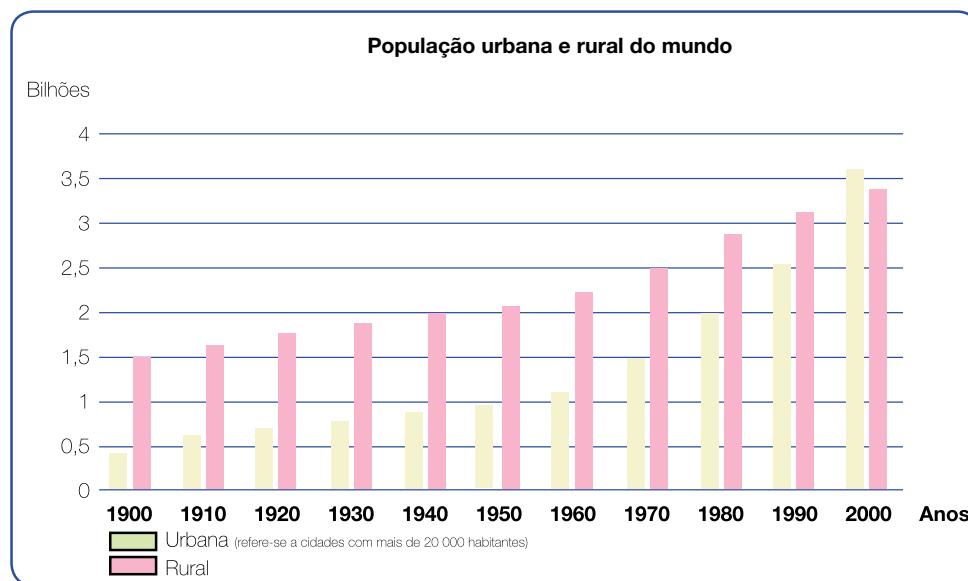
A explosão urbana

É possível afirmar que a Revolução Técnico-científica vem modificando a organização e o modo de vida da sociedade contemporânea?

A partir de 1950, período de transição para esta revolução, ocorreu um fenômeno universal, porém não uniforme; um grande crescimento da população urbana, especialmente nos países pobres. Segundo os relatórios da ONU, lançados na segunda **Conferência mundial sobre Povoaamentos Humanos**, em Istambul, no ano de 1996, há 200 anos, apenas 2% da população mundial vivia em cidades e, de acordo com as estimativas, em 2010, mais de 20 cidades no mundo terão acima de 10 milhões de habitantes.

Observe o **gráfico 1**. Que relações podemos estabelecer entre a população urbana e a população rural durante o século XX?

Gráfico 1



PESQUISA

- Sobre os motivos que provocaram a explosão urbana, a partir da década de 1950, nos países pobres. Depois, produza um texto.



ATIVIDADE

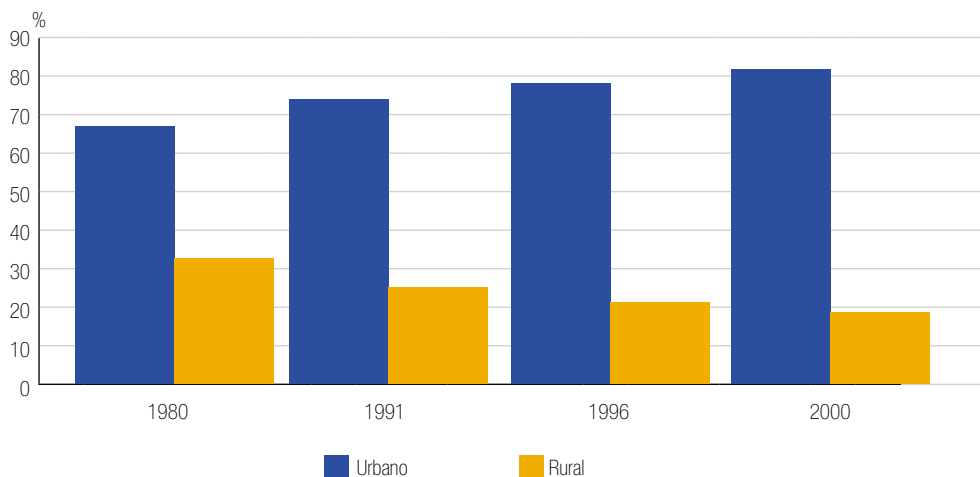
- Organize, com sua turma, o que vocês consideram infra-estrutura necessária para atender os serviços básicos da população de uma cidade. Registre-os.
- Segundo as considerações da turma, organizem um painel para expor na escola. Nesse painel, demonstrem a infra-estrutura **que** o meio urbano em que vocês vivem **tem e o que necessita**.

Estes são dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Que diferenças são demonstradas entre a população urbana e a população rural brasileira entre 1980 a 2000?

Gráfico 2

Proporção da população por situação de domicílio no Brasil - 1980-2000



■ Fonte: IBGE, **Censo Demográfico 1980, 1991 e 2000 e Contagem da População 1996** http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/default.htm Em 05/10/2005.

Tabela 1

Maiores Metrôpoles do Mundo (considerando as regiões metropolitanas)	Milhões de habitantes
Tóquio	26,4
México e Bombaim	18,1
São Paulo	17,8
Nova Iorque	16,6
Lagos	13,4
Los Angeles	13,1
Calcutá e Xangai	12,9
Buenos Aires	12,6
Dacar	12,3
Karachi	11,8
Délhi	11,7
Jakarta e Osaka	11
Manila	10,9
Pequim	10,8
Rio de Janeiro e Cairo	10,6

■ Fonte: ONU / IBGE / Fundação Seade

Existem várias razões para explicar a realidade desta expansão demográfica nas cidades. No Brasil, esta condição pode ser compreendida a partir da relação com a política desenvolvimentista do governo de Getúlio Vargas (1882-1954). A concentração na zona urbana pode ser, para o trabalhador, uma perseguição ao emprego na indústria e no comércio. As relações do mundo do trabalho no campo tornaram-se mais excludentes com a mecanização e especialização das monoculturas para exportação, empurrando-o para os centros urbanos.

Na **tabela 1**, constam as maiores cidades da atualidade. Estes dados foram apresentados no ano de 2001, quando a Assembléia Geral da ONU retomou a discussão sobre a crescente urbanização e resgatou os relatórios da conferência de 1996, da “Ci-

meira Urbana”, como ficou conhecida. Nessa assembléia foi lançado um documento: **O Estado das Cidades no Mundo**, em reconhecimento à realidade da vida urbana dos grandes centros. Nas palavras do secretário-geral de 2006, Kofi Atta Annan (1938-), “o mundo está no meio de uma transformação histórica e radical, não só sobre como as pessoas vivem, mas onde elas vivem”.

Viver numa cidade grande é um benefício para quem pode aproveitar da concentração de pessoas, mercadorias e serviços. As necessidades básicas podem ser mais facilmente atendidas: existem grandes lojas e serviços especializados. Os cidadãos entram em contato mais direto com a condição de criação, invenção e expressão da sociedade, visto que a cidade congrega diversidade cultural, étnica, religiosa e contradições sociais. E tudo o que congrega, preserva por meio das construções, monumentos, bibliotecas, arquivos, enfim, por meio de seu projeto de urbanização.

A transformação urbana tem sido radical e muito maior nos países pobres, onde o êxodo rural é maior: a Cidade do México, por exemplo, passou de 6 milhões de habitantes em 1950, para 18 milhões em 1995. São Paulo, nas mesmas datas, saltou de 2,5 milhões para 17 milhões de habitantes.

Na Ásia, a concentração urbana segue os mesmos parâmetros: a zona urbana abriga 340 milhões de chineses e 220 milhões de indianos. No Egito, 40% da população urbana está concentrada na cidade do Cairo.

Estas cidades, em vista de seu crescimento, passaram a ser chamadas de megalópoles.

Assim está significada megalópole no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa:

1. Grande e importante cidade. 2. Região densamente povoada, constituída de uma grande metrópole ou de diversas cidades, sem zonas rurais a intermediá-las. (2001, p. 1881).

Documento 1



<http://members.eisa.com>

■ São Paulo – Brasil. Fotografia vista de cima.

Documento 2



<http://es.wikipedia.org/>

■ MARTIN STEIGER. Cairo – Egito, 06 out. 2003. Fotografia vista de cima. Cairo.

Nos países mais ricos, especificamente os europeus atingidos pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a reconstrução e a reurbanização das cidades foram ações planejadas pelo Estado, valendo-se de projetos de arquitetos renomados e empregando mão-de-obra imigrante. Na Alemanha, França e Reino Unido, boa parte desta força de trabalho vinha do norte da África.

Nos projetos de reurbanização, a partir da década de 1970, tanto em países ricos quanto em países pobres, a setorialização das desigualdades sociais tornou-se comum: a elite concentrou-se em luxuosos bairros mais afastados das áreas de comércio e da produção, em condomínios fechados servindo de locais de moradia e lazer. Os centros das cidades e os bairros com fábricas foram tendencialmente ocupados pela classe operária.

Documento 3



■ As ruínas do Reichstag, em Berlim, em 1945. Fotografia. Berlim.

<http://www.dw-world.de/>



PESQUISA

- Busque, entre seus familiares, as causas da vinda da família para o local onde você vive agora. Partilhe os dados com sua turma e construa sua narrativa histórica para explicar os objetivos destas migrações.

■ A tecnologia, a urbanização e a arte

Os recursos tecnológicos são recentes, mas é difícil imaginar como foi o mundo sem alguns deles. Grande parte do povo brasileiro assiste à televisão todos os dias, e este é um hábito considerado recente na história, porque a televisão foi inventada no início do século XX e só chegou ao Brasil em 1950, ou seja, há cinco décadas. Neste período, apenas um pequeno grupo de pessoas tinha acesso a esta tecnologia, devido ao seu alto custo. Na sociedade contemporânea, este produto é associado a uma necessidade de busca de lazer e de felicidade.

A música, que também é muito apreciada em todos os meios sociais, era ouvida, até a duas décadas, ou até em menos tempo, em rádios de pilha, vitrolas, toca-discos, discos de vinil ou fitas cassete. Estes instrumentos ainda são usados por algumas pessoas, mas também são quase desconhecidos para muitos, especialmente os jovens, acostumados com os modernos *cd-player*, mp3, ... os *sound machine* da atualidade.

Veja como um dos historiadores, que discute as transformações do século XX, destaca o avanço da tecnologia, da urbanização e a onipresença da arte na sociedade a partir de 1950:

Texto 3

A tecnologia transformou o mundo das artes, embora mais cedo e mais completamente o das artes e diversões populares que o das “grandes artes”, sobretudo as mais tradicionais. Em termos gerais, o fato decisivo da cultura do século XX – o surgimento de uma revolucionária indústria da diversão popular voltada para o mercado de massa – reduziu as formas tradicionais de grande arte a guetos de elite, e de meados do século em diante seus habitantes eram essencialmente pessoas com educação superior. O público de teatro e ópera, os leitores dos clássicos literários de seus países e do tipo de po-

esia e prosa levado a sério pelos críticos, os visitantes de museus e galerias de arte pertenciam esmagadoramente aos que tinham pelo menos educação secundária.

A cultura comum de qualquer país urbanizado de fins do século XX se baseava na indústria da diversão de massa – cinema, rádio, televisão, música popular –, da qual participava a elite, certamente desde o triunfo do *rock*, e à qual os intelectuais sem dúvida deram um toque cerebral para torná-la adequada ao gosto da elite.

É possível imaginar como as histórias culturais do século XXI vão avaliar as realizações artísticas das grandes artes da segunda metade do século XX? É óbvio que não, mas dificilmente deixarão de notar declínio, pelo menos regional, de gêneros característicos que floresceram em grande estilo no século XIX e sobreviveram na primeira metade do século XX. (Adaptado de HOBBSAWM, 1995, pp. 485-493).



ATIVIDADE

- Analise o **texto 3**. Depois, discuta com seu professor e seus colegas e produza uma narrativa sobre a cultura transmitida pela indústria de diversão em massa.
- Estabeleça uma comparação entre o rock e o hip-hop. Quando e onde surgiram? Que grupos protagonizaram estes estilos? Que temas e mensagens transmitem?



DEBATE

- Organize um debate em sala para discutir sobre as condições e organização dos locais de lazer e cultura de sua cidade. Divulgue as críticas e sugestões.

Nas paisagens urbanas, um dos setores da arte que mais se evidenciou foi a arquitetura. Novas cidades planejadas surgiram ou mesmo as mais antigas, expandiram-se verticalmente; ruas e avenidas foram construídas em sentido retilíneo, para facilitar a comunicação e circulação de pessoas e mercadorias; as novas construções precisavam unir beleza e conforto para multidões; os materiais empregados nas construções também se diversificaram: concreto armado, colunas de sustentação, vidros, paisagismo, espelhos d'água, etc. Leia, neste fragmento historiográfico, como um dos arquitetos mais famosos da modernidade, o francês de origem suíça Charles-Édouard Jeanneret-Gris, conhecido como Le Corbusier (1887-1965), concebia uma metrópole e suas múltiplas funções:

Texto 4

É importante criar uma via de comunicação organizada entre os bairros de trabalho e residenciais. O tráfego tem que ser classificado, separado entre pedestres e carros, tráfego rápido e áreas de serviço que requerem estacionamento. A enorme perda de tempo causada pela incoerência do sistema atual

deve ser reduzida. Porém, o melhor não é dar lugar ao tráfego de automóveis, mas sim reduzir as distâncias. E para evitar que a cidade se alargue demais, deve-se utilizar a altura: para os bairros residenciais, edifícios em blocos; prédios altos para os bairros comerciais. Assim pode ser organizada a mistura caótica das grandes cidades da atualidade e favorecer as funções de circular, trabalhar e viver nas cidades. (Adaptado de GERD, 1982, p. 214 e 215).

Observe como as idéias de Le Corbusier influenciaram Oscar Niemeyer (1907-) e Lúcio Costa (1902-1998), no Brasil, na década de 1950. As imagens, presentes nos **documentos 4 e 5**, correspondem ao estilo da arquitetura moderna. Nelas existem semelhanças próprias do estilo: grandes estruturas de concreto armado, obras gigantescas onde as paredes, mais do que sustentação e proteção ao edifício, são painéis de vidros ou espaços de exposição para outras obras. São obras para atendimento ao público, para a circulação de grande quantidade de pessoas. Suas grandes janelas pretendem transmitir disponibilidade e transparência aos seus usuários.

Documento 4



■ **Assembléia de Chandigarh – Índia**, 1955. Fotografia. Chandigarh. Obra de Le Corbusier. <http://www.fondationlecorbusier.asso.fr>

Documento 5



■ **Congresso Nacional em Brasília – Brasil**, 1960. Fotografia. Brasília. Obra de Oscar Niemeyer. <http://de.wikipedia.org>



PESQUISA

- O Brasil teve Salvador (1549-1763) e Rio de Janeiro (1763-1960) como capitais. Uma nova capital foi pensada desde os tempos de D. Pedro I (1798-1834), e construída somente durante o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976). Pesquise sobre a cidade de Brasília, pois ela foi uma cidade planejada, exemplo da arquitetura moderna no país.
 - Organize um dossiê sobre nossa capital - Brasília. Siga estes passos:
 - a) localização e época da construção;
 - b) idealizadores do projeto e desenho da concepção inicial;
 - c) contexto histórico e político da época da construção;

- d) cidades satélites surgidas em torno da cidade;
- e) população atual e principais problemas enfrentados com o crescimento.
- Pesquise outras obras de arquitetura do estilo moderno e busque observar essas características.

■ A transparência dos problemas sociais e estruturais na explosão urbana

Hábitos e costumes estão se universalizando. Isto tem sido uma lógica também para os direitos humanos?

Teoricamente, construiu-se uma cidadania universal, porém nosso maior desafio ainda é lidar com a diversidade: étnica, religiosa, política, econômica, enfim, cultural e, sobretudo, com a desigualdade social e a pobreza crescente.

Texto 5

Nesse mundo, 1 bilhão de pessoas estão na miséria, totalmente fora dos circuitos de variada satisfação; 2 bilhões são humildes consumidores, outros 2 bilhões são remediados, enquanto somente um bilhão consegue realmente estar em condições de “consumir” os benefícios da “ponta do processo”. Em 1999, a diretoria do Banco Mundial reconheceu que, depois de 50 anos ditando políticas macroeconômicas, as perspectivas para o século XXI são sombrias. Em 1987 havia 1,2 bilhão de pessoas vivendo em pobreza absoluta nos países em desenvolvimento, com o equivalente a um dólar por dia ou menos. Em 2000, esse número atingiu 1,5 bilhão e em 2015 a perspectiva é de que totalize 1,9 bilhão de pessoas. Observando por outro ângulo, em 1950 havia 300 milhões de pobres e miseráveis vivendo nas grandes cidades de países em desenvolvimento. No ano 2000, com a população no mundo duas vezes maior, chegavam a 2 bilhões. (Adaptado de DREIFUSS, 2004, p. 640).

É fundamental que as cidades direcionem constantemente políticas públicas para dar estruturas adequadas aos seus cidadãos: serviços de água, esgoto, saneamento básico, transporte, coleta seletiva e reciclagem de lixo, projetos de aquisição de moradias, serviços de hospitais, segurança, creches, escolas, áreas de lazer. Enfim, condições de sobrevivência com dignidade e qualidade de vida. Confira algumas das atitudes para sanar uma cidade. São tarefas do poder público e precisam da colaboração de cada cidadão. Devem ser entendidas como conquistas históricas e motivo permanente de reivindicações e organização das comunidades.

Documento 6

- Canalização e limpeza de rios e córregos;
- Desobstrução de bueiros e galerias pluviais;
- Iluminação e pavimentação das ruas;
- Fiscalização da qualidade de alimentos, remédios e combustíveis;

- Controle de animais que podem transmitir moléstias;
- Prevenção de doenças;
- Educação sanitária e atendimento médico-hospitalar. (Adaptado de ALVES, 1994, p. 118).

Todos os serviços citados no **documento 6** são prioridade para os cidadãos; podem ser geridos pelo Estado, mas devem ser acompanhados pela sociedade em geral, por meio de: associações de bairros, comunidades de base, conselhos comunitários, ONGs, entre outras formas de organização.

Destacando o problema do lixo urbano, estima-se que quanto maior o consumo, maior a quantidade do lixo produzido.

Veja como a historiografia considera o problema do lixo urbano:

Texto 6

No Brasil, cada um dos sessenta milhões de cidadãos que formam a população economicamente ativa, consome, em média, setenta quilos de embalagens por ano.

Estima-se em cem mil toneladas diárias a quantidade de lixo produzido nas cidades brasileiras, das quais cerca de doze mil toneladas são geradas pela capital paulista. Do lixo urbano brasileiro, cerca de 60% é coletado, geralmente, nos bairros de maior poder aquisitivo, permanecendo o restante junto às casas ou atirados nas ruas, terrenos baldios, encostas, mananciais, córregos e rios. Nesses lugares, popularmente denominados lixeiras, vazadouros ou lixões, são comuns os deslizamentos, as enchentes, os focos de doenças, cheiros pestilentos e uma paisagem infernal. Não fosse suficiente, existe também a calamitosa situação da disposição ilegal de lixo industrial. (Adaptado de WALDMAN apud PINSKY e PINSKY, 2003, p. 551 e 552).

A legislação de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável – Agenda 21, delibera, como estratégia para diminuir os problemas gerados pelos depósitos de lixo urbano, a construção de aterros sanitários para o lixo não reciclável e coleta seletiva para o reciclável.

Em algumas cidades, além da coleta seletiva, estão surgindo projetos de geração de emprego e renda com o lixo reciclável, organizando os trabalhadores deste setor em associações ou cooperativas. São alternativas consideradas inteligentes, porque aliam a solução dos problemas ambientais com os problemas sociais, entre eles, por exemplo, o desemprego.

Documento 7



■ ALBARI ROSA. **Lixão da Cachimba**, registrada em 23 out. 2003. Fotografia, Curitiba.

Documento 8



■ SUELI DIAS. **Miriam Machado, integrante da COCAP (Cooperativa dos Catadores de Papel de Apucarana)**, recolhendo material reciclável no Colégio Estadual Nilo Cairo, 2002. Fotografia, Apucarana.

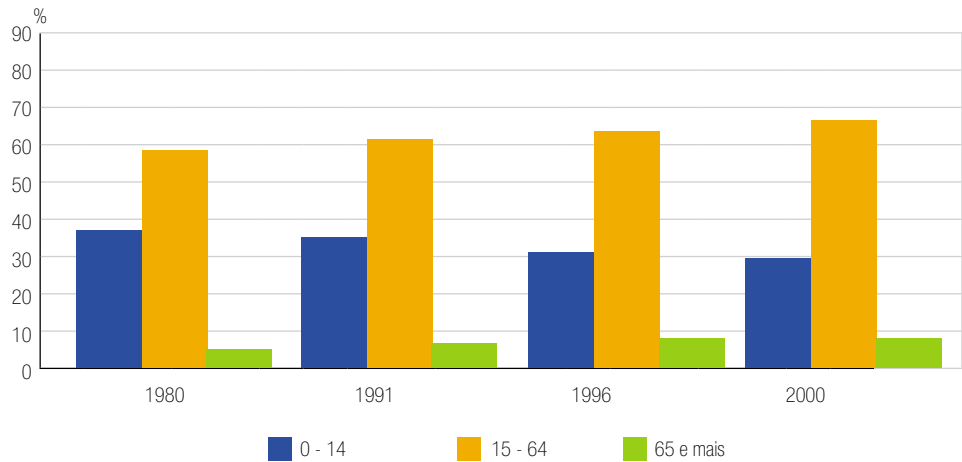
Documento 9



■ MIGUEL PAIVA, Charge, 05 out. 1988. O Estado de São Paulo – Edição histórica, p. 3.

Como estes dados do IBGE, presentes no **gráfico 3**, referentes à sociedade brasileira, dos últimos anos do século XX, podem indicar as necessidades de organizar políticas públicas que diminuam a exclusão social e os problemas das relações de gênero?

Gráfico 3 – Proporção da População por Grandes Grupos de Idade - 1980-2000



■ Fonte: IBGE



DEBATE

1. Discuta com seu professor e sua turma:
 - a) Quais as maiores necessidades para uma boa qualidade de vida das crianças, dos jovens, e da terceira idade?
 - b) Quais reivindicações devem ser feitas ao poder público para viabilizar a realização de tais necessidades?
 - c) Façam um painel e exponham-no para a escola com a síntese da discussão.



PESQUISA

- Pesquise em nossa Constituição os principais direitos de cidadania do brasileiro. Divulgue-os junto à comunidade.

■ Referências Bibliográficas

DREIFUSS, René Armand. **Transformações**: matrizes do século XXI. Petrópolis: Vozes, 2004.
 VESENTINI, WILLIAM J. **Sociedade e Espaço**. São Paulo. Ática, 2000. P. 221.

■ Obras consultadas

ALVES, J. F. **Metrópoles**: cidadania e qualidade de vida. São Paulo: Moderna, 1994.
 BEAUD, M **História do capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Brasiliense, 1987.
 BRESCIANI, S. **Imagens da cidade**: séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero, 1993.
 CARLOS, A. F. A. **Espaço e indústria**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
 DESPLANQUES, P. (org). **Grands Repères Culturels pour l'histoire**. Paris: Hachette Éducation, 1999.
 GERD, H. **Dicionário ilustrado de la arquitetura contemporânea**. Barcelona: GG, 1982.
 HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
 HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: objetiva, 2001.
 JANSON, H. W. **História da arte**: panorama das artes plásticas a da arquitetura da pré-história à atualidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.
 PINSKY, J. e PINSKY, C. B. (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
 SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989.

■ Documentos consultados *ONLINE*

http://diversao.uol.com.br/album/henfil_album.jhtm?abrefoto=11 ; Acesso em: 06 nov. 2005.
<http://www.ibge.gov.br> ; Acesso em: 05 out. 2005.
<http://www.members.eisa.com> ; Acesso em: 03 out. 2005.
<http://www.aveduto.com> ; Acesso em: 03 out. 2005.
<http://www.estadao.com.br> ; Acesso em: 03 out. 2005.
<http://www.fondationlecorbusier.asso.fr> ; Acesso em: 05 out. 2005.
<http://www.wikipedia.org> ; Acesso em: 05 out. 2005.
<http://tudoparana.globo.com> ; Acesso em: 31 out. 2005.



RELAÇÕES DE PODER: Urbanização e industrialização no Paraná

■ Marli Francisco¹



■ Museu Paranaense

■ CARLOS HÜBERTHAL. **Panorama de Curitiba**, 1888. Aquarela, 40 x 91 cm.

A ocupação do Estado do Paraná não se deu de forma uniforme e imediata, passou por um longo período de constituição das vilas e cidades. Mas você sabe como as cidades foram formadas no Paraná? Quais as relações econômicas e políticas que forjaram as cidades como a representada na imagem? E a sua cidade, em que processo histórico foi constituída?

¹Colégio Estadual Chateaubriandense - Assis Chateaubriand - PR

■ As primeiras vilas e cidades do Paraná

Os primeiros povoados que surgiram, na área que hoje é o Estado do Paraná, foram fundados por espanhóis, *Ciudad Real del Guayra*, em 1557, próximo ao atual município de Guaíra e *Villa Rica del Espiritu Santu* em 1576, onde se encontra hoje o município de Fenix. Além desses povoados, foram fundadas as reduções, que eram aldeias administradas por padres espanhóis: os jesuítas.

A presença espanhola nessa parte da América foi resultado do tratado de Tordesilhas, assinado entre Portugal e Espanha, em 1494. Por este tratado, a Espanha detinha a maior parte das terras que forma o nosso estado hoje. Nesse contexto, século XV, os espanhóis foram abrindo caminhos e estenderam seus domínios territoriais, com o objetivo de aprisionar índios, escravizando-os, deter as contínuas invasões dos portugueses em seu território e conseguir no futuro um porto marítimo, no Atlântico, para Assunción.

Observe o **mapa 1**, referente ao Paraná Espanhol, para que você possa fazer uma leitura do mesmo a fim de identificar a divisão territorial organizada por Portugal e Espanha proposta pelo Tratado de Tordesilhas em 1494.

Mapa 1



Fonte: CIGOLINO, 2001, p. 69.

■ Paraná Espanhol.

Texto 1

Todo esse conjunto de caminhos foi percorrido por espanhóis e portugueses, tendo sempre como objetivo primeiro o preamento de índios e a busca de metais preciosos. Datam desta época proibições impostas pelas autoridades espanholas e portuguesas quanto a multiplicidade dos caminhos e o conseqüente desrespeito às linhas de Tordesilhas. Entretanto a formação da União Ibérica, a partir de 1580, foi motivo suficiente para que aquelas proibições não fossem eficazmente levadas em consideração. (SANTOS, 2001, p. 18).

Através da leitura do **mapa 1**, você observou que a preocupação dos portugueses em relação à ocupação espanhola não era em vão. Além do território, os portugueses também tinham interesses econômicos nessa região, principalmente com relação ao apresamento de indígenas e a busca por metais preciosos e, por isso, organizaram expedições bandeirantes paulistas para destruir os povoados e as reduções espanholas impedindo a sua expansão. Na imagem de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), você pode visualizar a representação da ação dos bandeirantes paulistas no planalto curitibano.

Com a destruição da maioria dos povoados espanhóis e das reduções jesuítas, as terras pertencentes à Coroa espanhola foram praticamente abandonadas tanto pelos portugueses como pelos espanhóis no decorrer do século XVII.



PESQUISA

- Pesquise sobre a ocupação espanhola no território que atualmente pertence ao Paraná. Procure definir como eram organizadas as reduções (missões) religiosas e as vilas espanholas nos séculos XVI e XVII.

Documento 1



■ JEAN-BAPTISTE DEBRET. **Soldados índios de Curitiba**, escoltando selvagens, c. 1834. Litogravura, Estampa 22, Prancha 20, DEBRET, 1989 [1834]

As terras que pertenciam a Portugal foram efetivamente ocupadas com a descoberta de ouro próximo à Baía de Paranaguá, na metade do século XVII, fato que marca o início do povoamento do nosso litoral.

Nesse período, Paranaguá pertencia à Capitania de São Vicente, em função da divisão territorial do Brasil realizada por D. João III, em 1534, denominada de Capitânicas Hereditárias. É importante ressaltar que essas terras eram efetivamente ocupadas por vários povos indígenas. Os conflitos entre os colonos europeus e brasileiros e os povos indígenas eram freqüentes, por causa da invasão de suas terras. Esses povos reagiram pacífica ou violentamente contra a presença e o processo de povoamento imposto pelos europeus e brasileiros, assim como foram incorporados ao processo de colonização.

Os portugueses iniciaram a colonização do Paraná pelo litoral e a mineração foi a atividade que motivou o povoamento deste território. Com a notícia do ouro na baía de Paranaguá, um grande número de pessoas foi atraído para esta localidade vindo de várias partes de Portugal e da América portuguesa, como: São Vicente, Santos e Rio de Janeiro. Em função dessa descoberta, Paranaguá foi elevada à categoria de vila em 1660, século XVII.

Na esperança de fazer fortuna, a busca pelo ouro reinou por mais de cem anos. Como Paranaguá (1648), novos povoados foram surgindo na trilha do ouro: Curitiba (1693), Guaratuba (1771) e Antonina (1797). A atividade mineradora ajudou a abrir caminhos e a formar povoados que se transformaram em cidades.

A cidade de Curitiba foi fundada por desejo dos moradores da região, que queriam organizar a comunidade que se formara no Primeiro Planalto. A criação de uma Vila ou Município no Brasil, durante o período colonial, seguia as determinações da coroa portuguesa, sen-

do que as Câmaras Municipais instituídas nessas Vilas representavam a aliança entre o poder central e o poder local.

A Câmara Municipal de Curitiba foi fundada em 1693 e, em 1721, recebeu a visita do Ouvidor Raphael Pires Pardinho, funcionário real enviado pelo rei D. João V (1689-1750), para organizar as vilas da colônia, do qual a câmara recebeu instruções sobre como deveria funcionar. As normas impostas pelo ouvidor Pardinho são chamadas de **Provimentos** e detalham sobre toda a organização da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba.

Entre os provimentos do ouvidor, existem os que legislam sobre a organização do espaço urbano. A concepção de ocupação do espaço urbano adotada pelo Estado português tinha como modelo “a quadra retangular perfeitamente adensada, vista a partir da rua como um conjunto compacto de fachadas, delimitadas por ruas em grade” (PEREIRA, 1993, p.197). A permissão para as construções eram cedidas pela Câmara de acordo com regras pré-estabelecidas que buscavam reforçar a idéia da cidade como um espaço destinado a atividades comerciais, artesanais e religiosas, demarcando as especificidades do campo e da cidade. O Estado, através de sua legislação, demonstrava a preocupação em definir e separar os espaços públicos e privados, buscando a disciplinarização do convívio em comunidades.

Documento 2



■ Curitiba: Rua das Flores nos tempos da Província (atualmente Rua 15 de novembro). Autor desconhecido. Data desconhecida.

Documento 3

Provimentos do ouvidor Pardinho

(...) 37. Proveu que daqui por diante nenhuma pessoa com pena de seis mil réis para o conselho faça casa de novo na vila sem pedir licença à Câmara, que lho dará e lhe assinará chãos em que se fa-

ça continuando as ruas que estão principiadas e em forma de que vão todas direitas por corda, e unindo-se umas com as outras, e não consintam que, daqui por diante, se façam casas separadas e sós como se acham algumas, porque além de fazerem a vila e povoação disforme ficam os vizinhos mais expostos a insultos e desviados dos outros vizinhos para lhe poderem acudir em qualquer necessidade que de dia ou de noite lhe sobrevenha.

39. Proveu que dando o conselho chãos para os quintais aos vizinhos será conforme a testada de suas casas e com tanto fundo como os mais tiverem, e serão obrigados os vizinhos a fazerem neles seus cercados para ficarem fechados e livres de desastres e ofensas de Deus que resultam dos quintais estarem abertos e mal tapados. E por esta mesma razão obrigarão aos vizinhos a que tenham as portas de suas casas fechadas, sempre e que não haja na vila pardieiros e ranchos abertos de que se seguem os desserviços de Deus que se têm visto neste povo, sobre o que farão suas posturas e acordões. (PARDINHO, **Provimentos** [Curitiba, 1721] *apud* PEREIRA, 1993, pp. 197, 198.)



ATIVIDADE

- A partir da leitura do **documento 3**, faça a descrição de uma rua de uma cidade do período colonial brasileiro.
- Quais os argumentos utilizados pelo legislador Ouvidor Pardino para defender a organização urbana por ele proposta?
- Na arquitetura das cidades paranaenses representada no **documento 2**, pode-se observar permanências da organização da ocupação do espaço proposta no **documento 3**?



PESQUISA

- Em grupo, pesquise sobre o funcionamento das câmaras municipais da América portuguesa durante o período colonial. Depois, organize um painel para apresentá-lo a sua turma.

O crescimento das populações dos “lugares” ou povoamentos do litoral, no século XVIII, e as relações das mesmas com as vilas de Paranaguá e Curitiba permitiram que novas vilas fossem fundadas naqueles territórios. Leia o que a historiografia relata sobre a fundação de Antonina e Morretes:

Texto 2

Antonina

Tal qual Paranaguá, os primeiros desbravadores da região de Antonina, situada nos fundos da baía de Paranaguá, foram faiscadores de ouro. Entretanto, a fundação da povoação somente veio a ocorrer a 12 de setembro de 1714, quando o bispo do Rio de Janeiro autorizou a construção de uma capela. Em 6 de novembro de 1797, o nascente núcleo foi elevado à categoria de Vila, recebendo a denominação de Antonina, em memória ao príncipe D. Antônio (1795-1802), filho primogênito do então príncipe regente D. João VI (1767-1826) e D. Carlota Joaquina (1775-1830). (Adaptado de WACHOWICZ, 1988, p.44 e 45.)

Texto 3**Morretes**

Nos fins do século XVII e início do XVIII, a região era percorrida por aventureiros e faiscaidores de ouro. O ouvidor Rafael Pires Pardiniho, terminando sua correição em Curitiba, desceu para a marinha pelo rio Cubatão e, observando como era, percebeu que no futuro deveriam existir povoações no referido rio, a fim de que o mesmo se transformasse numa via comercial, tal qual ocorria em outras regiões, em casos semelhantes. Em 5 de junho de 1769, obteve provisão para erguer uma capela. Pela lei provincial de São Paulo, nº 16 de 01/03/1841, Morretes foi elevada a município, desmembrando-se de Antonina. (Adaptado de WACHOWICZ, 1988, p.45 e 46.)

Documento 4

■ WILLIAN LLOYD. **Vista geral de Antonina**, 1872. Aquarela, 11x34 cm. Coleção particular.

**ATIVIDADE**

- Leia os **textos 2 e 3** e observe a imagem presente no **documento 4**. Depois, relacione os aspectos econômicos na fundação dos povoados citados nos textos.

Dado a diminuição do ouro encontrado na Baía de Paranaguá e a notícia da descoberta desse minério na província de Minas Gerais, no final do século XVII, ocorreu um esvaziamento da população dos garimpos paranaenses para aquela região, pois, a maior parte do ouro do litoral paranaense era de aluvião, ou seja, encontrado no leito dos rios, nas encostas ou nas camadas superficiais da terra. Esta forma de garimpagem, mais simples, era denominada de faisqueira. O ouro deixou de ser a atração do litoral paranaense. A vida econômica, antes resumida na mineração, voltou-se para outras atividades.

Muitas dessas atividades ainda eram ligadas à mineração, entre elas estava a pecuária. O gado foi utilizado economicamente nas mais diversas formas: na alimentação, nos trabalhos domésticos, na agricultura, no transporte e no aproveitamento do couro. Com a diminuição do

ouro garimpado no território paranaense, a pecuária ganhou destaque, pois o comércio de gado com a região de Minas Gerais se tornou atraativo. Leia o que a historiografia relata sobre esse tema.

Texto 4

Na primeira fase econômica paranaense, constituída de economias locais de subsistência e de mineração, houve predominância da mão-de-obra escrava indígena. Tanto no litoral como no planalto, os índios estavam facilmente à disposição dos colonizadores e exigiam menores investimentos para serem transformados em escravos. O grande afluxo de mão-de-obra africana alcançou ainda o final dessa fase econômica, mas a importação de cativos está ligada principalmente a novos fatores da ordem externa.

Devido às novas descobertas de ouro noutras regiões do Brasil como Minas Gerais e Cuiabá, a região paranaense foi abandonada pelos paulistas.

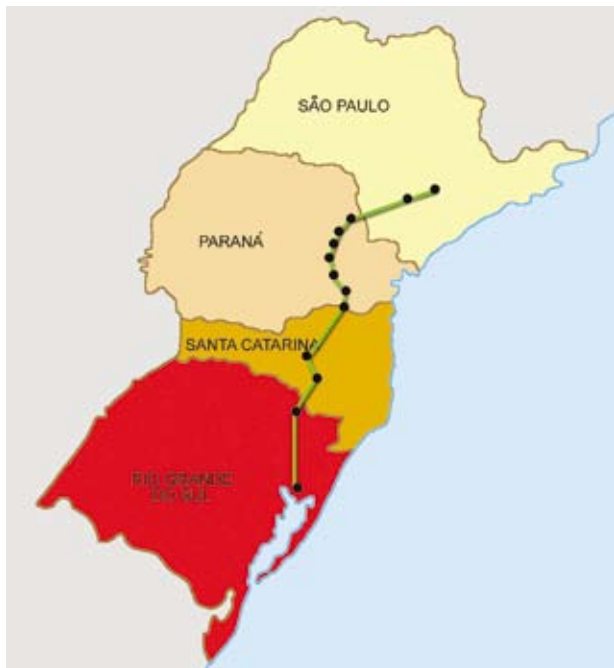
A economia mineradora “parranguara” entrou em completa desagregação e os habitantes passaram a se dedicar exclusivamente às pequenas plantações para a própria subsistência e para permutas.

Em virtude da escassez da produção aurífera, desde o início os campos de Curitiba serviram, do ponto de vista material, às atividades ligadas à lavoura de subsistência e à pecuária. A área se prestou à exploração e ao pastoreio, e esse novo gênero de vida exigiu, pouco a pouco, a fixação de pequenos núcleos de habitantes, com seus escravos, em torno dos pousos e dos currais de gado. (Adaptado de SANTOS, 2001.)

O tropeirismo era a atividade realizada por homens que trabalhavam com a venda e transporte de gados *vacum*, muares e mercadorias de uma região para outra. Para esta tarefa, os tropeiros utilizavam as mulas por serem mais resistentes aos caminhos de difícil acesso. As tropas eram de propriedade dos tropeiros, que viajavam pelo interior da colônia alugando seus serviços e a capacidade de carga de seus animais. Os tropeiros exerciam, assim, o papel de comerciantes ao comprar e vender produtos nas localidades por onde passavam, chegando a fazer o papel de “mensageiros” quando levavam notícias dos moradores de uma localidade para outra num território que abarcava as fronteiras castelhanas do Rio Grande do Sul até as Minas Gerais. As cidades onde estes tropeiros instalaram suas famílias passaram a concentrar parte da riqueza da economia do gado, formando núcleos de poder local.

No século XVIII, a pecuária ganhou espaço econômico ligada ao transporte de gado e muares vindos do Rio Grande do Sul, através do caminho do Viamão, para serem revendidos em Sorocaba (na capitania de São Paulo). Inúmeras pousadas, que serviam para descanso das tropas, foram criadas ao longo do percurso deste caminho, dando origem a várias cidades como: Palmas, Ponta Grossa, Lapa, Rio Negro, Palmeira, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Castro, contribuindo no processo de povoamento da região dos Campos Gerais.

Mapa 2



■ **Caminho de Viamão.** Fonte: Atlas do Estado do Paraná. ITCF, In.: CIGOLINI, 2001, p.66

Observe o **mapa 2** e através dele conheça o itinerário dessa importante via de comércio usada pelos tropeiros. Depois leia o que a historiografia relata sobre a organização sócio-econômica do Paraná setecentista.

Texto 5

O estabelecimento da pecuária como empresa econômica fundamental cristalizou a manutenção do trabalho escravo. E nessa conjuntura econômica houve a transposição do sistema escravista da mineração em decadência para a criação de gado, em plena ascensão. A partir daí, houve uma mudança de atividades de grande parte dos habitantes do planalto, e mesmo do litoral. Diante disso, *“alguns mineradores se fizeram ‘tropeiros’, ‘invernadores’ e criadores de gado e retiraram das minas o pessoal necessário a essas atividades”*. E, ainda, através de cartas de concessão de sesmarias, constata-se a presença de escravos que acompanhavam os mestres nas atividades de pastoreio.

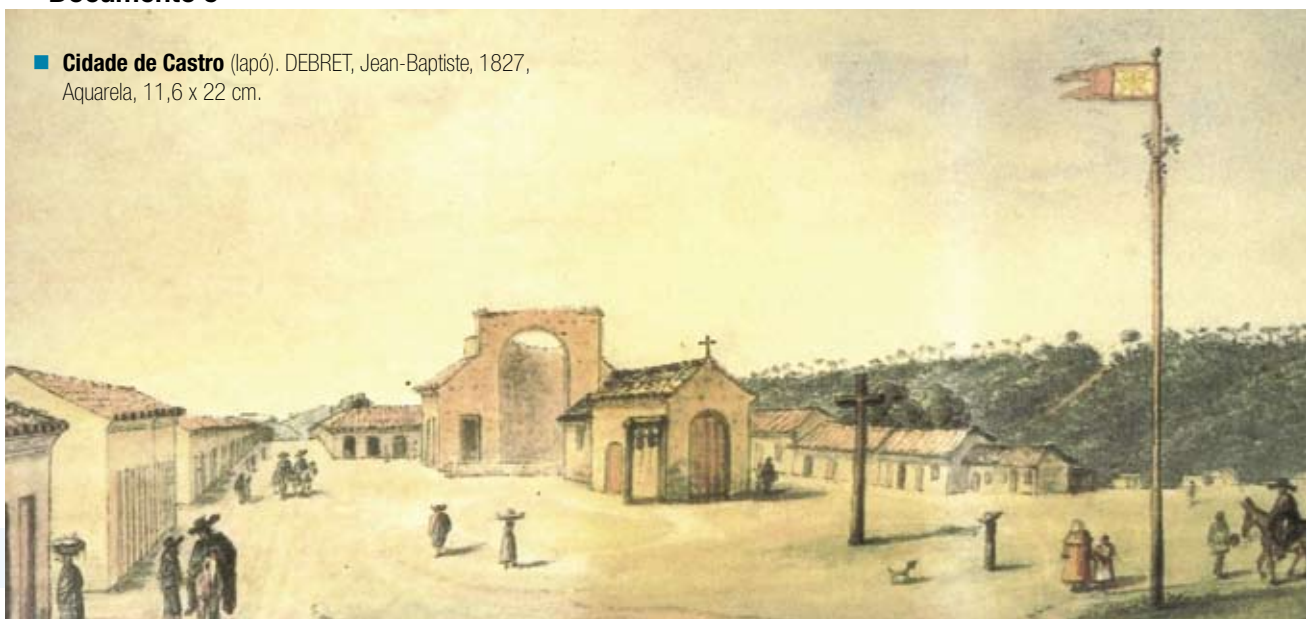
O Paraná do século XVIII se articulou face a uma dicotomia. Estabeleceram-se, praticamente, duas áreas econômicas não integradas: 1) a área da economia pecuária, isto é, os Campos Gerais, caracterizada pela criação e transporte do gado e pelo tropeirismo que, durante a maior parte do século XVIII abastece a economia central do Brasil. E aqui deve-se levar em consideração que as fazendas eram também auto-suficientes, ou seja, produziam sua própria subsistência. 2) a área onde prevaleceram os padrões específicos de economia de subsistência, isto é, as pequenas vilas do planalto e do litoral, que raramente entravam em contato com os pólos centrais da economia colonial e que guardavam seu ritmo lento de produção. (Adaptado de SANTOS, 2001, pp. 31 e 35.

Citação em itálico: Coleção de documentos do arquivo histórico ultramarino Português. *Photocopie du Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, Doc. n° 364, 1772.*

Observe a imagem presente no **documento 5**, a qual representa uma cidade que foi fruto da economia tropeira.

Documento 5

■ **Cidade de Castro** (lapó). DEBRET, Jean-Baptiste, 1827, Aquarela, 11,6 x 22 cm.



■ Fonte: Coleção Marquesses de Bonneval (pertenceu a Antonio Almeida Correia)



ATIVIDADE

Agora registre as informações que se pede:

- a) Qual o tema da imagem, sua origem e época.
 - Com base no **texto 5** e no **documento 5**, aponte elementos que permitam descrever o modo de vida dos habitantes de uma cidade tropeira dos séculos XVIII e XIX.
 - Depois disso, construa uma narrativa histórica explicando a origem das cidades dos Campos Gerais vinculadas ao tropeirismo e à pecuária.

■ A contribuição da erva-mate para a formação de vilas e de cidades no Paraná

Preocupado com a expansão econômica do sul do Brasil, Portugal autorizou às populações de Paranaguá e Curitiba a comercializarem com a colônia do Sacramento e Buenos Aires, levando para essas regiões: madeiras, telhas, tijolos e, principalmente, a erva-mate.

Planta nativa do solo dos planaltos e planícies meridionais do continente latino-americano, a erva-mate a princípio era usada apenas para o consumo interno. A partir do século XVIII, a erva-mate ganhou mercado e projetou a sua exploração no comércio nacional e internacional vindo exercer influência na economia paranaense a partir de 1722.

O aumento da exportação da erva mate para os países platinos, se deu após a Guerra do Paraguai. Este país que era o maior concorrente da produção paranaense passou por problemas econômicos após o conflito, o que fez com que a produção deste produto se voltasse para o mercado interno. Isso interferiu de modo positivo na produção de Erva –mate do Paraná. O auge da produção ervateira em nosso Estado, ocorre com a industrialização a partir de 1873, absorvendo grande parte da classe operária da época. Leia sobre como a historiografia explica o que favoreceu o crescimento econômico da erva-mate no território paranaense.

Texto 6

Tradicionalmente, e até os primeiros anos do século XIX, o Paraguai se constituía em quase exclusivo fornecedor de mate para as Repúblicas Argentina e Uruguai. Mas, a partir de 1804, já se encontram algumas referências à exportação brasileira, pois a relativa mudança da situação política do Brasil que se processa a partir de 1808 e o fato de em 1813 o ditador Francia, do Paraguai, proibir a exportação de erva-mate a fim de atender unicamente a demanda interna, fazem com que a partir desse ano, as próprias exportações desse produto aumentem. Argentina e Uruguai, vendo eliminado o seu fornecedor, voltam-se para o produto brasileiro. Assim é que, já em 1815, instala-se o primeiro engenho de mate

em Paranaguá para, em 1821, surgir outro. Paulatinamente, mas de forma consistente, as exportações desse produto vão crescendo no Paraná, bem como nos dois Estados mais ao sul. Essa tendência vai-se acentuando de modo a acarretar, no período de 1833 a 1836, uma alta crescente nos preços do produto exportado. Esses estímulos de tal importância para a economia da região que interferiram direta e imediatamente no sentido de aumentar grandemente a produção do mate. (PADIS, 1981, p.42.)

A princípio, a mão-de-obra utilizada nessa atividade era escrava. Com a chegada de numerosos grupos imigratórios e a crescente industrialização, a mão-de-obra livre substituiu a escrava. O mercado local ganhou impulso, principalmente o consumo de bens não-duráveis, compondo a primeira fase da industrialização paranaense. Os imigrantes ajudaram a formar o mercado de trabalho urbano e industrial, trabalhando no beneficiamento e no empacotamento do mate. Novos empregos diretos e indiretos surgiram em vários setores produtivos.

A indústria ervateira introduziu uma sofisticada divisão de trabalho no interior dos engenhos e contribuiu para a formação do trabalho assalariado. Da produção local, a erva-mate se transformou, no século XIX, como principal produto de exportação do Paraná e, devido às novas técnicas de produção, ganhou novas configurações econômicas. Portos, estradas de ferro, serrarias foram atraídas pela erva-mate. A produção, que antes se concentrava no litoral, ganhou o interior povoando regiões mais distantes. A indústria do mate serviu de suporte a outras empresas como: embalagem, metalurgia, madeireira e gráfica.

Com isso, a produção de erva mate permitiu o surgimento de novas cidades. Conforme aponta um historiador: “Em relação à economia ervateira, as unidades produtivas encontravam-se preferencialmente nas cidades ou em seus arredores. Quando os engenhos, por algum motivo, instalavam-se fora das cidades, provocavam a imediata urbanização de seu entorno” (PEREIRA, 1996, p. 11).

A emancipação política da Província do Paraná, em 1853, acontece a partir da conjunção de interesses internos e externos à economia paranaense. O crescimento da economia ervateira permitiu às elites paranaenses desenvolverem o desejo de organizar um governo próprio. Ao mesmo tempo, o governo central brasileiro passa a olhar com maior interesse a região paranaense. Compreenda o que a historiografia relata sobre o tema.

Texto 7

A partir do decênio de 1820, o mate tornou-se o mais importante produto da exportação paranaense, situação esta que se manteve durante praticamente todo o século XIX. É preciso considerar que, após 1840, o Paraná penetra profundamente na conjuntura de emancipação política de São Paulo, o que vai acontecer em 1853. Durante essa fase, os desejos de liberdade política estão diretamente ligados à necessidade de expansão comercial. Era, portanto, imperativa a emancipação da 5ª Comarca de São Paulo a fim de que ela alcançasse mais rápido e diretamente o seu progresso econômico. (Adaptado de SANTOS, 2001, p. 43.)

Texto 8

Com o crescimento do comércio de animais e a exportação da erva-mate, essa região [o Paraná] passa a despertar o interesse do poder central, uma vez que tais atividades econômicas, se bem fiscalizadas, gerar-lhe-iam receitas. Porém, mais do que o fator econômico, a ameaça separatista, sugerida pela Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, desperta a atenção do governo imperial para o risco de alargamento da onda revolucionária até o Paraná, e daí, para a própria Província de São Paulo.

Pode-se afirmar, portanto, que a emancipação foi uma concessão estratégica do governo imperial para aplacar o descontentamento dos liberais com a excessiva interferência do poder central nas províncias, bem como contra os impostos cobrados pelas exportações.

Após diversos embates com as elites paulistas, aprova-se, finalmente, em 1853, a emancipação da província, “em nome da segurança do Estado Brasileiro”, e em atendimento às elites locais, que almejavam dirigir, com maior autonomia, as suas atividades. (Adaptado de MAGALHÃES, 2001, pp. 23-24.)

Mas, foi com a crise de 1929, período da queda da Bolsa de Nova York, que a erva-mate foi sendo substituída pela madeira e pelo café como produtos mais importantes.

Texto 9

A produção de mate era transportada, inicialmente, para o litoral, por tropas de muares, pelos caminhos da serra. Somente com a construção da Estrada da Graciosa, foi possível seu transporte nos carroções eslavos, muito mais eficientes”.

Em 1853, possuía o Paraná 90 engenhos de beneficiamento do mate, tendo o produto paranaense alcançado grande consumo nos mercados de Buenos Aires, Montevideú, Valparaíso no Chile e Rio de Janeiro. Sua importância econômica, na condição de principal produto paranaense, ultrapassou o período provincial e, até a década de 1920, foi o esteio da economia do Paraná, apesar da forte concorrência oferecida pelo Paraguai. No início da industrialização do produto, a mão-de-obra utilizada era predominantemente escrava. Mais tarde, com a chegada de numerosos contingentes imigratórios e a complexidade crescente de sua industrialização, passou a exigir nas fábricas a presença de indivíduos alfabetizados. Desta forma, a mão-de-obra livre acabou substituindo a escrava, neste ramo da produção . (Adaptado de WACHOWICZ, 1988, p. 128.)

**ATIVIDADE**

- Compare os **textos 7 e 8** e analise a relação entre a economia ervateira e a emancipação política da Província do Paraná. Escreva as suas conclusões sobre esse tema.

■ A ocupação do interior: o surgimento de novas cidades vinculadas ao agroextrativismo

a) A Madeira:

Com a crise ervateira, a madeira se transformou, no final do século XIX, em base de sustentação da economia, chegando ao mercado in-

ternacional através das exportações. A produção ganhou impulso com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), pois o Brasil ficou impossibilitado de importar madeira similar da Europa, favorecendo tanto o mercado interno como o externo, exemplo disto, temos a Argentina que passou a receber a madeira paranaense, principalmente a araucária, através do Porto de Paranaguá.

Contando com grande variedade de árvores, a indústria madeireira foi beneficiada com a construção da Estrada da Graciosa (1853-1873) e da Ferrovia Curitiba-Paranaguá (1880-1885). Devido a intensa atividade madeireira, as serrarias tornaram-se comum no cenário urbano das vilas e cidades do interior do Paraná, levando consigo a indústria do papel, papelão, beneficiando também o setor mobiliário. Contudo, no final da década de 1970, a madeira nativa se encontrava esgotada.

No sudoeste, a madeira e a pecuária foram as atividades mais dinâmicas, estas deram origem a núcleos urbanos capazes de sediar as atividades de suporte a esse ramo da economia. Nesta região, em 1940, existiam apenas Guarapuava, Foz do Iguaçu e Clevelândia. Já na região Norte, Londrina, deu origem a outros municípios como: Cambé, Rolândia e Apucarana. Guarapuava originou Laranjeiras do Sul, Pitanga, Inácio Martins e Pinhão.

No oeste, o mate e a madeira impulsionaram o desenvolvimento dessa região e o surgimento de núcleos urbanos como, por exemplo, Guaíra - fundada em 1909 -, para favorecer a exportação do mate para a Argentina de fabricação da multinacional Sul Americana Mate Laranjeira. Cidades como Cascavel e Campo Mourão, inicialmente, também estavam ligadas a estas atividades.

b) O Café:

Desde 1860 o café já era cultivado no Paraná, fruto da expansão da grande lavoura cafeeira paulista. Nessa ocasião, paulistas e mineiros começaram a ocupar a região Nordeste do estado, que se tornou conhecida como Norte Pioneiro.

Texto 10

Colonos estrangeiros, de variada origem e procedência, também se estabeleceram no Norte do Paraná, muitos espontaneamente, outros dirigidos por companhias colonizadoras. No último caso, constituem exemplos significativos as colônias de Assaí e Uraí, fundadas, respectivamente, pela *Brazil Tokushoku Kaisha-Bratac* e pela *Nambeï Tochi Kabushiri Kaisha*, com imigrantes japoneses e seus descendentes. (Adaptado de WESTEPHALEN; CARDOSO, 1986, p. 64.)

O escoamento da produção bem como o abastecimento desta região eram realizados pelo Estado de São Paulo. Entretanto, a partir de 1924, essa região passaria a se integrar na economia paranaense, pois a vinculação da economia cafeeira com o estado de São Paulo trazia preocupações políticas.

O estreito relacionamento dos produtores paranaenses com o estado de São Paulo, além de causar a evasão de divisas com a venda da produção, também poderia quebrar a unidade territorial do estado. O que alterou esta realidade foi a ação do governo ao colocar a ocupação destas áreas sob responsabilidade de companhias colonizadoras privadas.

Texto 11

A mais conseqüente foi, sem dúvida, aquela realizada em 1927 em favor da empresa *Paraná Plantations Limited*, com sede em Londres, sucedida pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, hoje companhia Melhoramentos do Norte do Paraná.

Contando com técnica superior, a Companhia organizou milhares de alqueires das melhores terras do Norte paranaense, dividindo-a em zonas, glebas e lotes coloniais, reservadas áreas de matas e para localização de patrimônios e cidades.

O tamanho médio dos lotes coloniais, em geral, foi de 15 mil alqueires. Em faixas alongadas, foram planejados com frente para a estrada que corria do alto do espigão e com aguadas no fundo, nos vales. Não havia servidão, nem propriedades encravadas. (Adaptado de WESTEPHALEN; CARDOSO, 1986.p. 64.)

No início da década de 1950, a Companhia de Terras Norte do Paraná já havia vendido cerca de 26 mil lotes rurais (com tamanho em torno de 15 alqueires, ou seja, pequenas propriedades). O alqueire utilizado da venda dos lotes era o alqueire paulista.

1 alqueire goiano = 48.400m²

1 alqueire paulista = 24.200m²

1 alqueire do Norte = 27.225.m²

1 alqueire mineiro = 48.400m²

Os ingleses adquiriram terras do Norte do Paraná com o intuito de plantar algodão. Porém, este empreendimento fracassou, devido aos preços baixos do produto e a ausência de sementes sadias no mercado. Devido a estes fatores, criou-se em Londres a *Paraná Plantations* e sua subsidiária brasileira, a Companhia de Terras. Portanto, os ingleses transformaram o projeto fracassado em projetos imobiliários. A grande novidade é que esta Companhia forneceu aos novos proprietários todos os títulos de propriedade da terra. Este era um fato novo para as condições da região e mesmo do Brasil em relação à política de terras. A medida adotada pela Companhia evitou conflitos entre os colonos antigos e os recém-chegados. Os ingleses, ao venderem pequenos lotes, ofereceram oportunidades aos trabalhadores posseiros de adquirirem a terra, já que as formas de pagamento eram adequadas às condições de cada comprador.

Neste contexto, o projeto imobiliário, desenvolvido pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, estimulou a expansão de núcleos urbanos e o aparecimento de classes médias rurais. Colaborando para

uma verdadeira transformação na estrutura demográfica e econômica do Paraná, a população quase dobrou de tamanho entre 1940 e 1950 (passando de 1.236.276 habitantes para 2.115.547). Entre 1950 e 1960, a população atingiu 4.258.239 habitantes dobrando novamente. Esse ritmo de crescimento foi mantido até o ano de 1970.

Desta forma, o crescimento da população e a proliferação de pequenas e médias cidades estavam ligadas a ação das companhias colonizadoras (como Londrina e Maringá). O surgimento de novos municípios ocorreu em sua maioria entre as décadas de 50 e 60, sendo que 65% destes surgiram neste período. Em 1961 foram criados mais 81 novos municípios.

Texto 12

O surgimento de novas municipalidades guarda relação, é certo, com interesses políticos em geral e eleitorais em particular, mas traduz inegavelmente um padrão de adensamento urbano.

O Paraná viveu de fato, durante as décadas de 1950 e 1960, intensa proliferação de centros urbanos. No caso da região Norte, tal fato deve ser atribuído à expansão das atividades relacionadas ao café. No Sudoeste, foram a madeira e a pecuária as atividades mais dinâmicas, gerando uma tendência à proliferação de núcleos urbanos capazes de sediar as atividades de suporte a esses ramos da economia. (Adaptado de OLIVEIRA, 2001, p. 35.)

Esse processo de ocupação iniciou-se na região chamada Norte Novo, na década de 1930, sendo completado na década de 1960 com a ocupação da região conhecida como Norte Novíssimo, no Noroeste do estado, também estimulado pela cafeicultura.

No Norte, a expansão das atividades relacionadas ao café, como a comercialização, beneficiamento e transporte do produto, bem como a prestação de serviços e intermediação financeira levaram ao surgimento de várias cidades como: Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Mandaguari, Apucarana, Jandaia do Sul, Maringá, Cianorte e Umuarama. Desta forma, o café tornou-se, em pouco tempo, o produto de exportação mais importante para a economia paranaense desbancando a madeira e o mate, como demonstra a tabela.

Tabela 1

MOVIMENTO DE MERCADORIAS NO PORTO DE PARANAGUÁ, 1948-55					
ANO	EXPORTAÇÃO (PERCENTUAL SOBRE A TONELAGEM)				
	CAFÉ	MADEIRA	MATE	MERCADORIAS DIVERSAS	TOTAL
1948	36	38	9	17	100
1949	46	39	9	6	100
1950	48	23	9	20	100
1951	61	19	6	14	100
1952	72	11	7	10	100
1953	74	7	5	14	100
1954	56	11	7	26	100
1955	50	34	8	8	100

■ Fonte: OLIVEIRA, 2001, p.34



ATIVIDADE

- Observe a **tabela 1** sobre a porcentagem de exportação das mercadorias no porto de Paranaguá entre 1948 e 1955 e registre em seu caderno as seguintes informações:
 - b) Qual o tema da tabela, o período que retrata e produtos analisados.
 - c) Construa um gráfico de barras mostrando a evolução da exportação do café, da madeira e do mate.
 - d) Determine o ano em que os produtos citados na **tabela 1** tiveram máximo percentual de exportação.
 - e) Qual o produto que teve o menor percentual de exportação entre os anos de 1948 a 1955.
 - f) Calcule a média aritmética da exportação do café durante o período analisado pela tabela. Pode utilizar os seguintes passos: Média aritmética = a soma da produção de café de todos os anos analisados e dividir esse resultado pelo total de anos.



PESQUISA

Realize uma pesquisa sobre média aritmética e média aritmética ponderada.

As distribuições de valores de uma amostra de números podem ser analisadas através de “Moda” e “Mediana”, em que situações podem ser utilizadas? Dê exemplos.

No Paraná, entre as décadas de 1950-1960, houve um aumento na proliferação de novos centros urbanos. Na região Norte do Paraná, este fato se deve à expansão da cafeicultura. A cultura do café possibilitou a instalação de indústria de torrefação e a moagem deste produto, favorecendo a oferta de mais empregos no centros urbanos. Porém, na década de 1960, a cultura do café mostrou os primeiros sinais de esgotamento. O Brasil e os outros países produtores de café geraram grande oferta deste produto, o que acarretou excesso de café no mercado e com isso o preço do produto foi forçado a baixar.

Além do excesso da produção, a cultura do café também sofreu com as intensas geadas no fim da década de 1960 e primeiros anos década de 1970, paralelo a isto, a política econômica adotada pelo governo de Juscelino Kubistchek (1955-1961), a qual centrou-se no desenvolvimento industrial e colocou em prática o confisco cambial dos lucros dos produtores de café envolvidos com exportação, fez com que os cafeicultores paranaenses adotassem a cultura da soja como alternativa ou migrassem para outro ramo da economia.

A soma dos fatores acima citados acarretou o declínio da produção do café no Estado do Paraná. No Brasil, em 1969, um terço das expor-

tações devia-se ao café, porém este produto chega, em 1974, a representar 7% das exportações brasileiras.



PESQUISA

Faça uma pesquisa bibliográfica sobre o processo de ocupação das diferentes regiões do Paraná levando em conta a imigração estrangeira e a migração das populações paranaenses e brasileiras. Depois, faça um dossiê sobre o tema.

■ A diversidade da agropecuária e da industrialização espalhada pelo território paranaense

Com a política de erradicação do café em nível nacional devido à superprodução e aos baixos preços no mercado internacional, o principal produto de sustentação da economia paranaense passou a ser substituído pela soja. Contando com o financiamento público, principalmente para os grandes proprietários, o crescimento da produção da soja foi um dos mais expressivos no país na década de 1970.

Contudo, os efeitos do crescimento da produção desta cultura sobre a industrialização e a urbanização paranaense foram enormes. O que a diferenciava das demais atividades agrícolas tradicionais, como o café, foi a intensiva utilização da mecanização no cultivo e na colheita, o que levou a dispensa de um número enorme de trabalhadores rurais. Estes se dirigiram para novas fronteiras agrícolas no Mato Grosso e em Rondônia, mas a maioria destes trabalhadores se deslocou para as cidades paranaenses que não estavam preparadas para absorver um grande número de pessoas, como resultado temos graves problemas urbanos.

Outro efeito relacionado ao aumento da produção da soja foi a industrialização. Neste caso, ao invés de somente exportar a soja, foi incentivado pelo estado a criação de um parque industrial dedicado ao beneficiamento do produto transformando-o em farelo e em óleo. É neste contexto que surgem grandes cooperativas de produtores como a Cocamar, em Maringá, e a Coamo em Campo Mourão, sendo estas as mais expressivas destas localidades. Com isto, temos o desenvolvimento no interior do Estado do setor agroindustrial, concentrado na produção do café solúvel, óleo vegetal, fiação, produtos derivados do milho, álcool e outros.

No caso de Curitiba, a preocupação com a industrialização levou os dirigentes políticos a criar um distrito industrial na capital do Estado,

conhecido como Cidade Industrial de Curitiba (CIC), que começou a ser instalada em 1973 e foi responsável, em grande parte, pela geração industrial do Paraná. Para isto, foi necessário a reorientação do crescimento da malha urbana. Neste período (década de 1970), Curitiba passava pela implementação de ações urbanísticas que possibilitavam a esta uma configuração urbana digna de muitos elogios. Muitas ações foram previstas no Plano Diretor, de 1966, como a reserva de uma área da cidade para instalação de um parque industrial.

No mesmo período, Ponta Grossa e Londrina começam, a se destacar como pólos industriais, nestas cidades instalaram, respectivamente, a continental AG e a Kuhmo.

No final do século XX, o fluxo industrial voltou-se para alguns municípios da região metropolitana de Curitiba, onde instalaram-se importantes indústrias, como: as montadoras de automóveis, a Renault e a Volkswagen/Audi em São José dos Pinhais; a Dana Motores, em Campo Largo; a Copo Thierry, em Quatro Barras; além de outras indústrias como a Siemens, em Irati.



PESQUISA

- Pesquise, na prefeitura de seu município, sobre políticas de desenvolvimento urbano, entre elas leis sobre parcelamento ou ocupação do solo. Depois, apresente para sua classe propostas sobre como reorganizar o espaço urbano de sua cidade conforme as necessidades de seus moradores.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, J. A. & WESTEPHALEN, C. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba, Livraria do Chain, 1986.

OLIVEIRA, D. de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: Secretária de Estado da Educação (SEED), 2001.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PERIS, A. F. **Estratégias de desenvolvimento regional – Região Oeste do Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

SANTOS, C. R. A. do S. **Vida material e vida econômica**. Curitiba: Secretária de Estado da Educação (SEED), 2001.

SCHIMIDT, M. A. M. S. **História do cotidiano paranaense**. Curitiba: Letraviva, 1996.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1988.

Obras consultadas

CAMARGO, J. B. de. **Geografia física, humana e econômica do Paraná**. S/l: Ideal Indústria Gráfica, 2001.

COSTA, S. G., **A erva-mate**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

GIOVANNETTI, G.; LACERDA, M. **Dicionário de Geografia**. Melhoramentos, 1996.

MAGALHÃES, M. B. de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: Secretária de Estado da Educação (SEED), 2001.

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. **História do Paraná**. Curitiba, 1986.

PEREIRA, M. R. M. **Rigores e métodos da cidade brasileira entre os séculos XVII e XIX**. Revista de Ciências Humanas. Curitiba, v. 2, n. 2, p. 191-218, 1993.

_____. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico da sociedade paranaense, 1829-1889**. Curitiba: UFPR, 1996.

Documentos consultados *ONLINE*

http://www.diaadiaeducacao.com.br/portals/portal/institucional/def/def_areas_historia_sesqui.php . Acesso em: 27 abr. 2006.



RELAÇÕES DE TRABALHO: O Porto de Paranaguá no contexto da expansão do capitalismo

■ Edilson Aparecido Chaves¹, Fabio Luciano Iachtechn², Juraci Santos³,
Marcelo Fronza⁴, Nádia Maria Guariza⁵

“Não será de admirar se o comércio de Paranaguá tomar um grande incremento quando o caminho da Serra [do Mar] se tornar facilmente transitável e a agricultura dos Campos Gerais se desenvolver suficientemente”. (SAINT-HILAIRE. *Viagens a Curitiba e Província de Santa Catarina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. p. 100).

A frase acima foi escrita em 1851 pelo viajante naturalista francês Auguste Saint-Hilaire em visita à cidade de Paranaguá. Quais as relações desta ligação entre primeiro planalto e litoral com a constituição e o desenvolvimento de Paranaguá como um dos mais importantes entrepostos comerciais brasileiros?

¹Colégio Estadual do Paraná - Curitiba - PR

²Colégio Estadual Dirce Celestino do Amaral - Curitiba - PR

³Colégio Estadual Paulo Leminski - Curitiba - PR

⁴Colégio Estadual Tenente Sprenger - Pinhais - PR

⁵Colégio Estadual Maria Montessori - Curitiba - PR

■ Caminho do Itupava

Durante praticamente dois séculos (XVIII e XIX), os caminhos do Itupava e da Graciosa foram os mais importantes meios de ligação entre o litoral paranaense e seu primeiro planalto, fundamentais principalmente para a comunicação e o comércio locais. Por estes caminhos circulavam constantemente pessoas e mercadorias nos dois sentidos, promovendo assim uma estrutura que se revelou importante para o desenvolvimento regional, especialmente de Curitiba e Paranaguá.

O caminho do Itupava é o mais antigo deles, pelo menos o primeiro a receber benfeitorias para melhorar as condições de viagem, já que ambos os caminhos foram traçados a partir de antigas trilhas indígenas. Diversos relatos dos viajantes da época descrevem a precariedade do caminho, que recebeu em meados do século XVIII um revestimento de pedras grosseiras, principalmente no seu trecho mais sinuoso e íngreme. Este revestimento facilitava o transporte feito por mulas, talvez o mais importante tipo de transporte da época pela sua resistência e capacidade de carga.

O caminho também recebeu na mesma época alguma estrutura destinada aos viajantes, por iniciativa do Ouvidor Geral Rafael Pires Pardiniho, que ordenou a construção de rodeios, locais destinados ao descanso dos animais, e palhas, estruturas rústicas onde os viajantes podiam se recompor.

No capítulo 51 de seus provimentos de 1720, Ouvidor Pardiniho demonstra a importância do caminho para a economia paranaense, com o seguinte despacho:

“Provenho que os oficiais da Câmara tivessem o cuidado de abrir e consertar o caminho que vai desta Vila para a de Paranaguá, com que se faça facilmente a comunicação de ambas e, daquela venha com abundância e facilidade o necessário de mercadorias para esta, e desta vão com a mesma facilidade os frutos da terra para aquela, pois da dificuldade do caminho, resulta carestia, com que nesta Vila se vendem as fazendas”. (MOREIRA, 1975, p. 9)

Tal importância perdurou até o final do século XIX, com a construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá.

■ Século XVIII: a Estrada da Graciosa

Antiga picada criada pelos indígenas que ligava Curitiba ao litoral, no século XVIII, a Estrada da Graciosa foi reformada para suportar a travessia de muare. O famoso tropeiro tenente Manuel Teixeira de Carvalho ordenou o seu melhoramento. Para tanto, impôs taxas às populações de Morretes, de Paranaguá e de Antonina, o que despertou a revolta das populações de Morretes e de Paranaguá, pois acaba-

riam contribuindo para o desenvolvimento de Antonina, que era uma concorrente.

Morretes possuía navegação, porém fluvial, pelo rio Nhundiaguara, que permitia apenas a circulação de pequenas embarcações (canoas), enquanto Antonina era um porto marítimo. Os governantes de Paranaguá preferiam que se utilizasse o Porto de Morretes, porque as mercadorias que chegavam do planalto até este porto eram exportadas pelo Porto de Paranaguá. Sendo assim, se as mercadorias viessem diretamente para Antonina, o porto desta cidade poderia exportar, excluindo a possibilidade do Porto de Paranaguá. (SOARES, Carlos Roberto; LANA, Paulo da Cunha. **Baía de Paranaguá: Mapas e História**. Curitiba: Editora da UFPR, 1994.)

Documento 1



■ Fonte: **Transporte da erva-mate – carroções**, 1880. Acervo Museu do Mate (Curitiba-PR). Coleção Sesquicentenário do Paraná no Contexto Escolar, SEED-PR.

Esta relação de rivalidade entre Antonina e Paranaguá pode ser observada no relato do Barão de Teffé.

Documento 2

A província do Paraná possui um vastíssimo território; mas só dispõe de uma bahia, capaz de receber navios de grande calado.

A parte principal dessa bahia tem uma forma alongada no sentido de léste a oeste; quasi a meia distancia está a cidade de Paranaguá e, no extremo occidental, a cidade de Antonina.

Paranaguá é a mais antiga, tem a categoria de villa desde 1646; Antonina foi fundada em 1714.

Paranaguá fez quanto lhe foi possível impedir a fundação de Antonina, e, há 160 anos, combate o progresso desta cidade com animadversão tal, que felizmente, não há outro exemplo no Brasil!!

É necessário recorrer aos tristíssimos tempos da idade Média para encontrar, na Itália, exemplos analogos, lutas fratricidas, entre cidades irmãs, tão duradouras e tão tenazes, entre Pisa e Genova, entre Pisa e Florença, e sobretudo Genova e Veneza!...

(TEFFÉ; HARGREAVES; REBOUÇAS, 1879, p.34 e 40.)



ATIVIDADE

- Barão de Teffé no **documento 2**, remete-se ao período medieval para comparar a rivalidade entre Paranaguá e Antonina. Perceba que o Barão escreve este relato no século XVIII, fase de expansão do capitalismo. Diante disto, escreva qual a crítica que o Barão de Teffé faz aos defensores da instalação do Porto em Paranaguá? Para tanto considere o que o capitalismo prioriza enquanto sistema.

Documento 3



■ PALLIÈRE, João Leão. (1823-1887). **Tropa carregada de mate descendo a serra**. 1860. Aquarela. 24x24cm. Fonte: Coleção Particular. In: **Pintores da paisagem paranaense**. Edição Fac similar, Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura: Solar do Rosário, 2005. p. 76.

■ Paranaguá e o Porto

O Porto de Paranaguá já garantia seu espaço na cartografia da América do Sul desde 1700. A historiadora Cecília Westphalen relata que a grafia para referir-se ao porto foi diversa, Pernaguá, Parnaguá, Paranaguá, mas sempre expressando a idéia de “mar grande” e “redondo.” Por todo século XVII e início do século XVIII o porto não teve cais e quebra-mar.

Nesse período o porto era considerado arriscado, por não ter barra suficiente para os navios de alto bordo. Portanto, os navios deste porte tinham que permanecer em alto mar, necessitando de outras embarcações para embarque/desembarque das mercadorias dos ditos navios.

Na metade século XIX um grande exportador de erva-mate, Dom Isaias D' Elia, conseguiu junto a Câmara Municipal de Paranaguá autorização para realizar novas obras no porto com a finalidade de adequá-lo a exportação da erva-mate. Em 1849 outro ervateiro, Manuel Antonio Guimarães, edificou um outro cais objetivando também a melhoria do porto para exportar a erva-mate.

Na segunda década do século XVIII, o Ouvidor Pardinho tomou as providências para novas construções no Porto de Paranaguá. Mesmo com estas obras, o porto passou por sérias dificuldades no embarque/desembarque de mercadorias, pois os navios de grande calado não podiam atracar porque corriam o risco de ficarem encalhados nos bancos de areia. Diante disto, muitos navios passaram a fazer os carregamentos na Ilha de Cotinga, o que dificultava o controle da Alfândega. Outro fator a ser considerado é que o comércio da erva-mate sofria com o aumento dos fretes, demora do transporte e risco de perder os produtos nas baldeações.

Os navios que aportavam em Paranaguá, no século XIX, eram aqueles que desempenhavam o comércio interno, através da navegação de cabotagem, com os demais portos do Império.

Texto 1

Navegação de Cabotagem procedências e destinos.

A navegação de cabotagem, para os portos brasileiros, foi sempre livre, exceto em certos momentos da segunda metade do século XVIII e início do XIX, quando o Capitão-General, com finalidade de aumentar comércio do porto de Santos com Metrópole, obrigou a todas as embarcações saídas de Paranaguá que navegassem em direção ao porto paulista. Assim foi em 1793, quando toda a produção de arroz de Paranaguá foi obrigada a seguir para Santos.

Contra estas medidas protestaram os comerciantes e a Câmara Municipal de Paranaguá, que obtiveram a Carta Régia, de 29 de abril de 1796, que lhes concedia liberdade de navegação para todos os portos portugueses. [...] O carregamento de efeitos de exportação unicamente para o porto de Santos, tinha por consequência, afastar de Paranaguá embarcações do Rio de Janeiro, do Rio Grande, Bahia e Pernambuco, que costumavam ali comprar gêneros de produção da terra.[...] A proposição de ouvidor Pardinho e autorização régia, de 1723, de que os paraguáras pudessem ir com suas embarcações até o porto de Buenos Aires, não foram concretizadas por um século, certamente pela ausência de capitais.

A representação da Câmara de Paranaguá, feita em 1829, fixa a abertura de navegação do Rio da Prata, no ano de 1812 e em decorrência do comércio de madeiras do litoral. Vieira dos Santos, entretanto, indica o ano de 1820 como aquele que viu nascer, em Paranaguá o comércio marítimo de longo curso, em função da exportação de erva-mate, apenas é iniciada. É certo que, desde 1810, ainda que não numerosas e freqüentes, havia relações entre Paranaguá e Montevideu e, desde 1812, também com a Argentina. Em 1821, também já saíam de Paranaguá embarcações com destino ao Chile. O primeiro navio brasileiro, aliás, que entrou em Valparaíso, em 1834, fazendo conhecida a bandeira imperial naquele País, era prodecente de Paranaguá, com carregamento de erva-mate.

(WESTPHALEN, 1998, p.36 e 37)



PESQUISA

No **texto** da autora paranaense Maria Cecília Westphalen “Navegação de Cabotagem: procedências e destinos” ela descreve cabotagem como uma prática comum entre os portos da época.

- Descreva como se realizava a atividade de navegação de cabotagem;
- Quem foi Maria Cecília Westphalen? O que a autora representa para a historiografia paranaense?



ATIVIDADE

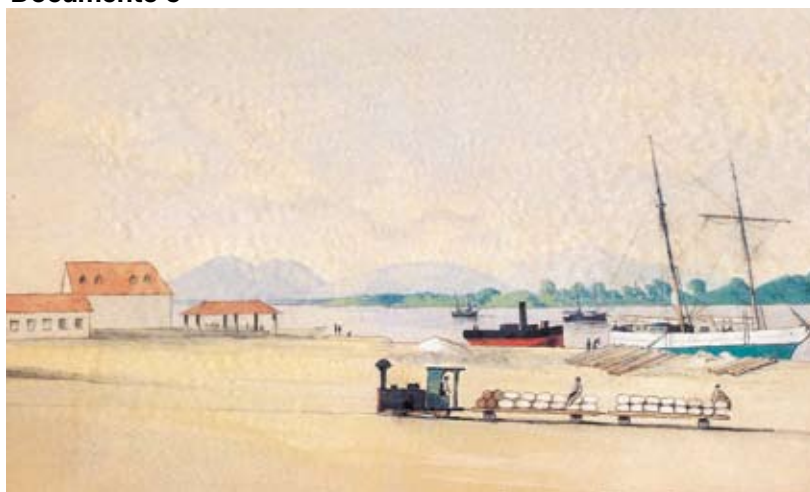
- Considerando a época de sua produção, observe os documentos 4 e 5 e aponte quais diferenças tecnológicas podem ser percebidas nos meios de transporte e quais as mudanças e permanências que as pinturas retratam.
- Identifique os trabalhadores representados na gravura de Debret. É possível indicar se eram mulheres e homens livres? Que tipo de trabalho pode-se observar nos documentos?

Documento 4



- DEBRET, Jean-Baptiste. **Paranaguá** (1827). In: **Pintores da paisagem paranaense**. Edição Fac similar, Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura: Solar do Rosário, 2005. p. 50.

Documento 5



- MICHAUD, William. **Porto de Paranaguá** (1892)? In: **Pintores da paisagem paranaense**. Edição Fac similar, Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura: Solar do Rosário, 2005. p. 57.

Com a chegada da Família Real no Brasil (1808), devido ao Bloqueio Continental, uma das primeiras medidas tomadas por D. João VI foi a abertura dos portos para as nações amigas em 1810. É interessante considerar que neste momento Portugal estava cercado pelos franceses, e diante disto os navios ingleses não podiam aportar em território lusitano. Assim, a abertura dos portos no Brasil foi uma das medidas que favoreceu o comércio entre Inglaterra e a Coroa Portuguesa.

A abertura dos portos é uma inovação para a Colônia uma vez que, de acordo com o Pacto Colonial, não podia comerciar com outros países que não fosse a Metrópole. Esta medida intensificou o comércio interno e externo do país. No Porto de Paranaguá, o transporte e comércio de erva-mate foi uma das principais atividades comerciais do período, tanto para o mercado interno como para a região do Prata.

A abertura dos portos contribuiu para um processo de instauração da indústria da erva-mate no Paraná. O historiador Dennison de Oliveira aponta a indústria da erva-mate como uma possibilidade da primeira experiência paranaense com o capitalismo industrial. Os engenhos de erva-mate nesse período operavam no primeiro planalto e litoral do Paraná. Em meados do século XIX esta atividade contava com uma sofisticada divisão do trabalho e remuneração em dinheiro aos operários, traços característicos do capitalismo industrial, embora o Brasil oficialmente ainda permanecesse em um regime escravocrata.

■ Economia paranaense e o Porto Paranaguá

O Porto de Paranaguá no decorrer do século XIX assumiu um lugar de destaque na economia paranaense. Este processo iniciou-se com a exportação da erva-mate, que até o século XVIII sofria a concorrência da produção das reduções jesuítas e dos paraguaios.

No entanto, este quadro modificou-se a partir do século XIX com a expulsão dos jesuítas e com o colapso da produção paraguaia de erva-mate. Apesar das condições externas favoráveis à exportação do mate, Paranaguá continuava um porto pequeno no início do século XIX, pois a cultura ervamateira não tinha uma infraestrutura adequada para atender a esta nova demanda.

No início do século XIX a produção de erva-mate estava dividida entre a extração no planalto curitibano e o seu beneficiamento nos engenhos litorâneos, em Morretes, Paranaguá e Antonina. Por isso, era necessária a construção de uma estrada que ligasse Curitiba ao litoral afim de atender a exportação de erva-mate para a região platina.

Na segunda década do século XIX, a exportação de mate constituiu-se a principal atividade responsável pelo comércio exterior do Paraná. Por isso, o Porto de Paranaguá assumiu um maior movimento e

até mesmo navios estrangeiros atracavam para ter acesso a erva-mate, levando-a até os mercados platinos. A erva-mate era responsável por 44% das exportações do Paraná.

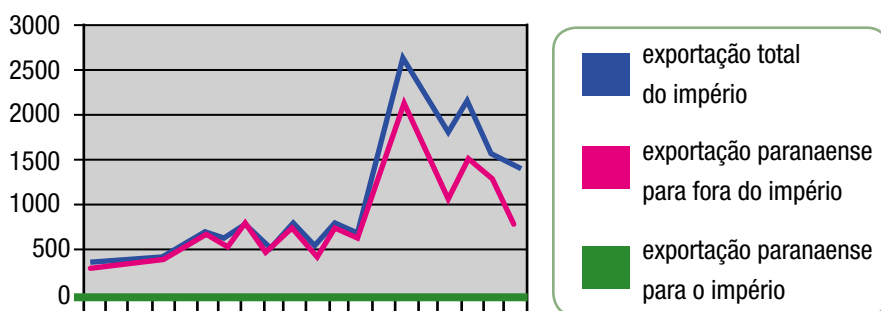
Apesar do grande crescimento da exportação de erva-mate, a proporção de importação de produtos europeus era superior. No ano de 1840, o Porto de Paranaguá exportava erva-mate, madeira, arroz e importava tecidos, couros, sal, ferragens e outros.

De maneira geral a economia paranaense no século XIX era periférica, dependente e de caráter instável, com base na exportação de monoculturas. Na década de 1880 a economia paranaense estava centrada basicamente em três produtos: mate, pecuária e madeira.

Entre 1842 e 1861, 96% da produção paranaense foi exportada para a Argentina, Uruguai e Chile. A erva-mate durante o século XIX foi o principal produto de exportação paranaense, como podemos observar nos gráficos abaixo:

Gráfico 1

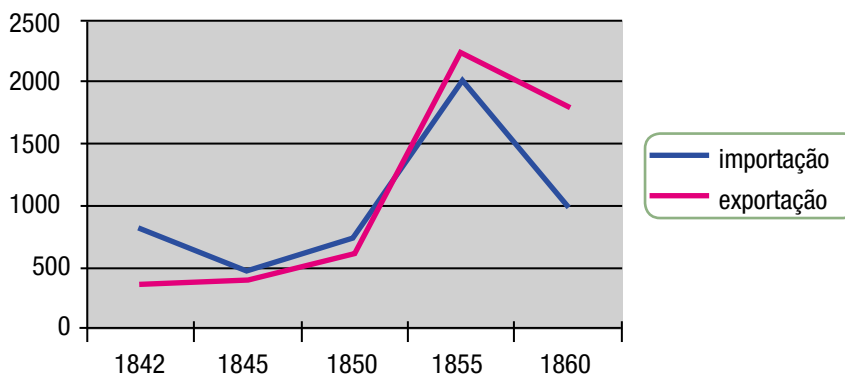
Exportação de erva mate de 1842-1861



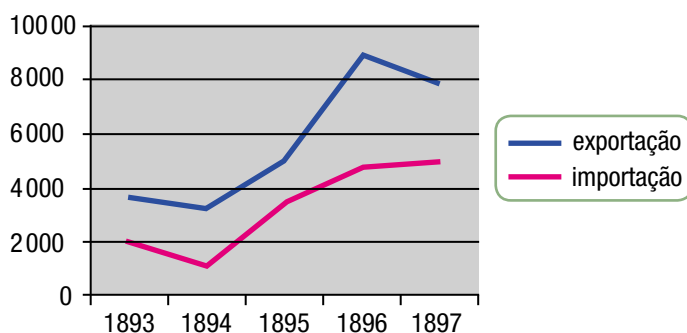
■ O gráfico 1 propõe um retrospecto das exportações de erva mate no império brasileiro e no Paraná dos anos de 1842 ao 1861 em relação a quantidade de Contos de Réis na exportação deste produto.

Gráfico 2

Comércio Exterior do Paraná entre 1842 e 1861



■ O gráfico 2 demonstra a quantidade de importação e exportação do Paraná dos anos de 1842 ao de 1860. Observe que no final do gráfico há uma tendência do aumento e da superação da linha de exportação em relação a linha de importação.

Gráfico 3**Comércio Exterior do Paraná no final do século XIX (Gráfico 3)**

■ O gráfico 3 expõe o comércio exterior do Paraná dos anos de 1893 ao de 1897. Observe que a linha de exportações em uma das poucas vezes no século XIX estava acima da linha de importações.

O comércio exterior paranaense no século XIX compreendia mercadorias enviadas para outras partes do império brasileiro e para outros países. As exportações eram as mais importantes e correspondiam a 85% da movimentação total no Porto de Paranaguá entre 1842 a 1861.

Além do comércio com a região do Prata, o Porto de Paranaguá enviava mercadorias para outras províncias, sobretudo Rio de Janeiro, por meio da navegação de cabotagem. Este tipo de navegação era uma alternativa mais rápida e segura que as rotas continentais, e o Porto de Paranaguá fazia parte desta rota marítima.

O período de euforia com relação ao mate provocou uma baixa na produção de alimentos, promovendo um aumento nas importações destes produtos. Ao mesmo tempo, a economia paranaense passou a integrar-se à economia do império brasileiro e a economia mundial. Portanto, a cultura ervamateira foi responsável pela integração, pela via marítima, da economia paranaense às rotas da economia brasileira e mundial.

Para o professor Carlos Antunes dos Santos,

“o mate era de vital importância para a Província, motivando três atividades distintas: a extrativa, a fabril e a comercial, além de alimentar quase toda a indústria de carretos existentes no Paraná. Assim, todos os seus embarços repercutiam, em geral, na vida do paranaense.” (SANTOS, p. 47)

Como Saint-Hilaire havia comentado em suas crônicas sobre Paranaguá, era necessária a construção de uma estrada para facilitar o transporte de mercadorias de Curitiba até o litoral do Paraná. Em 1873 foi calçada a estrada da Graciosa e, em 1887, foi inaugurada a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, com 111 Km. Com isso, as exportações no Porto de Paranaguá tornaram-se mais dinâmicas e numerosas. Este desenvolvimento nos transportes paranaenses estava associado a expansão do capitalismo.



ATIVIDADE

- A partir da seleção do **texto 2** e do **gráfico 2**, elabore uma narrativa histórica sobre o movimento de mercadorias no Paraná do século XIX. Sua narrativa deve guiar-se pelo contexto histórico em que estão inseridos o **texto 2** e o **gráfico 2** e apontar algumas conclusões. No entanto você deve ao longo da narrativa evitar abordar os assuntos de forma genérica. As informações e análises apresentadas deverão articular os dois temas/fragmentos, um ao outro, assegurando a relação entre eles.

■ A expansão do capitalismo

No século XIX o mundo tornou-se capitalista, as depressões econômicas não estavam mais ligadas apenas aos aspectos naturais, próprias das economias agrícolas, mas as crises passam a ter um novo componente ligado à produção e ao consumo. No período de 1848 a 1875 é o momento de difusão do sistema fabril em outras partes da Europa, nos Estados Unidos e no Japão. Para estes países a tarefa de desenvolver o sistema de fábricas tornou-se relativamente mais simples em comparação ao processo que a Inglaterra havia empreendido um século antes. Esta “simplicidade” explica-se pela apropriação da tecnologia inglesa pelos países que empreenderam a sua revolução industrial no século XIX.

No entanto, esta difusão do sistema de fábricas provocou transformações nas sociedades industrializadas e não industrializadas e nas relações entre estes países. A produção em larga escala exigia também um mercado consumidor compatível com esta produção, resultando na concorrência entre as potências industrializadas na corrida por estes mercados.

Sendo assim, a difusão do sistema fabril promoveu a expansão do capitalismo para várias partes do mundo, o que ocasionou mudanças nos continentes africano, asiático e americano. Estes continentes, na engrenagem imperialista, seriam responsáveis pelo enriquecimento dos países industrializados, em detrimento do bem-estar das populações locais e do desenvolvimento econômico.

Neste mesmo período, a Europa assistiu a um grande crescimento demográfico que inquietava as autoridades, por isso a política de emigração foi estimulada por vários governos europeus. Portanto, no século XIX há uma grande movimentação de pessoas e de mercadorias pelo globo.

Além disso, com a mundialização da economia era necessário o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte para interligar as várias partes do planeta. Isso provocou a expansão simultânea do comércio e dos investimentos internacionais.

O desenvolvimento dos meios de transporte foi tão significativo no século XIX que com a expansão das estradas de ferro, uma viagem ao redor do mundo de locomotiva em 1848 durava 324 dias e, em 1872, esta mesma viagem levaria 81 dias.

As estradas de ferro multiplicaram-se na Europa e em outros continentes no século XIX, pois além da necessidade de transporte de mercadorias, as ferrovias eram utilizadas como forma de aplicar o capital acumulado com a indústria. Os meios de transporte significavam também o movimento de pessoas, para a construção das ferrovias eram mobilizadas milhares de pessoas, que como vimos era uma das necessidades europeias do período.

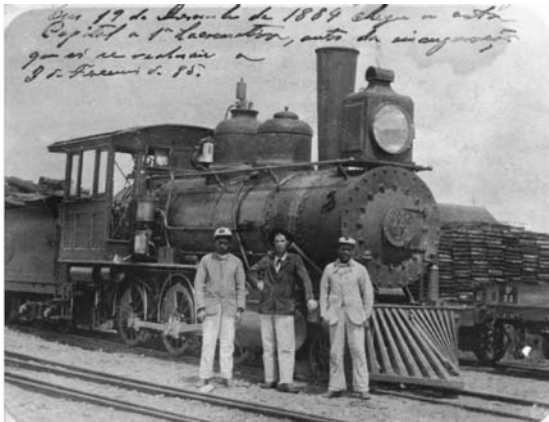
A medida que a atenção imperialista aprofundou-se nos outros continentes a cartografia também se aprimorou. No decorrer do século XIX os mapas dos continentes americano, africano e asiático sofreram transformações, tornando-os mais precisos à medida que as incursões imperialistas nestes continentes avançavam.

Ao mesmo tempo as relações econômicas entre os continentes intensificaram-se, mercadorias industrializadas afluíam para países periféricos do sistema capitalista, em contrapartida, produtos primários como gêneros alimentícios, eram transportados destes países periféricos até os industrializados.

Mapa 1



■ **Mapa topográfico do Litoral entre as Barras Ararapira (Estado do Paraná) e Rio Itapocú (Estado de Sta. Catarina).** Rio de Janeiro, J. Ferreira Pinto & Comp. Escala 1 : 700.000. 22x21cm. Iconoteca Biblioteca Nacional (ARC 13-4-4, s/d. SOARES, C. R. e LANA P. C., 1994, p. 71.



■ **Chegada da primeira locomotiva à Curitiba – 1884.**
Acervo Museu Ferroviário (Curitiba-PR). Coleção Sesquicentenário do Paraná no Contexto Escolar, SEED-PR.

A economia paranaense, neste contexto, também estaria integrada à economia internacional. Pode-se perceber que havia uma relação entre o desenvolvimento do comércio no Paraná e, conseqüentemente, de Paranaguá como entreposto comercial com a expansão capitalista no século XIX. Assim como, a construção da estrada de ferro Curitiba/Paranaguá estava associada aos interesses do capitalismo estrangeiro no país, o que repercutiu na vida econômica de Paranaguá e de seu porto.

Observa-se no **mapa 1** a estrada de ferro Curitiba/Paranaguá que iniciou suas obras em 1880 e foi concluída em 1885. O objetivo da construção desta

ferrovia era ligar o litoral ao primeiro planalto facilitando assim o escoamento da produção paranaense e a importação de mercadorias industrializadas, contribuindo para o desenvolvimento econômico do estado.

A construção da ferrovia contou com o trabalho de aproximadamente nove mil homens, sendo que grande parte destes homens morreram devido a situação precária de segurança.

■ Referências Bibliográficas

CARDOSO, J. A.; WESTPHALEN, C. M. **Atlas Histórico do Paraná.** Curitiba: Livraria do Chain, 1986.

MOREIRA, J. E. **Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá:** até a emancipação da Província do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 1975.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagens a Curitiba e Província de Santa Catarina.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. p. 100).

Pintores da paisagem paranaense. Edição Fac similar, Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura: Solar do Rosário, 2005. p. 76.

SANTOS, C. R. A. **Vida Material, vida econômica.** Curitiba: SEED, 2001.

SOARES, C. R.; LANA, Paulo da Cunha. **Baía de Paranaguá:** Mapas e História. Curitiba: Editora da UFPR, 1994.

TEFFÉ; HARGREAVES; REBOUÇAS, 1879. In: SOARES, C. R.; LANA, Paulo da Cunha. **Baía de Paranaguá:** Mapas e História. Curitiba: Editora da UFPR, 1994, p. 34 e 40.

WESTEPHALEN, C. M. **Porto de Paranaguá, um sedutor.** Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

I

n

t

r

o

d

u

ç

ã

o

■ UNIDADE TEMÁTICA III: O Estado e as relações de poder

Se os tubarões fossem homens, eles seriam mais gentis com os peixes pequenos. Se os tubarões fossem homens, eles fariam construir resistentes caixas do mar, para os peixes pequenos com todos os tipos de alimentos dentro, tanto vegetais, quanto animais. Eles cuidariam para que as caixas tivessem água sempre renovada e adotariam todas as providências sanitárias cabíveis se, por exemplo, um peixinho ferisse a barbatana, imediatamente ele faria uma atadura a fim de que não morressem antes do tempo (...).

Naturalmente também haveria escolas nas grandes caixas, nessas aulas os peixinhos aprenderiam como nadar para a guelra dos tubarões. Eles aprenderiam, por exemplo, a usar a geografia, a fim de encontrar os grandes tubarões, deitados preguiçosamente por aí. Aula principal seria naturalmente a formação moral dos peixinhos. Eles seriam ensinados de que o ato mais grandioso e mais belo é o sacrifício alegre de um peixinho, e que todos eles deveriam acreditar nos tubarões, sobretudo quando esses dizem que velam pelo belo futuro dos peixinhos. Se inculcaria nos peixinhos que esse futuro só estaria garantido se aprendessem a obediência (...). Se os tubarões fossem homens, eles naturalmente fariam guerra entre si a fim de conquistar caixas de peixes e peixinhos estrangeiros (...).

Ademais, se os tubarões fossem homens, também acabaria a igualdade que hoje existe entre os peixinhos, alguns deles obteriam cargos e seriam postos acima dos outros. Os que fossem um pouquinho maiores poderiam inclusive comer os menores, isso só seria agradável aos tubarões, pois eles mesmos obteriam assim mais constantemente maiores bocados para devorar. E os peixinhos maiores que deteriam os cargos valeriam pela ordem entre os peixinhos para que estes chegassem a ser professores, oficiais, engenheiros da construção de caixas e assim por diante.

Curto e grosso, só então haveria civilização no mar, se os tubarões fossem homens.

■ (BRECHT, Brecht, Se os tubarões fossem homens, s/d.)

Esta excelente metáfora proposta pelo dramaturgo alemão Bertold Brecht (1898-1956) representa com maestria como se deram as relações de poder ao longo da modernidade. Nesta unidade temática entendemos que o poder é uma relação entre os seres humanos. Uma das principais organizações de poder construída pelos sujeitos históricos é o Estado. Como essa organização foi pensada pelos intelectuais, políticos e sujeitos anônimos?

É possível perceber continuidades e mudanças entre a nossa forma de governar no Ocidente contemporâneo e a organização estatal das outras sociedades passadas? Nas diferentes sociedades o poder era exercido por quais grupos? Quem eram os submetidos a esse domínio. Qual a relação entre os conflitos e os consensos entre dominadores e submetidos? Como foi a formação dos Estados-Nação ocidentais e suas respectivas formas de governo? Como as relações de poder são organizadas socialmente?

Das idéias iluministas e da Revolução Francesa do século XVIII até a formação do Estado de Bem-Estar Social europeu em meados século XX, foram constituídos uma série de direitos ligados ao homem e ao cidadão que previam a extinção da tortura e a mitigação ou eliminação plena da pena de morte. Ao mesmo tempo, houve uma potencialização da escalada da violência na maior parte do planeta. Quais os mecanismos sócio-históricos que levaram a essa contradição? Como a violência se transferiu do monopólio policial e militar do Estado e dos movimentos revolucionários para as complexas redes de micro-poderes das sociedades contemporâneas?

Os séculos XIX e XXI foram marcados por uma nova forma de exploração política e econômica de âmbito internacional: o imperialismo, atualmente chamado de mundialização e/ou globalização. Como a bipolarização promovida pelas potências militares da Guerra Fria e seus vínculos com uma indústria cultural, fundamentada em uma cultura de massas, contribuíram para o desenvolvimento desse processo?

H I S T Ó R I A



RELAÇÕES DE PODER: O estado nos mundos antigo e medieval

■ Sueli Dias¹



O Estado surgiu segundo o interesse de uma pessoa? De um grupo? Da necessidade de um povo? Existia o Estado no mundo antigo e medieval?

■ O conceito de Estado

Há várias formas de poder do homem sobre o homem e o poder político é apenas uma delas. Para compreendê-lo, é preciso buscar o conceito de Estado e os significados do mesmo. Leia o que a historiografia comenta sobre este conceito:

Texto 1

Definir o conceito de Estado de acordo com as realidades políticas de nosso tempo e transportar a definição para o passado de nada serve, porque o Estado apresentou formas distintas em culturas e momentos diferentes. Também não ajuda muito investigar sobre a história do vocábulo – que data do século XVI –, porque a realidade que apresenta foi conhecida anteriormente sob outras denominações, como a de “república”. Portanto, necessitamos analisá-lo historicamente.

O Estado, entendido como a forma de organização civil das coletividades humanas estáveis, nasce quando grupos de homens mais numerosos do que os que compõem uma tribo ou um bando se coordenam sob um comando único. No mundo antigo, conhecemos as cidades-estado da Mesopotâmia (onde a hierarquização social que consolidava a desigualdade e colocava a violência legal nas mãos de um chefe parece que surgiu há oito mil anos) e da Grécia, o império egípcio, o de Alexandre, o império romano... Todos são Estados: em cada caso, há território com limites – não exatamente uma fronteira, que é um conceito mais moderno – e um poder que controla com suas regras, de modo mais ou menos efetivo, o conjunto de pessoas que nele vive.

(Adaptado de FONTANA, 2000, pp. 238-239).

Estado, segundo o **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**, “é um país soberano com estrutura própria e politicamente organizado” (2001, p. 1244). Porém é interessante perceber que a palavra país vale somente para os dias atuais, no mundo antigo e medieval este conceito inexistia.

Para a sociologia, uma das definições de Estado é a seguinte:

Documento 1

Um Estado existe como um mecanismo político de governo (instituições como o Parlamento ou Congresso, além de servidores públicos), controlando determinado território, cuja autoridade ampara-se num sistema legal e na capacidade de utilizar a força militar para implementar suas políticas.

(Adaptado de GIDDENS, 2005, p. 342).

No mundo antigo e medieval pode-se aproximar o conceito de Estado com o exercício do poder político, por uma pessoa ou por mais pessoas, as quais realizavam obras, cobravam impostos e usavam a força para defender ou controlar o território e seu povo.

Na Idade Antiga Oriental, o “Estado” apresentava como traço fundamental a teocracia, na qual o monarca acumulava poderes políticos, religiosos e econômicos. Entre as civilizações que experimentaram essa forma de governo estão os egípcios, os mesopotâmicos e os hebreus.

Na Europa Ocidental, entre os séculos XII a VIII a.C., principalmente na Grécia, o poder político organizou-se em forma de monarquias, aristocracias e democracias. Não existia um poder central válido para toda a Grécia, pois o poder era fragmentado entre as cidades-estado. Então, outras relações, fundamentadas na cultura e na religiosidade, garantiam a unidade entre os gregos.

Em Roma, a organização do Estado iniciou-se com o poder político centralizado no monarca, diferenciando-se assim da monarquia grega.

O mundo medieval caracterizou-se pela ausência do Estado unificado e centrado nas mãos de uma única pessoa. O poder político estava diluído entre os nobres proprietários de terra e a igreja católica.

■ “Estados” na Antigüidade Oriental: poder político e poder religioso

Mapa 1



■ Região do Crescente Fértil

■ Mesopotâmia

Os povos que ocuparam a região do Crescente Fértil, na sua maioria, eram agricultores e dependiam do período das cheias dos rios para organizar o plantio. Na Mesopotâmia (região do atual Iraque), os povos que ocuparam essa região, entre outras, foram: os Súmerios, os Babilônios, os Assírios e os Caldeus.

Uma das funções dos monarcas, da região da Mesopotâmia, era controlar a defesa da região diante das muitas disputas pelas terras férteis. O rei exercia poder político, religioso e econômico - era considerado um representante dos deuses. Muitos historiadores consideram essa uma relação de poder teocrático.

Os Sumérios, por volta de 2000 a.C., organizaram o poder político em cidades-estado. Uma das finalidades da instituição das cidades-estado era: organizar a produção de diques para controlar as cheias dos rios Tigre e Eufrates.

Veja como a historiografia define as cidades-estado:

Texto 2

O conceito de cidade-estado, entendido como um pequeno “Estado com base territorial e independência política, caracterizado por estar composto de uma cidade com um contexto integrado econômica e socialmente”, no qual a unidade formada por este contexto “é relativamente auto-suficiente, do ponto de vista econômico, e se percebe como etnicamente distinta de outros sistemas semelhantes”, aplica-se hoje a lugares e momentos bastante diversos, desde a China antiga até a América pré-colombiana.

(NICHOLS e CHARLTON (orgs.), *The archaeology of city-states. Cross-cultural approaches*, Washington: Smithsonian Institution Press, 1977, p.1 *apud* FONTANA, 2000, p. 240.)



ATIVIDADE

Países contemporâneos, apesar das diferenças de processos históricos, são considerados por alguns historiadores como cidades-estado, entre eles o principado de Mônaco e o Estado do Vaticano. Pesquise sobre estes Estados e construa uma narrativa histórica sobre estas considerações.

■ Egito: uma experiência de poder teocrático

As relações políticas que se desenvolveram no Egito Antigo, em aproximadamente 3.200 a.C., conduziram a centralização do poder político nas mãos de um monarca garantindo uma unidade para a civilização egípcia. Este era um dos diferenciais entre egípcios e mesopotâmicos. O monarca egípcio exercia as funções políticas, econômicas e religiosas. Nestas condições havia semelhança com outras civilizações do Crescente Fértil.

Observe pela historiografia as diferenças na identidade da realeza nas sociedades mesopotâmica e egípcia

Texto 3

Enquanto o rei egípcio é concebido por um pai divino, educado na juventude por divindades e, desde o seu advento, elevado à categoria dos deuses, permanecendo nesta situação após a morte, o rei mesopotâmico aparece somente como o representante da divindade junto aos homens e como representante destes junto àquela, ou seja, como intermediário entre o mundo divino e o humano. Para os seus súditos, constitui, portanto, uma espécie de talismã. Protege-os. Tenta garantir a boa vontade dos deuses a seu respeito, isto é, tenta criar e manter condições favoráveis à sua vida e à sua prosperidade, por meio do acordo com as forças sobrenaturais.

(AYMARD e AUBOYER *apud* CROUZET, 1965, p. 125).

■ Hebreus

Para o povo hebreu, que habitava a terra de Canaã, posteriormente chamada de Palestina, existia um único Deus – Javé. Fato este que distinguia este povo dos demais povos da antigüidade, pois enquanto os hebreus tornaram-se monoteístas, os demais povos mantiveram-se politeístas. O hebreus inicialmente estavam organizados em clãs, cujo líder era denominado de patriarca, posteriormente organizaram-se em tribos, sendo que o chefe militar era chamado de Juiz. Porém, quando os hebreus dominaram a Palestina e tornaram-se agricultores sedentários, este povo sentiu a necessidade de centralizar o poder para defender-se dos inimigos; para tanto, instituíram a monarquia.

Nesta fase os reis eram considerados representantes enviados por Deus. Neste documento histórico, estão transcritos alguns versículos que tratam da história política do povo hebreu, no século X a.C.; refere-se a transferência do poder político do rei Davi ao seu filho Salomão, nas palavras dos homens que escreveram a Bíblia.

Documento 2

¹Aproximando-se o dia de sua morte, Davi ordenou a seu filho Salomão: ²Eu vou seguir o caminho de todos os mortais. Seja forte e comporte-se como homem. ³Cumpra as ordens de Javé seu Deus, andando pelos caminhos dele e observando seus estatutos, mandamentos, normas, e testemunhos, como estão escritos na lei de Moisés, para que você tenha sucesso em tudo o que fizer e projetar. ⁴Então Javé cumprirá o que ele prometeu: “Se os seus filhos mantiverem boa conduta e forem leais comigo, de todo o coração e de toda a alma, nunca faltará alguém de sua família no trono de Israel.

(1Rs 2: 1- 4, **Bíblia Sagrada**, 1990, p 367.)



PESQUISA

Pesquise sobre a história política do povo hebreu e faça um quadro para sintetizar suas principais fases: patriarcado, juizado e reinado .



ATIVIDADE

Destaque, a partir da análise do texto 3 e do documento 2, os objetivos da aliança do poder político com o poder religioso em seus contextos específicos. Depois, redija-os.

■ O Estado na Grécia Antiga

Devido à fragmentação geográfica e diversidade cultural, é mais comum caracterizar a formação do Estado na Grécia, a partir do surgimento da pólis. Estas começaram a se estruturar no período arcaico, entre os séculos VIII e VI a.C., época da decadência dos genos (comunidades familiares, lideradas pelo patriarca – pater famílias). A desintegração dos genos ocorreu, na maioria das vezes, pela insegurança nas invasões de outros povos, pela incapacidade dos mesmos em atender à demanda do aumento populacional e pela integração comercial de diferentes regiões.

A pólis era uma comunidade autônoma religiosa, econômica e politicamente. Da pólis, nasceu o termo política, que na etimologia da palavra, significa a arte de administrar, governar a cidade. Um **Dicionário de Política** assim define o termo:

O filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.), ocupou-se, em sua obra **A política**, em demonstrar a união entre política e moral. A moral, a partir da ética, cria padrões de conduta individuais, enquanto a política cria padrões de conduta coletivos que constroem a Pólis.

Para Aristóteles, a pólis devia zelar pela moral coletiva e ser o local das satisfações do bem comum, caso o poder exercido se utilizasse para atender interesses particulares de uma pessoa ou de um grupo social, a constituição da pólis estaria desvirtuada ou degenerada. Analisando a organização da cidade (pólis), Aristóteles chegou a diversas formas de governo e distinguiu três:

Documento 3

Política – derivado do adjetivo originado de pólis (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo sociável e social; expandiu-se graças à influência da obra de Aristóteles, intitulada *A política* – que deve ser considerada como o 1º tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado e sobre as várias formas de governo.

(BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000, p 954.)

Regime	Governo de	Sua degeneração
Monarquia	uma pessoa	Tirania
Aristocracia	grupo privilegiado	Oligarquia
Politéia/ democracia	todos	Demagogia



PESQUISA

- Em dicionários e na obra de Aristóteles, **A política**, o conceito de tirania, oligarquia e demagogia. Feito isso, responda: Por que, para Aristóteles, a Tirania, Oligarquia e Demagogia eram degenerações dos sistemas de governo Monarquia, Aristocracia e Democracia?
- Realize uma pesquisa na escola ou na comunidade sobre o que as pessoas sabem a respeito das formas de governo, sistema e tipo de governo, da política e de quem deve ser político. (sugestão www.wikipedia.org)



DEBATE

Faça um debate em sala sobre os resultados da pesquisa - contrastando com o pensamento aristotélico sobre política.



ATIVIDADE

Construa uma narrativa histórica explicando as diferenças entre o conceito de política e as concepções prévias que as pessoas possuem sobre ela.

Na Grécia, também durante o período arcaico, VIII e VI a.C., havia muitos estados - *ethnos*, estados que ocupavam grande parte do território, dividido em numerosas aldeias, mas que não tinham um centro urbano. Porém, foi a pólis grega (normalmente considerada uma cidade-estado), que demonstrou que os gregos experimentaram várias formas de governo: **monarquia** (governo de um só), **aristocracia** (governo dos nobres) e **democracia** (governo do povo).

Entre várias pólis, Atenas é um bom exemplo, pois, vivenciou todas as formas de governo da Grécia Antiga, tinha centro urbano e foi o berço da democracia.

Atenas

Diversos povos ocuparam a região onde se desenvolveu a civilização grega. Entre eles, predominaram os jônios como ancestrais da cidade de Atenas. Nela, a primeira forma de go-

verno foi a monarquia: o rei, chamado de basileu, detinha poder militar e religioso, mas, politicamente, era controlado pelo Areópago e pelo Arcontado, uma espécie de conselho de aristocratas formados por eupátridas (homens nascidos em Atenas).

O controle do poder político pelos aristocratas gerou conflitos e reformas políticas em Atenas.

- 621 a.C. - Dracon elaborou as primeiras leis escritas para Atenas;
- 594 a.C. – Sólon reformou as leis de Dracon;
- 560 a.C. – tiranos exerceram o poder à força
- 508 a.C. – Clístenes obteve prestígio por liderar a resistência militar de Atenas numa invasão dos espartanos. Garantiu direitos políticos para todos os cidadãos, criando assim a democracia. Esta se tornou um modelo de organização para os Estados que se formaram desde então, até os dias atuais.

Conheça as considerações da historiografia sobre a democracia ateniense:

Texto 4

O caso mais exemplar foi o de Atenas. Modelo para muitas cidades-estado, onde a participação estendeu-se ao conjunto da população masculina cidadã e a democracia se manteve por quase dois séculos. É importante conhecer melhor Atenas, pela relevância que possui no imaginário político até hoje. Em primeiro lugar, uma ressalva: a democracia ateniense nunca foi absolutamente incluyente: dizia respeito apenas aos cidadãos masculinos, e excluía, de qualquer forma de participação política, as mulheres, os imigrantes e os escravos. Em contrapartida, no âmbito restrito dos cidadãos, representou uma experiência notável de participação direta no poder de todas as camadas sociais, independentemente da riqueza ou posição social. Criaram-se os mecanismos de indenização pecuniária que facilitavam aos mais pobres o acesso à participação na vida comunitária, não apenas nas assembléias e tribunais, mais até mesmo nas festividades cívicas, como a assistência às competições teatrais. Os ricos, que se acomodaram como puderam ao sistema democrático, foram obrigados a contribuir com a comunidade de várias formas, construindo naves de guerra, financiando espetáculos e festas religiosas.

(Adaptado de GUARINELLO *apud* PINSKY e PINSKY. 2003, p. 40 e 41.)

Em Atenas, a democracia era o poder exercido pela maioria dos cidadãos, muito embora, não mais que, aproximadamente, 10% da população fosse considerada cidadã.

Os cidadãos tinham direito ao voto e representavam-se a si mesmos, sem a noção de partidos políticos ou Constituição, como ocorre atualmente, quando elegemos pessoas que representam e tomam decisões em nome de todos.

Observe estes dois fragmentos referentes ao documento 4 e ao texto 5 sobre quem devia ser cidadão na antigüidade e o que é cidadania no mundo contemporâneo:

Documento 4

Quem deve ser o cidadão (*Politéen*) para Aristóteles? Não todos, mas somente os homens absolutamente justos. Eles, esses poucos eleitos, não devem viver do trabalho trivial de artífices, muito menos do negócio (porque são atividades ignóbeis e incompatíveis com as qualidades morais de um cidadão virtuoso). Tampouco podem eles serem agricultores, pois esses vivem lavrando a terra sem terem tempo para o ócio necessário ao seu aprimoramento. Afinal, “o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas”

(**A política**, livro 8, cap.VIII, 1329 a). (Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/politica/politica1>.

Acesso em: 09 nov. 2005).

Texto 5

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar do destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranqüila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

(Adaptado de PINSKY, 2003, p. 9).

**DEBATE**

Faça um debate em sala e baseado nestas considerações conclua com uma narrativa histórica coletiva sobre quem deve ser cidadão, o que é cidadania e como exercê-la nos dias atuais.

**ATIVIDADE**

Observe as formas de participação política da antiguidade e compare com as dos séculos XX e XXI, levando em conta os respectivos contextos sócio-históricos. Construa um quadro comparativo.

■ Relações entre conquistadores e conquistados

Dentre os diversos Estados das sociedades antigas, os impérios persa, macedônico e romano são modelos de monarquias que, por meio de conquistas, integraram extensas regiões. Para mantê-las, além da estratégia militar, adotaram o respeito à autonomia política e religiosa dos conquistados. Constituíram uma confederação, uma aliança po-

lítica entre o império e as oligarquias locais, mantidas especialmente pelo pagamento de tributos e fornecimento de soldados.

Mapa 2



Persas

Com o aumento demográfico no século VI a.C., os persas realizaram uma expansão geográfica. De início conquistaram as colônias gregas e posteriormente ocuparam um vasto território em direção à Ásia.

Dario I (521-486 a.C.), um dos mais importantes imperadores persas, usou como estratégia a descentralização da administração entre os sátrapas, espécies de governadores de províncias que, apesar de certa autonomia, eram vigiados por fiscais, conhecidos como “olhos e ouvidos do rei”.

Observe como a historiografia destaca a organização do império persa:

Texto 6

Os elementos de unidade do Império são: o aramaico, a língua administrativa do oriente, empregado conjuntamente com as línguas regionais, iraniano, babilônico, egípcio, grego, etc.; o exército, formado de corpos recrutados no lugar, mas organizado em torno de forte guarda real de 15.000 soldados de elite, medos e persas; as grandes rotas, ao mesmo tempo administrativas, estratégicas e comerciais; a moeda, o dárco. No conjunto, o império continua espantosamente subadministrado, muito tolerante, por vezes mesmo condescendente, desde que sejam satisfeitos os desejos do rei, o que se explica pela sua imensidão, pela fraqueza numérica dos persas, elemento dirigente, e pela dispersão de populações muito desigualmente repartidas.

(Adaptado de PETIT. 1971, p. 100 e 101.)



ATIVIDADE

Produza uma narrativa histórica para explicar que elementos e de que maneira estes elementos colaboraram para manter a unidade do Império persa.

Macedônicos

Com a intenção de ter uma saída para o mar, os macedônicos conquistaram cidades-Estado da região da Grécia. A partir de então, os macedônios intensificaram suas conquistas.

A fase de maior destaque do Império Macedônico ocorre entre (336 a 323 a. C.), período do governo de Alexandre, o Grande (ou Magno [356-323 a.C.]). As conquistas deste período estenderam o domínio macedônico da Grécia à Índia. Dominaram regiões pertencentes aos gregos e persas, fundando diversas cidades, muitas das quais receberam o nome de Alexandria.

As conquistas de Alexandre expandiram o império a proporções nunca vistas na antigüidade; popularizaram a cultura grega por meio dos costumes e da língua, que, no século IV a.C., tornou-se a língua mais falada entre os povos do Oriente Próximo.

Observe, pela historiografia, a organização do Império Macedônico na época de Alexandre:

Mapa 3



■ Conquistas de Alexandre, o Grande.

Texto 7

Na Grécia e Macedônia, Antipáter governa em seu nome. Na outra extremidade do império, soberanos guardam o poder, com títulos de vice-reis vassalos, praticamente independentes. O antigo território aquemênida conserva a divisão das satrapias (divisões administrativas persas), umas confiadas a titulares macedônicos, outras, no centro e no oriente, entregues a persas fiéis, fiscalizados por militares macedônicos. Alexandre divide as funções: poder civil somente a persas, poder militar a macedônicos, administração financeira e guarda dos tesouros a gregos.

(Adaptado de PETIT, 1971, p. 158.)



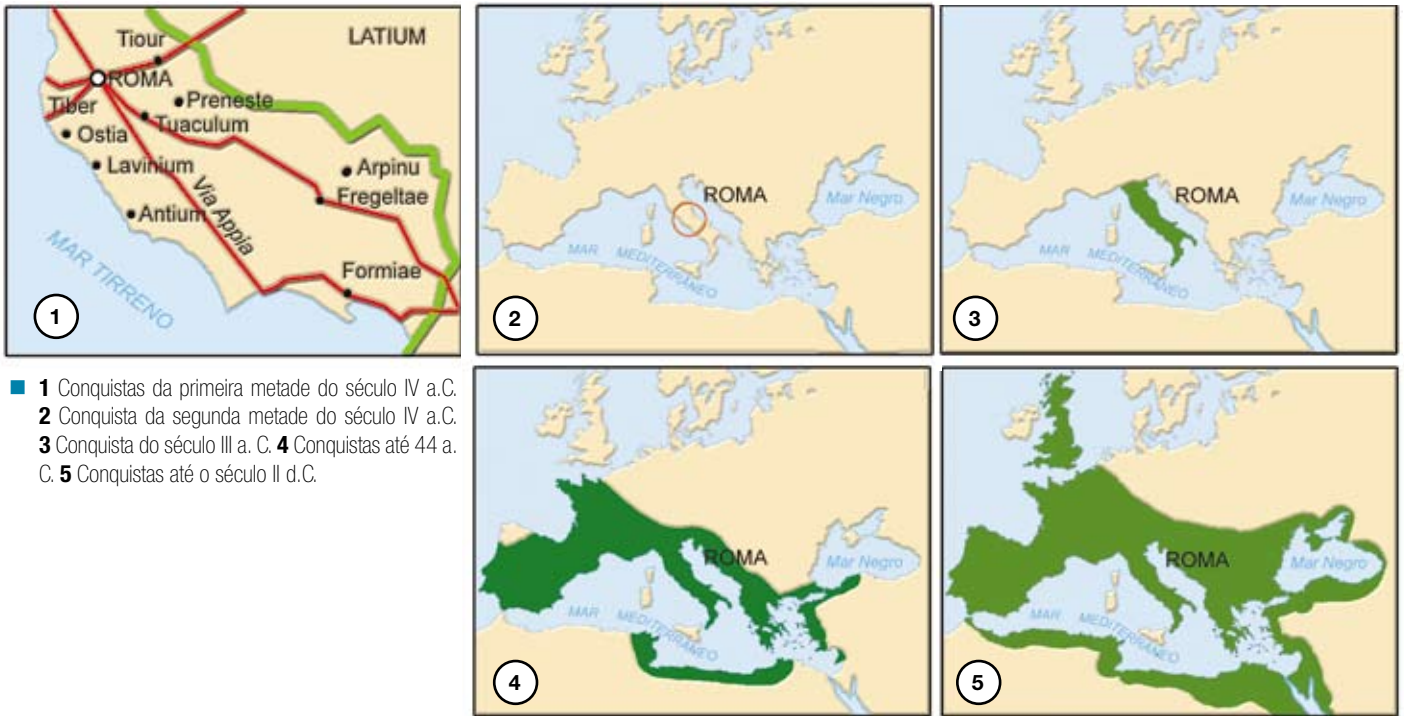
ATIVIDADE

A partir do texto 7, escreva uma narrativa histórica para explicar como o Império Macedônico adquiriu unidade a partir da helenização do mundo.

Romanos

O Estado romano formou-se a partir da cidade de Roma. Sua primeira forma de governo foi a monarquia (753-509 a.C.), seguida pela república (509- 27 a.C.) e pelo império (27 a.C.-476 d.C.).

Mapa 4



- 1 Conquistas da primeira metade do século IV a.C.
- 2 Conquista da segunda metade do século IV a.C.
- 3 Conquista do século III a. C. 4 Conquistas até 44 a. C.
- 5 Conquistas até o século II d.C.

Em Roma, o poder político, assim como o poder econômico, era referendado pela posse das terras. Esta se concentrava nas mãos dos patrícios, ou seja, dos que possuíam nacionalidade romana.

Durante a fase republicana, o mundo romano era tratado como coisa pública e o governo partia do senado, das magistraturas e das assembléias. Dos séculos VI a I a.C., os romanos especializaram seu exército e, por meio dele, realizaram uma grande expansão anexando regiões da Europa, Ásia e África, constituindo um grande império. Permitiram, na maior parte das vezes, que os conquistados mantivessem suas particularidades culturais e religiosas. Os maiores elos de ligação do império eram o pagamento de tributos dos conquistados aos conquistadores, e a partir de 270 a.C., o inquestionável poder político e social do imperador.

Veja como este documento destaca os poderes dos imperadores romanos:

Texto 8

Os imperadores procedem à organização das tropas, fazem recolher os impostos, declaram a guerra e fazem a paz, comandam em todos os lugares e sempre, tanto os aliados como os romanos, podendo ordenar a execução de cavaleiros e senadores. Em virtude de seu poder censorial, indagam sobre a maneira de viver, sobre os hábitos, realizam censos, redigem a lista de cavaleiros e senadores. Constituem-se nos responsáveis por todos os assuntos santos e sagrados.

(Adaptado de Dion Cássio, LIII, 17 *apud* PINSKY, 1988, p 96 e 97.)

A partir do ano 284 de nossa era, o Império Romano, em crise econômica e administrativa, experimentou uma maior centralização política diminuindo a autonomia das regiões anexadas ao império.

Leia o que um historiador ressalta sobre esta mudança para a autocracia:

Texto 9

Com a ascensão de Diocleciano (236-305 d.C.), não mais prevaleceu a doutrina de ser o governante um agente do senado e do povo; era agora tido como soberano absoluto, presumindo-se que o povo lhe confiara todo o poder. Adotou os atributos e ritual de um déspota oriental. Substituiu o traje militar do *Princeps* por um manto de púrpura bordado de ouro. Exigia que todos os seus súditos, se prostrassem diante dele. O senado foi excluído por completo do governo. Foi reduzido à situação de um conselho municipal e de um clube da plutocracia. Os sucessores de Diocleciano continuaram a manter o sistema de absolutismo.

(Adaptado de BURNS, 1968, p 242 e 243.)



ATIVIDADE

Vários historiadores destacam, entre outros motivos, a perseguição e o crescimento do cristianismo para a crise do império romano. Como você explicaria a perseguição dos romanos aos cristãos sabendo que existia tolerância deste império com a cultura e religião dos povos conquistados? Pesquise e elabore uma narrativa histórica sobre este tema.

Elabore um quadro para destacar as principais causas da crise do Império Romano.

■ “Estado” na Idade Média: a hierarquização do poder

No século II a.C., Roma deu início a uma política expansionista. No entanto, por volta do século III d. C., os romanos passaram a enfrentar uma série de problemas resultante da expansão. Entre os fatores que levaram ao fim do Império estão: as disputas internas pelo poder, a insubordinação das populações dominadas, a propagação de doenças e, principalmente, a invasão dos povos bárbaros.

Os romanos chamavam de “bárbaros” os estrangeiros. Os germanos ou bárbaros possuíam idiomas, valores culturais e religiosos muito diferentes dos romanos. Eles tinham também um estilo de vida comunitário e uma economia pastoril. A estrutura social destes povos era muito diferenciada, uma vez que não possuíam líderes para o tempo de paz.

Leia sobre o que a historiografia ressalta no que diz respeito à organização política dos germanos, no período da crise do Império Romano:

Texto 10

Os germanos não tinham nem Estado nem cidades, sendo a tribo e a família as células básicas de sua organização política. As relações sociais entre eles não se regiam pelo conceito de cidadania, mas de parentesco. Assim, ao se sedentarizarem, ocupando cada tribo uma parcela do Império Romano,

eles vieram a substituir um Estado organizado e relativamente urbanizado. A idéia de organização de um império estaria sintetizada no reino franco, no século VIII, na figura de Carlos Magno.

(Adaptado de FRANCO JR, 2004, p 52).

Sagração de um rei inglês. iluminura (miniatura) francesa dos princípios do século XIV – atualmente no Corpus Christi College, Cambridge. A cerimônia de sagração que transformava o rei em figura quase sagrada era um rito eclesiástico, como se vê pelos vários bispos e outros clérigos que cercam o monarca nesta imagem. Observe-se também os destaques dados aos símbolos do poder de que o rei era então investido: trono (como o chamado “Cristo em Majestade”), coroa (como o próprio Cristo e santos em certas representações), cetro (como os bispos). FONTE: FRANCO JR, 2004, p.61

O contato entre germanos e romanos iniciou-se no século I d.C. Nos séculos seguintes, as relações entre eles intensificaram-se; os germanos chegaram a fazer parte da administração e do exército romano. A partir do século III d.C., os germanos, em busca de melhores terras para pastagem, começaram a promover violentas incursões nos territórios de Roma, iniciando relações de conflitos entre ambos.

As invasões germânicas geraram uma fragmentação política e a ruralização da sociedade da Europa ocidental, o que provocou a queda do Império Romano no Ocidente.

O contato entre os povos germanos e romanos provocou a destruição de grande parte dos valores desses dois povos, o que resultou numa nova organização social, econômica e política: o feudalismo. Essa nova organização não aconteceu em toda Europa ocidental de forma uniforme, nem ao mesmo tempo.

■ Sociedade Feudal na Europa Ocidental

Na sociedade feudal, que se desenvolveu na Europa ocidental, aproximadamente entre os séculos VI a XII, o poder local, de fato, era exercido pelo proprietário dos feudos – o senhor feudal. A ele cabia a administração da propriedade e das relações com os servos que viviam no seu feudo.

Com a consolidação do feudalismo entre os séculos IX ao XII, ainda que não de maneira uniforme para toda Europa Ocidental, a autoridade política do papa e dos reis era mais social, mais teórica e quanto aos aspectos econômicos, era comum que estes recorressem aos senhores feudais para montar exércitos e juntar recursos para conquistas.

A transferência das tarefas do “Estado” é que tornava a nobreza e a Igreja Católica indispensáveis: além de receberes diretos dos recursos obtidos dos súditos em tributos e dízimos, suas funções eram: nobreza – manter a defesa do território; igreja – realizava a assistência social e ser responsável pelo ensino.

Observe como a historiografia destaca a estrutura política da sociedade feudal:



Texto 11

Como sistema de governo, o feudalismo englobava certo número de concepções básicas. Em primeiro lugar, incluía a noção de que direito de governar era um privilégio pertencente a todo possuidor de um feudo, implicando esse privilégio obrigações muito definidas, cuja violação podia acarretar a perda do feudo. Envolveia, em segundo lugar, a idéia de que todo governo se baseia num contrato. Os governantes devem concordar em governar dentro da justiça, de acordo com as leis tanto humanas como divinas. Os súditos devem prometer obediência enquanto seus dirigentes governarem com justiça. No caso de uma das partes violar o contrato, a outra fica livre de suas obrigações e tem o direito de iniciar uma ação de reparação. Como terceira concepção, o feudalismo baseava-se num ideal de soberania limitada e na oposição à autoridade absoluta, não importando por quem fosse exercida. O governo feudal devia ser um governo de leis, não de homens. Nenhum governante, de qualquer categoria que fosse, tinha o direito de impor sua vontade pessoal aos súditos para atender os ditames do próprio capricho. Dentro da teoria feudal, na verdade, nenhum dirigente tinha o direito de legislar; a lei era produto do costume ou da vontade de Deus. A autoridade do rei ou do barão limitava-se à promulgação do que se poderia chamar decretos administrativos, visando à boa execução da lei.

(Adaptado de BURNS, 1968, p 321 e 322.)

**ATIVIDADE**

- Elabore um quadro para sintetizar a organização política dos Reinos germânicos, Reinos feudais e do Império bizantino. Considere imprescindíveis as informações sobre o período, local e as características de governo destas sociedades.
- Analisando o **texto 11**, escreva uma narrativa histórica sobre o exercício de poder no sistema feudal.

■ O Estado Islâmico

Um Estado criado por uma religião, assim pode ser definido o Império que surgiu a partir da religião islâmica, criada por Maomé (570-632) em 622, na cidade de Meca, na Arábia. Ao defender a criação do Islamismo, Maomé entrou em conflito com comerciantes que viviam da exploração do politeísmo e peregrinações na cidade de Meca. Assumir publicamente a criação dessa nova religião obrigou a fuga de Maomé desta cidade para Medina, fato este conhecido como Hégira.

Um dos principais objetivos desta religião foi unificar os árabes num só Estado. Portanto pode se afirmar que o império islâmico surgiu a partir da religião islâmica – criado por Maomé, também citado em algumas obras como Muhammad. Com a morte de Maomé, em 632, esta missão foi mantida pelos seus sucessores – os califas, por meio da guerra santa (jihad). Os povos conquistados tinham a opção de adotar a nova religião e se incorporarem ao Estado diminuindo a carga de tributos ou manter a religião tradicional, arcando com tributos maiores.

No Império Islâmico, a função do Estado foi zelar pelo cumprimento da *shariab* – conjunto das leis divinas. Tais leis, segundo seus executores, deliberavam sobre a expansão e administração do novo mundo árabe.

Mapa 5



■ Expansão do Império islâmico.

O governo dos califas estendeu-se de 632 (morte de Maomé) a 1258 (conquista de Bagdad pelos mongóis), durante as dinastias dos omíadas e abássidas. O califa era auxiliado pelos visires na administração central e pelos emires nas províncias.

Após o governo dos califas, o sultão tornou-se o principal personagem político. Tinha o auxílio dos sacerdotes (*ulemãs*) para interpretar a *shariab* e mantinha a monarquia hereditária alicerçada pelo exército.



PESQUISA

Organize-se em dupla com um colega de sala. Depois pesquise sobre a estrutura política do Império Islâmico. Redija as conclusões e apresente-as à sua turma.

Referências Bibliográficas

- BÍBLIA SAGRADA** – edição pastoral. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.
- BOBBIO, N.; METTEUCCI, N.; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

BURNS, E. M. **História da civilização ocidental**: do homem das cavernas até a bomba atômica: o drama da raça humana. Porto Alegre. Ed. Globo, 1968.

CROUZET, M. **História geral das civilizações**. São Paulo: DIFEL, 1965. Tomo I, v 1. tomo II, v 1, tomo III, v 1 e 2.

FONTANA, J. **Introdução ao estudo da história geral**. Bauru: EDUSC, 2000.

FRANCO JÚNIOR, H. **A Idade Média – nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HOUAISS, A; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PETIT, P. **História Antiga**. São Paulo: DIFEL, 1971.

PINSKY, J. **100 textos de História Antiga**. São Paulo: Ed. Contexto, 1988.

PINSKY, J; PINSKY, C. B. (org). **História da cidadania**. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

■ Obras Consultadas

ANDERSON, P. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. Porto: Afrontamento, 1982.

ANDRADE FILHO, R. **Os muçulmanos na península ibérica**. São Paulo: Ed. Contexto, 1994.

■ Documentos Consultados *ONLINE*

www.caiozip.com .Acesso em: 05 nov. 2005.

www.wikipedia.org . Acesso em : 09 nov. 2005.

www.mundodosfilosofos.com.br . Acesso em : 09 nov. 2005.

www.educatererra.com.br . Acesso em : 09 nov. 2005.



RELAÇÕES DE PODER: O Estado e as relações de poder: formação dos estados nacionais

■ Fábio de Oliveira Cardoso¹



Documento 1



■ HYACINTHE RIGAUD (1659-1753). Retrato de Luís XIV, 1701. Óleo sobre tela, 279 x 190 cm, Paris, Museu do Louvre. Conhecido com rei Sol, Luís XIV governou a França de 1661-1715.

Documento 2



■ HENRIQUE JOSÉ DA SILVA (1772-1834). D. Pedro I, 1826. Óleo sobre tela, Rio de Janeiro. Coleção Brasiliense. Imperador que governou o Brasil de 1822-1831.

Países como o Brasil, França e Portugal chegaram ao século XXI tendo como forma de governo a República presidencialista, enquanto outros países como a Inglaterra e Espanha optaram pela Monarquia parlamentar. Mas será que sempre foi assim?

Ao observar as imagens destes dois personagens históricos: para você, qual a idéia de governo transmitida

pelos sujeitos históricos Luís XIV (França) e D. Pedro I (Brasil)? Quais semelhanças podem ser percebidas nestas imagens? Esses reis influenciaram na forma de governo que temos hoje? Atualmente, você pode encontrar pessoas favoráveis ou contrárias a nossa forma de governo. Como isto se dava na época destes monarcas?

Para ajudá-lo a responder os questionamentos relacionados a estas imagens, leia os textos deste Fo-

■ A formação do Estado moderno

Você já imaginou qual a origem dos poderes dos reis?

Na Europa Ocidental, durante a Idade Média, o poder estava dividido entre o rei, a Igreja e os senhores feudais, os quais exerciam o poder sobre seus feudos de forma autônoma e descentralizada. Quem concedia a terra (feudo) era denominado de suserano; o que recebia a terra (feudo) era denominado vassalo e quem trabalhava na terra eram os servos.

No final da Idade Média, ocorreram algumas revoltas sociais, entre elas, as revoltas dos camponeses como as *Jacqueries*, na França (1358). Além das revoltas sociais, houve conflitos religiosos, como as reformas protestantes: luterana, anglicana, calvinista, as quais ocorreram no início do século XVI, na Europa Ocidental.

Estes fatos, representativos de um processo histórico, criaram uma situação de insegurança para as classes dirigentes (clero e nobreza), o que possibilitou o fortalecimento do poder político central (do rei), na Idade Moderna. Outro fator determinante em relação a formação do Estado moderno foi o interesse da burguesia em diminuir o poder da nobreza, pois esta visava ao desenvolvimento do comércio. Para isso, a burguesia passou a apoiar financeiramente a política de centralização dos poderes do rei. Desta forma, algumas monarquias da Europa Ocidental aumentaram suas atribuições políticas, reduzindo a participação do clero e da nobreza nos governos.

Em alguns lugares, como em Castela, a monarquia conseguiu debilitar o poder das cortes, passando a legislar de forma direta, fazendo algumas concessões para obtenção de tributos. Em outros, como na França, o rei impôs sua administração direta sobre algumas províncias, porém tolerou a continuidade das cortes com seus privilégios. Na Inglaterra, no século XVII, foram estabelecidos princípios de um governo representativo, em que os grupos dominantes (clero, nobreza e burguesia) negociavam seus problemas com o parlamento, o que favoreceu o crescimento econômico moderno do país. No decorrer do processo de formação do Estado moderno, destacaram-se algumas monarquias nacionais, como: Portugal (D. João I [1357-1433], dinastia de Aviz, início no ano de 1385); França (Carlos VIII [1470-1498], de 1483-1498); Espanha (do casamento do rei de Aragão, Fernando II [1452-1516], com a rainha de Castela, Isabel [1451-1504], em 1469).

Destes Estados modernos, deu-se a origem das monarquias absolutistas, que aos poucos constituíram um governo centralizado, onde a autoridade do rei, dentro dos limites de um território, exercia o monopólio da justiça e da arrecadação de impostos, além de possuir exército próprio.

Este processo não foi uniforme em toda a Europa, pois Estados como a Alemanha e a Itália tiveram sua unificação territorial e política somente no século XIX.

Os relatos de alguns historiadores poderão ajudá-lo a compreender melhor a formação dos Estados modernos na Europa:

Texto 1**Portugal**

Com o advento de D. João I, a dinastia de Aviz inicia os seus dois séculos de monarquia portuguesa (1385 -1580). São rápidas as transformações sociais e políticas que então se efetuam. A derrota do partido castelhano determinou numerosa emigração de nobres cujos títulos e bens foram distribuídos a uma nova burguesia. Esta sustentava a nova situação política achando-se amparada pelo povo e pelo rei distribuidor de títulos e de bens da coroa. Dava-se, porém, uma reação da nobreza tradicional, chefiada em parte pelo duque de Bragança; era visado principalmente o infante D. Pedro (que foi mais tarde regente no período de menoridade de D. Afonso V). Por sua vez, a nova nobreza, ou alta burguesia, reivindicava e obtinha a administração das cidades mais importantes e do próprio Estado. Dom João I reuniu as Cortes vinte e três vezes, salvaguardando sempre, entretanto, a sua autoridade real.

Sob o ponto de vista da política exterior, a dinastia de Aviz estava ligada à Inglaterra desde 1373 por um tratado de amizade ofensiva e defensiva, renovado em Windsor em 1386, quando o duque de Lancaster veio reivindicar a coroa de Castela e casou sua filha Filipa de Lancaster com o rei D. João I. Quanto à paz com os castelhanos só foi restabelecida oficialmente em 1411.

Coube ao reinado do primeiro Aviz inaugurar o período de conquistas e descobrimentos que fizeram a glória da dinastia. Razões de ordem econômica, social, religiosa e política levaram os conselheiros de Dom João I a persuadi-lo a que empreendessem os portugueses uma cruzada contra os infiéis de além-mar. Era um pretexto para dar vazão ao ardor combativo ainda reinante no espírito cavaleiresco da nobreza. Em realidade, era visado o objetivo militar de ocupar Ceuta para reprimir os ataques mouros na zona do Estreito de Gibraltar e livrar as galés dos tributos e da pirataria.

(CARVALHO, 1974, p. 159).

Texto 2**Espanha**

Fernando e Isabel optaram pelo estabelecimento de um poder real inquebrantável em Castela, onde as condições eram mais propícias. Aragão apresentava obstáculos políticos muito mais formidáveis para a construção de um Estado centralizado. Castela tinha uma população cinco ou seis vezes maior e a sua riqueza mais ampla não era protegida por barreiras constitucionais comparáveis. Assim foi posto pelos dois monarcas um programa metódico de reorganização administrativa. As ordens militares foram decapitadas e anexados os seus vastos territórios e rendimentos. Castelos baroniais foram demolidos, expulsos os senhores das zonas de fronteira e proibidas as guerras privadas. A autonomia municipal das cidades foi quebrada com a instalação de corregedores oficiais para administrá-las; a justiça real foi fortalecida e ampliada. O Estado tomou a si o controle dos benefícios eclesiásticos, separando o aparelho local da Igreja da alçada do papado. As cortes foram progressivamente domesticadas pela omissão efetiva da nobreza e do clero de suas reuniões, depois de 1480; uma vez que o principal propósito para convocá-las era o aumento dos impostos para financiar os gastos militares (nas guerras de Granada e da Itália). Os rendimentos fiscais elevaram-se, a receita de Castela cresceu de 900 mil reales, em 1474, para 26 milhões, em 1504. O Conselho Real foi reformado e dele excluída a influência dos grandes do reino; o novo corpo consultivo foi provido com funcionários bacharéis ou letrados, recrutados na pequena nobreza. Secretários profissionais trabalhavam diretamente sob as ordens dos soberanos.

Fernando instalou vice-reis nas três províncias (Catalunha, Valência e Aragão) a fim de que exercessem a autoridade em seu nome e criou o Conselho de Aragão, quase sempre estabelecido em Castela.

(Adaptado de ANDERSON, 1985, pp. 63-65).



ATIVIDADE

Depois de analisar os **textos 1 e 2**, relacionados com a formação dos Estados modernos de Portugal e Espanha, organize suas idéias fazendo uma síntese e apresente à classe suas conclusões.



DEBATE

- Discuta com seus colegas as semelhança na organização destes Estados.
- Para finalizar, escreva uma narrativa histórica conceituando o Estado moderno.

Teóricos do Estado nacional absolutista

Para justificar e legitimar o Estado Nacional absolutista, muitos monarcas passaram a basear-se em teorias de pensadores políticos. Veja o que estes homens pensavam:

- Nicolau Maquiavel (1469-1527), em sua obra *O príncipe* (1513), procurou demonstrar como um soberano deveria agir e que recursos deveria empregar para conquistar e manter o poder;
- Thomas Hobbes (1588-1679), em sua obra *Leviatã* (1651), afirmava que o poder absoluto do rei derivava de um “contrato social” que os homens teriam feito com os soberanos para preservação de suas vidas;
- Jacques Bossuet (1627-1704), em sua obra *Política tirada da Sagrada Escritura* (1709), argumentava que o poder do rei provinha de Deus e por isso era incontestável. Esta concepção ficou conhecida como teoria divina do poder real.

Para conhecer mais sobre estas teorias, você pode ler pequenos documentos de alguns destes pensadores.

Documento 3

O príncipe

Um príncipe deve ainda mostrar-se amante das virtudes, honrando os homens virtuosos e os que excedem em alguma arte. Deve encorajar os seus cidadãos a acreditar que podem exercitar suas atividades em calma, seja no comércio, na agricultura ou em qualquer outra. Que um não tema

melhorar suas propriedades por medo que lhes sejam tiradas, que outro não tema abrir um comércio por medo dos impostos. O príncipe deve preparar prêmios para quem queira fazer essas coisas e para quem quer que pense, de qualquer modo, em ampliar a sua cidade ou o seu Estado. Deve, além disso, nas épocas convenientes do ano, manter o povo ocupado com as festas e espetáculos. Como toda cidade é dividida em corporações ou classes sociais, deve manter em mente tal universo, reunir-se com eles, de vez em quando, mostrar-se humano e magnânimo, mantendo sempre firme a majestade de sua posição, pois essa deve ser mantida sempre.

(MAQUIAVEL (1513), 2002, p. 133).

Documento 4

A teoria do direito divino dos reis

Três razões fazem ver que este governo (o da monarquia hereditária) é o melhor. A primeira é que é o mais natural e se perpetua por si próprio. A segunda razão é que esse governo é o que interessa mais na conservação do Estado e dos poderes que o constituem: o príncipe, que trabalha para o seu Estado, trabalha para os seus filhos, e o amor que tem pelo seu reino, confundido com o que tem pela sua família, torna-se-lhe natural. A terceira razão tira-se da dignidade das casas reais. A inveja, que se tem naturalmente daqueles que estão acima de nós, torna-se aqui em amor e respeito; os próprios grandes obedecem sem repugnância a uma família que sempre viram como superior e à qual se não conhece outra que a possa igualar. O trono real não é um trono de um homem, mas o trono do próprio Deus. Os reis são deuses e participam de alguma maneira da independência divina. O rei vê de mais longe e de mais alto; deve acreditar-se que ele vê melhor, e deve obedecer-se-lhe sem murmurar, pois o murmúrio é uma disposição para a sedição.

(Adaptado de BOSSUET, **Política tirada da Sagrada Escritura, 1709** apud: FREITAS, 1976, p. 201)



ATIVIDADE

- Após ler os **documentos 3 e 4** de Maquiavel e Bossuet, escreva as idéias que apresentam semelhanças na concepção de governo e Estado.
- Procure discutir com seus colegas a visão de Estado destes pensadores e expresse oralmente sua opinião, depois anote suas conclusões.

Mapa 1



Mapa 2



■ Península Ibérica no século XX

■ **Reconquista na Península Ibérica.** (ATLAS da história do mundo/The Times, 1995, p. 122)

****Espanha:** no século VIII, os árabes ocuparam territórios na Península Ibérica. Desde então os espanhóis cristãos passaram vários séculos tentando expulsá-los. Um passo decisivo nesta luta foi a união de dois reinos: Aragão e Castela. Com o casamento (1469) de Fernando de Aragão e Isabel de Castela foi possível a expulsão dos árabes em 1492 e a consolidação da monarquia espanhola.



ATIVIDADE

Analise e compare os mapas da Península Ibérica. Responda:

- Quais reinos que formaram o Estado Nacional Espanhol?
- Compare os **mapas 1 e 2** e com o apoio dos textos escreva suas conclusões sobre a formação do Estado Nacional Espanhol.

■ Do Estado Absolutista ao Estado-Nação

A medida que o capitalismo deixava de ser comercial e passava para o industrial, a burguesia questionou o papel do Estado Absolutista e os entraves que esta forma de Estado causava na atividade econômica desenvolvida pelos burgueses.

Com a Revolução Industrial, em meados do século XVIII, a burguesia efetivou seu domínio sobre o poder econômico, mas ainda en-

contrava-se subordinada às leis do Estado Absolutista, o qual era constituído pela nobreza e não mais atendia aos interesses da burguesia industrial nascente. Neste contexto, a burguesia, com o intuito de defender seus interesses, aliou-se aos trabalhadores com o objetivo de colocar fim no governo absolutista e participar de maneira mais efetiva do poder político – até então privilégio da nobreza.

Na França, em 1789, após o fim da Monarquia Absolutista, surgiu um novo modelo de Estado, que reuniu os princípios dos sistemas representativos através de uma constituição. Esta nova ordem social estava vinculado com a idéia de nação. Baseado no pertencimento de uma coletividade, de uma cultura, de uma língua comum e de uma história. Desta forma, o Estado-nação partiu do princípio de ser um Estado “autônomo”, que supunha ser neutro, sem interesse de nenhum grupo social, acima de todos e visava beneficiar o conjunto de cidadãos ou a maioria deles. Também era proposta a igualdade política dos cidadãos (embora, depois da Revolução Francesa na Europa, o direito de voto tenha sido restringido pela renda dos indivíduos).

Sendo assim, o Estado-nação, identificava-se com o programa das revoluções liberais, como foi o caso da Revolução Francesa (1789), que baseou-se nos princípios de: liberdade, igualdade e fraternidade. Mas, não se pode esquecer do princípio liberal implícito que fundamentava estes três: a propriedade.

Os Estados-nação que surgiram na Europa Ocidental, entre o final do século XVIII e século XIX, em sua maioria resultaram das fronteiras territoriais das velhas monarquias, ou seja, reuniram diferentes nações, sobre uma cultura imposta. Além disso, eram pluralistas, ou seja, possuíam várias etnias. Então, para convencer os cidadãos que todos pertenciam a uma nação, produziu-se a idéia de nacionalidade. No caso da França, após a Revolução de 1789, este processo foi forçado, foram perseguidos os dialetos locais para impor o francês como língua oficial; realizou-se uma nova divisão provincial e ocorreu a invenção de mitos, como o da francesa Joana D’Arc (que lutou contra a Inglaterra na Guerra dos Cem Anos, de 1337-1453).

A nação francesa também constituiu-se por meio de um projeto político complexo envolvendo interesses dos grupos dominantes (principalmente a burguesia), vinculados por interesses econômicos do mercado nacional e com a implantação de escolas para a educação pública.

Já no contexto de estruturação do Estado inglês (final do século XVII), o sistema parlamentar possibilitou a unificação dos interesses dos grupos dominantes: clero, nobreza e burguesia, incluindo as classes altas escocesas.

Por outro lado, o Estado espanhol, ainda no século XIX, não possuía um projeto coletivo que permitisse a unificação dos grupos dominantes, ligados à atividade industrial e à agrícola. Também não tinha nacionalizado a cultura. Manteve o reforço do Estado centralizado no governo, com uma guarda civil e um exército, utilizados para manter a ordem.

Teóricos do Estado-nação

A partir das idéias do filósofo e político inglês Jonh Locke (1632-1704), foi possível construir as bases do Estado-nação na Inglaterra. Entre suas obras destacaram-se: **Ensaio sobre o entendimento humano e o Segundo tratado sobre o governo civil**, as quais serviram de embasamento para as transformações das instituições política daquele país, com a participação da classe social burguesa.

Outras idéias também serviram de referência para a constituição do Estado-nação, entre elas, a dos pensadores: Charles-Louis Secondat, o barão de Montesquieu (1689-1755), que escreveu **O espírito das leis** (1748), onde criticava as monarquias absolutistas e defendia a separação dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário; e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que em seu livro **Do contrato social** (1762), sustentava uma sociedade democrática, baseada na igualdade entre os indivíduos, “a vontade geral”.

Para ampliar seus conhecimentos, você pode analisar alguns documentos destes pensadores.

Documento 5

Jonh Locke defende o parlamentarismo

É claro que a monarquia absoluta, considerada por alguns como o único governo no mundo, é de fato incompatível com a sociedade civil e que ela não pode mesmo, por consequência, constituir uma forma de poder civil. O grande fim para o qual os homens entram em sociedade é gozar dos seus bens na paz e na segurança. Ora, estabelecer leis nesta sociedade constitui o melhor meio para realizar esse fim. Portanto, em todos os Estados, a primeira e fundamental lei positiva é aquela que estabelece o poder legislativo; do mesmo modo que a primeira e fundamental lei natural que deve reger o próprio poder legislativo é a salvaguarda da sociedade e (enquanto seja compatível com o bem público) a de cada um dos seus membros. Este poder legislativo constitui não somente o poder supremo do Estado, mas permanece sagrado e imutável nas mãos daqueles a quem a comunidade uma vez o entregou. E nenhum edito, seja qual for a sua forma, ou o poder que o apoie, tem a força obrigatória de uma lei, se não for aprovado pelo poder legislativo, escolhido e designado pelo povo. Sem isso, a lei não comportaria aquilo que é necessário para constituir uma lei: o consentimento da sociedade. Com efeito, ninguém tem o poder de impor leis à sociedade sem o seu próprio consentimento e sem ter recebido dela a investidura.

(Adaptado de LOCKE, **Ensaio sobre o poder civil**, 1690 *apud*: FREITAS, 1976, p. 202-203).

Documento 6

Da constituição da Inglaterra

Há, em cada Estado, três espécies de poderes: o poder legislativo, o poder executivo das coisas que dependem do direito das gentes, e o executivo das que dependem do direito civil.

Pelo primeiro, o príncipe ou magistrado faz leis por certo tempo ou para sempre e corrige ou ab-roga as que estão feitas. Pelo segundo, faz a paz ou a guerra, envia ou recebe embaixadas, estabelece a segurança, previne as invasões. Pelo terceiro, pune os crimes ou julga as querelas dos indivíduos. Chamaremos este último o poder de julgar e, o outro, simplesmente o poder executivo do Estado.

A liberdade política, num cidadão, é esta tranqüilidade de espírito que provém da opinião que cada um possui de sua segurança; e, para que se tenha esta liberdade, cumpre que o governo seja de tal modo que um cidadão não possa temer outro cidadão.

Quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura o poder legislativo está reunido ao poder executivo, não existe liberdade, pois pode-se temer que o mesmo monarca ou o mesmo senado apenas estabeleçam leis tirânicas para executá-las tiranicamente.

Não haverá também liberdade se o poder de julgar não estiver separado do poder legislativo e do executivo. Se estivesse ligado ao poder legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria legislador. Se estivesse ligado ao poder executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor.

Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas, e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos.

(MONTESQUIEU, 1982 [1748], p.187).

Documento 7

Da democracia

Parece que não se poderia ter uma constituição melhor do que aquela em que o poder executivo estivesse junto ao legislativo. Isso torna o governo insuficiente em certos aspectos, porque as coisas que devem ser distinguidas não o são, o príncipe e o soberano não sendo senão a mesma pessoa, formam um governo sem governo.

Não será bom que aquele que faz as leis as execute, nem que o corpo do povo desvie sua atenção dos desígnios gerais para emprestá-la aos objetivos particulares. Nada mais perigoso que a influência dos interesses privados nos negócios públicos; o abuso da lei pelo governo é mal menor do que a corrupção do Legislador, conseqüência infalível dos desígnios particulares. Então, o Estado alterado em sua substância, torna-se impossível qualquer reforma. Um povo que jamais abusasse do governo, também não abusaria da independência; um povo que sempre governasse bem, não teria necessidade de ser governado.

A rigor, jamais existiu e jamais existirá uma democracia verdadeira. É contra a ordem natural governar o grande número e ser o menor número governado. Não se pode imaginar que permaneça o povo continuamente em assembléia para ocupar-se dos negócios públicos.

Quantas coisas difíceis de reunir, supõe esse governo? Em primeiro lugar, num Estado muito pequeno é fácil reunir o povo, onde cada cidadão passa conhecer todos os demais; segundo, uma simplicidade de costumes que evite a acumulação de questões e as discussões espinhosas, com igualdade entre as classes e as fortunas, pouco ou nada de luxo. A virtude por princípio da república, pois todas essas condições não poderiam subsistir sem ela. Não há forma de governo tão sujeita às guerras civis, às agitações intestinais quanto a forma democrática ou popular, porque não existe outra que tenda tão forte e continuamente a mudar de forma, nem que exija mais vigilância e coragem para ser mantida na forma original. É sobretudo nessa constituição que o cidadão deve armar-se de força e constância, e ter presente no coração, todos os dias da vida, o que dizia um patino virtuoso na dieta da Polônia: prefiro a liberdade perigosa à tranqüila servidão.

(ROUSSEAU, 2005 [1762], p.149-151).



ATIVIDADE

- Organize em um quadro as principais idéias defendidas por: Locke, Montesquieu e Rousseau. Compare as diferenças e semelhanças.
- Leia o texto e comente: Por que a formação do Estado-nação espanhol ocorreu tardiamente em relação à França e à Inglaterra?



DEBATE

- Em grupo, discuta com seus colegas essas idéias, depois retome a leitura dos textos e escreva uma narrativa histórica explicando o porquê destes pensadores defenderem um Estado democrático.

■ Independência do Brasil e a formação do Estado Nacional

Você talvez já tenha lido algo sobre a independência do Brasil. Que relação pode ser estabelecida entre este fato e a formação do Estado Nacional brasileiro?

A Independência do Brasil, em 1822, foi articulada por grupos sociais dominantes, compostos por grandes proprietários rurais e grandes comerciantes. Portanto, não houve a participação decisiva neste processo das camadas populares, as quais eram constituídas pela força de trabalho escravo e livre, pois para estas camadas a independência deveria implicar também em mudanças sociais, o que não correspondia aos interesses dos grupos sociais dominantes.

Desta forma, a formação do Estado Nacional brasileiro foi limitada pela separação política do domínio colonial da metrópole portuguesa. O sistema de governo monárquico e a escravidão foram mantidos, enquanto, todos os outros países da América Latina (com exceção de um breve período monárquico no México, em 1822 e 1823), como o Paraguai, em 1813, e a Argentina, em 1816, após conquistarem a sua independência, adotaram a forma de governo republicana, a qual refletia, de certa modo, as idéias da Revolução Francesa de 1789 (liberdade, igualdade e fraternidade).

Neste contexto, as elites brasileiras estavam divididas: uma corrente liberal, ligada ao pensamento de Rousseau, defendia a soberania popular, a expressão democrática (direito de voto) e uma Constituição; a outra, ligada aos conservadores, defendia a monarquia absolutista (o imperador) como legitimidade do Estado brasileiro.

Por ocasião da elaboração da primeira Constituição do Brasil, alguns deputados liberais, que faziam parte da Assembléia Constituinte de 1823, pressionaram o imperador D. Pedro I (1798-1834) para que os poderes executivo, legislativo e o judiciário fossem organizados de forma democrática. A reação do imperador foi a dissolução da Assembléia Constituinte, em 12 de novembro de 1823, a prisão e expulsão do país daqueles que resistiram a essa ordem, como foi o caso de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) e seus irmãos: Antônio Carlos de Andrada (1773-1845) e Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1776-1844).

Depois disto, o imperador nomeou um Conselho de Estado que redigiu a Constituição de 1824, a qual foi imposta por D. Pedro I à nação brasileira. Esta Constituição criou o poder moderador, além dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Pelo poder moderador, o rei podia nomear os senadores, convocar eleições e dissolver o Parlamento, indicar ou remover juízes, de forma contraditória a uma monarquia constitucional, pois conferia mais poderes ao imperador.

Mas, como deveriam ser as eleições de acordo com esta Constituição? Você pode analisar como a historiografia descreve sobre esta questão.

Texto 3

Segundo a Constituição de 1824, as eleições para a Câmara se faziam em dois turnos. No primeiro, votavam todos cidadãos livres que pudessem comprovar uma renda superior a 100 mil-réis (pouco mais de um terço do valor de um escravo) e podiam ser eleitos cidadãos com renda anual superior a 200 mil-réis. Os votantes de cada paróquia escolhiam seus eleitores, e estes reuniam-se com outros eleitores da mesma comarca ou distrito e escolhiam o deputado que os representaria na Câmara.

As eleições para o Senado seguiam um procedimento similar. Mas, como o cargo de senador era vitalício, os votantes e eleitores propunham uma lista de três nomes, que era enviada ao imperador. Este, por sua vez, escolhia o que mais lhe agradasse entre os três.

(CALDEIRA et. al., 1997, p. 177).

Texto 4

Tinha tentado por meio de uma assembléia constituinte e, frustrado o instrumento, imposta na outorga da carta. Certo, as vozes ausentes nos debates de 1823 protestarão mais tarde: o carmelita frei Joaquim do Amor Divino Caneca, à vista do texto da Carta de 1824, exigiu que a constituição refletisse um pacto social.

(FAORO, 2004, p. 281)

A imposição da Constituição de 1824 gerou protestos principalmente nas províncias do nordeste, composta por Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, as quais se rebelaram e formaram a Confederação do Equador, proclamando, em 1824, uma república independente. Entre os líderes deste movimento estava Joaquim do Amor Divino Rabelo e Caneca, o frei Caneca (1779-1825), que conforme pode-se

observar no **texto 4**, defendia uma Constituição democrática e republicana, baseada nas idéias liberais. Este movimento foi duramente reprimido pelo imperador D. Pedro I.



ATIVIDADE

- Após analisar a narrativa histórica sobre a Constituição de 1824, expresse por escrito sua conclusão com relação ao direito de voto e aos poderes por ela constituídos.
- Organize, com seus colegas e com a ajuda dos professores, uma visita à câmara de vereadores, à prefeitura e ao fórum de sua cidade. Você poderá buscar informações junto a representantes destes órgãos públicos em relação ao funcionamento da tramitação das leis e à competência de cada um. Pode também tomar conhecimento sobre projetos importantes para a população de seu município. Depois destas informações coletadas, sintetize, confeccione cartazes, monte painéis e divulgue para outras classes do colégio o resultado do trabalho.
- Compare os **documentos 5, 6 e 7** com a pesquisa de campo realizada (visita aos órgão dos três poderes). Depois anote suas conclusões e apresente para classe.
- Observe o quadro de Pedro Américo Figueiredo Mello, presente no **documento 8**, sobre *O Grito do Ipiranga*, ocorrido em 7 de setembro de 1822, você pode analisar:
Quais personagens podem ser identificados?
a) Como foi representada a figura do trabalhador?
b) Será que a proclamação da independência do Brasil, foi exatamente desta forma?
c) Construa uma narrativa histórica argumentado sobre estes questionamentos

A construção da idéia da nação brasileira

O Brasil foi formado por diferentes etnias, como: os indígenas, os europeus, e os africanos. Você pode se perguntar: como foi possível construir uma idéia de nação brasileira?

Documento 8



■ PEDRO AMÉRICO. **Independência ou morte**, 1888. Óleo sobre tela, 760 x 415 cm. São Paulo. Acervo do Museu Paulista. Pedro Américo (1843-1905) foi pintor, desenhista e professor.

De acordo com a periodização do historiador Eric Hobsbawn, a invenção histórica da nação na Europa desdobrava-se em três etapas: a primeira (1830-1880), vinculava-se ao princípio de nacionalidade, referia-se à idéia de nação e de território, também estava relacionada ao discurso da economia política liberal; na segunda etapa (1880-1918) pensava-se na “idéia nacional”, articulada à língua, à religião e à raça, cujo discurso advinha predominantemente dos intelectuais pequenos-burgueses, em particular italianos e alemães; e na terceira etapa (1918-1960) enfatizava-se a “questão nacional”, a partir dos partidos políticos e do Estado.

No Brasil, após ter conseguido a Independência, a formação do Estado brasileiro procurou vincular a idéia de nação com o objetivo de garantir a unidade nacional. Portanto, a nação foi ajustada para compreender um só povo brasileiro. Tanto na literatura quanto em outras áreas do conhecimento desenvolveu-se a idéia do “caráter nacional” e da “identidade nacional”, forjando um modelo de nacionalidade.

O “caráter nacional brasileiro” foi percebido como algo positivo ou negativo de acordo com os interesses políticos e sociais em questão. Na perspectiva positiva, a nação foi formada pela mistura de três etnias: os indígenas, os africanos e os europeus, desconsiderando o preconceito racial. Esta visão configurava-se pela boa relação entre a casa-grande e a senzala e do paternalismo do branco sobre o negro. Sendo assim, o “caráter brasileiro louvável” era formado pela relação entre o negro bom e o branco bom, ou de forma negativa, entre o branco ignorante e o negro indolente, de “caráter depreciável”. Já, na perspectiva negativa, a visão da formação da “identidade nacional brasileira” e das relações entre os brancos e os negros buscaram mascarar as diferenças existentes na forma da violência branca e da resistência negra em relação a esta.

Desta forma, em nenhum dos dois casos os negros foram vistos como sujeitos sociais, capazes de desenvolverem sua própria consciência política diferenciada.

Outro aspecto importante, que contribuiu para idéia de nação, foi o modo como a literatura brasileira, através do romantismo (século XIX), retratou a independência política e a formação de uma imagem positiva do Brasil e do povo brasileiro.

Este nacionalismo romântico manifestou-se na exaltação da natureza pátria, no retorno ao passado histórico (a Idade Média europeia), descreveu os indígenas como heróis, vistos de forma idealizada, semelhantes aos cavaleiros medievais. O romantismo, no século XIX, foi representado, entre outros, pela poesia nacionalista de Antônio Gonçalves Dias. Em seus versos indianistas, retratou o índio com sentimentos e atitudes artificiais, com aspectos europeus, conforme você pode verificar na exaltação da pátria em **Canção do exílio** (1843) ou nos trechos do poema **I-Juca Pirama** (1851).



Antônio Gonçalves Dias (1823-1864). O poeta cursou Direito na Universidade de Coimbra em Portugal, onde escreveu *Canção do exílio* em 1843. Foi um dos poetas responsáveis pela consolidação do Romantismo no Brasil.

■ www.secrel.com.br

Canção do exílio (1843)

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar – sozinho, à noite –
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Coimbra - Julho 1843.

I-Juca Pirama (1851)

No meio das tabas de amenos verdores,
Cercadas de troncos – cobertos de flores,
Alteiam-se os tetos d'altiva nação;
São muitos seus filhos, nos ânimos fortes,
Temíveis na guerra, que em densas coortes
Assombram das matas a imensa extensão.

São rudos, severos, sedentos de glória,
Já prélios incitam, já cantam vitória,
Já meigos atendem à voz do cantor:
São todos Timbiras, guerreiros valentes!
Seu nome lá voa na boca das gentes,
Condão de prodígios, de glória e terror!

As tribos vizinhas, sem forças, sem brio,
As armas quebrando, lançando-as ao rio,
O incenso aspiraram dos seus maracás:
Medrosos das guerras que os fortes acendem,
Custosos tributos ignavos lá rendem,
Aos duros guerreiros sujeitos na paz.

(Adaptado de DIAS, 2003, p. 71).



ATIVIDADE

- Faça um relato sobre como você caracteriza a visão de Gonçalves Dias em relação à pátria e aos indígenas descritos nos poemas.
- Retome a leitura dos textos, converse com seus colegas e expresse oralmente sua opinião a respeito de como foi concebida a construção da idéia de nação brasileira.
- Observe no quadro a explicação sobre a escrita das poesias.

■ Símbolos nacionais brasileiros

No decorrer do processo de construção do Estado-nação brasileiro, nos séculos XIX e XX, os símbolos nacionais e a representação dos heróis nacionais, como Tiradentes (um dos líderes da Inconfidência Mineira, em 1789), foram instrumentos importantes na busca da unidade nacional, os quais representavam à idéia de pertencer a uma pátria ou nação, mantendo o sentimento de “identidade nacional” do povo brasileiro.

Entre os símbolos nacionais, destacam-se: o **Hino da Independência**, o **Hino Nacional Brasileiro**, a **Bandeira Nacional**, o **Brasão Nacional**, etc. Certamente você já conhece alguns destes símbolos, pois são utilizados nas escolas em datas comemorativas, em momentos cívicos ou em épocas de competições mundiais, como: olimpíadas e copa do mundo. Você pode encontrar alguns símbolos nacionais expostos em órgãos públicos de sua cidade ou de seu Estado.

Observe as imagens da Bandeira e leia os trechos do **Hino da Independência** e do **Hino Nacional Brasileiro**, depois responda as questões:

Documento 11



■ Bandeira do Império Brasileiro (1822-1889)

Documento 12

Hino da Independência do Brasil (1822)

Letra: Evaristo da Veiga (1799-1837)

Música: D. Pedro I

Já podeis da Pátria filhos,
Ver contente a Mãe gentil;
Já raiou a Liberdade
No horizonte do Brasil

Brava gente brasileira
Longe vá temor servil; [Estrilho]
Ou ficar a Pátria livre,
Ou morrer pelo Brasil.

Os grilhões, que nos forjava
Da perfídia astuto artil,
Houve mão mais poderosa,
Zombou deles o Brasil.

[Estrilho]

O Real Herdeiro Augusto
Conhecendo o engano vil,
Em despeito dos tiranos,
Quis ficar no seu Brasil.

[Estrilho] (..)

Documento 13

Hino Nacional do Brasil

Música (1840): Francisco Manuel da Silva (1795-1865)

Letra (1909): Joaquim Osório Duque Estrada (1870-1927)

Parte I

Ouviram do Ipiranga às margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!
Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.
Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E teu futuro espelha essa grandeza.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada
Brasil!

(...)

Documento 14



■ Bandeira Nacional do Brasil, a partir de 1889.



ATIVIDADE

- Quais representações podem ser percebidas nas bandeiras?
- Busque no dicionário o significado das palavras que você desconhece dos Hinos.
- Leia novamente os **documentos 12 e 13** referentes ao Hino da Independência e ao Hino Nacional do Brasil respectivamente. Depois, descreva como os mesmos representam a pátria, a liberdade e a figura do herói.

■ Referências Bibliográficas

- ANDERSON, P. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985. Trad. João Roberto Martins Filho.
- CARVALHO, D. de. **História geral**: Idade Moderna. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 1974, v. 3.
- DIAS, G. **Poesia lírica e indianista**. São Paulo: Ática, 2003.
- FREITAS, G. de. **900 textos e documentos de história**. Lisboa: Plátano Editora, 1976, v. II.
- HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MONTESQUIEU, C. L. de S. **O espírito das leis**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. Trad. Fernando Henrique Cardoso e Leoncio Martins Rodrigues.
- ROUSSEAU, J. J. **Do contrário social**: ensaio sobre a origem das línguas. São Paulo: Nova Cultural, 2005, v. I. Trad. Lourdes Santos Machado.

■ Obras Consultadas

- CALDEIRA, J. et. al. **Viagem pela história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: o mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- FAORO, R. **Os donos do poder**. 16. ed. São Paulo: Globo, 2004. v. 1.
- FONTANA, J. **Introdução ao estudo da história geral**. Bauru-São Paulo: Edusc, 2000.
- MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- MARQUES, A. et al. **História moderna através de textos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990.
- RIBEIRO JÚNIOR, J. **A independência do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Global, 1994.

■ Documentos consultados *ONLINE*

- www.mdras.com.br
- www.portaldepoesia.com
- www.aman.ensino.eb.br



RELAÇÕES DE PODER:

Relações de poder e violência no estado

■ Siumara Sagati¹



DECLARAÇÃO DE DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO

França, 26 de agosto de 1789

Art. 12º: A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública; esta força é, pois, instituída para fruição por todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HO- MEM, PROCLAMADA PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) EM 1948.

Art. 3º - Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Art. 5º - Ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Art. 9º - Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Os princípios observados nos artigos das declarações citadas acima podem ser aplicados à sociedade contemporânea, em particular ao Brasil?

■ O Estado e as relações de poder

O Estado, para assegurar o cumprimento das “obrigações” pertinentes dentro de um sistema de organização coletiva, usa como artifício o poder, ancorado por um lado na institucionalização e na legitimação da autoridade e, por outro, na possibilidade efetiva do recurso à ameaça. Como extrema medida, pode ainda recorrer ao uso da violência.

Um dos objetivos diretos da utilização da violência pelo Estado pode ser a destruição dos adversários políticos ou deixá-los na impossibilidade física de agir com eficácia. Têm essa função as guerras de extermínio, os genocídios, a eliminação da velha classe governante por parte de um movimento revolucionário, a expulsão dos opositores do território do Estado e todas as formas de reclusão e deportação para campos de concentração ou para lugares de isolamento.

O Estado usa a violência, não somente em sua comunidade, mas também contra o exterior, no confronto com outras comunidades políticas e outros Estados. Muitas vezes a tensão pode intensificar-se numa espiral de violência cada vez maior e explodir num conflito direto e geral, como por exemplo, a guerra no relacionamento entre Estados.

Foi a partir do século XV, que o Estado passou a deter a prerrogativa do monopólio da violência legítima. Ele utilizou a violência com continuidade e de maneira tendencialmente exclusiva, seja por meio de um ou mais aparelhos especializados que dispõe (tribunais, polícia, exército, etc.), ou da força, não no sentido da violência física, mas como capacidade de estimular ou inibir ações pelo processo de formação do comportamento, da assimilação de valores, autoridade e disciplina.

Algumas das referências mais difundidas do poder do Estado que baseavam-se no monopólio da violência legítima tiveram sua origem na filosofia política. Observe alguns exemplos:

Texto 1

Maquiavel, Grotius , Hobbes e o Estado forte

Apesar de distanciados pelo tempo, foram publicados alguns tratados sobre ciência política que reforçavam o poder do Estado, ressaltando a questão do monopólio da violência legítima.



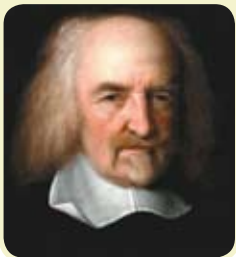
Maquiavel (1469-1527)

Em 1513, Nicolau Maquiavel, defendia em sua obra **O príncipe**, a idéia de que a guerra é a única arte que pertence especificamente a quem comanda, isto é, ao próprio soberano.



Grotius (1583-1645)

Na sua obra **As leis da guerra e da paz** (1625), Hugo Grotius fez a defesa da noção segundo a qual, para que uma guerra pudesse ser considerada legítima, tinha de ser declarada por um soberano. Somente os governantes de seus respectivos povos é que poderiam declarar a guerra aos seus oponentes.



Hobbes (1588-1679)

Thomas Hobbes, na sua obra magna **O Leviatã**, de 1650, destaca que a única autoridade existente num reino deveria ser a do rei, do monarca absolutista. Somente ele, a figura coroada, é quem deteria o monopólio da violência.

■ FONTE DAS IMAGENS: www.wikipedia.org



PESQUISA

- Pesquise sobre o conteúdo das obras: **O príncipe** e **O Leviatã**. Organize em “fichas” quais são as informações mais significativas acerca de cada uma delas. Relate em sala de aula o resultado de sua pesquisa.

Os Estados nacionais são portadores de interesses e de identidades culturais e, para protegê-los, utilizaram-se das guerras, vendo nelas um dos meios de se chegar aos seus objetivos. Nas guerras, os beligerantes empregam a violência, não para chegar à destruição total do inimigo, mas para submeter sua vontade política e impor-lhe suas próprias condições. Portanto, a guerra, longe de poder ser reduzida a um puro retorno à violência instintiva, constitui um exercício refletido e controlado pelo Estado.

Texto 2

Ao falar do Estado, Lucien Febvre o qualificou como “uma máquina forjada em vista dos resultados que obtém, em parte, pela força, e que impõe, em todo o caso, pela força: força material, força policial, força armada, soldados, polícias, militares, juízes”. Entre as características do “Estado Moderno”, destacou-se sempre, como fundamental, a de ser detentor do monopólio da violência, tanto para fora, na defesa contra os inimigos externos na guerra, como para dentro, atuando contra o inimigo da ordem social estabelecida pela polícia e pela justiça. (FONTANA, 2000, p. 269.)

Texto 3

A guerra não é mais que a continuação da política por outros meios”, ela “não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento da política, seu prosseguimento por outros meios”. (CLAUSEWITZ *apud* FOUCAULT, 2002 p. 22.)



ATIVIDADE

2. Analise as temáticas dos **textos 2 e 3** e escreva um comentário a respeito.

■ As Guerras Revolucionárias e Nacionais

A Revolução Francesa (1789), fez aparecer, simultaneamente, um dos primeiros Estado-nação e o primeiro exército nacional. A partir de então, os soldados, imbuídos do status de pertencimento a uma nação, não faziam mais as guerras do rei, mas as da pátria. Era a nação em armas, integrada pelos filhos da pátria, que nutriam grandes exércitos, utilizados para manter a ordem e combater os inimigos externos.

Napoleão Bonaparte (1769-1821), soube utilizar como ninguém o exército francês com um novo e mais agressivo sentido de mobilidade – seus soldados diziam que faziam a guerra com cavalos mais do que com as baionetas – e obteve vitórias por toda a Europa, à custa de grandes perdas de vidas humanas (as suas guerras vão matar um de cada cinco franceses nascidos entre 1790 e 1795). Foi derrotado, ao final, por inimigos que haviam aplicado os seus próprios métodos. Conheça um pouco sobre a trajetória de Napoleão através da historiografia.

Documento 1

Guerra, guerra, guerra...: as primeiras grandes vitórias de Napoleão na campanha de Itália (1796):

“Soldados! Haveis em 15 dias alcançado seis vitórias, tomando vinte e uma bandeiras, cinquenta e cinco ca-

nhões, várias praças fortes e conquistada a parte mais rica do Piemonte. Haveis feito 15.000 prisioneiros, morto ou ferido mais de 10.000 homens.” (Alocução de Bonaparte às suas tropas. In: Las Cases, **Memorial de Santa Helena** apud FREITAS, 1976, p.118).

Documento 2

Waterloo: última batalha e grande derrota de Napoleão (1815, Junho): “Eram 8 horas da noite. A fuzilaria extinguia-se pouco a pouco, e as nossas tropas tinham perdido a maior parte das suas posições. Para todos aqueles que sabiam o que era a guerra, a batalha estava perdida... A estrada achava-se já cheia de fugitivos de todas as armas e de todos os graus, que gritavam ‘Estamos traídos! Salve-se quem puder!’, e atropelavam tudo na sua passagem. A desordem chegara ao auge...” (Coronel Treçon. **Canhedo de Campanha**, 1815 apud FREITAS, 1976, p. 120).



www.e-n-s.org/



ATIVIDADE

3. Analise os **documentos 1 e 2** e registre suas conclusões:
 - período em que foi produzido;
 - conteúdos;
 - contexto em que foi produzido.
4. Informe-se e elabore uma síntese biográfica sobre Napoleão Bonaparte.

No período entre 1815 e 1850, a França e outras regiões da Europa foram marcadas por movimentos revolucionários. Estes eram apoiados pela burguesia, cujo objetivo principal era conquistar o poder político e fazer valer os princípios liberais propostos pela Revolução Francesa. Contavam também com o apoio popular, pois a maioria da população, principalmente os trabalhadores, vivia em condições miseráveis, sem direitos, oprimidos e sem liberdade.



ATIVIDADE

- Identificação do **documento 3**:
 - tipo; - autoria; - época; - personagens históricos representados.
- A quais acontecimentos históricos o quadro se refere?



PESQUISA

No Brasil, as idéias liberais influenciaram vários movimentos revolucionários. Sob a orientação do professor pesquise sobre a relação destes movimentos com as idéias liberais.

No século XIX, as idéias do nacionalismo e o expansionismo das nações européias articularam-se no mesmo contexto histórico. A questão do nacionalismo – ideologia de legitimação dos Estados e dos povos em via de unificação – exerceu

- EUGÈNE DELACROIX (1798-1863). **A Liberdade guiando o povo**, 1830, óleo sobre tela, 325 x 260 cm. Paris. Museu do Louvre.

Texto 4

O francês *Eugène Delacroix* (1798-1863) é considerado o *pintor romântico* por excelência. Delacroix apostou na força e na cor luminosa. Tinha preferência por cenas de violência e paixão. Tratava os temas de suas obras com audácia, tornando-os eletrizantes pelo brilho e contraste de cores. Sua tela reúne o vigor e o ideal românticos em uma obra que se estrutura em um turbilhão de formas. O tema representa os revolucionários de 1830 guiados pelo espírito da Liberdade (simbolizados aqui por uma mulher carregando a bandeira da França). Esta é provavelmente a obra romântica mais conhecida e foi o primeiro quadro político na história da pintura moderna.

O Romantismo caracteriza-se por defender a liberdade de criação e privilegiar a emoção. As obras valorizam o individualismo, o sofrimento amoroso, a religiosidade cristã, a natureza, os temas nacionais e o passado. (Adaptado de ARGAN, 1992, p.55-57).

Documento 3

www.wikipedia.org



sua primazia sobre as relações internacionais. Nações orgulhosas de seus valores defenderam a sua identidade ao passo que os líderes políticos estavam cada vez mais ligados ao expansionismo.

Os ideais nacionalistas e expansionistas projetaram rivalidades dando origem a vários conflitos mobilizando parte da população europeia em lutas, conflitos e guerras expressivas.

Neste período (séc. XIX), conviviam algumas nações já constituídas (como França, Portugal e Espanha) e impérios que reuniam várias nações, como o Reino Unido, ao qual pertenciam Índia, Escócia e Irlanda, e o Império Austro-Húngaro, do qual faziam parte regiões da Alemanha, Áustria e Hungria. Apenas na segunda metade do século XIX, a Itália se unificou constituindo-se, em 1870, como uma nação. O mesmo aconteceu com a Alemanha em 1871. A Guerra Franco-Prussiana (1870), entre franceses e prussianos fez parte deste contexto. Observe os documentos:

Documento 4

A guerra franco-prussiana de 1870, a 1ª grande derrota capitulação de Metz: “Franceses, levantai vossas resoluções à altura dos terríveis perigos que fundem sobre a pátria... Metz capitulou... O general Bazaiane traiu... entregou, sem mesmo tentar um supremo esforço, 120.000 combatentes, 20.000 feridos, suas espingardas, seus canhões, suas bandeiras e a mais forte cidadela da França... Em menos de dois meses, 200.000 homens foram entregues ao inimigo... É tempo de nos recompormos, cidadãos, e, sob a égide da República, que estamos bem decididos a não deixar capitular, nem dentro nem fora, extrair do fundo das nossas desgraças a radiação da nossa moralidade e da nossa virilidade política e social...”

■ (Proclamação de Gambetta. In: J. CLARETIE. **História da Revolução de 1870-1971** apud FREITAS, 1976, p. 195-196).

Documento 5



■ **Batalha de Mars-La-Tour** (16 Agosto de 1870). Ilustração. **Canadian Illustrated News**, 19 nov. 1870.



ATIVIDADE

- Quanto aos **documentos 4 e 5**, desenvolva as atividades de:
 - a) identificação do documento: data, autor, tipo de documento;
 - b) análise do tema ou conteúdo.

■ As guerras mundiais

Durante o século XX, o mundo vivenciou a experiência da guerra total. A Primeira Guerra (1914-1918) e a Segunda Guerra (1939-1945) influenciaram a vida social, econômica, política e cultural de países do

mundo inteiro. Provocaram mobilizações das populações, afetando a vida de militares e civis: homens, mulheres e crianças não foram poupados durante o desenvolvimento destes conflitos.

Imperialismos, colonialismos, militarismos e nacionalismos deram origem ao conflito que ensanguentou a Europa entre 1914 e 1918. Vinte anos depois, um movimento de ideologias, racismos e conflitos econômicos deu nova dimensão, verdadeiramente global e mundial, ao confronto, que deflagrou a guerra em setembro de 1939. Da seqüência das duas guerras mundiais emergiu uma nova realidade de poder mundial. Veja mais algumas informações:

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

Sob muitos aspectos a guerra de 1914 -1918, foi uma guerra sem precedentes na história. Conflitos anteriores talvez tenham durado um número maior de anos, mas dificilmente envolveram direta ou indiretamente tantas pessoas. Esta foi a primeira guerra de massas, o primeiro conflito generalizado entre Estados-nações altamente organizados. Ela começou como uma guerra essencialmente européia, entre a tríplice aliança de França, Grã-Bretanha e Rússia de um lado, e as chamadas potências centrais, Alemanha e Áustria-Hungria, do outro. Entretanto várias outras nações foram arrastadas para um desses lados.

Esta guerra também se diferenciou das anteriores pela difusão espacial dos combates que se desenrolaram pela primeira vez sobre diferentes frentes ao mesmo tempo, na Europa, mas igualmente na África e na Ásia oriental. Os exércitos, após terem se deslocado com rapidez para as regiões de combate, ficaram imobilizados sobre o terreno numa interminável guerra de trincheiras, sem poder tirar proveito de sua mobilidade. O resultado foi uma luta sangrenta e de desgaste, em que se feriam centenas de milhares de soldados nas valas (trincheiras), sem ganhar um palmo do terreno ou voltando a perder rapidamente o que havia ganho com muito esforço, submetidos ao castigo implacável de uma artilharia que causou 70% de todas as mortes em combate.

No domínio das armas, as transformações tecnológicas influenciaram fortemente o conflito. Se certos combates diferenciavam-se pouco das guerras do século XIX – com emprego da infantaria –, foi a utilização de novas armas (químicas, como o gás venenoso asfixiante), os blindados e, mais ainda, a aviação (bombardeio aéreo) que marcaram o conflito.

■ (Adaptado de HOBBSAWM, 1995, p. 30-42).

Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

A Segunda Guerra Mundial foi o confronto de dois blocos: as potências do eixo – Alemanha, Itália, Japão – e as potências aliadas – Inglaterra, França, União Soviética e Estados Unidos. Outros países como o Brasil, que apoiou os aliados, somaram-se a estes, tanto de um lado quanto do outro. Alguns países permaneceram neutros (Suíça, Mônaco, Andorra, Vaticano e São Marinho).

A maior parte dos combates ocorreu na Europa e na Ásia, mas as operações militares aconteceram em todos os continentes. A América não foi afetada; houve apenas operações navais, com submarinos alemães. Entre as principais causas da guerra está a política expansionista de Hitler, baseada na idéia de formação de um grande império de povos de raça ariana, que sua teoria considerava como a única raça pura.

As características essenciais da guerra foram: a importância da aviação; o envolvimento dos civis; os grandes bombardeios dos centros de armamento (que não tiveram efeitos sensíveis sobre a produção da guerra, mas que destruíram casas e mataram civis: o de Dresden, em 1945, causou 200.000 mortes) e os campos de concentração onde morreram milhões de judeus, comunistas, ciganos (sem esquecer os campos de concentração aliados para os soldados alemães, onde muitos desapareceram de maneira pouco explicada). A guerra chegou ao fim após os bombardeios de populações civis japonesas de Hiroshima e Nagasaki.

■ (Adaptado de HOBBSAWM, 1995, p. 43-51, 144-148).



http://redescolar.ilce.edu.mx



PESQUISA

- O significado histórico de:
 - a) imperialismo
 - b) colonialismo
 - c) militarismo
 - d) nacionalismo
- Sob a orientação do professor, realize uma pesquisa sobre as grandes guerras mundiais.

Sugestões:

 - dividir a sala em duas equipes para que cada uma pesquise uma das grandes guerras;
 - coletar informações:
 - a) envolvimento dos países (quem foi envolvido e por quê?);
 - b) desenvolvimento da guerra (construção de uma linha cronológica com os principais acontecimentos; construção de mapas);
 - c) conseqüências da guerra.
 - montar um mural para exposição dos trabalhos.

Texto 5

Outro motivo, porém, era a nova impessoalidade da guerra que tornava o matar e o estropear uma conseqüência remota de apertar um botão ou virar uma alavanca. A tecnologia tornava suas vítimas invisíveis, como não podiam fazer as pessoas esviceradas por baionetas ou vistas pelas miras de armas de fogo. Diante dos canhões permanentemente fixos da Frente Ocidental, estavam não homens, mas estatísticas. Lá embaixo dos bombardeios aéreos estavam não pessoas que iam ser queimadas e evisceradas, mas somente alvos. Rapazes delicados, que certamente não teriam desejado enfiar uma baioneta na barriga de uma jovem aldeã grávida, podiam com muito mais facilidade jogar altos explosivos sobre Londres ou Berlim, ou bombas nucleares em Nagasaki. Diligentes burocratas alemães, que cer-

Documento 6



■ Típico cogumelo de fumaça para sobre Hiroshima, após a bomba nuclear lançada a 6 de agosto de 1945.

■ Grupo de crianças presas em Auschwitz

■ Prisioneiros no campo de concentração de Buchenwald, no Leste da Alemanha.

tamente teriam achado repugnante tanger eles próprios judeus mortos de fome para abatedouros, podiam organizar os horários de trem para o abastecimento regular de comboios de morte para os campos de extermínio poloneses, com menos senso de envolvimento pessoal. As maiores crueldades do nosso século (século XX) foram crueldades impessoais decididas à distância, de sistema e de rotina, sobretudo quando podiam ser justificadas como lamentáveis necessidades operacionais.

Assim o mundo acostumou-se à expulsão e matança compulsórias em escala astronômica, fenômenos tão conhecidos que foi preciso inventar novas palavras para eles: “sem Estado” (apátridas) ou “genocídio”.

■ (Adaptado de HOBBSAWM, 1995, p. 57).



ATIVIDADE

- Como você caracterizaria a memória registrada nas imagens do **documento 6**?
- Segundo a opinião do historiador Eric Hobsbawm, quais as características das grandes guerras que influenciaram o século XX?
- Utilize seus conhecimentos. Observe as imagens presentes no **documento 6** e leia o **texto 5** como referência para escrever uma narrativa histórica com o título: “A guerra total e os direitos humanos”.



■ trincheira



■ Crianças protegendo-se de um ataque aéreo 1941.



■ Avanço dos alemães em território russo - 1941

■ FONTES: www.estadao.com.br/guerra/trechos.htm ; www.iade.org.ar/.../NP/Art/fotografica.html Acesso em: 20 out. 2005.

O Brasil também participou das guerras mundiais. Quer conhecer um pouco sobre este tema? Então leia os fragmentos historiográficos...

Texto 6

Durante a Primeira Guerra, o governo brasileiro manteve-se neutro até meados de 1917. Apesar da neutralidade, ocorreram, neste período, alguns incidentes envolvendo navios brasileiros. O primeiro problema aconteceu em 3 de abril de 1917, quando uma esquadra alemã afundou o navio mercante “Paraná” no canal da Mancha (França). Alguns dias depois, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha e diante dos acontecimentos declarou guerra contra este país.

No começo de 1918, o governo brasileiro tomou as primeiras medidas para entrar na guerra. Foi organizada a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), composta de dois cruzadores, quatro destroyers, um cruzador auxiliar e um rebocador de alto mar. Seu comando foi entregue ao contra almirante Pedro Frontin. A esquadra partiu de Fernando de Noronha em agosto, rumo a costa africana. Em Dacar, 156 tripulantes foram mortos pela “gripe espanhola”. Também em agosto, partiu para a França uma missão médica chefiada pelo Dr. Nabuco Gouveia. Ainda em 1918, foi criada a nossa Força Aérea. E em 11 de novembro de 1918, os marinheiros, que haviam sido enviados para patrulhar os mares de Dacar e Gibraltar, foram informados do fim da guerra.

■ (Adaptado de Nosso Século: 1910-1930, 1985, p. 66).

Texto 7

A participação do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial foi um pouco mais intensa. O governo do Brasil não tinha uma posição de apoio muito clara nos primeiros anos da guerra. Ideologicamente o Estado Novo achava-se muito mais próximo do fascismo italiano do que dos regimes liberais, e, além disso, havia uma certa dependência da aviação comercial brasileira em relação aos países do eixo. Por outro lado, as relações econômicas colocavam o Brasil na órbita dos Estados Unidos, empenhados na hegemonia econômica, política e militar sobre as Américas.

Posicionando-se ao lado dos norte-americanos, o governo brasileiro declarou guerra aos países do eixo em 31 de agosto de 1942. No ano seguinte começou o recrutamento para lutar na Europa. O grupo de soldados enviados para a guerra foi chamado de Força Expedicionária do Brasil (FEB). Em 16 de julho de 1944, o primeiro escalão da FEB desembarcou em Nápoles, na Itália; posteriormente chegaram outros quatro escalões. Os soldados, do Exército e da Força Aérea, foram incorporados ao IV corpo de Exército norte-americano integrante do XV Grupo de Exércitos Aliados.

Os pracinhas, como foram chamados os soldados brasileiros, lutaram no território italiano entre o final de 1944 e os primeiros meses de 1945. Ao todo, foram 239 dias de ações militares marcadas por centenas de baixas e algumas conquistas.



■ Desembarque do 1º Escalão da FEB (Nápoles, 16 de junho de 1944)

■ (Adaptado de Nosso Século: 1930-1945, 1985, p. 100-106).



PESQUISA

14. Pesquise sobre a relação da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial com a influência dos Estados Unidos.

Totalitarismo e violência

Leia com atenção os **textos 8 e 9** relacionados, buscando identificar como se desencadearam os processos que envolveram poder e o uso da violência nos regimes totalitários.

Texto 8

O totalitarismo moderno (hitleriano ou staliniano) pode definir-se como violência exercida por uma facção que se arroga o direito de falar “em nome de todo o povo” e que monopoliza, em oposição a todas as categorias sociais, os meios de impedir que expressem seus interesses e suas preferências. O totalitarismo constituiu a forma mais complexa da violência exercida contra os membros da sociedade; essa violência é exercida por dirigentes que procuram legitimar o seu uso pela necessidade de construir ou reconstruir a unidade do corpo político. O totalitarismo põe em ação uma gama de meios dos quais o mais característico é a violência contra o juízo da própria consciência, contra o julgamento íntimo dos cidadãos comuns.

Essa violência tem como objetivos mínimos impedir a expressão de certas preferências e tornar as consciências individuais o mais semelhantes possível e, de qualquer maneira, absolutamente receptivas às instruções do “grande irmão”. Podem conseguir isso privando os dissidentes de liberdade (campos de concentração, hospitais psiquiátricos, gulag), ou procurando prevenir qualquer oposição pela introjeção de habitus conformes.

■ (Adaptado de BOURDON & BOURRICAUD, 1993, p. 609).

Texto 9

Consideremos uma outra função da política da violência, que deriva precisamente do fato de que os conflitos violentos com um inimigo tendem, em determinadas condições, a intensificar a união do grupo. Referimo-nos ao desvio das hostilidades contra diferentes componentes da comunidade, mediante o ataque contra um “bode expiatório”. Esta conduta pode consistir numa campanha propagandística nacionalista assumindo a forma de atos rituais e cerimoniais, que se repetem de maneira mais ou menos regular e operam como válvula de segurança ou podem desencadear-se contra um grupo interno. Um exemplo particularmente brutal, e ao mesmo tempo eficaz, é o da violência nazista contra os judeus na fase de ascensão e consolidação do nazismo. Não há dúvida de que este bode expiatório permitiu a muitos alemães, especialmente nas camadas pequeno-burguesas, acreditar novamente, desta vez sob forma de um nacionalismo exasperado, na reconstituição da unidade e da potência da Alemanha após a derrota da Primeira Guerra Mundial com suas gravíssimas conseqüências.

■ (Adaptado de BOBBIO, 2000, p. 1298).



ATIVIDADE

- Faça uma comparação entre as idéias contidas nos textos, indicando pontos de concordância entre eles. Posicione-se a respeito.

■ A Guerra fria e a violência

Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, uma nova potência passou a disputar o controle do planeta com os Estados Unidos: a União Soviética, a qual adotou princípios socialistas desde 1917. Este novo fato gerou um conflito de amplas proporções, uma confrontação múltipla (econômica, política, diplomática, cultural, propagandística) entre os “dois grandes” países, que questionavam de maneira incessante a distribuição mundial dos fluxos de influência e poder. Este confronto entre as duas superpotências se convencionou chamar Guerra Fria. Veja com atenção:

Texto 10

O fato básico e crucial, que nunca é demais repetir, é que o sistema da Guerra Fria é altamente funcional para as superpotências, e é por isso que ele persiste, apesar da probabilidade de mútua aniquilação. A Guerra Fria fornece o arcabouço onde cada uma das superpotências pode usar a força e a violência para controlar seus próprios domínios contra os que buscam um grau de independência no interior dos blocos – apelando à ameaça da superpotência inimiga, para mobilizar sua própria população e a de seus aliados. (CHOMSKY *apud* THOMPSON, 1985, p. 190).



ATIVIDADE

- Na visão de Noam Chomsky (1928-), como se manifestou a utilização do poder e da violência durante a Guerra Fria?
- “A Guerra improvável, paz impossível”. Em que esta frase de Raymond Aron (1905-1983) ilustra as relações americano-soviéticas de 1947-1989?



PESQUISA

- Pesquise sobre as relações de poder que envolviam as superpotências e os países do Terceiro Mundo.

O fim da Guerra Fria, em 1989, não significou a consolidação da paz no mundo. Novas formas de guerra foram sendo construídas, constituindo tipos novos de conflitos, muitos deles tendo como referência a defesa de princípios religiosos fundamentalistas. Atualmente, é o terrorismo que surpreende e assusta a humanidade. Confira como mudou a natureza dos conflitos nos últimos 500 anos:

Documento 9

A CARA DAS GUERRAS

Entre Monarquias – Quando a partir de 1500, a cultura ocidental começa a se impor no mundo, os conflitos se dão, basicamente, entre príncipes, imperadores e monarcas que tentam expandir seu poder, seu comércio, suas fronteiras. Essa situação perdurará até a Revolução Francesa.



Entre Nações – a partir da Revolução Francesa, consolida-se a idéia de Estado-nação e as guerras passam a adquirir caráter nacional, de expansão territorial de uma nação e seu povo. Essa característica se manterá até a Revolução Russa, em 1917.

Entre Ideologias – Com a criação da União Soviética, surge uma super potência comunista, que rivalizará com o mundo capitalista liderado pelos EUA. A disputa ideológica passa a ser o fio condutor dos conflitos – uma situação que mudará com a queda do Muro de Berlim, em 1989.

Entre Civilizações – Com o fim da guerra-fria e o triunfo do império americano, os conflitos perdem sua matriz ideológica e ganham tons cultural e religioso, de rivalidade entre Ocidente e Oriente, entre cristãos e islâmicos. Para alguns estudiosos, é a fase do conflito entre civilizações.

■ (Extraído de VEJA. São Paulo, 19 de setembro, 2001, pp. 82-83).



ATIVIDADE

- Faça uma periodização cronológica das guerras. Procure ilustrá-la com imagens e comentários.
- Redija um texto sobre “Formas de guerras e a construção da paz no mundo contemporâneo.”



PESQUISA

- Debata o tema com os colegas e o professor: “a paz como direito humano fundamental para todos os povos”.

■ Relações de poder e formas de violência.

A violência sempre esteve no horizonte da vida social e a envolveu por todos os lados. Mesmo no interior de uma comunidade ordenada, em que reinava a paz, subsistia o risco de que a ordem pacífica fosse quebrada. A insegurança gerou a multiplicação das iniciativas de autodefesa ou o apelo às instituições repressivas e, conseqüentemente, a instauração de regimes penais.

Texto 11

No regime penal da idade clássica, podem-se encontrar, mescladas, quatro grandes formas de tática punitiva – quatro formas que possuem origens históricas diferentes, que desempenharam, cada uma delas, segundo as sociedades e as épocas, um papel senão exclusivo, pelo menos privilegiado.

- 1- Exilar, rechaçar, banir, expulsar para fora das fronteiras, interditar determinados lugares, destruir o lar, apagar o lugar de nascimento, confiscar bens e as propriedades.
- 2- Organizar uma compensação, impor um resgate, converter o dano provocado em dívida a ser paga, converter o delito em obrigação financeira.
- 3- Expor, marcar, ferir, amputar, fazer uma cicatriz, deixar um sinal no rosto ou no ombro, impor uma diminuição artificial e visível, supliciar, em suma, apoderar-se do corpo e nele inscrever as marcas do poder.
- 4- Enclausurar.

A título de hipótese, pode-se distinguir, segundo os tipos de punição privilegiados, as sociedades de banimento (sociedade grega), sociedades de resgate (sociedades germânicas), sociedades de marcação (sociedades ocidentais do final da Idade Média) e sociedades que enclausuram (a nossa?). (FOUCAULT, 1997, p. 27).

O que mais impressionou no sistema penal europeu, principalmente entre os séculos XVI e XVIII, foi sua aparente barbárie: a crueldade dos castigos públicos, a tortura legal e as execuções convertidas em cerimônias festivas de glorificação do poder do Estado aumentaram a tal ponto que aqueles séculos foram caracterizados como “tempo dos suplícios”.

As duríssimas condenações respondiam, muitas vezes, a um propósito de educação social conveniente a momentos em que a população pobre das cidades aumentava. Em toda a Europa, enquanto os reis medievais haviam se ocupado em controlar a má gerência e administração dos ricos e poderosos, os dos séculos XVI a XVIII ocupavam-se muito mais em afirmar a ordem social contra os protestos e revoltas dos setores populares que começavam a se mostrar muito menos dóceis do que no passado. Isto ajuda a entender porque se preferiam os castigos públicos às penas de prisão.

A detenção e o encarceramento tiveram um papel secundário no sistema penal europeu, pelo menos até 1780. Entretanto, parte da so-

cidade temia cada vez mais as classes subalternas. A pobreza passou a ser vista como um perigo social. Na maior parte dos países da Europa ocidental produziu-se o que se chamou “a grande reclusão”. Um sistema geral de vigilância e reclusão penetrou por toda a sociedade, tomando formas que foram desde as grandes prisões até as sociedades de patronagem e que encontraram seus pontos de aplicação não somente nos delinqüentes, como também nas crianças abandonadas, órfão, aprendizes, estudantes, operários, etc. Leia o que a historiografia relata a respeito:

Texto 12

Na França, encerraram-se os pobres nos hospitais gerais, onde rezavam e trabalhavam. Na Holanda, eram anunciados para alugar. Na Espanha, eram enviados forçadamente para remar ou trabalhar na marinha real. Na Inglaterra, criou-se um sistema de leis dos pobres que subordinavam à assistência da comunidade, que podia levar o pobre a uma workhouse ou “casa de trabalho”, suja e triste, onde realizava tarefas irracionais e inúteis. O guarda da workhouse podia alugá-los a quem os quisesse, embolsando seu soldo em troca da manutenção, de maneira que só os que eram realmente inúteis ficavam internados. Na workhouse seria experimentado o tipo de controle disciplinar do trabalho próprio da fábrica, que seria sua filha direta. A trilogia das instituições “domesticadoras” da nova sociedade era integrada pelas workhouses, pela fábrica e pelo cárcere, às quais se acrescentaria, mais tarde, a escola. (Adaptado de FONTANA, 2000, p. 288).

Na passagem do século XVIII para o XIX, a prisão tornou-se a forma geral de penalidade. Considerou-se que se devia estabelecer uma relação fixa e declarada entre os delitos e as penas que os castigavam, devendo a reclusão cumprir uma função educativa e corretora.

A organização de um sistema penal que privilegia a detenção e o enclausuramento constituiu-se também em objeto de violentas críticas. Observe um exemplo:

“Os hábitos e a infâmia que marcam as pessoas na prisão fazem com que, ao dela saírem, sejam definitivamente fadadas à criminalidade.”



DEBATE

- Você concorda com esta idéia?
- Discuta com seus colegas, em sala de aula, sobre este tema.

O castigo mais exemplar durante muito tempo foi a pena de morte, aplicada a quem se afastava da norma social, ameaçando, assim, a ordem estabelecida. Executava-se por heresia, por desvio sexual, blasfêmia, bruxaria, falsificação de moeda ou, ainda, por um grande número de infrações que se referiam às regras sociais impostas pelas classes dominantes.

A pena de morte foi um instrumento da política estatal, tanto ou mais do que da política penal. Era um privilégio do soberano, que servia para confirmar a sua autoridade suprema. Todavia era utilizada também para criar coesão social, por meio da dupla função de dissuadir e educar.

Procurava-se resolver o problema da delinqüência urbana com o terror, convertendo a execução em um espetáculo público em que a população participava, na tentativa de convencê-la de que a pena era justa.

A pena de morte, que se manteve em várias sociedades em pleno vigor até o século XIX, foi desaparecendo em muitos países durante o século XX. Esta pena tornou, hoje, a aparecer com força em alguns deles, por exemplo, em 38 Estados dos Estados Unidos. Veja mais informações sobre a pena de morte neste país:

Texto 13

Estudo sobre a pena de morte nos Estados Unidos, divulgado pela Anistia Internacional, em 1987, mostrava uma total falta de equidade na sua aplicação. No plano social, por exemplo, 62% dos condenados eram trabalhadores sem qualificação. Entre os sentenciados, 60% estavam desempregados ao cometer o crime. Podemos concluir, portanto, que a pena de morte é um “privilégio dos pobres”.

No plano racial, a parcialidade é ainda mais evidente. Basta citar o fato de que, no Alabama, 66% dos presos que estavam no corredor da morte, naquela ocasião, eram negros. Outro dado relevante: as pessoas negras culpadas pelo assassinato de pessoas brancas foram condenadas à morte com muito mais freqüência do que brancos responsáveis pela morte de brancos. E raras vezes pessoas brancas foram condenadas por matar gente negra.

Com seus golpes cegos, a pena de morte também atinge menores de idade. Nos Estados Unidos, no século XX, mais de duzentos menores foram executados. A maioria de raça negra. (KONDER *apud* PINSKY, 2003, pp. 393-394).



ATIVIDADE

- Construa uma argumentação histórica sobre o tema: “O sistema penal como forma de violência e repressão”.

A tortura...

A tortura foi uma das principais formas de violência utilizadas pelo Estado contra os adversários políticos, a fim de dominar sua resistência e vontade.

Na sociedade contemporânea, a tortura permanece sob formas diferentes, particularmente pela violação dos Direitos Humanos já conquis-

tados. No entanto, a tortura é uma prática que esteve presente desde as primeiras comunidades humanas, quando sua utilização dava oportunidade para os poderosos se fazerem entender e serem obedecidos. Algumas dessas sociedades viam na tortura um meio de exercitar os mais jovens nas armas e de encorajá-los a combater os inimigos.

Os gregos avaliavam que a tortura, empregada com o fim de obter provas ou ensinamentos, diminuía a dignidade do homem e só a aplicavam em escravos e estrangeiros. A princípio, os romanos procederam da mesma forma que os gregos, mas depois estenderam esse método a todos, sendo que muitos foram vítimas de suplícios refinados (um exemplo foi o martírio dos cristãos).

Durante a Idade Média, a justiça aplicava legalmente a tortura. O Tribunal da Santa Inquisição, criado no século XIII, na Europa Ocidental, em nações genuinamente católicas, castigou de modo severo as suas vítimas, desenvolvendo interrogatórios metódicos por meio da tortura e dos suplícios.

Para os senhores e traficantes de escravos negros dos séculos XVII e XVIII, a tortura não causava nenhum problema de consciência e era aplicada sistematicamente. O único freio para a tortura era o medo de estragar a “mercadoria humana”.

A Revolução Francesa (1789) trouxe significativos avanços no tratamento da questão da tortura, impondo às autoridades o respeito à integridade física dos detidos e, conseqüentemente, proibindo a tortura.

A prática da tortura sofreu uma regressão depois do século XVIII, talvez apenas na aparência. Mas, o século XX, colocou-a novamente na ordem do dia, com a instituição dos regimes totalitários e ditatoriais. A tortura atingiu inúmeras pessoas que se opunham a esses regimes, ou que eram acusadas de pertencer a raças, ditas “inferiores”, como os judeus, os ciganos, ou que simplesmente eram diferentes, portanto inimigos. Veja alguns exemplos:

- os milhões de vítimas do nazismo, em decorrência de interrogatórios individuais e da “morte lenta” nos campos de concentração;
- os campos e os hospitais psiquiátricos para prisioneiros políticos na ex-URSS;
- as torturas que os franceses infligiram na guerra da Argélia;
- as torturas que as ditaduras aplicaram em países latino americanos (Chile e Argentina, por exemplo), na Ásia, incluindo China e Japão, etc.

A prática da tortura continua sendo empregada no século XXI. Milhares de pessoas sofrem torturas todo o ano; centenas são mortas. A lista dos países que supliciam seus cidadãos é grande. Conheça alguns deles: Índia, Iraque, Sudão, Egito, República dos Camarões, Paquistão, Líbia, Malásia, Estados Unidos, Israel, Argélia, Ruanda, Turquia... entre outros.

No Brasil, a tortura foi praticada desde o período de colonização. Indígenas e negros foram as suas primeiras vítimas nas mãos dos colonizadores. Em seguida, governos monárquicos e republicanos a adotaram como repressão a qualquer tipo de rebeldia, libertária ou não. No século XX, foi muito utilizada nos períodos do Estado Novo (1937-1945) e da Ditadura Militar (1964-1985).

Durante os anos da Ditadura Militar (1964-1985), muitas pessoas foram perseguidas, presas, torturadas ou mortas por serem consideradas inimigas do governo; outras tantas saíram do país e muitos políticos perderam seus mandatos. A repressão exercida pelos militares se intensificou depois da edição do Ato Institucional nº 5, em 1968, que fechou o Congresso e censurava previamente a imprensa e as manifestações culturais.

O projeto Brasil Nunca Mais traz documentos importantes para ilustrar a violência com que agiam os partidários do regime. Veja alguns depoimentos:

Documento 10



- O estudante Ângelo Pezzuti da Silva, 23 anos, preso em Belo Horizonte e torturado no Rio, narrou ao Conselho de Justiça Militar de Juiz de Fora, em 1970:

“(...); que, na PE (Polícia do Exército) da GB [Guanabara, região que compreendia a cidade do Rio de Janeiro], verificaram o interrogado e seus companheiros que as torturas são uma instituição, vez que, o interrogado foi o instrumento de demonstrações práticas desse sistema, em uma aula de que participaram mais de 100 (cem) sargentos e cujo professor era um Oficial da PE, chamado Tnt. Ayrton, que, nessa sala, ao tempo em que se projetavam “slides” sobre tortura, mostrava-se na prática para a qual serviram os interrogados: MAURICIO PAIVA, AFONSO CELSO, MURILO PINTO, P. PAULO BRETAS, e outros presos que estavam na PE-GB, de cobaias; (...)

- Na mesma linha depõe Murilo Pinto da Silva, de 22 anos:

(...) que, quando estive na PE-GB, o interrogado e seus companheiros serviram de cobaia a demonstrações práticas de tortura em aulas ministradas a elementos das Forças Armadas; (...) (**Brasil Nunca Mais**, 1985, p.31-32.)

Documento 11

O humor, manifesto sob as mais variadas formas e, principalmente, expresso em cartuns e caricaturas, foi uma maneira de resistência a qualquer tipo de opressão ou exploração. Em especial nos momentos históricos, em que a repressão, nas suas mais diversas feições, ocorreu na sociedade. O humor manifestou o jeito como as pessoas procuraram exprimir sentimentos, como: descontentamento, rebeldia e revolta. Em época de ditadura e censura no Brasil (1964-1985), o cartunista Henrique de Souza Filho, o Henfil (1944-1988), por exemplo, soube como se manter incômodo politicamente.

Documento 12



■ HENFIL. Charge, s/d. FONTE: <http://diversao.uol.com.br/album/henfil>

Texto 14

A repressão tornou-se mais intensa no Paraná, com a famosa Operação Marumbi, desencadeada nos primeiros dias de setembro de 1975. Políticos, professores, jornalistas, sindicalistas jovens e outros envolvidos sofreram torturas e sevícias de todos os tipos.

Havia uma organização muito forte e os militares que atuavam na Operação Marumbi tinham orientação de cima, uma vez que na mesma época estavam em curso a Operação Barriga Verde em Santa Catarina e a Operação Bandeirante em São Paulo. Não era uma atividade isolada. Era um plano nacional para prender ativistas, enquadrá-los nas leis que não lhes permitiam as mínimas garantias de defesa. A Operação Marumbi não foi mais do que uma série de seqüestros de pessoas que desapareciam de suas casas ou de seus locais de trabalho da noite para o dia. E o que mais chocou foi o grau de atrocidades que se cometiam no Estado. Essas pessoas foram presas, torturadas, submetidas a cansativos interrogatórios e suas famílias foram ameaçadas. Um relatório divulgado pelo Comitê Brasileiro de Anistia, em março de 1979, revelou a ocorrência de 2.726 prisões no Paraná desde março de 64. (Adaptado de HELLER, 1988, pp. 490-570).

**ATIVIDADE**

- Explique os sentimentos expressos pelo autor dos cartuns reproduzidos nos **documentos 11 e 12**.
- Após análise dos **documentos 10, 11 e 12**, escreva sua opinião sobre a presença da censura e da tortura como restrições aos direitos do cidadão.
- Ajude na elaboração de um texto coletivo de sua sala. Vocês podem escolher um aspecto, dentro da temática: “Relações de poder e violência no Estado”, para servir de orientação na elaboração do texto.

Referências Bibliográficas:

- ARGAN, G. C. Éugene Delacroix – A liberdade guia o povo. In: **Arte Moderna**. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 55-57.
- BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- BOURDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.
- CHOMSKY, N. Armas Estratégicas, Guerra Fria e Terceiro Mundo. In: THOMPSON, Edward. **Extermínio e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.190.
- FONTANA, J. Os fundamentos da política: violência e poder. In: Introdução ao estudo da História geral. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 269-291.
- FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- FREITAS, G. **900 textos e documentos de História**. Lisboa: Plátano Editora, 1976, v.III.
- HENFIL. **A volta de Ubaldo, o paranóico**. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 1994.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KONDER, R. Trevas e Luzes: a Anistia Internacional. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 384-397.

Nosso Século: 1910-1930. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

Nosso Século: 1930-1945. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

■ Obras Consultadas

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CLAUSEWITZ, C. V. In: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 22.

HELLER, M. I. **Resistência democrática**: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

SOLET, B. **Justiça seja feita**: contra a tortura; anistia internacional. São Paulo: Scipione, 2001.

VEJA. São Paulo, 19 de setembro, 2001, p. 82-83.

VIGEVANI, T. **A Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Moderna, 1986.

WERNET, A. **A primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Contexto, 1994.



RELAÇÕES DE PODER: O Estado imperialista e sua crise

■ Altair Bonini¹, Marli Francisco²

Para você, qual seria a mensagem desta imagem? Que relações são possíveis de estabelecer entre o produto anunciado e os líderes representados na imagem?

A partir do século XIX, novas formas de Estado se configuraram, principalmente na Europa. Neste folhas, estudaremos aspectos das novas formas que o Estado assumiu e sua crise.

Documento 1



■ **Pretensões de conquista mundial.** A frase em destaque no cartaz diz: "Somente uma campanha lançada conquista o mundo". (Fonte: Hobsbawm, 1998, anexos, pp. 404-405).

¹Colégio de Aplicação Pedagógico da Universidade Estadual de Maringá – Maringá – UEM

²Colégio Estadual Chateaubriandense - Assis Chateaubriand - PR

■ A formação de Impérios e colônias no século XIX

Para a maioria das pessoas, a palavra “império” lembra soberania, riqueza e poder; está ligada ao mundo dos reis e rainhas. No entanto, a partir da metade do século XIX até o início do século XX, algumas nações industrializadas, como Inglaterra, na Europa Ocidental, os Estados Unidos, na América do Norte, e, um pouco após, o Japão, na Ásia, transformaram-se em grandes impérios, através da expansão econômica e territorial, estabelecendo colônias, principalmente nos continentes africano e asiático. Os impérios que se formaram, neste período, não implicaram necessariamente na existência de reis e rainhas, mas no domínio econômico de grandes empresas (monopólios), na importância do capital financeiro (dos bancos), na ocupação de certas áreas do globo e na imposição da cultura ocidental aos povos dominados. Essa nova forma que o Estado se configurou foi chamada de Imperialismo, conforme explicação no quadro.

Para você entender como ocorreu este processo, é preciso conhecer as mudanças científicas, tecnológicas e econômicas que ocorreram em meados do século XIX.

Este século foi marcado pelo desenvolvimento tecnológico. As pesquisas tecnológicas proporcionaram transformações em todos os setores ligados à produção (motor à combustão), ao transporte (automóvel), à comunicação (a invenção do telégrafo e do telefone) e à utilização de novas formas de energia, como a eletricidade e o petróleo. A indústria química passou a fabricar corantes artificiais. Surgiram a fotografia e o cinema. Esse período de grandes inovações ficou conhecido como Segunda Revolução Industrial.

Como consequência dessas transformações, as nações industrializadas disputaram colônias e impuseram seu domínio, direto ou indireto, à Ásia, África, Oceania e América Latina. Isto ocorreu através da dependência econômica ou através da ocupação, de fato, da região.

Na América Latina não houve ocupações territoriais como na África e parte da Ásia. O domínio imperialista na África, América Latina e Ásia manifestou-se por meio da influência política e econômica, principalmente dos Estados Unidos e da Inglaterra. Estes Estados realizaram investimentos e concederam empréstimos com elevadas taxas de juros, capital para ser investido em serviços públicos (construção de ferrovias e empresas de iluminação pública, por exemplo) e na produção industrial. Vastas áreas dos continentes africano e asiático foram sendo ocupadas pelas nações européias, EUA e Japão, transformadas em colônias.

Diferente da ocupação colonial dos séculos XV e XVI, concentrada no continente americano, restrita ao capitalismo comercial, – cuja meta

era a obtenção de produtos tropicais, especiarias e metais preciosos –, a nova partilha territorial, ocorrida no século XIX, foi incentivada pelo capitalismo industrial e financeiro e as nações industrializadas, principalmente a Inglaterra, visavam à expansão econômica e militar – pois necessitavam de locais para o abastecimento em matérias-primas, de postos para as suas frotas mercantes e militares, de mercados consumidores de suas manufaturas e, ao mesmo tempo, fornecedores de mão-de-obra barata para suas indústrias.

Documento 2

Imperialismo:

Qualquer forma de expansão e de dominação. O imperialismo político praticado, sobretudo no século XIX, procurava a expansão quer pela anexação de territórios limítrofes, quer pela ocupação militar e política de povos ou de nações consideradas inferiores. Neste último sentido, corresponde ao colonialismo, onde os interesses econômicos do país colonizador têm um papel importante.

O imperialismo econômico é uma forma não menos ativa de expansão e de dominação, mas que se fundamenta na importância da economia. Constituí-se na vontade de conquistar e de dominar os mercados estrangeiros, de possuir o monopólio de certas matérias-primas ou estratégicas de impor suas condições aos grupos econômicos ou países mais fracos.

O imperialismo econômico é constituído pela união entre o poder político e o poder econômico de uma nação forte, agindo de comum acordo sobre o exterior.

Lenin foi um dos primeiros a utilizar o termo imperialismo para designar as nações capitalistas mais avançadas. (Adaptado de BIROU, 1982,

Mapa 1 – O domínio estrangeiro na África em 1913.



Atlas da história do mundo. Uma vez iniciada a partilha da África entre as potências europeias, o continente foi dividido em um período bastante curto. O traçado territorial, realizado pelas potências, fez com que o continente assemelhasse a uma colcha de retalhos. 1995, p. 236.



ATIVIDADE

1. Observe o **mapa 1** referente à partilha da África e responda:
 - a) Qual nação possuía maior quantidade de colônias?
 - b) Qual nação possuía menor quantidade de colônias?

- c) Cite as áreas livres da dominação imperialista.
 d) Dê a sua opinião sobre a partilha da África pelas potências européias no século XIX.

2. Relacione o capitalismo industrial com o contexto em que ocorreu o imperialismo.



PESQUISA

Pesquise e estabeleça diferença entre a colonização da América no século XVI com a colonização da África e parte da Ásia no século XIX.

■ Justificativas e rivalidades nas disputas coloniais

Os maiores beneficiados nesse processo industrial imperialista foram as empresas européias e norte-americanas. Na busca crescente de lucros, a burguesia passou a financiar a exploração de minas, as monoculturas, a eletrificação de cidades e a construção de portos, pontes, canais e ferrovias, a fim de favorecer o setor exportador de cada região sob sua influência. Neste processo, os Estados tiveram um papel importante, pois passaram a apoiar a política imperialista, garantindo o capital investido fora de seus países.

Para justificar as ações do Estado Imperialista, o neocolonialismo passou a ser visto, ideologicamente, pelas nações dominantes, como uma tarefa árdua que beneficiava muito mais o colonizado do que o colonizador. Caracterizava-se como uma missão e um “dever moral” do europeu, a fim de acabar com as doenças tropicais, com o canibalismo, o escravismo e o paganismo e de levar a higiene, a instrução, o cristianismo, a ciência, enfim, o progresso aos “povos atrasados”. Do ponto de vista eurocêntrico, a obra civilizadora legitimava a dominação política e econômica, desrespeitando a cultura das populações submetidas.

A posse de colônias significava ter o “status” de potência. Não possuí-las era reconhecer uma situação de inferioridade em relação aos demais países industrializados. Esta situação era marcada pela tensão permanente entre as potências devido à divisão desigual das áreas de dominação (países como Alemanha e Itália, não ficaram satisfeitos com a parte que lhes coube na divisão das colônias), o que provocou a ruptura no equilíbrio europeu. Como resultado dessas disputas, as nações industrializadas imperialistas envolveram-se no primeiro conflito mundial, conhecido como Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Texto 1

Essa repartição do mundo entre um pequeno número de Estados foi a expressão mais espetacular da crescente divisão do planeta em fortes e fracos, em “avançados e atrasados”. Entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados. A Grã-Bretanha aumentou o seu território em cerca de dez milhões de quilômetros quadrados, a França em cerca de nove, a Alemanha conquistou mais de dois milhões e meio, a Bélgica e a Itália pouco menos que essa extensão cada uma. Os EUA conquistaram cerca de 250 mil, principalmente da Espanha, o Japão algo em torno da mesma quantidade às custas da China, Rússia e da Coreia. As antigas colônias africanas de Portugal se ampliaram em cerca de 750 mil quilômetros quadrados; a Espanha, mesmo sendo uma perdedora líquida (para os EUA), ainda conseguiu tomar alguns territórios pedregosos no Marrocos e no Saara ocidental. Dentre os principais impérios colônias, apenas o Holandês não conseguiu, ou não quis, adquirir novos territórios, salvo por meio da extensão de seu controle efetivo às ilhas indonésias, que há muito “possuía” formalmente. Dentre os menores, a Suécia liquidou a única colônia que lhe restava, uma ilha das Índias Ocidentais, vendendo-a para a França, e a Dinamarca estava prestes a fazer o mesmo, conservando apenas a Islândia e a Groelândia como territórios dependentes. (Adaptado de HOBBSAWM, 1988, p. 91).

**ATIVIDADE**

- Com base no **texto 1**, construa uma narrativa histórica sobre a divisão das colônias na África, Ásia e Oceania. Com a ajuda de um atlas histórico, compare os territórios das nações imperialistas com os de suas colônias.

■ A crise do Estado imperialista

As potências européias mantiveram seus domínios coloniais até o final da Segunda Guerra (1945). A partir deste momento, alguns setores das populações dominadas da África e da Ásia passaram a se organizar para conseguirem a independência política formando novos Estados. A reação dos povos, até então subjugados pelas potências capitalistas ocidentais, ficou conhecido como descolonização afro-asiática. Apenas entre os anos de 1945 a 1960, cerca de 40 novas nações confirmaram suas respectivas independências; só em 1960, 17 países se emanciparam.

Contribuíram para esse processo: o enfraquecimento das nações européias com a Grande Guerra, a participação de soldados africanos na luta contra o nazismo e o fascismo, a influência do modelo socialista (difundido pela Revolução Russa de 1917), a formação de elites locais com acesso a uma educação universitária na Europa, capaz de formular projetos de emancipação.

Na África, as idéias de que os povos africanos tinham um destino comum e de que só pela união poderiam enfrentar os desafios que o futuro lhes havia reservado existiam desde o final do século XIX. Intelectuais afro-descendentes, do Caribe e do sul dos Estados Unidos, organizaram, em 1900, a primeira Conferência Pan-Africana, com o objetivo de criar um movimento de solidariedade às populações negras das colônias. Aos poucos foi sendo construído um arsenal ideológico contra a dominação européia.

Ainda na década de 1940, grande parte dos antigos domínios ingleses, holandeses e norte-americanos no Pacífico tornou-se independente. Tal foi o caso da Birmânia, Ceilão, Índia, Paquistão, Indonésia e Filipinas. Em 1950 tornaram-se independentes: Vietnã, Camboja e Laos, entre outros países asiáticos. Na África, movimentos de libertação explodiram a partir de 1960 e se completaram em meados de 1970.

Entre os inúmeros casos, pode-se destacar a Índia como exemplo de descolonização. Esta nação conseguiu sua emancipação política através da atuação do Partido do Congresso. De tendência moderada e reformista, o movimento procurou limitar a participação de sujeitos históricos que procuravam mudanças extremas, ou seja, o Partido do Congresso não desejava mudanças profundas na estrutura da sociedade. Destacou-se a atuação de Mohandas Karamchand Gandhi, conhecido como Mahatma Gandhi (1869-1948), defensor da não-violência, pois acreditava que a salvação da Índia estava condicionada a má transformação espiritual e não política. Pregando a não cooperação com os ingleses, Gandhi inviabilizou as condições materiais de dominação no país. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ocorreu a união do Partido do Congresso com a Liga Muçumana; representantes de uma minoria da Índia negociou com a Inglaterra a emancipação de dois países: Índia e Paquistão (de maioria Muçulmana).

Os movimentos nacionalistas uniram povos na busca da independência, porém não alteraram a situação de extrema desigualdade social nestas áreas. Os países recém independentes mantiveram a estrutura econômica, ou seja, exportadores de matéria prima e importadores de produtos industrializados. A herança colonial foi terrível, traduzia-se na miséria da maior parte da população e na rivalidade de caráter étnico e religioso.

Documento 3



■ **Imperialismo.** Charge, s/d. Fonte: www.habanaelegante.com



PESQUISA

- Em grupo, façam uma pesquisa sobre a situação política da Ásia e da África na atualidade, destacando os seguintes questionamentos:
 - a) Existem países, tanto na África quanto na Ásia, que continuam sendo colônias de países europeus? Justifique.
 - b) Confirme, com exemplos, a existência de conflitos locais na atualidade nestes continentes.



ATIVIDADE

Analise a imagem Imperialismo, presente no **documento 3**, registrando suas impressões quanto:

- a) O que representa o homem no centro da imagem?
- b) O que representa os fios em torno do homem?
- c) Para você, qual a mensagem central da imagem. Justifique.

■ A formação dos regimes totalitários: ameaça à liberdade

A “era da catástrofe”. Foi assim que o historiador Eric Hobsbawm (1917-) denominou as quatro décadas que vão do início da Primeira Guerra Mundial até os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial (anos 1910 à década de 1940).

No início do século XX, a classe trabalhadora passou a exigir maior participação política, principalmente através do voto secreto e universal, o qual garantiu a participação de boa parte da população nas questões dos seus países. Conseqüentemente, surgiram partidos diferentes dos existentes no século XIX para atender a esses interesses.

De modo geral, os sindicatos e os movimentos dos trabalhadores tiveram participação direta ou indiretamente na formação desses novos partidos políticos. Aproveitando-se da situação em que se encontrava a Europa após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as novas correntes políticas basearam-se em discursos nacionalistas, criticando a democracia elitista burguesa, com o objetivo de chegar ao poder com o apoio das massas urbanas.

No início dos anos 30, partidos que propunham resolver a crise econômica, social e política, através de ações autoritárias, ganharam espaço na sociedade europeia. Mas foi na Itália e na Alemanha que essas ações conseguiram chegar ao poder desencadeando o nascimen-

to de Estados totalitários: o fascismo e o nazismo. Através de suas propostas, convenceram a sociedade da época que suas ideologias eram a solução imediata para a organização social, política e econômica tão precisada no pós-guerra.

Diferente dos outros tipos de governos autoritários e ditatoriais, essa era uma forma de Estado historicamente nova, cuja ideologia tinha por base a relação entre nação e Estado. Essa relação garantiu a formação de um estado totalitário, pois a nação era vista como uma mãe, a quem todos deveriam se dedicar e obedecer, entretanto, ela se confundia com o próprio Estado, que expressava a vontade da nação, ou seja, do povo. Qualquer traição ao Estado seria uma traição à nação, por isso deveria ser combatida sem piedade.

Este referencial pode ajudar no entendimento dos princípios do totalitarismo colocados em prática na Itália e Alemanha, como: a intervenção na vida pública e a destruição dos grupos e instituições, tais como: sindicatos, associações, partidos políticos, entre outros.; o medo e a submissão; a criação e divulgação de crenças como verdades absolutas, sem comprovação e verificação; a fusão de Estado e partido (único); o expansionismo (conquista de territórios); o uso da propaganda autoritária gerando o medo e o terror; a concentração do poder nas mãos de uma única pessoa ou partido político, formando uma dupla autoridade – a do partido e a do Estado, a exemplo de Benito Mussolini (1883-1945), na Itália, e Adolf Hitler (1889-1945), na Alemanha. Foi na figura do ditador que o Estado totalitário realizou-se plenamente, estabelecendo normas e princípios que deveriam ser aceitos.

Os regimes totalitários tiveram importante papel no acontecimento do segundo conflito mundial (1939-1945) e este, por sua vez, contribuiu para o desmoronamento dos mesmos.

■ A arte nos regimes totalitários na Alemanha e Itália

O fascismo e o nazismo utilizaram, de forma abrangente, a arte como meio para doutrinação ideológica dos cidadãos italianos e alemães (principalmente crianças e jovens), impondo a concepção do regime através desta.

Cinema, teatro, música, arquitetura, pintura, fotografia, entre outras formas de expressões artísticas, estiveram a serviço dos Estados totalitários tornando-os populares. Procuravam passar o sentimento de nacionalismo, o orgulho de pertencer àquele povo, um modelo de um novo homem e uma nova mulher, a beleza através da ordem e disciplina, demonstradas, também, nos grandes desfiles e manifestações de massa que reuniam milhares de pessoas, nos quais as bandeiras, os discursos emocionantes dos líderes e outros símbolos traziam sen-

Documento 4

timentos de grandeza, fidelidade, juventude e força a estes povos. As imagens do nazismo são exemplares ao representar estas manifestações, como, por exemplo, a que está no **documento 4**.

O estilo artístico escolhido pelo Estado deveria obedecer aos princípios da “arte ariana”, neoclássica, que se pretendia herdeira da arte grega. Procura resgatar no passado mítico dos gregos não só a beleza, mas o caráter viril, guerreiro e dominador de uma raça de guerreiros.

Na Alemanha, destacou-se, entre as artes, o interesse pela arquitetura e o cinema. Na arquitetura foram construídos prédios monumentais, que objetivavam demonstrar a consciência nacional e o orgulho de ser alemão.

No cinema, foram realizados milhares de filmes de curta e longa duração, neste caso, o objetivo era fazer propaganda do regime. Alguns filmes eram explícitos em seu ataque aos judeus e comunistas, denegrindo a imagem destes, como: **O eterno judeu** e **O jovem hitlerista Quex**, ambos de 1940. Outros, menos diretos, tratavam de temas como: o heroísmo do espírito alemão, a bravura e o patriotismo. **O triunfo da vontade**, de 1934 e **Olympia**, de 1936, produções cinematográficas da cineasta Leni Riefenstahl (1902-2003), são alguns exemplos.

No teatro, a peça **O Mercador de Veneza**, do inglês William Shakespeare (1564-1616), foi apresentada constantemente. Esta peça teatral conta a história de Bassanio, um jovem que pede a Antonio um empréstimo de três mil ducados para que possa cortejar. Antonio é rico, mas não possuía, no momento, o dinheiro para emprestar à Bassanio. Para conseguir o dinheiro para o amigo, Antonio recorre ao judeu Shylock, que empresta a quantia, com a seguinte condição: se o empréstimo não for pago em três meses, Antonio dará um pedaço de sua própria pele a Shylock.



■ **Desfile no aniversário de Hitler**, 1939. (Hulton Deustsch).
Fonte: HOBBSAWM, 1998, anexos pp. 404-405.



ATIVIDADE

- Analise a imagem presente no **documento 4** sobre o aniversário de Hitler e registre suas impressões em relação: aos símbolos e sua disposição, aos militares e sua organização, aos espectadores.
- Converse com seus colegas de classe e escrevam uma narrativa histórica sobre como a cultura foi um recurso importante para os regimes totalitários.

■ A indústria cultural e as nações imperialistas

A indústria cultural é um fenômeno da industrialização que se desenvolveu a partir do século XVIII, na qual os produtos culturais (romances, pinturas, novelas, músicas, etc.), passaram a ser produzidos em série. Sendo assim, a cultura também foi transformada em mercadoria. Ela deixou de ser vista como instrumento da livre expressão e de conhecimento, e passou à condição de produto permutável em dinheiro e consumível como qualquer outro.

A produção da indústria cultural foi caracterizada como cultura de massa, ou seja, produzida para um grande número de pessoas. Para atingir seus objetivos, este setor passou a utilizar os meios de comunicação de massa (TV, rádio, revistas, jornais, etc.).

Para o cientista político Norberto Bobbio (1909-2004), o uso da informação realizado pela indústria cultural produz doutrinação, uma vez que dita o que será veiculado pela mídia, filtrando o que será produzido e impedindo a difusão da cultura popular e a crítica à cultura dominante. A indústria cultural foi utilizada pelas nações imperialistas e/ou totalitárias, visto que era importante transmitirem suas formas de pensamento e doutrinação impondo seus valores e costumes.

Neste sentido, a indústria cultural, até a década de 1950, pode ser vista não como veículo de difusão da cultura, mas, pelo contrário, como meio de dificultar o acesso à cultura e de destruição da cultura popular, padronizando os padrões culturais em várias partes do mundo.

Texto 2

A indústria cultural do imperialismo é parte intrínseca das relações imperialista de produção. Essa indústria está basicamente determinada pelas exigências das relações, processos e estruturas de apropriação econômica e dominação política que garantem a reprodução do sistema capitalista em escala mundial. Assim sendo, a indústria cultural do imperialismo está organizada para manipular, sob as mais variadas formas, as pessoas, os grupos e as classes sociais subalternas. Mas, essa manipulação não se limita a este ou aquele aspecto dessa indústria. Realiza-se em múltiplas e continuadas formas, implicando vários graus de repressão do pensamento. As pessoas, grupos e classes sociais alcançados por essa indústria estão induzidos a expressar-se principalmente nos termos e segundo os objetivos dos que a controlam. Todo o objetivo de expressão é esquecido, proibido ou reprimido. A própria maneira de transmitir informações e interpretações, além da seleção de uma e outras, induz as gentes e a um modo de pensar e expressar-se alienado. (IANNI, 1979, p. 56).



ATIVIDADE

- Leia o **texto 2**. Depois, construa uma narrativa histórica sobre a indústria cultural como meio para justificar a dominação do Estado imperialista sob os povos dominados.

- Atualmente, você pode perceber a influência de produtos culturais de nações estrangeiras em nosso país. Tais produtos podem alterar os hábitos culturais de parte da população (principalmente os jovens). Cite exemplos de filmes, moda, linguagem, música, e suas influências na sociedade brasileira.

Os Estados e a bipolarização do mundo contemporâneo

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) deixou uma herança perversa para os países da Europa e demais regiões beligerantes da Ásia. Cerca de 40 milhões de mortos só na Europa, destruição de cidades e campos de cereais, por exemplo. Mas, seu principal legado pode ser considerado o fim da importância política das nações européias e a bipolarização do mundo, ou seja, a divisão do planeta em dois pólos políticos de atração, liderados pelos Estados Unidos da América (EUA) de um lado e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) do outro.

Documento 5



www.abaeeducativa.com

- Conhecidos como os três grandes, sentados, da esquerda para a direita, Winston Churchill ([1874-1965] Inglaterra), Franklin Delano Roosevelt ([1882-1945] EUA) e Yosif Stalin ([1878-1953] URSS) na Conferência de Yalta, fevereiro de 1945.

A bipolarização do mundo, no qual dois países (EUA e URSS) exerciam fortes influências sobre os demais países, foi um período de conflitos e hostilidades que ficou conhecido como Guerra Fria, perdurando de 1947 a 1991.

Por sua vez, a origem dos desentendimentos entre EUA e URSS está relacionada com os acordos entre os países vencedores da Grande Guerra antes mesmo dela ter terminado. Nas Conferências de Yalta (fevereiro de 1945) e de Potsdam (julho de 1945 – a guerra só terminou em agosto de 1945), os grandes líderes se reuniram para organizar o equilíbrio de poder na Europa recém destruída. Os representantes dos países beligerantes vitoriosos queriam deixar assegurados seus interesses estratégicos, econômicos e garantir áreas de influência tanto na Europa quanto no resto do mundo.

A divisão em dois blocos ficou explícita a partir de 1947, quando o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman (1884-1972), em vários pronunciamentos, criticava a URSS, expressando a necessidade de conter o avanço do comunismo no mundo, declarando o confronto ideológico entre as duas superpotências, fato que ficou conhecido como doutrina Truman.

Neste período (década de 1940), os Estados Unidos e a União Soviética passaram a ser chamados de superpotências, ou seja, super Estados, seja por seu poder militar, econômico ou pela dimensão territorial.

Você pode se perguntar: por que deram o nome de Guerra Fria ao período histórico que estamos estudando, que vai de 1945 a 1991?

O termo “Guerra Fria” deve-se ao fato dos Estados envolvidos (EUA/URSS) nunca terem se enfrentado diretamente. Havia somente a expectativa, os confrontos ideológicos, entretanto, eram freqüentes os alarmes e prontidões.

De forma simplificada, a Guerra Fria já foi explicada como o resultado de um conflito entre um sistema político livre e outro autoritário; ou entre Oeste (EUA) e o Leste (URSS); a luta entre duas formas de organização econômica antagônicas, de um lado o capitalismo (representado pelos EUA) do outro o socialismo (representado pela URSS).

Mas qual teria sido o significado da Guerra Fria para países do chamado Terceiro Mundo, como: Brasil, Venezuela, Argélia ou Vietnã?

Quadro 1

CAPITALISMO: regime econômico que se caracteriza pela posse privada da propriedade dos meios coletivos de produção e distribuição, pela livre concorrência e pela procura do lucro (que é o motor da economia). As empresas produzem para o mercado, ou seja, para aqueles que podem pagar. Isto aumenta a riqueza de um pequeno grupo e aumenta a desigualdade das condições humanas da maioria da população em nível nacional e internacional. Historicamente, o capitalismo evolui tomando formas diferentes: capitalismo comercial, industrial, financeiro, imperialista, etc.

SOCIALISMO: as correntes socialistas aparecem em reação contra a teoria e práticas do liberalismo-econômico, segundo o qual o livre jogo das atividades individuais asseguraria o progresso da sociedade e o bem público. Para os socialistas, o progresso da sociedade e o advento de um mundo mais justo só poderiam realizar-se através da ação coletiva e voluntária dos indivíduos.

O pensamento socialista apresenta algumas características, como: a posse coletiva dos meios de produção, a nacionalização da economia, dirigida pelo Estado através de uma planificação visando satisfazer a necessidade de todos e construir uma sociedade mais justa, também. (Adaptado de: BIROU, 1982, p. 56-57 e 378 - 379.)

A ideologia da Guerra Fria era conveniente para os americanos e soviéticos, pois ela contribuía e/ou justificava a dominação das superpotências sobre os países do Terceiro Mundo. Por exemplo, na Nicarágua, os EUA afirmaram que os soviéticos faziam parte do movimento sandinista, servindo de justificativa para agredir o pequeno país. Do mesmo modo, a URSS invadiu o Afeganistão alegando a presença norte-americana.

Geralmente os Estados Unidos e a União Soviética não se envolviam diretamente em conflitos, mas enviavam armas, ajuda financeira e logística, o que poderia definir os conflitos, que se davam em outras regiões, longe de seus territórios, em guerras localizadas, em países da África, da Ásia e na América Latina (como foi o caso da Coreia e do Vietnã), ou em guerras de libertação nacional, originadas no processo de independência, das colônias africanas e asiáticas.

Era esta situação que definia a Guerra Fria, pois as duas superpotências nunca se enfrentavam diretamente.

A partir de 1949, foram criados órgãos de defesa coletiva, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com países da Europa Ocidental mais o Canadá, e liderada pelos EUA. Do lado soviético foi criado o Pacto de Varsóvia ou Tratado de Assistência Mútua da Europa Oriental, com o mesmo objetivo.

Além da forte propaganda ideológica desenvolvida nos dois blocos, a Guerra Fria foi fortemente marcada pela corrida armamentista, principalmente pela posse e controle de armas nucleares. Após os Estados Unidos terem demonstrado o poder das armas que tinham em mãos, ao detonarem bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945, pensou-se que outras nações teriam acesso a essa tecnologia, e em 1949, a URSS conseguiu explodir sua primeira bomba nuclear, instituindo o **equilíbrio do terror**, visto que as duas nações tinham poder para destruir uma à outra de forma definitiva, ou o choque entre ambas poderia destruir o mundo.

Apesar da rivalidade entre as superpotências, a Guerra Fria foi marcada mais pela contenção do que agressão. Passado o período de tensão inicial, foi estabelecido a coexistência pacífica, para designar o estado latente de conflito contínuo pela intenção de paz e para assegurar a condição de distensão.



ATIVIDADE

- Com base no **quadro 1**, referente à comparação entre o capitalismo e o socialismo, produza uma charge que represente algumas características de ambos os sistemas.

■ Crise do socialismo na União Soviética

A União Soviética, desde sua criação em 1922, possuía uma economia guiada por planos, ou seja, economia planificada, cujo Estado planejava e determinava o que e como produzir. O investimento em infraestrutura e em indústrias de base (máquinas e equipamentos) permitiu um grande crescimento econômico à URSS. Entretanto, a partir da década de 1970, a economia soviética começou a entrar em estagnação, não conseguindo acompanhar as inovações técnico-científicas do período.

No modelo soviético, o Estado era o agente centralizador da economia, o que permitia o acesso de toda população à produção acessível. Por outro lado, a estrutura de poder centralizado ocasionou controle excessivo, corrupção e falta de motivação, o que encareceu o custo da produção.

Além disso, a burocracia, a estrutura do partido político único com privilégios para os altos dirigentes e a falta de liberdade dos cidadãos contribuía para dificultar o desenvolvimento. Por isso, ao assumir o poder, em 1985, Mikhail Gorbachev (1931-) propôs reformas que obtiveram apoio de quadros econômicos, mas encontrou resistência no comando do partido/Estado.

Durante seu governo (1985-1991), Gorbachev procurou transformar o socialismo soviético por meio de reformas de reestruturação econômica, como a *Perestroika* (Reestruturação), e de abertura política, como a *Glasnost* (Transparência).

O programa da *Glasnost* destinava-se a reintrodução de um Estado constitucional e democrático, com base nas leis, nas liberdades civis. Para isto, deveria haver a separação entre o Partido Comunista Soviético (PCUS) e o Estado, o que implicava no fim do unipartidarismo, devolvendo o poder aos soviéticos.

O novo sistema econômico da *Perestroika* legalizava pequenas empresas privadas (cooperativas), retirava os subsídios das empresas estatais e favorecia a entrada de empresas estrangeiras, abrindo o mercado soviético para a economia capitalista.

Você pode supor quais foram às conseqüências das reformas para os soviéticos?

As reformas adotadas por Gorbachev levaram a URSS a uma grande crise. O fim aos subsídios às empresas estatais e a entrada de produtos estrangeiros provocaram o desemprego de milhares de pessoas, a alta dos preços e do custo de vida.

No interior do Partido Comunista da URSS, havia muitas divergências com grupos almejando o retorno das práticas da economia planificada e grupos ultra-reformistas, liderados por Boris Yeltsin (1931-2007), que exigiam reformas mais profundas.

A política de aproximação com as economias ocidentais praticamente determinava o fim da Guerra Fria, trazendo desdobramentos no contexto regional, como a derrubada pacífica ou violenta de ditaduras na Europa Oriental. As repúblicas socialistas do Leste Europeu e da Europa Oriental foram abandonando os regimes comunistas, como, por exemplo: a Polônia (1990), Tchecoslováquia (1989), Hungria (1989), Romênia (1989), Bulgária (1990). Em 1989, um símbolo do fim da Guerra Fria, o Muro de Berlim, foi destruído por civis e sem a interferência dos militares (como mostra a imagem do documento 6). Logo após, a República Democrática da Alemanha (Alemanha Oriental) foi reintegrada à República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental), formando um só país em 1990.

Em 1988, iniciaram-se as primeiras frentes nacionalistas dentro da URSS, objetivando mais autonomia e até a separação. As primeiras a conseguirem tal intento foram as da região báltica Estônia, Letônia, Lituânia. A partir de 1989 e 1990, o nacionalismo ganhou espaço, pois os membros do Partido Comunista Soviético (PCUS) estavam divididos entre aqueles que almejavam conservar o regime soviético como estava e outros ávidos por reformas radicais, liderados por Boris Yeltsin.

Em 21 de agosto de 1991, os líderes conservadores do PCUS e as Forças armadas deram um golpe de Estado, prenderam Gorbachev e assumiram o poder. O então recém eleito presidente da Federação Russa, Boris Yeltsin, liderou a oposição ao golpe. Milhares de cidadãos russos saíram às ruas para pedir a volta de Gorbachev, pondo fim a tentativa dos golpistas de manter a URSS como era.

Após este episódio, paulatinamente, o líder da URSS perdia poder ao mesmo tempo em que Yeltsin tinha sua posição reforçada. Assim, em 1991, o PCUS foi dissolvido e, em dezembro deste mesmo ano, Gorbachev renunciou e declarou a extinção da União Soviética.

Os anos de 1992 e 1993 marcaram a difícil travessia, na ex-URSS, para a economia de mercado (capitalista), no qual formou-se um grupo de novos ricos de um lado, e, do outro, empobreceu substancialmente a maior parte da população.



<http://i.esmas.com>

■ **Mikhail Gorbachev** - Secretário-geral do Partido Comunista da URSS (1985 a 1991)

Documento 6



<http://met.sitepac.pt>

■ **Cidadãos da Alemanha destruindo o Muro de Berlim em 09 de novembro de 1989.**

O muro de Berlim foi construído em 1961, por determinação do governo da Alemanha Oriental (RDA), separava a parte oriental (socialista) da parte ocidental (capitalista) da cidade de Berlim.



PESQUISA

- Para que você tenha uma boa compreensão do regime que substituiu o socialismo nos países do Leste Europeu, faz-se necessário o entendimento do conceito de liberalismo.
- Pesquise o significado político do conceito de liberalismo.
- Analise o processo histórico em que o conceito de liberalismo foi criado e como o Estado e a economia se organizou a partir deste conceito. (Sugestão: Leia o Folhas **Vida urbana e industrialização no século XIX**, pois ele poderá ajudá-lo a realizar a atividade proposta.



ATIVIDADE

- Com base nos textos e outras consultas bibliográficas que você poderá fazer responda. Por que os EUA e URSS – saíram como potências econômicas após a Segunda Guerra Mundial em detrimento dos demais países envolvidos no conflito.
- Relacione a crise do socialismo na URSS com o fim da bipolarização.
- Construa uma narrativa histórica sobre “As conseqüências do fim da bipolarização”.

■ O ataque ao Império Estadunidense

O colapso do socialismo na União Soviética e no Leste europeu, ou seja, o fim da Guerra Fria, favoreceu a disseminação do neoliberalismo, uma vez que, não havia mais um regime que lhe fizesse oposição. Este modelo econômico influenciou fortemente o processo de globalização, pois tem como pressupostos: a ausência do Estado sobre o controle da economia e a diminuição dos direitos trabalhistas com o objetivo de aumentar o lucro dos capitalistas.

Ao final da década de 1990, o modelo neoliberal e o processo de globalização passaram a ser objeto de inúmeros questionamentos e críticas. A globalização ou capitalismo global, favoreceu as nações desenvolvidas em detrimento das nações em desenvolvimento ao forçar estas últimas a ajustarem-se às condições competitivas globais, modernizando a produção com a utilização da automação ocasionando o aumento do desemprego, entre outros fatores. Com isso, as diferenças entre os países do Norte e do Sul tenderam a aumentar. Neste contexto, destacou-se a supremacia política, econômica e militar dos EUA, a qual gerou a oposição de vários grupos ao redor do mundo.

Um exemplo desta foi materializada com os ataques de 11 de setembro 2001. Neste dia os Estados Unidos sofreram um atentado terrorista de grande repercussão interna e externa. Quatro aviões de em-

presas norte-americanas foram seqüestrados, três deles foram lançados contra símbolos do poder econômico e militares do Estado. Sendo que dois deles atingiram as torres do World Trade Center em Nova York, um outro foi lançado sobre o Pentágono, em Washington. O quarto avião caiu na Pensilvânia sem alcançar seu objetivo, possivelmente a Casa Branca.

Este episódio não pode ser entendido sem considerar as mudanças que ocorreram no mundo. Os EUA logo após o fim da Guerra Fria passaram a ser considerados a única superpotência mundial, um império implacável, hegemônico, com interferência em muitas partes do mundo, apologista da globalização ou da mundialização do capitalismo.

O ataque às torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001, além de mostrar aos EUA que eles também eram vulneráveis, significou um enfrentamento ao imperialismo norte-americano.

Em entrevista ao jornal **Folha de São Paulo**, Eric Hobsbawm falou sobre os atentados aos EUA. Veja o que pensa este importante historiador de nosso século sobre este fato.

Documento 7



■ Imagem das torres do World Trade Center em chamas. <http://carvfernandes1.no.sapo.pt>

Documento 8

Folha Por que um ataque tão violento a símbolos do poder econômico e militar norte-americano?

Hobsbawm Seria mais fácil saber se conhecêssemos exatamente quem o realizou. Mas, é claramente um grupo de revolucionários islâmicos, fundamentalistas, porque há muito ressentimento, particularmente no mundo islâmico, contra os EUA. Em parte porque é a maior superpotência e, mais especificamente, por causa do conflito palestino-israelense.

Folha Qual foi o alvo exato das ataques?

Hobsbawm Foi um ataque aos EUA. É um ataque feito por pessoas que estão extremamente bem-organizadas e que, eu acho, descobriram que o mundo moderno é ao mesmo tempo globalizado e extremamente complexo. Portanto, sensível, vulnerável a qualquer tipo de interrupção em seus fluxos normais. E exploraram isto de forma bem-sucedida.

Folha Então a globalização foi usada como arma?

Hobsbawm Tornou-se possível haver movimentos como esse por causa da moderna globalização. Esta é uma operação que foi feita, digamos, por 50 a 100 pessoas. Quase todas moravam nos EUA havia um ou dois anos.

O mundo está cheio de pessoas indo de um país para outro, não é nada surpreendente encontrar um grupo de 25, 30 jovens sauditas ou iemenistas em qualquer universidade. Hoje, encontrá-las em universidades alemãs, americanas ou canadenses é normal. Isso viabiliza este tipo de atividade terrorista global.

Folha Qual será o tamanho deste trauma nos EUA? É comparado ao assassinato de Kennedy ou à Guerra do Vietnã?

Hobsbawm Tenho certeza de que é um trauma enorme para os americanos porque, pela primeira vez na história, operações militares estrangeiras tiveram um impacto no território dos EUA.

No século 20, um século cheio de guerras mundiais, elas aconteceram em qualquer outro lugar que não nos EUA. Agora, pela primeira vez, o centro exato dos EUA, o centro militar, centro econômico, foi diretamente afetado. E esse é o trauma.(...)

Folha Que tipo de conseqüências haverá para os fundamentos da nação americana? O Sr. teme que o combate ao terrorismo resulte em suspensão de liberdades civis?

Hobsbawm Eu acho que a estrutura da República americana é suficientemente forte para resistir a isso. A democracia americana vai continuar, mas sem dúvida haverá episódios em que os americanos tentarão ficar mais burocráticos ou limitar liberdades civis. Mas serão apenas episódios.

A força da América está na natureza pluralista de sua estrutura. (...)

■ (Extraído de **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 set. 2001, Caderno Especial Guerra na América, p.10).



ATIVIDADE

- A partir da entrevista presente no **documento 8**, discuta, em grupos, as seguintes questões:
 - a) Que relações podem-se estabelecer entre os EUA e o resto do mundo?
 - b) Para o historiador, a globalização facilitou a ação dos terroristas? Como esta questão é abordada por ele?
 - c) Procure estabelecer relações entre os atentados de 11/09/2001 e o fim da Guerra Fria?
 - d) Depois de discutir e registrar suas opiniões, escolha um representante do grupo para apresentá-las à toda classe.

■ Referências Bibliográficas

- BIROU, Alain. **Dicionário das Ciências Sociais**. São Paulo/Brasília: Martins Fontes/UnB, 1982.
Folha de São Paulo, Especial 10 - **Guerra na América**, Domingo, 18 set. 2001, p.10.
- HOBBSBAWM, Eric J. **A era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **A dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- IANNI, Octávio. **Imperialismo e cultura**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

■ Obras consultadas

- BERTONHA, J. F. **Fascismo, nazismo, integralismo**. São Paulo: Ática, 2000. (Coleção História em movimento).
- COELHO, T. J. **Dicionário Crítico de Política Cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 2004.
- FENELON, D. R. **A Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FONTANA, J. **Introdução ao estudo da História Geral**, São Paulo: EDUSC, 2000.
- LINHARES, Y. M., **A luta contra a metrópole (Ásia e África: 1945-1975)**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MARQUES, A.; BERUTTI, F.; FARIA, R. **História contemporânea: textos e documentos**. São Paulo: Contexto, 1994.

I

n

t

r

o

d

u

ç

ã

o

UNIDADE TEMÁTICA IV: Movimentos sociais, políticos e culturais: relações de dominação e resistência

“Quem tem consciência para ter coragem
quem tem a força de saber que existe
e no centro da própria engrenagem
inventa a contra-mola que resiste”

■ (Banda Secos e Molhados [1973-1974 e 1977-1999]. Primavera nos dentes. LP Secos e Molhados, faixa 5, Continental, 1973. Composição: João Ricardo e João Apolinário).

Qual a relação entre essa passagem da letra da banda Secos e Molhados com a unidade temática aqui apresentada? Como era o contexto histórico que possibilitou que essas palavras fossem sonhadas, faladas e postas em prática por homens e mulheres?

Esta unidade temática focaliza os sujeitos históricos e as respectivas ações e projetos de futuro em diferentes épocas e sociedades. Consideramos as relações de dominação e de resistência que os constituíram ao longo do processo histórico.

As ações dos movimentos sociais, políticos e culturais do presente apresentam continuidades e mudanças no que diz respeito às ações dos movimentos das sociedades passadas. Quais seriam elas? Quem eram os sujeitos históricos que constituíram esses movimentos? Como se davam as relações entre as estruturas de dominação sociais, políticas e culturais e as respectivas resistências? Essas relações eram somente conflitivas ou havia possibilidades de consensos entre os sujeitos históricos. Como esses movimentos eram organizados nos diferentes contextos espaço-temporais?

*H
I
S
T
Ó
R
I
A*

Dentre as mudanças produzidas ao longo do processo histórico podemos destacar a luta pela definição dos direitos de cidadania seja na participação política, seja numa série de reivindicações ligados à busca da dignidade humana, ao respeito às identidades dos sujeitos históricos, ao acesso à terra, ao voto, aos direitos trabalhistas entre tantas outras lutas que travaram. Enfim, resistiram e lutaram pela construção de uma sociedade justa. Homens e mulheres morreram para por em prática seus sonhos e muitos deles transformaram esses ideais em realidade.

Portanto, qual o significado dessas lutas para a sociedade contemporânea e seus respectivos projetos de futuro? Essa questão norteará as investigações a serem desenvolvidas nesta unidade temática.



RELAÇÕES CULTURAIS: Relações de dominação e resistência nas sociedades grega e romana na antigüidade: mulheres, plebeus e escravos

■ Fábio de Oliveira Cardoso¹

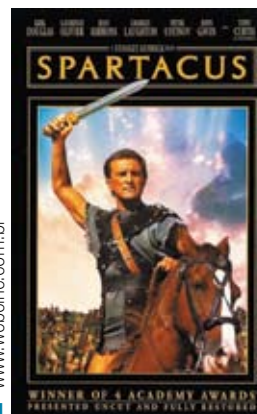
Os sujeitos oprimidos, ao longo da história, foram representados na historiografia, na literatura, nos meios de comunicação de massa, nos livros didáticos de várias formas, mas geralmente predominaram as representações produzidas pelas classes dominantes.

Desta forma, ao observar o pôster do filme, qual o tipo de representações lhe sugere o personagem Spartacus? Esta imagem teria sido real ou somente uma ficção? Como foi que os escravos lutaram contra a escravidão na antigüidade romana?

Com os plebeus romanos ocorreram os mesmos fenômenos?

E quanto às mulheres da sociedade greco-romana? O que você conhece em relação a elas? Você sabe de suas histórias de resistência que foram transformadas em filme, literatura ou música?

Quais foram as formas de resistências que esses sujeitos sociais desenvolveram na antigüidade grega e romana?



■ Pôster do filme **Spartacus**. Estados Unidos da América, 1960, direção de Stanley Kubrick.

¹Colégio Estadual Tania Varela – Maringá – PR

■ As mulheres na sociedade grega

Na Grécia arcaica, anterior ao século XII a.C., as mulheres foram altamente veneradas pela sociedade em que viviam, pois, como acontecia em Creta e Micenas, possuíam o domínio sobre a sua fecundidade, tendo como consequência a possibilidade de escolher seus parceiros e como teriam seus filhos, além de viver em relativa igualdade de condições com os homens, pelo menos em comparação com a maior parte dos povos do Mar Mediterrâneo, Europa e Oriente Médio. Talvez seja devido à existência desta sociedade agrícola, chamada pelos historiadores de civilização minóica ou cretense, que os gregos criaram mitos como o das amazonas.

No decorrer do processo das sucessivas invasões nórdicas sobre os povos gregos autóctones da península balcânica, das ilhas gregas e do litoral Ásia Menor (atual Turquia), durante os séculos XII a VII a.C., as mulheres perderam espaço na sociedade e a condição de inferioridade em relação aos homens foi imposta a elas. Isto ocorreu porque os povos que invadiram esta região, tanto os micênicos como os dórios, jônios e eólios, constituíam suas sociedades guerreiras e comerciais de modo patriarcal, ou seja, os homens, na pessoa dos patriarcas, possuíam o domínio total sobre a vida de seus familiares, incluindo as mulheres, as crianças e os criados.

Mesmo no período da democracia em Atenas, durante o governo de Clístenes (570-507 a.C.), entre 510-507 a.C., foi legalizada a exclusão da participação política das mulheres, das crianças, dos escravos e dos estrangeiros. Portanto, as mulheres, nesta sociedade, sofriam discriminações tanto quanto os demais excluídos, pois considerava-se cidadãos apenas os indivíduos nascidos em Atenas, do sexo masculino, proprietários de terras e somente esses que tinham direitos políticos.

As esposas legítimas eram as filhas dos cidadãos atenienses, criadas de forma simples no gineceu (parte da casa grega destinada às mulheres). As mulheres atenienses mudavam da tutela do pai para a do marido com o casamento. Quando viúvas, passavam à autoridade do filho mais velho. Administravam a casa do marido – o *oikós* –, vigiando o serviço das escravas e quase não saíam, a não ser para irem a casa dos seus pais ou para ir à casa de banho ou, às vezes, às festas religiosas. Não podiam ir ao mercado, nem aos banquetes com o marido. A ocupação delas era dar ao marido e aos filhos o que eles quisessem ter e educar as filhas no gineceu.

A religião da cidade foi a única atividade cívica aberta às mulheres e às filhas dos cidadãos ateniense. A exemplo disso, percebeu-se a participação das mulheres nas festas da Tesmofórias em honra de Deméter, realizada em Atenas no mês de outubro durante os séculos VI ao IV a.C. Essas mulheres organizavam altares e reuniam-se para um banquete religioso no final das festas.

Já as mulheres livres de Esparta, cidade agrícola e guerreira da região da península do Peloponeso, possuíam maior liberdade do que as mulheres de Atenas. Durante os séculos VI ao III a.C., tinham o dever de dar a luz a filhos vigorosos e a praticar ginástica junto aos homens, de cuidar da casa e exercer o comércio. Além disso, as mulheres pertencentes à aristocracia espartana possuíam o direito de herança e influenciavam fortemente seus maridos a respeito das decisões da pólis.

Entretanto, em cidades comerciais como Atenas, Megara e Corinto (estas últimas são cidades portuárias), existiam mulheres submetidas ao concubinato, o qual seria uma espécie de um semi-casamento e, em alguns casos, até uma semi-prostituição. Isto porque a maior parte das cortesãs ou *betaíras* (“companheiras”), destas cidades buscavam um cidadão que lhes fornecesse uma velhice tranqüila ao colocá-las em suas casas como concubinas.

A maioria destas mulheres foram crianças rejeitadas por seus pais ou prisioneiras de guerra e expostas nas ruas das cidades gregas, onde eram recolhidas por traficantes de escravos, militares ou piratas, que as vendiam nos mercados como escravas. Eram compradas pelos cidadãos das pólis, mas, principalmente, por *proxenetas* (proprietárias e “educadoras” de prostitutas), as quais geralmente eram mulheres que herdavam este ofício da mãe. Estas meninas tornavam-se, então, as prostitutas ou as *pornê* (do grego “vendidas”). Algumas dessas crianças, devido a sua beleza física, eram recolhidas pelas *proxenetas* ou aliciadas na profissão pelas suas próprias mães, por quem eram treinadas para se tornarem as *betaíras*: as cortesãs de luxo. Essas mulheres também possuíam uma educação religiosa e freqüentavam festas como as Adônias e as Afrodisíacas de Corinto em honra aos deuses do prazer e da beleza: Adônis e Afrodite. Além disso, muitas dessas *betaíras* devotavam-se aos mistérios de Elêusis, ligados à fertilidade, tornando-se sacerdotisas.

Contudo, transformar-se em concubina de um cidadão e aproximar sua existência a das mulheres livres era o sonho de qualquer *betaíra*, pois, mesmo possuindo muitas virtudes, como ler, escrever, conversar, filosofar, dançar, tocar instrumentos musicais, entre outras, as cortesãs viviam ameaçadas pela miséria. Essas mulheres estavam sempre a mercê da generosidade interessada dos cidadãos, como foi o caso da *betaíra* Neera, ocorrido em 371 a.C.:

Documento 1

“Gostaria muito – diz ela a Estêfanos – de me instalar em Atenas. Mas tenho medo de Frinion, pois ele certamente não gostou do que eu fiz. É um bruto e eu gostaria muito que tu te tornasses meu protetor.” (Ela pede a Estêfanos que assuma o papel jurídico de “patrão” em substituição a Frinion que, tendo-a ficticiamente comprado, é seu protetor legal.).

Então, Estêfanos a consolou e levantou-lhe o moral: “Se Frinion te tocar, irá se lamentar muito! Tu vais ser minha mulher; e vou dizer que teus filhos são meus; serão inscritos em minha fratria (clã familiar) e deles farei cidadãos. E ninguém te tocará!”

Foi assim, portanto, que eles deixaram Megara e chegaram a Atenas, acompanhados dos três filhos pequenos de Neera, dois meninos Proxenos e Ariston, e uma menina, Fano. Estêfanos instalou toda a família numa pequena casa que possuía perto da capela de Hermes Murmurante. Ele via duas vantagens nesta operação: em primeiro lugar, possuiria gratuitamente uma bela cortesã; e, em segundo, ela lhe proporcionaria, graças à sua profissão, os meios com que viver e alimentar os habitantes da casa. Com efeito, ele próprio não tinha nenhuma ocupação confessável e vivia graças ao dinheiro que conseguia por meio da chantagem. (PSEUDO-DEMÓSTENES. **Contra Neera** (aproximadamente 340 a.C.) *apud* SALLES, 1982, p. 126.).



ATIVIDADE

- Leia os fragmentos da canção **Mulheres de Atenas** composta, em 1976, por Chico Buarque de Holanda (1944-) e Augusto Boal (1931-):

Documento 2

Mulheres de Atenas

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas
 Quando amadas, se perfumam
 Se banham com leite, se arrumam
 Suas melenas
 Quando fustigadas não choram,
 Se ajoelham, pedem, imploram
 Mais duras penas
 Cadenas
 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Sofrem pros seus maridos, poder e força de Atenas
 Quando eles embarcam, soldados
 Elas tecem longos bordados
 Mil quarentenas
 E quando eles voltam, sedentos
 Querem arrancar, violentos
 Carícias plenas, obscenas
 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Despem-se pros maridos, bravos guerreiros de Atenas
 Quando eles se entopem de vinho
 Costumam buscar o carinho

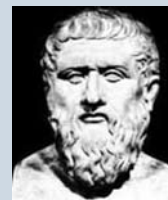
De outras falenas
 Mas no fim da noite, aos pedaços
 Quase sempre voltam pros braços
 De suas pequenas
 Helenas
 (...)

■ (Composição: Chico Buarque de Holanda - Augusto Boal, 1976.).
 (http://www2.uol.com.br/chicobuarque/letras/mulheres_76.htm; Acesso em: 06 dez. 2005.)

- Após a leitura dos fragmentos da canção **Mulheres de Atenas**, procure pesquisar no dicionário os significados das palavras, presentes neste documento, que você desconhece e anote-os.
- Interprete as partes que mais lhes chamaram atenção na canção do **documento 2**. Compare estas informações com as relações culturais e de poder expressas no **documento 1**.
- Identifique a relação que a canção, presente no **documento 2**, expressa no que se refere às mulheres gregas dos séculos VI ao IV a.C., e às mulheres da década de 1970. Depois escreva uma narrativa histórica comparando as diferenças e semelhanças das mulheres da antiguidade grega com situações vivenciadas pelas mulheres da década de 1970.

■ A representação das mulheres na filosofia grega

A aristocracia patriarcal grega no período clássico procurou reforçar a ideologia de que os homens eram superiores às mulheres e, por isso, deveria submetê-las a sua suposta condição de inferioridade. Esta aristocracia tinha como uma de suas ideologias a filosofia, que ora criticava esta dominação de gênero, ora a sustentava. Entre os aristocratas que apoiavam esta dominação, pode-se citar o filósofo Platão. Perceba, no diálogo presente no **documento 3**, como este filósofo grego, na obra **A república**, justifica este preconceito de gênero a partir da comparação entre a força física masculina e feminina:



O filósofo Platão (427-347a. C.), nasceu em Atenas, filho de família nobre e rica. Foi discípulo do filósofo Sócrates. Fundou em Atenas uma escola, a Academia. Entre as suas principais obras estão: **A República, As Leis, Fédon, O Sofista**.

■ Extraída de: <http://consciencia.org>. Acesso em: 13 dez. 2005.

Documento 3

Diálogo entre Sócrates e Glauco

SÓCRATES (S.): Você conhece alguma atividade humana em que o sexo masculino não se demonstre, em todos os aspectos, superior ao sexo feminino? Ou seria realmente o caso de nos determos a falar da tecelagem, da preparação de doces e dos temperos, em que o sexo feminino parece levar ampla vantagem e não seria de todo ridículo que fosse suplantado?

GLAUCO (G.): Você está com a razão ao afirmar que, via de regra, o sexo feminino é inferior ao masculino. Isso não quer dizer que as mulheres, sob muitos aspectos, são superiores a muitos homens. Em tese, porém, é como você diz.

S.: Assim, na administração do Estado não há nenhuma função própria do homem ou da mulher enquanto tal, mas as inclinações são casuais em ambos e por natureza a mulher tem o mesmo e todo o direito de assumir funções como o homem, embora ela seja inferior.

G.: Por certo.

S.: Logo, deveríamos atribuir tudo aos homens e nada às mulheres?

G.: Por que se haveria de agir assim?

S.: Acho que, pelo contrário, deveríamos dizer que há mulheres aptas para a medicina e outras não, mulheres aptas para a música e outras não.

G.: Sem dúvida.

S.: E não existem mulheres aptas para a ginástica e para a guerra e outras não?

G.: Acho que sim.

S.: E mulheres amantes da sabedoria e outras não? Mulheres corajosas e mulheres covardes?

G.: Óbvio que essas também existem.

S.: Logo, existem também mulheres guerreiras e mulheres incapazes de exercer essa função. Não escolhemos também os defensores do sexo masculino com base nessa propensão?

G.: É verdade.

S.: Concluiremos, pois, que o homem e a mulher têm ambos a mesma inclinação natural para defender o Estado, diferenciando-se porque a mulher é mais fraca e o homem é mais forte.

G.: Parece que é assim mesmo. (PLATÃO, [380 a.c.] 2005, p. 160-161.)

Entretanto, alguns filósofos, como Protágoras de Abdera (480-410 a.C.), pregavam, a partir de uma visão radicalmente democrática, a defesa da igualdade nas relações de poder entre os homens e as mulheres, pois, para eles, todos os seres humanos seriam dotados da “arte política”, ou seja, da capacidade para administrar e para governar a cidade. Além disso, as mulheres, na sociedade ateniense do século IV a.C., já detinham o poder de administrar o oikós (a casa ou o domínio da família) e, na sociedade espartana do mesmo período, podiam controlar negócios externos as suas casas, tais como algumas atividades comerciais conforme você leu anteriormente.

Neste contexto, o fragmento da peça **Lisístrata** ou **A greve do sexo** do comediógrafo Aristófanes (445-386 a.C.), escrita em 410 a.C., aponta para argumentos opostos aos concebidos por Platão:

Documento 4

Abre-se a porta da cidadela e aparece Lisístrata:

COMISSÁRIO (C.): Muito bem. Antes de mais nada, quero saber por que vocês ocuparam a cidadela.

LISÍSTRATA (L.): Para guardar o dinheiro do povo que está lá no Tesouro e impedir vocês de fazerem guerras por causa dele.

C.: Então é por causa do dinheiro que fazemos guerra?

L.: Sim, senhor! Vocês e todos os outros. É para poderem roubar nos cargos públicos que vocês vivem armando encrencas. Vocês podem fazer o que quiserem, mas no dinheiro do povo, que está lá dentro, ninguém mais põe a mão!

C.: E você? Que é que vai fazer?

L.: Você ainda pergunta? Agora somos nós, mulheres, que vamos administrar os dinheiros públicos.

C.: Vocês vão administrar o Tesouro?

L.: Que há de estranho nisso? Não somos nós que administramos os bens de vocês em nossas casas?

C.: Mas não é a mesma coisa!

L.: Como não é a mesma coisa?

C.: Os dinheiros públicos são para a guerra.

L.: Mas, para início de conversa não é absolutamente necessário que haja guerras. Agora seremos nós, as mulheres, que cuidaremos da segurança de vocês.

C.: Mas, vocês não têm o direito de fazer isso!

L.: Mas, temos o dever de salvá-lo, meu amigo.

C.: Mas, onde vocês foram buscar essa idéia de se meterem com a guerra e com a paz?

L.: No princípio da guerra, nós, com a moderação própria das mulheres, suportamos tudo de vocês, homens (como vocês fizeram tolices!), pois vocês não nos deixavam abrir a boca. E vocês não faziam coisa alguma para nos agradar. Nós, que conhecíamos vocês muito bem, quando às vezes ficávamos sabendo de resoluções desastradas sobre assuntos importantíssimos, perguntávamos a nossos maridos: “Que foi que decidiram hoje na Assembléia a respeito da paz?” “Que é que você tem com isso?”, dizia meu marido. “Cale-se!” E eu me calava.

CLEONICE: Ah! Mas, eu não me calava!

L.: Vocês tomavam resoluções idiotas e nós não podíamos nem dar conselhos.

C.: Mas como vocês conseguirão com essa desordem toda que há por aí?

L.: Como nós fazemos quando estamos bordando. Se a linha embarça é porque há um nó e então desfazemos o nó. Do mesmo modo, vamos desfazer esse nó chamado guerra e outros. Primeiro, usaríamos uma linha dura. Depois, é tanta gente querendo ocupar os cargos públicos que é como se se quisesse enfiar uma porção de linhas ao mesmo tempo no buraco de uma agulha só. Isso não vai mais acontecer! Só entra na agulha linha fina. Linha que pretenda engrossar não entra! Mas, para os esforços maiores cada um terá que cooperar com sua linha até formarmos uma corda bem forte, obra da boa vontade de todos, nacionais e estrangeiros. Mais ainda: com muitas linhas podemos fazer tecidos para vestir o povo todo! Vocês não crêem que eu possa dar bons conselhos à cidade? Não é crime ter nascido mulher, e o sexo não me impede de ter idéias melhores que as que andam por aí. Posso dar ao país outras coisas boas além dos filhos que já dei! E vocês? Não dão mais nada! (Adaptado de ARISTÓFANES, [410 a.C.] 1996, pp. 37-51.).



DEBATE

- Discuta com seus colegas sobre as argumentações defendidas nestes dois diálogos.



ATIVIDADE

- Escreva uma narrativa histórica sobre a possível significação de cada dos dois documentos para os sujeitos históricos que viveram nas cidades gregas dos séculos V e IV a.C.

Documento 5

Tal era o colóquio que tinha entre si. Eurímaco dirigiu, depois, a Penélope estas palavras:

– Filha de Icário, sensata Penélope, se todos os Aqueus do Argos jônio te vissem, ainda mais pretendentes, desde o romper da aurora, se banqueteariam no teu palácio, porquanto excedes todas as outras mulheres em beleza, estatura e em ponderação.

Disse-lhes em resposta a sensata Penélope:

– Eurímaco, os meus dotes – a beleza e o aspecto do corpo – foram destruídos pelos imortais, no dia, em que os Argivos embarcaram para Ílion com Ulisses, o meu esposo. Se ele regressasse, para cuidar da minha existência, a maior e mais bela seria, então, a minha glória. Assim, angustio-me, oprimida por tantos males, que um deus me enviou.

(HOMERO, 1972 [séc. VI a.C.], p.265.)

■ A imagem da mulher grega nas Artes

No século VIII a.C., a literatura grega retratou as mulheres de forma lendária, nas personagens de belas mulheres, representadas nos poemas atribuídos ao poeta Homero (c. século VIII a.C.): **Ilíada** e **Odisséia** (compiladas por escrito no século VI a.C.). Segundo o relato do poema *Ilíada*, um dos fatos que desencadeou a guerra entre gregos e troianos (c. 1200 a.C.) foi o rapto da encantadora e bela Helena, por Páris, filho de Príamo, rei de Tróia. Então, Menelau, esposo de Helena e rei de Esparta, tentou resgatar Helena conquistando, assim, a cidadela de Tróia, na Ásia Menor.

Já na história representada no poema da **Odisséia**, a personagem de Penélope aparecia como a esposa fiel ao marido Ulisses (Odiseu), rei de Ítaca, que partiu para a conquista de Tróia. Penélope esperou o retorno do marido, por vinte anos e resistiu aos seus pretendentes, até que Ulisses retornasse para sua casa na ilha de Ítaca. Neste período, as mulheres tinham uma importância fundamental para as relações de poder dos reinos gregos, pois os laços matrimoniais consolidavam ou destruíam alianças políticas entre os mesmos.



ATIVIDADE

- Leia o **documento 5**. Analise a história da personagem Penélope baseando-se nos fragmentos da **Odisséia** de Homero. Depois, procure fazer um relato escrito das características de Penélope.
- Se possível, combine com os colegas e seu professor (a) para assistirem ao filme **Tróia**. Depois, discuta com os colegas os papéis representados pelas mulheres neste filme.
- A história e a beleza lendária de Helena, narrada na **Ilíada** de Homero, chamou a atenção de vários artistas, os quais buscaram representá-la de várias formas: nas estátuas, nos quadros e no cinema.

Analise as imagens presentes nos **documentos 4, 5 e 6**, considerando:

- os diferentes tipos de fonte que representam as imagens presentes nos **documentos 4, 5 e 6**;
 - os diferentes contextos históricos de cada documento respectivamente;
 - como a personagem Helena é representada nos respectivos contextos históricos de produção de cada um dos documentos;
 - qual a relação desta personagem com o modo como são representadas as mulheres pelos gregos dos séculos VI a IV a.C.
- A partir desses dados, descreva a sua representação das mulheres da antigüidade grega.

Documento 4



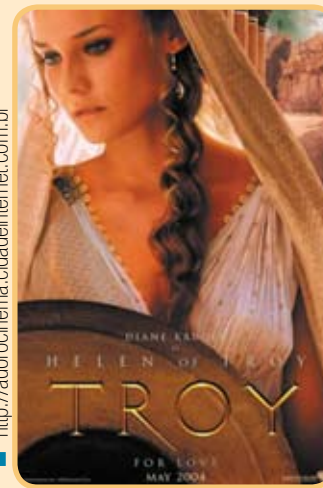
■ **Estátua grega de Helena** (século V a.C.)

Documento 5



■ EVELYN DE MORGAN (1850-1919). **Helena de Tróia**, 1898. Óleo sobre tela. S/I.

Documento 6



■ Pôster de Helena no filme **Troy**, em 2004. Tróia. EUA, 2004. Direção: Wolfgang Petersen.

As mulheres na sociedade romana

Na sociedade romana, do período da República (509-27 a.C.), a mulher casada (*matrona*) quase sempre aparecia ao lado do marido, participando das festas, das honrarias da vida pública, da administração da casa, como fiel e colaboradora do marido.

No período Imperial (27 a.C. - 476 d.C.), as mulheres romanas, que não podiam ou não queriam exercer as funções maternas, estudavam processos, discutiam política, falavam de novidades e expunham, na presença do marido, suas teorias e planos a generais, tal como ocorria com as mulheres espartanas dos séculos VII a III a.C. Muitas *matronas* gozavam de confiança dos maridos, saindo para fazer visitas e compras nos armazéns. Durante a noite, acompanhavam os maridos aos banquetes e voltavam tarde para casa.

A mulher romana foi retratada no fim do século I e início do II d.C., pelo seu firme caráter heróico de fidelidade, como o da jovem

esposa do filósofo estóico Lucius Anneus Sêneca (4 a.C – 65 d.C.), vítima do imperador Nero (37-68 d.C.). Também foi lembrada de forma lendária, como Lucrecia, que conquistou a imortalidade por ter sido violada.

Mas, além de algumas exceções, a mulher romana estava sempre sob o poder de um homem, do *pater familias* (chefe do lar), do marido ou de um tutor.

De acordo com um cálculo aproximado da população do Império Romano, mais da metade das mulheres morriam antes de completarem 40 anos de idade, devido a complicações durante o parto. Somava-se a isto, nas classes subalternas (escravas ou plebéias pobres), a vida exaustiva que estas mulheres levavam no mundo do trabalho romano.

Você pode perguntar-se: onde estavam as mulheres rebeldes?

Algumas mulheres romanas buscaram na diversão uma forma de igualdade aos homens. Junto com seus maridos nos anfiteatros, no meio dos espectadores, divertiam-se com as lutas dos gladiadores.

Já as mulheres dos imperadores romanos e da nobreza senatorial, ao longo dos séculos I e II d.C., travaram grandes lutas nos bastidores do poder, as quais defendiam o trono para seus filhos, irmãos e amantes. Pois, de acordo com o sistema de valores predominantes na sociedade romana, estas mulheres da alta sociedade deveriam contentar-se com as satisfações alheias, o êxito dos homens e do Estado, enquanto cuidava da nova geração masculina. Entretanto, essas mulheres nobres, como Júlia Cesaris (39 a.C. - ?) (filha do imperador Augusto [63a. C. – 14 d.C.]), Valeria Messalina (17-48 d.C.) (esposa do imperador Cláudio [10a.C. – 51 d.C.]) e Clódia estavam suficientemente liberadas de tabus sexuais para mostrarem publicamente sua liberdade de costumes, não obstante terem sido punidas com o exílio ou com a morte por causa de seus atos e desejos. Isto, no entanto, não as impediu de utilizarem sua sedução com proveito e sucesso nas formas predominantes de sociabilidade da cultura romana: as relações de favor e de clientelismo que determinavam as relações de poder romanas. Quanto a esta forma de resistência feminina, veja o que a historiografia relata:

Texto 1

Depois do fim do reinado de Augusto (63 a.C. - 14 d.C.), os costumes liberaram-se rapidamente durante os primeiros anos do reinado de Tibério (42 a.C. - 37 d.C.). Algumas senhoras se fizeram inscrever abertamente entre as prostitutas registradas pelas autoridades dos edis (magistrados guardiões da ordem pública). Isto lhes permitiu – pensavam elas – amar livremente quem quisessem, sem incorrer em sanções. Tal como os jovens libertinos que, na mesma época, aparecem na arena ou nos palcos, reclamando para si mesmos a desonra judicial, estas mulheres sacrificavam seu lugar na sociedade à liberdade de costumes.

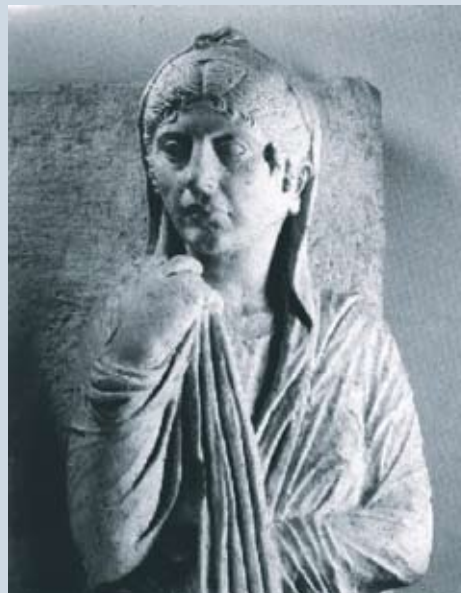
Os homens, em Roma ou na Grécia, não se privavam de escolher para seus amores os que a sociedade ignora: e isso não lhes trazia nenhuma consequência. Para as mulheres da nobreza, em troca,

é um verdadeiro desafio ficar em companhia de um gladiador, de um escravo, dos desprezados. Não lhes foi particularmente excitante fazer com que seu marido senador ou cavaleiro tenha de endossar a paternidade de uma criança cujos traços se assemelham aos de um gladiador, de um cantor, ou, pior ainda, aos dos escravos de sua própria casa? (Adaptado de SALLES, 1982, pp. 272-273.)

Contudo, no campo religioso, embora a religião tradicional romana fosse centrada na família e nos cultos do Estado, na qual os homens desempenhavam papel predominante, as mulheres romanas encontraram, ainda que de modo restrito, um espaço onde dedicavam-se mais que os homens. A exemplo disso, ocorreu no santuário de Vesta, em que seis mulheres ocupavam a função de não deixar o fogo sagrado apagar, eram as Virgens Vestais. Sua importância estava no fato de que o lar romano era protegido pela deusa Vesta. Outros rituais foram reservados às mulheres, como o culto a *Bona Dea* (a Boa Deusa).

No período imperial (séculos I a V d.C.), as mulheres foram atraídas para um novo credo religioso, cuja a ideia central diferenciava-se de outras religiões, no que referia-se à purificação, à castidade e ao celibato: o cristianismo. Tanto durante a vida de Jesus de Nazaré (c. 8-4 a.C. – c. 29-36 d.C.) – seu fundador – como nas primeiras comunidades cristãs, esta crença pregava que todas as pessoas eram iguais perante Deus, fosse elas escravas, homens e mulheres ou crianças. Isto foi entendido por muitas mulheres como uma forma de libertação através de sua elevação espiritual (sublimação).

Documento 7



Estela funerária em mármore; representa, em alto relevo, uma mulher com um véu. O porte de toda mulher honrada é aquele que apenas deixa ver o rosto. Em Roma e no Oriente grego a mulher, quando sai, ocasionalmente, fá-lo com a cabeça coberta por um véu ou por um manto, evitando atrair os olhares. Esta atitude significa para todos os homens que não podem aproximar-se dela, pois está protegida pela lei romana contra os agressores. No tempo da República este costume agudiza-se: os homens podem divorciar-se se a sua esposa sair com a cabeça descoberta. As prostitutas romanas são proibidas de usar o manto das matronas. Primeira época Imperial romana. Roma, Museu Capitolino. (ROUSSELLE, 1993, p.375)



ATIVIDADE

- Leia o **texto 1** e o **documento 7** observando a imagem. Depois de comparar os dois documentos, escreva sobre a condição das mulheres na sociedade romana e suas possibilidades de resistência ao poder patriarcal. Leve em conta os seus valores culturais.

■ A luta por direitos da plebe na sociedade romana

No período da monarquia (753-509 a.C.), a sociedade romana estava composta basicamente por: patrícios, plebeus, clientes e escravos. Esta sociedade desenvolveu-se baseada na desigualdade econômica, social e política. Isto porque o grupo social dos patrícios possuía as principais terras, formava a aristocracia e detinha os direitos políticos de governo. Entre os plebeus, encontravam-se os artesãos, comerciantes e pequenos proprietários, que não tinham direitos políticos e também não podiam se casar com gente dos patrícios, além de estarem sujeitos à escravidão por dívidas. Já os clientes trabalhavam para os patrícios em troca de proteção, e os escravos resultavam de pessoas que não podiam pagar suas dívidas e de prisioneiros de guerra.

Mas, foi durante o período da República romana (509-27 a.C.) que os plebeus percorreram um caminho de lutas contra os patrícios, para adquirir direitos sociais, jurídicos e políticos. Durante este processo, os plebeus perceberam que os patrícios dependiam deles para manter o funcionamento da economia, das finanças e do exército. Esses pressionaram os patrícios retirando-se em 493 a.C., para o Monte Sagrado, localizado a alguns quilômetros de Roma, e ameaçaram fundar outra cidade. Os patrícios entenderam que o exército, sem os plebeus, ficaria fraco e o Estado não teria condições de manter a cobrança de impostos. Então, resolveram fazer concessões na criação de magistrados especiais com a função de defender os interesses da plebe, denominados: os “tribunos da plebe”.

As pressões e revoltas plebéias continuaram, com outras reivindicações, como o direito de poder ter conhecimento da lei para serem julgados com igualdade aos patrícios. Por isso, foi redigido um código de lei em 450 a.C., a **Lei das Doze Tábuas**, válidas para os patrícios e plebeus. O casamento entre cônjuges patrícios e plebeus foi permitido em 445 a.C., com a **Lei Canuléia**. Mas, na prática, somente os ricos plebeus conseguiram casar-se com as mulheres patrícias.

Os plebeus ainda conquistaram, em 367 a.C., um cargo no consulado e o fim da escravidão por dívida, com uma lei decretada por volta de 366 a.C., o que colaborou, de certo modo, para a abolição da escravidão, de forma definitiva, de cidadãos romanos em 326 a.C.

Assim, as lutas que os plebeus empreenderam, nos séculos V a IV a.C., provocaram algumas transformações sociais e políticas em Roma. No entanto, os cargos políticos passaram a ser divididos entre os ricos plebeus e os patrícios, enquanto a maioria dos membros da classe plebéia continuava pobre, lutando por melhores condições de vida e para ter acesso às terras conquistadas por Roma, distribuídas entre os patrícios.

Para você conhecer um pouco mais sobre algumas causas das rivalidades entre essas duas classes sociais, leia o **texto 2**.

Texto 2

O eixo de grande contenda é a consecução por parte dos plebeus do direito de participação no *ager publicus* – ou seja: a pretensão de desfrutar de vantagens materiais idênticas às dos patrícios, estas determinadas pelos seus privilégios políticos. Esta pretensão foi característica tanto dos plebeus pobres como dos bem acomodados. Tem-se manifestado com frequência a opinião de que as reivindicações econômicas dos plebeus pobres e as reivindicações políticas dos plebeus ricos se fundiram para, unidos, poderem levar a cabo uma luta em prol de pretensões diferentes – o que deixa supor que os plebeus endinheirados não tinham como único móbil aspirações de tipo econômico. Mas não restam dúvidas de que os fins perseguidos pelos plebeus ricos fossem também econômicos – ao passo que aos pobres importava, mais do que o acesso aos altos cargos políticos, que estas posições fossem ocupadas por inimigos da classe privilegiada. (BLOCH, 1956, p. 40-41)



ATIVIDADE

- Sintetize as idéias do **texto 2** organizando um quadro com as semelhanças e diferenças existentes entre as reivindicações dos plebeus pobres e ricos.
- Elabore um quadro cronológico com as conquistas dos plebeus.
- A partir disso, faça uma comparação, no que diz respeito às reivindicações de direitos sociais, entre as classes plebéias e patrícias romanas e as classes sociais do mundo contemporâneo levando em conta seus respectivos contextos sócio-históricos. Depois escreva uma narrativa histórica sobre o tema.

■ As revoltas dos escravos

O grande conflito social de caráter estrutural que estigmatizou a sociedade romana não foi somente entre patrícios e plebeus, mas sim entre essas classes e os escravos. Isto porque a sociedade romana tinha sua economia sustentada predominantemente por esta forma de relação de trabalho: a escravidão.

As constantes guerras de conquistas promovidas por Roma possibilitavam, cada vez mais, a expansão territorial e o aumento do número de populações conquistadas, as quais tinham seus membros, muitas vezes, transformados em escravos. Esses fatos provocaram, durante o período da República, momentos de tensão social. Isto pelos seguintes motivos: os escravos estavam presentes em praticamente todas as profissões, tais como no trabalho doméstico, agrícola, comercial, artesanal, educacional, nas minas e para o Estado (como funcionários, soldados e gladiadores); e por fim, eram, na sua maioria, estrangeiros que desejavam voltar às suas comunidades de origem a qualquer preço ou desejavam ter os mesmos privilégios dos romanos.

Neste contexto social, destacaram-se os seguintes conflitos:

- A revolta dos escravos ocorrida entre 136 e 132 a.C., quando os escravos saquearam a Sicília.
- A revolta de Espártaco, em Cápua, no sul da Península Itálica, que contou com a união de todos os bandos de escravos fugitivos da região e de outros descontentes. Essa revolta ocorreu em 73 a.C., quando um grupo de gladiadores, liderados por Espártaco, fugiu do quartel de Cápua e foi para as encostas do Vesúvio, onde organizou um exército de escravos que lutou pela liberdade e desejava retornar às suas cidades de origem. Durante dois anos o grupo enfrentou várias batalhas contra os romanos e venceu muitas delas. Porém, o exército romano o derrotou em 71 a.C.

Você poderá entender a revolta de Espártaco analisando o **documento 8**.

Documento 8

Epártaco, Crixo, Enomau destruíram as portas da escola de gladiadores mantida por Lêntulo, e com trinta (e não mais!) companheiros de destino fugiram da Cápua. Tendo chamado os escravos à liberdade, tiveram consigo imediatamente mais de dez mil homens; não lhes bastava mais terem fugido: eles queriam agora se vingar. Tomaram, por assim dizer, como primeiro altar, o Vesúvio. E, como Clódio Gláber os mantivesse bloqueados ali, deixaram-se deslizar por cabos feitos de varas para dentro da montanha, atingindo assim sua base e, por uma passagem impraticável, surpreendendo subitamente o chefe (romano), que não esperava nada disso, tomaram-lhe seu acampamento. Em seguida, trocaram de acampamento: atingiram o de Cora, percorreram aos poucos toda a Campanha e, não satisfeitos com a pilhagem de fazendas e burgos, arrasaram terrivelmente Nola e Licéria, Túrios e Metaponto. O afluxo cotidiano de novas tropas, fez deles, afinal, um verdadeiro exército: confeccionaram escudos informes de vime e de couro, forjaram seu ferro em forma de espadas e lanças e, para que não faltasse nenhum brilho a seu exército, domaram os bandos que encontraram formando uma cavalaria. Levaram a seu chefe insígnias e objetos tirados dos pretores: não os recusou, este mercenário da Trácia, admitido no nosso exército, soldado desertor, bandido promovido a gladiador por sua força!

Começou inclusive a atacar os cônsules nos Apeninos, despedaçou o exército de Lêntulo e perto de Mutina destruiu o acampamento de C. Cássio. Orgulhoso de suas vitórias, pensou (e isto basta para nossa vergonha!) em atacar a cidade de Roma. Finalmente, todas as forças de nosso império foram preparadas contra este gladiador e Licínio Crasso reivindicou a honra romana; vencidos e postos em fuga, refugiaram-se no extremo da Itália. Lá, confinados num canto do Brúcio, sem possuir embarcações, procuraram evadir-se para a Sicília tentando em vão vencer a violenta corrente do estreito sobre jangadas de feixes de madeira e de conjuntos de potes. Enfim, numa saída, correram eles em direção à uma morte digna de homens de valor; e, como convinha a um general gladiador, a luta foi sem perdão: o próprio Espártaco, combatendo com muita bravura na primeira fila, foi morto como um impedido. (Adaptado de FLORO *apud* PINSKY, 1991, p. 13-14.)

A escravidão em Roma só foi mitigada por volta dos séculos III a V d.C., no fim do período imperial, com a crise política e econômica do Império Romano causada pela inflação, por uma sucessão de ditaduras militares e pelas invasões germânicas e asiáticas em seu território, além

de revoltas nas províncias. O preço dos escravos passou a ficar muito elevado para os senhores de terras e, aos poucos, estes escravos se transformaram em colonos livres destes senhores, onde recebiam proteção militar em troca do produto do seu trabalho no campo. Contudo, nas cidades, os escravos continuavam a existir em todos os setores do mundo do trabalho romano.



ATIVIDADE

- Procure assistir ao filme **Spartacus**.
- Analise o **documento 8** levando em consideração os motivos da revolta de Espártaco e o desenvolvimento da mesma. Identifique os fragmentos do texto em que os escravos se utilizam de símbolos do poder romano. Por que se utilizam destas representações de poder? À luz da sua compreensão da sociedade romana por que Espártaco teve tantos adeptos à sua causa? Produza uma narrativa histórica sobre este tema.
- Se você conseguiu assistir ao filme, compare e escreva as diferenças e semelhanças nas representações presentes nesta produção cinematográfica com as surgidas no **documento 8**.

Filme: *Spartacus*

Estados Unidos da América, 1960, direção de Stanley Kubrick.

Sinopse: O filme narra a trajetória de Spartacus desde quando se tornou líder de 78 escravos que escaparam da escola de gladiadores em Capua, a 130 milhas de Roma, no ano 73 a.C. e suas lutas durante dois anos, no comando de 90 mil homens.

(<http://www.webcine.com.br/filmessc/spartacu.htm>; Acesso em: 02/12/2005).

Referências Bibliográficas

ARISTÓFANES. **A greve dos sexos (Lisístrata); A revolução das mulheres**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

BLOCH, Leon. **Lutas sociais na Roma antiga**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1956.

HOMERO. **Odisséia**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1972.

PINSKY, Jaime. **100 textos de história antiga**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Escala, 2005, (parte I).

ROSTOVITZ, M. **História de Roma**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

ROUSSELLE, Aline. **A política dos corpos entre a procriação e continência em Roma**. IN: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das mulheres no ocidente: a antigüidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1993, v.1.

SALLES, Catherine. **Nos submundos da antigüidade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Obras consultadas

BONNARD, A. **A civilização grega**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1980.

FINLEY, M. I. **Aspectos da antigüidade**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1965.

GIORDANI, M. C. **História de Roma**: Antigüidade clássica II, 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOSSÉ, C.. **O cidadão na Grécia antiga**. Lisboa: Edições 70, 1993.

VIDAL-NAQUET, P. **O mundo de Homero**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

Documentos consultados *ONLINE*

<http://www.webcine.com.br/filmessc/spartacu.htm>; Acesso em: 02 dez. 2005.

http://www2.uol.com.br/chicobuarque/letras/mulheres_76.htm; Acesso em: 06 dez. 2005..

<http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/troia/troia.htm>; Acesso em: 15 dez. 2005.

<http://www.cinepop.com.br/filmes/troia.htm>; Acesso em: 15 dez. 2005.



ANOTAÇÕES



ANOTAÇÕES

A large green rectangular area containing horizontal lines for taking notes.



RELAÇÕES CULTURAIS: Relações de dominação e resistência na sociedade medieval europeia: camponeses, artesãos, mulheres, hereges e doentes

■ Sueli Dias¹

Sobre as pessoas da Idade Média foi dito:

**Uns rezam...
Outros combatem...
outros trabalham.**

E ninguém contestou?

Que relações de dominação existiam neste período da história da humanidade?

Existiam manifestações de resistência?

■ O (pré)conceito de Idade Média

Buscar compreender as relações sociais do período denominado medieval (séculos V a XV) fará com que você se depare com uma relação de dominação na própria acepção da palavra. O termo Idade Média foi empregado primeiramente no século XVI, por homens que naquela época consideravam-se contemporâneos e queriam designar com desprezo o tempo entre eles e a Antiguidade Clássica.

Pelo domínio político, econômico e cultural que a religião cristã exerceu sobre o Ocidente e sobre parte do Oriente, no Império Bizantino, recorreu-se no século XVII e XVIII, à idéia de Idade Média como: “tempo de interrupção do progresso humano iniciado na antiguidade, tempo de barbárie, tempo de superstição e ignorância, tempo de estagnação, enfim, noite dos mil anos”.

O estilo do Romantismo, mais presente nas artes e na literatura do século XIX, criou um novo (pré)conceito para a Idade Média, radicalizando-a como período do surgimento das nacionalidades, portanto uma época a ser imitada. No século XX, estendendo-se para o início do século XXI, a historiografia procurou resgatar o conhecimento sobre a Idade Média, baseando-se na compreensão e não no julgamento dos fatos. Isso não significa que os historiadores contemporâneos tenham conhecido todas as relações e características sobre o período medieval, significa apenas que compreendeu-se não ser possível entender um período anterior a partir dos valores vividos no momento presente. Este é o trabalho do historiador:

Texto 1

Ao examinar qualquer período do passado, o estudioso necessariamente trabalha com restos, com fragmentos – as fontes primárias, no jargão dos historiadores – desse passado, que portanto jamais poderá ser integralmente reconstituído. Ademais, o olhar que o historiador lança sobre o passado não pode deixar de ser um olhar influenciado pelo seu presente. Na célebre formulação de Lucien Febvre, feita em 1942, “a História é filha de seu tempo”, por isso cada época tem “sua Grécia, sua Idade Média e seu Renascimento”.

(Adaptado de FRANCO JR, 2004, p.14)



ATIVIDADE

Escreva uma narrativa histórica destacando o domínio que os períodos posteriores pretendem lançar quando criam (pré)conceitos sobre determinadas épocas.

Sociedades Medievais: uma reflexão sobre a sociedade feudal

Muitas sociedades desenvolveram-se no período medieval, tanto no Oriente, quanto no Ocidente. Entretanto, o modo pelo qual a História explicava esta questão, baseando-se numa visão eurocêntrica, fez com que os reinos bárbaros e as propriedades feudais do Ocidente europeu ou o Império Bizantino e Império Islâmico, no Oriente, entre os séculos V e XV, se tornassem as referências mais comuns.

Nas relações da sociedade feudal, que ocorreram em boa parte da Europa ocidental, percebe-se a desigualdade social medida pela posse ou exclusão da terra e, para compreendê-la, é preciso resgatar algumas idéias centrais sobre este sistema: o feudalismo.

O feudalismo tem suas origens na crise do Império Romano e nas estruturas políticas e econômicas dos reinos germânicos, especialmente dos francos. Atingiu seu apogeu entre os séculos IX e XII. Foi um sistema baseado nas relações de suserania e vassalagem, na posse dos feudos e na servidão. Tinha o poder político descentralizado. Sua sociedade era estamental, hierárquica e imobilista. Foi ideologicamente mantida pelo teocentrismo imposto pela Igreja Católica. Nesta sociedade os mais pobres davam seus bens, suas propriedades e até mesmo sua liberdade em troca da proteção e segurança de um senhor.

Observe esta explicação histórica sobre uma condição social da Idade Média, presente em sociedades feudais:

Texto 2

Tomar-se um “desclassificado” na Idade Média era sair de seu “estado”, ser privado de seus instrumentos de trabalho e dos signos de sua condição. Era para um camponês, a perda de suas ferramentas, de seus animais; para um artesão, a perda de seu ofício; para um mercador, a perda de sua loja; para um clérigo, a perda de seus livros; para um nobre, a perda de seu cavalo e de suas armas. Sem isso, o homem já não era mais nada, visto que já não tinha meios de existência social. A partir deste momento, desclassificado, excluído, o homem estava voltado à emigração e ao nomadismo. O pobre estava só e sem vínculos.

(MOLLAT, 1989, p.6)



ATIVIDADE

Produza um texto sobre as condições que podiam tornar uma pessoa excluída da sociedade Feudal.

Documento 1



■ O Trabalho dos servos num feudo, c. século XV - iluminura. S/l. - Fonte: http://sepiensa.org.mx/contenidos/historia_mundo/media/feudal/feudalismo/feudo_2.htm - Acesso em 28 nov. 2005.

■ Algumas manifestações de dominação e resistência entre os camponeses

Os camponeses que trabalhavam nas propriedades feudais recebiam diversos nomes, conforme suas origens: podiam ser chamados de rústicos – em lembrança à designação romana de homem do campo; de vilãos – quando habitavam as vilas; de rendeiros e foreiros – quando eram homens livres e deviam uma parte fixa da sua produção ao senhor; ou simplesmente de pobres. Normalmente trabalhavam e viviam em propriedades que pertenciam aos nobres ou à Igreja Católica e estavam ligados aos seus senhores pelo compromisso da servidão.

Este compromisso obrigava o pagamento de impostos, taxas e serviços, além da obediência às ordens dos senhores. Os foreiros e rendeiros, por serem livres, tinham obrigações fixas, mas os servos, além destas obrigações, sujeitavam-se a muitas outras.

Texto 3

Você já estudou, em outros momentos, as diferenças entre servos e escravos. Para lembrar: servos eram trabalhadores dependentes. Recebiam do senhor lotes de terra, os mansos, de cujo cultivo dependia sua sobrevivência e em troca da qual realizavam o pagamento de determinadas taxas àquele senhor. Trabalhavam em lugares e tarefas indicados pelo senhor, sem nenhum tipo de remuneração. Tinha a posse vitalícia e hereditária de seus mansos e a proteção militar proporcionada pelo senhor.

Os escravos existiam em pequena quantidade, nas sociedades feudais; eram mais comuns nas regiões mais próximas do Império Bizantino ou Império Islâmico; ao contrário de trabalhadores dependentes, eram propriedade dos senhores.

(Adaptado de FRANCO JR., 2004, p. 91).

Entre as formas de domínio dos senhores sobre os camponeses, servos ou não, podem-se destacar algumas obrigações de trabalho que servem para ilustrar a exclusão e dependência a que estes camponeses estavam submetidos:

- derrubada de árvores, limpeza dos campos, plantio e colheita nas terras dos senhores (corvéia);
- conserto de estradas, pontes e represas;
- pagamento pelo uso dos moinhos, fornos, passagem por estradas e pontes das propriedades feudais;
- pagamentos de dotes de casamento para as filhas do senhor;
- indenização ao senhor pelo nascimento, morte ou casamento do servo;
- indenização ao senhor pelo adultério cometido pela esposa do servo;
- concessão ao senhor da esposa do servo na primeira noite do casal.

Estas obrigações são ilustrativas porque não foram comuns à toda sociedade feudal. Ocorreram em algumas regiões e em diferentes épocas no contexto da organização da sociedade feudal européia.

O domínio dos senhores sobre os camponeses aumentava a desigualdade social e, muitas vezes, estes não tinham o necessário para o sustento. Como citou um historiador contemporâneo, na obra **Os pobres na Idade Média** (MOLLAT, 1989), os miseráveis chegavam a fazer “pão de caroços de uva, flores de noqueira e raízes de samambaia, acompanhadas de relva comum dos campos”. Esta realidade suscitou diversas manifestações de protesto dos camponeses e, igualmente, diversas formas de repressão. Observe este documento, é um fragmento de um código de leis do século VII, das regiões feudais que compõem, atualmente, o norte da Itália:

Documento 2

Se, em alguma de nossas terras, os rústicos ousarem tramar rebelião e se levantarem as armas, lutando contra qualquer um, se porventura roubarem escravos ou animais deixados pelo senhor na casa de um servo seu, então o senhor prejudicado deverá ser indenizado. Se o senhor for ferido pelos revoltosos, que estes últimos paguem uma indenização pela sua presunção. E se algum dos rústicos for morto nenhuma indenização lhe será devida porque quem o matou o fez para defender o que possuía.

(*Edictum Rotharis Regis* apud MACEDO, 1995, p. 23).



ATIVIDADE

Analise o **documento 2** e responda:

- Quem são os personagens citados no documento?
- Que tipo de relação estão estabelecendo?
- Que significado este tipo de relação dá à sociedade feudal?

Muitas vezes, quanto maior a pressão da nobreza sobre os excluídos da terra, maiores as estratégias de resistência adotadas. Os camponeses faziam roubos nas terras do senhor, caçavam escondido nas florestas dos nobres, incendiavam colheitas, prestavam um mal trabalho nas corvéias, recusavam-se em entregar impostos em espécie, fugiam dos pagamentos e obrigações do compromisso de servidão.

Entre os séculos X a XIII, ocorreram muitas manifestações de resistência dos camponeses em diversas regiões da Europa Feudal. Foram manifestações motivadas pelas péssimas colheitas e pelo medo da fome. Reivindicavam melhores condições sociais e respeito à identidade do camponês, pois este sempre fora inferiorizado e excluído pela nobreza.

No ano de 996, na Normandia, região do norte da França, ocorreu uma grande revolta dos camponeses contra os senhores. Os camponeses viviam em situação de miséria: as colheitas eram insuficientes, os impostos, além de abusivos, eram pagos em espécie, as roças viviam ameaçadas ora pelas secas, ora pelas enchentes, as guerras e invasões eram constantes. Enfim, para diminuir a falta de alimentos, os camponeses ocuparam alguns rios e florestas, praticaram a caça e a pesca sem o consentimento dos senhores. Considerando isso uma invasão de terras, o duque Ricardo II (996-1026) enviou o conde Raoul com muitos cavaleiros para defender os interesses dos nobres e “cuidar” dos camponeses.

Documento 3

Veja num trecho do poema épico de Robert Wace (1115-1175), **O Romance de Rolando**, escrito no século XI, o tratamento dado aos camponeses que se rebelaram na Normandia, em 996:

Raoul exaltou-se de tal modo
 Que não fez julgamentos
 Pô-los todos tristes e doloridos
 A muitos arrancar os dentes
 E a outros mandou empalar
 Arrancar os olhos, cortar os pulsos
 A todos mandou assar os jarretes
 Mesmo que com isso morressem
 Outros foram queimados vivos
 Ou metidos em chumbo a ferver
 Assim mandou tratar a todos
 Ficaram com aspecto horroroso
 Não foram depois disso vistos em parte nenhuma
 Onde não fossem bem reconhecidos
 A comuna ficou reduzida a nada
 E os vilões portaram-se bem
 Retiraram-se e demitiram-se
 Daquilo que tinham começado

(Adaptado de LE GOFF, 1994, p. 61).

Entre estas muitas manifestações de resistência, pode-se destacar a revolta ocorrida na França, em 1358 – *A Jacquerie*.

Foi uma revolta de apenas alguns dias, mas unificou diversas regiões da França contra os abusos da nobreza, o pagamento dos impostos e a desigualdade social, especialmente em época de pobreza e miséria crescentes, motivadas pela fome e pelas epidemias que assolaram a Europa no século XIV.

Na *Jacquerie*, participavam camponeses, sobretudo servos que reivindicavam o fim das obrigações feudais, mas muitos burgueses,

que também se sentiam excluídos diante do poder da nobreza e da Igreja Católica, juntaram-se aos *jacques* (assim eram chamados os camponeses revoltosos). O movimento tomou conotações revolucionárias porque pretendia a tomada do poder. Milhares de pessoas foram mortas e o poder da nobreza foi reafirmado.

Para punir rebeldes que protestavam contra as determinações reais, foi construída, no reinado de Carlos V (1338-1380), entre 1369 e 1380, uma prisão: a Bastilha.

Na França, a Bastilha tornou-se um símbolo da repressão e foi dominada em 1789, na Revolução Francesa, como demonstração da queda do poder da nobreza e do clero.

■ Algumas manifestações de dominação e resistência nas cidades

Entre os séculos XIV e XV, a Europa feudal vivenciou uma grande crise ao acumular os problemas da miséria e da fome com as doenças que se tornavam epidemias, – por exemplo, a peste negra – e enfrentar problemas de disputas políticas – como a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), entre França e Inglaterra. Para manter os privilégios do clero e da nobreza e arrecadar mais impostos, surgiram leis como o **Estatuto dos Trabalhadores**. Veja este fragmento da lei promulgada na Inglaterra em 1351, no reinado de Eduardo III.

Documento 6

Que cada homem e mulher do nosso reino de Inglaterra, de qualquer condição que seja, livre ou servo, apto de corpo e com menos de sessenta anos (a estimativa de vida era de 50 anos), que não viva do comércio nem exerça qualquer ofício, nem possua de próprio com que possa viver será obrigado a servir àquele que assim o convoca; e levará apenas o soldo, pagamento, remuneração ou salário que era costume serem dados nos locais onde era obrigado a servir no vigésimo ano do nosso reinado em Inglaterra. Se qualquer homem ou mulher, sendo assim convocado para servir, não o fizer, e isto for provado, será imediatamente preso.

(Adaptado de *Statutes of the realm* apud MACEDO, 1995, p. 40).

Que reações de leis como essas provocaram na sociedade medieval?

Neste contexto, ocorreram muitas revoltas nas cidades, por meio de tumultos, saques e depredações com o objetivo de abolir impostos e obrigações feudais. Algumas revoltas eram revolucionárias porque pretendiam uma redistribuição do poder político. Entre elas, a *Haerelle*, na Normandia, em 1382, que contou com a participação dos artesãos, libertou presos políticos e queimou listas de cobrança de dívidas e impostos.

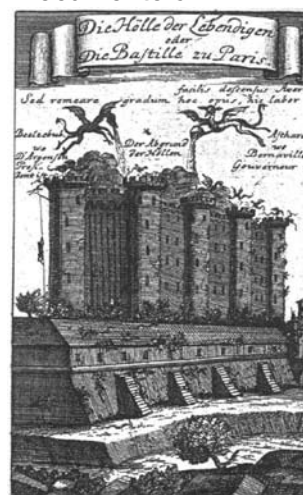
Documento 4



www.wikipedia.org

■ **Jacquerie.** A batalha de Meaux, c. século XIV - iluminura, Crônicas de Jean Froissart, século XIV.

Documento 5



www.1675-1725.historicum.net/

■ **The Hell of the Living: a Bastilha em Paris,** 1719 – gravura.

A Revolta dos *Ciampi* (os descalços), ocorrida na cidade-estado de Florença, na Itália, em 1378, agrupou artesãos e trabalhadores livres pobres (açougueiros, alfaiates, tintureiros, cortadores de lã, etc). Juntos, estes grupos criaram um governo popular e corporações para representar os interesses de artesãos e trabalhadores pobres. Mas, as disputas internas pelo poder político enfraqueceram o movimento e a nobreza retomou o controle da sociedade, reprimindo violentamente os participantes da revolta.

Mapa 1



■ Principais Revoltas Urbanas na Europa dos séculos XIV e XV. MACEDO, 1996, p. 49.

Observe o **documento 7**. É um afresco pintado no século XIV, reproduzindo o ideal de governo da cidade italiana de Siena.

Documento 7



■ AMBROGIO LORENZETTI (c. 1290 - c. 1348) - **Alegoria do Bom Governo**, c. 1337-1340. afresco, 296 x 1398 cm. Siena, Palazzo Pubblico, Sala dei Nove.



ATIVIDADE

Organize um quadro com as seguintes informações sobre o **documento 7**:

- Quem o produziu?
- Qual o tema desta obra? Em que contexto foi produzido?
- Podemos estabelecer comparações entre o governo ideal e o real das cidades italianas deste período?

As cenas representadas no afresco presente no **documento 7** podem justificar a Revolta dos *Ciom-pi*? Escreva uma narrativa à respeito. Utilize os **textos 2 e 3**, os documentos **2, 3, 4, 5 e 6** e o mapa 1.

A resistência daqueles que viviam em condição de exploração e exclusão nas cidades medievais, porque não tinham acesso à moradia e alimentação adequadas, ou porque não pertenciam à nobreza, sobretudo os artesãos, pode ser compreendida também por meio das inúmeras paralisações que realizavam. Apesar de serem consideradas um ato criminoso, são muitos os registros de trabalhadores que cruzaram os braços em protesto às relações com os mestres das corporações de ofício. Em 1329, os curtidores de lã da cidade de Breslau, na Polônia, ficaram quase um ano em greve, reivindicando aumento de salário.



ATIVIDADE

É possível perceber a crise feudal e a transição deste sistema para o capitalismo a partir de manifestações, como a paralisação dos trabalhadores de Breslau. Argumente sua resposta.

Um mapa da exclusão social na Idade Média

Não foram apenas as condições sociais de pobreza e miséria que excluíram pessoas e grupos na Idade Média. Além dos servos, camponeses e trabalhadores pobres, as mulheres, as crianças, os doentes, os imigrantes, os hereges e os judeus também compartilhavam da exclusão social.



PESQUISA

O livro *Movimentos Populares na Idade Média*, de José Rivair Macedo aborda as greves e outras manifestações de resistência na Idade Média. Visite a Biblioteca e procure conhecê-lo.

■ Algumas reflexões sobre as mulheres na Idade Média:

O domínio que a sociedade ou os homens exerceram sobre as mulheres no processo histórico será compreendido no decorrer deste conteúdo estruturante. Na Idade Média, também ocorreram estas relações de dominação; as mulheres estavam submetidas à autoridade do pai ou do marido e tinham como destino certo o casamento, senão com um esposo escolhido pelo pai, num acordo de negócios, com Cristo, ao ser enviada para algum convento (era comum dizer que freiras tornavam-se esposas de Cristo).

As mulheres mais pobres realizavam o trabalho nas lavouras ou nas oficinas de artesãos para o sustento da família. Já as mulheres nobres eram educadas para o matrimônio e a maternidade. A Igreja Católica dava o suporte ideológico para a manutenção da submissão feminina. Quando conveniente, os representantes da Igreja consideravam a mulher responsável pelas desgraças ocorridas na sociedade, chegavam a responsabilizá-la pelo “pecado original” da humanidade, referindo-se à sedução de Adão por Eva no Jardim do Éden.

Dificilmente a historiografia tradicional demonstrou manifestações de resistência das mulheres à condição de dominação a que estavam submetidas na Idade Média. Porém, as mulheres estiveram presentes; a necessidade de conquistar igualdade e dignidade era comum a todos os que viviam em condição de exclusão social. Para as mulheres, além da luta pela condição social, estava a luta pelo respeito e reconhecimento de sua identidade.

Documento 8

Sempre teceremos panos de seda
E nem por isso vestiremos melhor,
Seremos sempre pobres e nuas
E teremos sempre fome e sede;
Nunca seremos capazes de ganhar tanto
Que possamos ter melhor comida.
Sem mudança teremos pão
De manhã, pouco, à noite menos;
Pois da obra de nossas mãos
Nenhuma de nós terá para se manter
Mais que quatro dinheiros de libra,
E com isso não poderemos
Ter bastante carne e panos;
Pois quem ganha por semana
Vinte soldos não está livre de sofrer ...
E estamos em grande miséria,
Mas, com os nossos salários, enriquece
Aquele para quem trabalhamos;
Grande parte das noites ficamos acordadas
E todo o dia, para isso ganhar.
Ameaçam-nos de nos moer de pancada
Os membros quando descansamos:
E assim, não nos atrevemos a repousar.

(Extraído de LE GOFF, 1994, p. 65).

Veja este fragmento do conto *Yvain*, de Chrétien de Troyes (1135-1183), escrito por volta de 1180, sobre as tecelãs de seda, na Inglaterra:

Documento 9



www.universal.pt

■ **Fiandeiras de seda**, c. século XII. – iluminura.



ATIVIDADE

Que relações de trabalho enfrentavam as mulheres, cujo lamento está citado no **documento 8**?

■ Algumas reflexões sobre os hereges da Idade Média:

A Igreja Católica exerceu influência política e cultural durante a Idade Média e foi criticada de várias formas por sua concentração de riquezas. O surgimento de grupos heréticos e ordens mendicantes como os franciscanos e os dominicanos, na Europa ocidental, a partir do século XII, podem ser compreendidos também como movimentos de resistência às imposições e concentração de poder em nome da Igreja.

Qualquer grupo que defendesse idéias contrárias às idéias “oficiais” do papa e do alto clero, ou às posições dogmáticas da Igreja, seria considerado herege. Entre os principais grupos estão os albigenses e os valdenses.

Os albigenses, da cidade de Albi, na França, defendiam a existência de uma igreja a favor dos pobres e excluídos e sem concentração de riquezas, especialmente terras. Criticavam luxo em que vivia o alto clero e sua influência política.

Os valdenses, dispersos em várias regiões da Europa ocidental, defendiam a pobreza, a oração e a penitência como forma de aproximação entre o homem e Deus.

Além das críticas contra a riqueza e postura moral da Igreja, os hereges, em alguns momentos, tentaram, por meio de saques, dividir os seus bens. Para reprimir estes movimentos, a Igreja criou, entre o século X e XI, o Tribunal da Inquisição e as cruzadas.

As cruzadas são mais conhecidas por suas lutas contra judeus e muçulmanos, nas terras da Palestina, mas também ocorreram cruzadas internas contra cidades de hereges, como o caso da cidade de Albi. Nos tribunais havia julgamento e condenação, normalmente em fogueiras, para promover a purificação da alma.

Documento 10



■ FRANCISCO GOYA. **Cena da Inquisição**, 1816. Gravura. Madri, Museu do Prado.

<http://lustrarianotavei.canalblog.com/>



ATIVIDADE

Estabeleça a diferença entre as propostas das ordens mendicantes e da Igreja Católica na Idade Média.



PESQUISA

Pesquise em textos sobre a história da Igreja na Idade Média, a ocorrência de outras heresias (sugestão de pesquisa eletrônica www.wikipedia.org).

Os judeus que viviam na Europa Ocidental, em regiões predominantemente católicas, foram perseguidos, excluídos em nome de suas tradições e religião. Ficavam restritos às periferias das cidades, eram obrigados a usar um símbolo, uma marca e o som de uma matraca denunciava os caminhos que faziam. Eram responsabilizados pela morte de animais, por catástrofes naturais como secas e enchentes. Eram comparados às mulheres que preparavam remédios de ervas, e, por isso, acusados de bruxaria. Para fugir da morte na fogueira, muitos judeus juravam o cristianismo e passavam a ser tratados como cristãos-novos.



ATIVIDADE

- Por que os judeus eram considerados invasores das terras européias na Idade Média?
- Por que a Igreja Católica foi intolerante com outras religiões no período medieval?

■ Algumas reflexões sobre os doentes na Idade Média:

Havia um ditado popular na Idade Média: “depois da fome, a peste come”. O que demonstrava como as doenças poderiam provocar uma catástrofe social. Os pobres, pela alimentação e moradias precárias, eram as primeiras vítimas das doenças que, além de enfrentá-las, tornavam-se também vítimas do abandono, da indiferença e da exclusão do convívio em sociedade.

As doenças que mais provocavam estas reações, entre outras, foram a peste negra e a hanseníase. Porém, qualquer doente, ferido ou portador de necessidades especiais, era considerado, nas sociedades européias da Idade Média, um pecador. Seu sofrimento era explicado como conseqüência da vontade de Deus para a remissão de seus pecados e como não podia conviver entre os sãos, era expulso para os arredores das cidades, em leprosários (locais onde eram segregados

os portadores de doenças da pele, inclusive a hanseníase) ou hospitais (que funcionavam mais como estalagens). Mesmo quando resistiam à imposição de viver nos arredores e retornavam às cidades ou vilas, para esmolar, eram perseguidos por sinos ou tambores e apedrejados.

■ A hanseníase

A hanseníase (popularmente chamada de lepra) é uma doença reconhecida desde as civilizações da antiguidade. Existem relatos bíblicos, que datam de 2.000 a.C., descrevendo sua ocorrência.

Mas o que é realmente este mal? É uma doença infecciosa causada pelo *Mycobacterium leprae*, uma bactéria que afeta a pele e os nervos. É conhecida também como mal de Hansen, do nome de Gerhard Henrick Armauer Hansen (1841-1912), cientista norueguês que, em 1874, identificou o agente causador da doença.

Normalmente manifesta-se por manchas na pele, mas não provocam dor, pois a bactéria afeta os neurotransmissores desta função. Apresenta-se em quatro formas clínicas: indeterminada, tuberculóide, dimorfa e virchowiana. Estas duas últimas formas clínicas são as contagiantes, embora o contágio possa se manifestar entre 02 a 20 anos. Estima-se, segundo recentes pesquisas da Organização Mundial de Saúde (OMS), que mais de 10 milhões de pessoas no mundo sejam portadoras da hanseníase.

Esta doença foi trazida ao Brasil pelos colonizadores portugueses, no século XVI. Seu tratamento e erradicação tornaram-se nas décadas de 1990 e 2000, uma prioridade para a saúde pública, pois nosso país está em 4º lugar na incidência dos casos. O tratamento é a base de antibióticos numa poliquimioterapia. A prevenção, para algumas formas, se faz por meio da vacina BCG.

A hanseníase deixou como conseqüência, em vários momentos da História da humanidade, a exclusão do convívio social, separando os doentes dos saudáveis. Veja as considerações de um historiador sobre esta doença na Idade Média:

■ A peste negra

Já a peste negra, em 1348, foi responsável pela morte de um terço da população européia. A doença pode ter sido trazida por comerciantes vindos do oriente e por corpos contaminados jogados no Mar Mediterrâneo.

Documento 11



■ Sintoma da hanseníase. JEAN LOUIS ALIBERTI (1768-1837) **Lepra nigra**. Clinique de l'Hospital Saint-Louis, 1833. <http://easyweb.easynet.co.uk/~ian.mccormick/alibert1833b.jpg> Acesso em: 03 dez. 2005.

Texto 4

Chamava-se lepra a muitas doenças. Toda erupção pustulenta, a escarlatina, por exemplo, qualquer afecção cutânea passava por lepra. Ora, havia, com relação à lepra, um terror sagrado: os homens daquele tempo estavam persuadidos de que no corpo reflete-se a podridão da alma. O leproso era, só por sua aparência corporal, um pecador. Desagradara a Deus e seu pecado purgava através dos poros. Todos acreditavam, também, que os leprosos eram devorados pelo ardor sexual. Era preciso isolar esses bodes.

(DUBY, 1999, p. 91).

Documento 12



www.wikipedia.org

- **Doktor Schnabel em Roma** - 1656. Gravura. Médico com fato "protetor" anti- peste em época de peste negra.



www.wikipedia.org

- **Giovanni Boccaccio** - (1313-1375). In: Bibliothek des allgemeinen und praktischen Wissens. Bd. 5 (1905).

A estrutura de saneamento urbano – muito precária nas cidades européias que inchavam com o renascimento urbano, por volta do século XIV – e os celeiros que guardavam cereais nos campos colaboraram para a proliferação de ratos e a disseminação da doença. As pulgas dos ratos carregam o bacilo *Yersinia pestis*, causador da peste, e estes, quando contaminados por meio das suas fezes, saliva ou urina, são os vetores, ou seja, os condutores que transmitem a doença, podendo causar uma epidemia.

Ainda hoje, apesar da descoberta de tratamento, existem focos da doença em regiões de pouca estrutura e falta de tratamento do lixo urbano. No Brasil, nunca ocorreu uma epidemia de peste negra, mas ela foi detectada, especialmente em 1899, nas cidades portuárias do país. O médico e cientista brasileiro Adolfo Lutz (1855-1940), no início do século XX, conseguiu controlar a doença na cidade de Santos, combatendo a população de ratos. Atualmente, os focos da doença concentram-se nas regiões nordestinas.

Os homens medievais que presenciaram a peste detectavam-na pelas infecções pulmonares (peste pneumônica), ínguas ou bubões (peste bubônica) próximos aos gânglios e manchas vermelhas ou feridas na pele. Entre os principais sintomas, identificavam febre alta e paralisção de alguns órgãos, especialmente os rins. O contágio poderia ocorrer em algumas situações de contato com os roedores ou com outras pessoas já contaminadas. Isto permitiu o surgimento de algumas medidas, que acreditavam poder controlar a doença: aspersão do dinheiro ou de cartas com vinagre, desinfecção de roupas e casas com enxofre ou perfume forte, colocação de balcões entre vendedores e compradores, uso de espátulas para distribuir a comunhão nas missas, uso de luvas e capas pelos médicos, entre outras que mantinham a distância e isolamento de pessoas.

Um dos maiores relatos da peste em Florença, na Itália, no ano de 1348, está no livro **Decameron**, escrito em 1353 pelo escritor italiano Giovanni Boccaccio (1313-1375). É uma obra importante na literatura medieval, porque seu estilo em prosa testemunha o teocentrismo da época e acena para as primeiras mudanças renascentistas que valorizariam o antropocentrismo. Nesta obra, personagens narram a ocorrência e as conseqüências da peste negra em Florença com realismo e licenciosidade. Isto trouxe a Boccaccio a censura da Igreja Católica.

Leia um fragmento da obra **Decameron**:

Documento 13

O desastre lançara tanto pavor no coração dos homens e das mulheres que o irmão abandonava o irmão, o tio o sobrinho, a irmã o irmão, amiúde mesmo a mulher o marido. E o que é mais forte e quase inacreditável: os pais e as mães, como se seus filhos não mais lhes pertencessem, evitavam vê-los e ajudá-los.

(BOCCACCIO *apud* WOLFF, 1988, p. 26).



DEBATE

Seria possível traçar uma comparação entre a exclusão a que eram submetidos os doentes na Idade Média e os preconceitos com que são tratados os portadores de doenças contagiosas, nas sociedades contemporâneas? Debata o assunto e escreva uma narrativa histórica sobre este tema.

Referências Bibliográficas

- DUBY, G. **Ano 1000 ano 2000 na pista dos nossos medos**. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999.
- FRANCO JÚNIOR, Hi. **A Idade Média** – nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Lisboa: Editorial estampa, 1994. vol. I e II. _____ . **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MACEDO, J. R. **Movimentos Populares na Idade Média**. São Paulo: Moderna, 1993.
- MOLLAT, M. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- WOLFF, P. **Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

Obras Consultadas

- DUBY, G.; PERROT, M. **História das mulheres: a Idade Média**. Porto: Edições Afrontamento, 1990.
- DUBY, G. **Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu séculos VII – XII**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- TELAROLLI JUNIOR, R. **Epidemias no Brasil: uma abordagem biológica e social**. São Paulo: Moderna. 1996.



RELAÇÕES CULTURAIS: Relações de dominação e resistência na sociedade ocidental moderna

■ Marli Francisco¹

Observe as imagens presentes nos **documentos 1 e 2**. Você conseguiria descrever as pessoas que nelas estão representadas? Quem são essas pessoas? O que elas estão reivindicando? É comum ver esse tipo de imagem pela televisão ou vivenciá-la no seu dia-a-dia? Hoje, que imagem você colocaria junto a essas representadas abaixo?



Documento 1



■ ■ Jacquerie: A batalha de Meaux de 1358, c. século XIV, iluminura, Crônicas de Jean Froissart, de Flandres, século XIV.

Documento 2



■ FRANÇOIS DUBOIS (1790-1871), An Eyewitness Account of the Saint Bartholomew's Day Massacre, s/d. Óleo sobre tela. Museu Cantonal de Belas Artes, Lausanne, Suíça. O dia do Massacre de São Bartolomeu, 24 de agosto de 1572.

¹Colégio Estadual Chateaubriandense – Assis Chateaubriand – PR

■ Transformações do mundo moderno

Contestação - do latim *contestatione*, ato ou efeito de contestar. Debate, polêmica, questão, contradição.

■ (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 1986.) p. 373.)

As manifestações sociais estiveram presentes nas mais diversas sociedades e em vários contextos espaço-temporais. Estudaremos neste Folhas algumas das razões que levaram as pessoas a se manifestarem no decorrer dos séculos XVI a XVIII e conhecer os grupos sociais que delas participaram. Afinal, por que pessoas fazem contestações?

Historicamente, costuma-se definir a Idade Moderna como o período assinalado por dois importantes acontecimentos: a tomada da cidade de Constantinopla pelos turcos, em 1453, e a Revolução Francesa, em 1789. Durante os 336 anos que transcorreram entre essas duas datas, o mundo ocidental passou por transformações importantes, as quais levaram o conceito de modernidade a se projetar por toda a história contemporânea.

A idéia de modernidade começou a se afirmar na Europa a partir do século XVI, quando as grandes navegações, iniciadas no final do século XV, resultaram na Revolução Comercial, ocorrendo, dessa forma, a acumulação de capital – de início comandado pelos Estados através do mercantilismo – e contribuindo como importante alicerce para a futura Revolução Industrial ocorrida a partir de meados do século XVIII.

Texto 1

Antigo/moderno

O par antigo/moderno está ligado à história do Ocidente, embora possamos encontrar equivalentes para ele em outras civilizações e em outras historiografias. Durante o período pré-industrial, do século V ao XIX, marcou o ritmo de uma oposição cultural que, no fim da Idade Média e durante as Luzes, irrompeu na ribalta da cena intelectual. A oposição antigo/moderno, que emerge periodicamente nas controvérsias dos intelectuais europeus desde a Idade Média, não pode ser reduzida à oposição progresso/reação, pois se situa fundamentalmente em nível cultural. Os “antigos” são os defensores das tradições, enquanto os “modernos” se prenunciam pela inovação.

No caso especial da história, a oposição antigo/moderno introduz uma periodização, que é vista também no quadro do contraste entre concepções cíclicas e concepções lineares do tempo. Quando, no século V, o termo “moderno” aparece no baixo-latim, só tem o sentido de “recente”, que mantém por muito tempo ao longo da Idade Média; “antigo” pode significar “o que pertence ao passado” e à época em que a história a que o Ocidente, desde o século XVI, chama Antigüidade, ou seja, a época anterior ao triunfo do cristianismo no mundo greco-romano, da grande regressão demográfica, econômica e cultural da Alta Idade Média, marcada pela diminuição da escravatura e pela intensa ruralização.

Na metade do século XIX, transforma-se (o par antigo/moderno) com o aparecimento do conceito de “modernidade”, que constitui uma reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial. No fim do século XIX, a oposição antigo/moderno volta a encontrar-se no campo das artes, pois várias tendências se definiram como *modern style* (estilo moderno). No campo religioso, origina-se uma corrente modernista, condenada pela Igreja como heresia. No século XX, o ponto de vista dos “modernos” ma-

nifesta-se, acima de tudo, no campo da ideologia econômica, na construção da modernização, isto é, do desenvolvimento em oposição ao subdesenvolvimento e da aculturação, por imitação da cultura europeia. Generaliza-se no Ocidente, ao mesmo tempo que é introduzido em outros locais, principalmente no Terceiro Mundo, privilegiando a idéia de “modernização”, nascida do contato com o Ocidente.

Mas o par e seu jogo dialético são gerados por “moderno”, e a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado. Será legítimo que o historiador reconheça como moderno o que as pessoas no passado não sentiram como tal? (Adaptado de LE GOFF, 2003, pp. 173-176).

■ Reforma Protestante e o fim do monopólio religioso da Igreja Católica

A sociedade europeia dos séculos XVI a XVIII sofreu mudanças culturais, políticas e religiosas que repercutiram tanto na organização do Estado quanto na formação de valores, de conceitos e de ideologias. Em suma, na era moderna, construiu-se uma nova visão de mundo nas sociedades ocidentais, particularizando-se em formas distintas, segundo a época e o lugar, ou conforme o nível da realidade e as várias situações de classe. Essa transformação mental, que se realizou ao longo de três séculos, influenciou o modo de trabalhar, de pensar e de agir nos mais diferentes grupos sociais ocidentais, servindo de exemplo para as mais diversas sociedades.

Um desses momentos teve início na Alemanha, em 1517. Trata-se da questão envolvendo o monge agostiniano e teólogo católico Martinho Lutero (1483-1546) e o Papa da Igreja Católica Leão X (1475-1521). Lutero denunciou, através de 95 teses, o que considerava irregular na Igreja Católica. Em 1519, afasta-se definitivamente do catolicismo. Suas propostas provocaram um intenso movimento de transformação ideológica e espiritual, que ficou conhecido como Reforma Protestante. Por meio dessa iniciativa, a Igreja Católica rompeu com Lutero.

Apoiado e protegido por príncipes alemães, Lutero aprofundou suas reflexões sobre a doutrina cristã e formulou os princípios de uma nova religião.

Embora os motivos religiosos tenham sido os mais evidentes para que Lutero formulasse novos conceitos espirituais, os econômicos também estavam ligados a essa nova prática religiosa. A Igreja Católica, através de seus ensinamentos, condenava o lucro, apesar de cobrar dízimos e vender indulgências que enriqueciam esta instituição. Essas atitudes da Igreja Católica não eram favoráveis às aspirações burguesas pelos lucros com o comércio e com as finanças.

Martinho Lutero, ao contrário, tinha uma visão mais tolerante em relação ao lucro e, inversamente, muito mais intolerante contra as indulgências católicas. Em função do seu modo de pensar, recebeu o

Documento 3



■ LUCAS CRANACH (1472-1553).
Retrato de Martinho Lutero, 1529. Óleo sobre tela. Galeria Degli Uffizi, Florença, Itália.

apoio de muitos nobres e burgueses. Suas propostas reformistas, tais como a livre interpretação da **Bíblia Sagrada** e a tradução deste livro nas línguas nacionais, foram divulgadas por toda a Alemanha (Sacro Império Germânico e principados alemães), conseguindo a adesão cada vez maior da população, principalmente da classe burguesa. A burguesia alemã, juntamente com os príncipes, viam a Igreja Católica como inimiga política e econômica. Seus anseios eram por uma Igreja que gastasse menos, que absorvesse menos imposto e, principalmente, que não condenasse a prática de ganhar dinheiro.

Depois da burguesia, restava a maioria da população alemã, composta pelas classes camponesas, explorada ao máximo. Esse grupo via a Igreja Católica como o sustentáculo da formação social que os oprimia: o feudalismo. Isto porque ela representava mais um senhor feudal, a quem deviam muitos impostos, tais como o dízimo.

Sendo assim, a pregação de Lutero foi interpretada pelos trabalhadores do campo (camponeses germânicos) não apenas como uma mudança religiosa, mas também como reformas sociais.

Descontentes com a opressão servil, os camponeses se revoltaram e, em 1524, liderados pelo teólogo anabatista Thomas Müntzer (ou

Münzer] 1489-1525), a população do campo passou a exigir reformas sociais e religiosas. Os revoltosos queimaram e assaltaram mosteiros e castelos, condenaram a Igreja Católica pela cobrança de dízimos e reivindicaram a reforma agrária e a abolição dos privilégios feudais.

Ao estourar a guerra camponesa, Lutero procurou assumir uma atitude conciliadora. Atacou decididamente os governantes, dizendo que eles seriam os culpados do levante em função de suas opressões. No entanto, aconselhou ambos os lados que fizessem concessões e se reconciliassem amigavelmente. Apesar dos conselhos de Lutero, o levante estendeu-se rapidamente pela Alemanha. A reação foi violenta por parte da nobreza, que contou com o apoio de Lutero, pois, para o mesmo, uma revolta social estava fora de qualquer cogitação; Lutero

Documento 4



■ **A Guerra dos Camponeses** (em Alemão, der Deutsche Bauernkrieg) de 1524 a 1526, s/d. Gravura. Bauernaufstand.

justificou sua decisão em função da brutal repressão desencadeada pelos príncipes alemães contra o movimento. Leia o que escreveu o filósofo Friedrich Engels (1820-1895) sobre a posição dos príncipes com relação à rebelião dos camponeses na Alemanha, no século XVI.

Documento 5

Na Alemanha, a oposição “moderada, rica e inteligente” dos príncipes e das classes sociais dominantes, que desejava a separação de Roma, mas não a alteração da ordem social estabelecida, defrontou-se com a oposição proletária dos camponeses e da população pobre das cidades. Ambas – a oposição ao Papa e ao Imperador – puderam permanecer aliadas um certo tempo, devido ao fato de que a mensagem de Lutero, enunciada com grande força de sedução, iludiu as massas, empurrando-as necessariamente à rebelião. Mas Lutero, assustado, desligou-se rapidamente de uma aliança tão comprometedora com as classes populares. Frente ao “reformador burguês” Lutero, levantou-se o “revolucionário plebeu” Münzer. Este, a princípio, era essencialmente um teólogo, influenciado pelos escritos milenaristas da Idade média. Mas, evoluiu rapidamente e se transformou em um “agitador político”. (Adaptado de ENGELS *apud* MARQUES, 1994, p. 106)



ATIVIDADE

- Leia o **documento 5**. Depois, escreva uma narrativa histórica comparando a reação dos príncipes e a de Lutero com relação ao movimento dos camponeses.

Esse importante movimento, denominado Reforma Protestante (século XVI), levou outros pensadores a escreverem a respeito do assunto. Leia os **textos 2 e 3** para que você possa entender melhor a relação da questão religiosa com as questões econômicas e sociais.

Texto 2

A Reforma do século XVI teve um duplo caráter de revolução social e revolução religiosa. As classes populares não se sublevaram somente contra a corrupção do dogma e os abusos do clero. Também o fizeram contra a miséria e a injustiça. Na Bíblia não buscaram unicamente a doutrina da salvação pela fé, mas, também a prova da igualdade original de todos os homens. (HAUSER *apud* MARQUES, 1994, p. 107.).

Texto 3

Não tomemos Münzer como um simples profeta da revolução social. Sua inspiração continua sendo essencialmente religiosa. O que o faz indignar-se é que as condições de vida do povo impedem a este acesso ao Evangelho. Os pobres se acham tão oprimidos, tão preocupados com o ganhar o pão de cada dia, que não têm tempo nem de ler a Bíblia nem de fortalecer sua fé com a oração e a contemplação. Lutero não compreendeu que não é possível uma autêntica Reforma religiosa sem uma prévia revolução social. (LECLER *apud* MARQUES, 1994, p.10.).



ATIVIDADE

- Com base no **texto 2**, dê sua opinião sobre o pensamento deste historiador. Explique-a.
- Leia o **texto 3**. Você concorda com a idéia de que uma Reforma religiosa não acontece sem uma reforma social? Explique.

As guerras camponesas na Alemanha desencadearam, em 1525, o Manifesto dos Camponeses. Através desse documento, os camponeses fizeram suas reivindicações. Leia parte dessas reivindicações.

Documento 6

Nosso modesto pedido e desejo, nossa opinião e vontade é que, no futuro, nos sejam dados poder e autoridade, para que cada comunidade possa eleger o seu pastor e, da mesma forma, possa demiti-lo, caso se porte indevidamente. Ele nos regará o Evangelho de maneira acessível e sem deturpá-lo, sem qualquer acréscimo de leis ou ensinamentos humanos.

Até agora éramos tratados como escravos, o que é uma vergonha, pois, com seu precioso sangue, Jesus Cristo nos salvou a todos, tanto ao mais humilde pastor quanto ao mais nobre senhor, sem distinção.

Somos prejudicados ainda pelos nossos senhores, que se apoderam de todas as florestas. Se o pobre precisa de lenha ou madeira tem que pagar o dobro por ela. Nós somos de opinião que se encontra em mãos de leigos ou religiosos que não a adquiriram legalmente.

Nossa decisão e resolução final é a seguinte: se uma ou diversas dessas exigências não estiverem em consonância com a palavra de Deus, delas abriremos mão imediatamente, desde que se nos prove, à base das Sagradas Escrituras, que elas estão em discordância com a vontade divina. (Adaptado de **Manifesto dos Camponeses**, 1525 *apud* MARQUES, 1994, p.129.).



ATIVIDADE

- Leia o **documento 6** que contém o Manifesto dos Camponeses de 1525. Em seguida, faça uma narrativa histórica destacando as semelhanças e diferenças das reivindicações dos camponeses de 1525 com as reivindicações camponesas que ocorreram nos séculos XX e XXI. Considere seus respectivos contextos sócio-históricos.

A aliança entre a classe pobre e as novas idéias religiosas foi marcante, independente do Estado, esse grupo ligou, de maneira indissolúvel, aspirações religiosas e reivindicações igualitárias. Porém, os ricos burgueses não estiveram ausentes das primeiras fileiras protestantes e tampouco os príncipes, que, por outro lado, lutavam contra os camponeses, os artesãos e os burgueses momentaneamente unidos.

Sendo assim, houve protestantes em todas as classes sociais, oferecendo aos fiéis novas opções religiosas, quebrando o monopólio espiritual da Igreja Católica.

No entanto, o movimento protestante não gerou apenas conflitos sociais, perseguições e mortes, também colaborou com o desenvolvimento capitalista, impulsionou a alfabetização, a tolerância religiosa perante as artes e ciências.

Enfim, a religião, a partir do século XVI, transformou-se e o mundo moderno vivenciou novos conceitos religiosos.

■ França Antártica: uma experiência protestante ou uma experiência indígena na América portuguesa?

Os primeiros colonos franceses estiveram na América portuguesa inicialmente durante os anos de 1555 a 1560. Adeptos do credo calvinista (chamados na França de huguenotes), instalaram uma pequena colônia no litoral da baía do Rio (hoje, Baía de Guanabara no Rio de Janeiro), na ilha de Villegagnon, nome do chefe da comunidade francesa, Nicolas Durand de Villegagnon (1510-1571).

Esta comunidade ficou praticamente isolada porque, com a chegada dos seus navios, os franceses transmitiram uma epidemia aos Tupinambá da costa, perdendo assim aliados tradicionais na luta contra a colonização portuguesa. Além disso, não houve adesão de Genebra – sede do calvinismo –, pois de lá só vieram, em 1557, catorze missionários à França Antártica, na América portuguesa, apesar do insistente apelo do fundador desta religião Jean Calvino (1509-1564) para que viessem mais.

Estes missionários genebrinos chocaram-se com o sincretismo religioso presente nos rituais religiosos dos franceses huguenotes; esses rituais quase não se diferenciavam dos da Igreja Católica. Havia, principalmente, divergências dogmáticas – que se referem a leis religiosas ou dogmas –, porque o calvinismo entendia que a eucaristia era uma instituição simbólica, ou seja, era um símbolo da comunhão entre os crentes; já os franceses da colônia acreditavam que a eucaristia continha realmente o corpo e o sangue de Cristo. Estas divergências geraram conflitos entre esses dois grupos, que levaram à expulsão dos catorze missionários para as florestas do Rio. Esta divisão acabou facilitando a expulsão dos franceses e dos genebrinos pelos portugueses e pelos indígenas da região.

Entretanto, o contato destes calvinistas genebrinos com a cultura indígena tupinambá causou uma nova forma de compreensão da dife-

rença entre as crenças católicas e protestantes, que teve uma dimensão trágica nos séculos XVI e XVII, em toda a Europa Ocidental. Isto porque estes calvinistas, ao compreender o simbolismo dos rituais antropofágicos desta sociedade indígena – os humanos se alimentavam de outros humanos, sempre inimigos, para adquirir sua força vital –, vão aproximar este simbolismo e as prática desses rituais com os da eucaristia católica.

Principalmente a partir da obra do francês huguenote Jean de Léry (1536-1613), **História de uma viagem à terra do Brasil**, de 1578, onde o missionário descreve a cultura dos Tupinambá, os calvinistas, ao levarem esta aproximação simbólica para a Europa, fizeram uma provocação aos católicos, a qual ajudou a detonar o barril de pólvora religioso e político entre estes e os protestantes, já armado pelo conflito entre reforma protestante e contra-reforma católica e suas respectivas estruturas de poder, tais como a Inquisição.

Observe o que a historiografia relata sobre esta polêmica religiosa a partir do ponto de vista dos protestantes franceses:

Texto 4

Por meio dessa crítica da Eucaristia pelo canibalismo dos tupinambás, os calvinistas pretendem mostrar que a “heresia” católica da Eucaristia é dupla: em primeiro lugar, porque se baseia na perversão antropófaga; em seguida, porque inverte essa mesma antropofagia, fazendo dela uma operação regressiva de retorno ao cru.

Os tupinambás do Brasil irão servir-se mais uma vez muito mais tarde, na polêmica huguenote. Quando, às vésperas da conclusão do edito de Nantes (1591), os protestantes inquietam-se com as exumações executadas um pouco em toda parte pelos católicos, esvaziando seus cemitérios de todo cadáver “herético”, eles não podem fazer menos do que invocar o exemplo dos “*Toupinambauds*” (tupinambás) e dos “*Margajas*” (margaiás), menos bárbaros em comparação. É assim que exprimem na primavera de 1597 as ***Plaintes des Eglises Reformée de France [Queixas das Igrejas reformadas na França]***: “Os margaiás, os tupinambás enchem suas entranhas da carne que eles mataram. [...] O tupinambá come apenas o margaiá, e o margaiá é guloso apenas do tupinambá; ainda assim, eles o fazem apenas para pagar na mesma moeda... Para fazê-lo, não violam túmulos de modo algum”. Vê-se, por esta referência ao ódio legendário dos “*Toupinambaux*” e dos “*Margageats*” (ou Marakaia), que Jean de Léry tomou-se, nessa data, uma espécie de “clássico do protestantismo”. Mais uma vez o católico é mais inumano que o canibal, que dá seu ventre por sepultura ao inimigo e faz sua carne a dele. Novamente, essa barbárie católica vira do avesso, de alguma maneira, a barbárie exótica: em vez de digerir o intruso fibra por fibra, ela o expulsa violentamente, até arrancar da terra “uma carne apodrecida, fedorenta, um crânio pavoroso, ossos todos deslocados e carcomidos, cheios de horror”. De modo que o católico a uma só vez afirma a realidade da transubstanciação e desenterra o corpo morto do seu inimigo para lançá-los aos cães e aos lobos. Ele consome o sacrossanto cadáver de Cristo e vomita, quase literalmente, o do protestante, adicionando as infâmias em sentidos contrários. (LESTRINGANT. In: NOVAES (org.), 1998, pp. 431-432).

Entretanto, você acredita que os indígenas do continente sul-americano, principalmente os do tronco lingüístico tupi-guarani, como eram os Tupinambá, concordavam com a visão que os cristãos tinham de sua religiosidade?

Os Guaranis do litoral ou do interior da América Latina possuíam crenças como a esperança da Terra Sem Males, e tinham o seu profeta: o *karai*. Era um profeta errante que pregava aos indígenas a necessidade da purificação e da preparação para a grande viagem que os levaria à Terra Sem Males, conforme indica o **texto 5**.

Texto 5

O discurso dos *karai* pode se resumir em uma constatação e uma promessa. Por um lado, afirmavam sem cessar o caráter intrinsecamente mal do mundo e, por outro lado, exprimiam a certeza de que era possível conquistar um mundo bom. O discurso profético dos *karai* não se apresentava aos indígenas como discurso doente, um delírio de demente, pois repercutia neles como a expressão de uma verdade. Doente não era o discurso dos profetas, mas sim o mundo do qual falavam, a sociedade em que viviam. O discurso dos *karai*, muito anterior à invasão branca cristã, não era resposta aos conquistadores, nem contraponto de mitos indígenas cristianizados, mas discurso autóctone referido à experiência da própria sociedade Guarani. Qual o mal, qual as doenças que os *karai* haviam percebido e sobre os quais alertavam os demais? Através do efeito conjugado de fatores demográficos (forte crescimento populacional), sociológicos (tendência em concentração em grandes aldeias, em vez da dispersão) e políticos (emergência de chefias poderosas), eclodia, nessa sociedade, a inovação mais mortal: a da divisão social, da desigualdade. Um mal-estar profundo, sinal de crise grave, agitava essas aldeias e foi desse mal que os *karai* tomaram consciência e, para reconhecê-lo e enunciá-lo, falaram na maldade do mundo, na feiúra da vida e no cansaço da terra. Havia concordância profunda entre os indígenas e o profeta que lhes dizia: é preciso mudar o mundo. Que remédio propunham os *karai*? Exortavam os indígenas a abandonar a terra má e dirigir-se à Terra Sem Males, lugar de repouso dos deuses, onde as flechas partem sozinhas à procura da caça, onde o milho cresce sem que ninguém cuide dele, território dos adivinhos, do qual toda alienação está ausente, território que foi, antes da destruição da primeira humanidade pelo dilúvio universal, o lugar comum aos humanos e aos divinos. A radicalidade da promessa não estava nela apenas, mas no fato de que com ela toda a norma e toda a regra eram abandonadas numa subversão da antiga ordem. (Adaptado de Pierre CLASTRES. **A sociedade contra o Estado** apud CHAUI in.: NOVAES (org.), 1998, pp. 500-501).



ATIVIDADE

- A partir do **texto 4**, referente ao conflito entre católicos e protestantes no século XVI, escreva uma narrativa sobre como os católicos se defenderiam da acusação de antropófagos às avessas pelos calvinistas deste período.
- Leia o **documento 7**, referente a uma oração guarani voltada à espera da “Grande Palavra”. Compare-o com as idéias presentes no **texto 5**. Depois escreva uma narrativa histórica tendo como tema a religiosidade guarani.

Documento 7

Meu pai, Ñamandú,
 faze com que eu de novo me levante e me adorne,
 E, no entanto, as palavras,
 Tu não as pronuncias,
Karai Ru Ete: nem para mim, nem para teus filhos
 destinados à Terra Indestrutível,
 à terra eterna que pequenez alguma altera.
 Pois, em verdade, existo de maneira imperfeita.
 É de natureza imperfeita o meu sangue; minha carne, desprovida de toda excelência.
 Por isso me inclino, dobro os joelhos e me curvo,
 Mas tu não pronuncias as palavras.
 O mar maléfico, o mar maléfico!
 Tu não o fizeste de modo a que eu pudesse atravessá-lo.
 É por isso, em verdade, é por isso
 que meus irmãos ficam cada vez em menor número,
 cada vez menor o número de minhas irmãs.
 Mas, tu pronunciarás em abundância as palavras,
 as palavras da alma excelente,
 para aquela cuja face não está marcada por nenhum sinal.
 Tu pronunciarás as palavras em abundância
 para todos os destinados à Terra Indestrutível,
 à terra eterna que pequenez alguma altera.
 Tu.
 Vós.

■ (Adaptado de Marilena CHAUI in.: NOVAES (org.), 1998, pp. 501-502).

■ Revolução gloriosa e o triunfo da burguesia sob o absolutismo

Durante muitos séculos, as revoltas populares constituíram uma característica essencial da tradição inglesa. Porém, foi no século XVII que aconteceu a primeira revolução burguesa da civilização ocidental, a chamada Revolução Puritana (1640). No curso dessa guerra civil, havia duas forças: a do rei (Carlos I), formada em sua maioria pela antiga nobreza católica ou anglicana (cavaleiros) e a do parlamento, liderada por Oliver Cromwell (1599-1658), composta pela pequena e média nobreza, pela burguesia e boa parte da população ligada aos ofícios urbanos, esse grupo era conhecido por “cabeças redondas” (assim chamados porque usavam o cabelo curto).

No transcorrer dessa luta, surgiram no exército de Cromwell, setores mais radicais, como os “niveladores” (*levellers*), assim conhecidos pois pretendiam nivelar as distintas condições sociais e adotar o sufrágio (voto) universal.

Texto 6

Os niveladores não tinham força econômica e consistência ideológica suficientes para impor seu programa. Representavam os interesses dos artesões e jornaleiros urbanos e sua ideologia radical era tipicamente pequeno-burguesa e, como tal, contraditória. Queriam a democracia, os direitos políticos para todos os homens livres, mas sua concepção de homens livres não era universal. As mulheres, e todos aqueles que não fossem proprietários de seus meios de produção e de seu próprio corpo (assalariados domésticos, pobres, etc.) ficavam de fora de sua democracia. (Adaptado de FLORENZANO, 1981, p.110.)

Preso pelos “cabeças redondas”, o rei Carlos I foi julgado e decapitado em 1648. Formalmente, a monarquia tinha sido extinta. Cromwell esteve a frente do governo da Inglaterra de 1649 a 1658. O governo ditatorial de Cromwell praticamente coincidiu com o período republicano na Inglaterra (1649-1660).

Internamente, Cromwell esmagou a facção dos “niveladores”, os quais queriam transformar a república ditatorial em uma democracia. Foi neste contexto que Cromwell proferiu esta frase: “Não há outro modo de se lidar com estes homens a não ser partindo-os em pedaços... Se não forem partidos, eles nos partirão”.

A década de 1640, foi a pior no período dos conflitos civis na Inglaterra. A catastrófica colheita de 1648, trouxe fome e desemprego generalizados. Em 1649, os pobres de Londres estavam sendo abastecidos de trigo e carvão gratuitamente pelo Estado. A situação econômica e política foi explosiva nos primeiros meses de 1649.

Nesse mesmo ano, surgiu um grupo denominado *diggers* (“cavadores”), os *levellers* (“niveladores”) autênticos. O nome *diggers* vem do verbo “to dig”, que significa “cavar”. Ato praticado por um grupo de lavradores em 1648, os quais começaram a revolver a terra como um ato simbólico, ou seja, uma forma encontrada pelo grupo para demonstrar seu repúdio aos poderes da sociedade e do Estado. Uma das principais reivindicações dos *diggers* era o direito de todas as pessoas viverem em terras comunais.

Liderados por Gerrard Winstanley (1609-1676), os *diggers* formaram uma verdadeira sociedade comunista baseada na propriedade comum da terra. Leia o **documento 8**, referente às idéias de Winstanley a respeito da propriedade da terra.

Documento 8

Onde exista um povo... unido graças à propriedade coletiva dos meios de subsistência até formar uma só pessoa, será o seu país o mais poderoso do mundo; pois então ele defenderá o seu patrimônio como se fosse um único homem... Ao passo que a defesa da propriedade e do mundo todo em partidos é a causa de todas as guerras, carnificinas e pendências que vemos por toda parte... Mas, quando a terra tornar a ser um tesouro comum, assim como ela deve ser, então haverá de cessar essa inimizade entre todos os países e ninguém mais se atreverá a tentar dominar os outros, nem ousará matar o seu próximo, nem desejará possuir mais terras que o seu semelhante. (Adaptado de Gerrard WINSTANLEY *apud* HILL, 1991, p.145-146.).

**ATIVIDADE**

- Leia o **texto 6**, sobre os “niveladores” democratas, e o **documento 8**, escrito por Gerrard Winstanley sobre a questão da terra. Compare as idéias dos primeiros “niveladores” com as defendidas pelo líder dos “cavadores”.
- Aponte as rupturas e continuidades das idéias, presentes no **texto 6** e no **documento 8**, na sociedade contemporânea. Considere os respectivos contextos sócio-históricos.

**PESQUISA**

- Pesquise sobre os conflitos mais recentes ocorridos no Brasil em função da posse da terra. A partir disso, produza uma narrativa histórica.

Embora derrotados, as idéias dos niveladores e dos cavadores continuaram vivas e, mais tarde, reapareceram outros movimentos, como a revolução Francesa (1789) e no movimento cartista do século XIX. As tentativas de mudanças desses grupos – os “niveladores” e “cavadores” (*levellers* e *diggers*) –, formados em meio à gente simples do povo, buscaram impor as suas próprias soluções aos problemas de seu tempo.

Com a morte de Oliver Cromwel (1658), seu filho assumiu o poder. Sem habilidades para governar, o trono passou para as mãos de Carlos II (1660-1685) e, mais tarde, para Jaime II (1685-1688). Os *Stuarts* retornaram ao poder. Era o início da Restauração, porém, isso não significou a volta da monarquia absolutista, nem tampouco do Antigo Regime.

Essa fase revolucionária foi encerrada pela Revolução Gloriosa (1688), originando as bases do sistema parlamentarista em vigor na

Inglaterra contemporânea. O nome “Gloriosa” não significou as convulsões sociais presentes no movimento republicano anterior, nem tão pouco, o radicalismo comum nas revoltas dos *levellers* e *diggers*. Enfim, não houve derramamento de sangue, porém, uma de suas consequências foi o triunfo das classes burguesas.

Com a Restauração, o país voltou à situação jurídica existente em 1642, isto é, o Parlamento voltou a ser o soberano político da nação. Dessa forma, o rei ficou privado de todos os instrumentos do poder absoluto. Jaime II foi afastado pela “Gloriosa revolução” de 1688. “Gloriosa” para as classes burguesas porque não houve derramamento de sangue nem desordens sociais, não houve “anarquia”, nem possibilidades de revivescências das exigências revolucionárias-democráticas... Pelo menos até a intensificação das revoltas dos trabalhadores a partir do final do século XVIII.

■ Iluminismo: as luzes da razão na modernidade

As transformações que ocorreram durante o período Moderno tiveram estreita relação com o movimento cultural que dominou a Europa ocidental, especificamente a França, Inglaterra e a Alemanha, nos dois últimos decênios do século XVII, estendendo-se à década de 1780, conhecido como Iluminismo ou Filosofia das Luzes ou, ainda, de filosofia da Ilustração. O pensamento ocidental, antes marcado pelo misticismo religioso e pelo abuso do poder político, conheceu, durante o século XVIII, uma nova possibilidade de construção de sociedade sustentada na razão.

O matemático francês René Descartes (1596-1650), foi o precursor do movimento. Sistematizador do racionalismo, Descartes defendia a idéia de que, para se chegar à verdade, devia-se duvidar de tudo, mesmo das coisas aparentemente verdadeiras, ou seja, a partir da dúvida racional pode-se alcançar a compreensão do mundo, e mesmo de Deus.

Alicerçado na filosofia e na ciência, herança do Renascimento (dos séculos XIV a XVI) e tendo como base social as classes burguesas, os Iluministas criticaram as instituições e princípios até então reinantes, como: o regime feudal, absolutismo, a intolerância religiosa, a supremacia da fé e da tradição sobre a razão e o progresso científico e técnico. Os pensadores desse período centraram suas idéias, tendo como referencial os novos ideais burgueses reinantes desde a Idade Média. Assim, a influência do movimento do Iluminismo começou a dar os primeiros sinais práticos de que o tempo era de grandes transformações sociais.

Os revolucionários que partiram ao assalto do poder político em todo o Ocidente, no século XVIII, foram buscar no Iluminismo a justifi-

cativa para a ousadia da época. Essa ousadia foi realizada na Revolução Francesa (1789-1799), onde o poder absolutista dos reis da França foi substituído pelo poder da burguesia através de uma revolta popular nacional sem precedentes neste país. A França foi o palco das idéias iluministas, porém, tais ideais se espalharam por vários países da Europa e das Américas.

Durante o século XVIII, os filósofos iluministas, tais como Charles-Louis de Secondat, o barão de Montesquieu (1689-1755), François-Marie Arouet, o Voltaire (1694-1778), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Denis Diderot (1713-1784) foram tomados como exemplo e seus conhecimentos passaram a ser usados por todos aqueles que almejavam mudanças sociais, políticas e culturais. Os pensadores iluministas estiveram presentes por meio de suas produções na filosofia, nas ciências matemáticas, astronômicas, econômicas e políticas.

Na França, os camponeses lançaram-se em lutas contra o poder absolutista, o qual tinha como suporte a concepção da teoria do direito divino, na qual a nobreza se beneficiava por meio de privilégios feudais adquiridos a partir do nascimento ou da compra de títulos nobiliárquicos. Observe, no fragmento da obra **Do contrato social** (publicado em 1762), o modo como o filósofo J. J. Rousseau descreveu a validade ou não do “direito” do mais forte enquanto direito; tema explosivo para as classes camponesas.

Documento 9

O mais forte nunca é suficientemente forte para ser sempre o senhor, senão transformando sua força em direito e a obediência em dever. Daí o direito do mais forte, direito aparentemente tomado com ironia e na realidade estabelecido como princípio. Jamais alcançaremos uma explicação dessa palavra? A força é um poder físico; não imagino que moralidade possa resultar de seus efeitos. Ceder à força constitui ato de necessidade, não de vontade; quando muito, ato de prudência. Em que sentido poderá representar um dever?

Suponhamos, por um momento, esse pretense direito. Afirmo que ele só redundará em inexplicável galimatias, pois, desde que a força faz o direito, o efeito toma lugar da causa, toda a força que sobrepujar a primeira, sucedê-la-á nesse direito. Desde que se pode desobedecer impunemente, torna-se legítimo fazê-lo e, visto que o mais forte tem sempre razão, basta somente agir de modo a ser o mais forte. Ora, que direito será esse, que padece quando cessa a força? Se impõe obedecer pela força, não se tem necessidade de obedecer por dever, e, se não se for mais forçado a obedecer, já não se estará mais obrigado a fazê-lo. Vê-se, pois, que a palavra direito nada acrescenta à força, nesse passo, não significa absolutamente nada. Obedecei aos poderosos. Se isso quer dizer, cedei à força, o preceito é bom, mas supérfluo; sustento que jamais será violado. Reconheço que todo o poder vem de Deus, mas também todas as doenças. Por isso será proibido chamar o médico? Quando um bandido me ataca num recanto da floresta, não somente sou obrigado a dar-lhe minha bolsa, mas, se pudera salvá-la, estaria obrigado em consciência a dá-la, visto que, enfim, a pistola do bandido também é um poder?

Convenhamos, pois, em que a força não faz o direito e que só se é obrigado a obedecer aos poderes legítimos. Desse modo, está sempre de pé minha pergunta inicial. (Adaptado de ROUSSEAU, 1978 [1762], pp. 25-26).



ATIVIDADE

- Leia o **documento 9** referente a um fragmento da obra **Do contrato social** de Rousseau. Procure no dicionário as palavras de compreensão difícil. Depois, escreva uma narrativa histórica concordando ou discordando sobre o que foi escrito pelo filósofo, sem deixar de levar em conta o contexto histórico da produção desta obra.

A imagem do Iluminismo, na sociedade contemporânea, é indissociável da **Enciclopédia** – conjunto de livros publicado no ano de 1751 que reuniu grande parte do conhecimento científico e filosófico produzido na Europa naquele período. Resultado de um processo de criação coletiva, a **Enciclopédia** teve como responsáveis Denis Diderot e Jean le Rond d'Alembert (1717-1783). Vinte volumes foram lançados até 1772, quando ocorreu a proibição da edição. Seus volumes circularam por toda a Europa e chegaram ao continente americano, inclusive nas cidades mineiras da América portuguesa, na década de 1780, apesar de todas as proibições, condenações e perseguições.

A **Enciclopédia** foi utilizada por intelectuais, artesãos e cientistas como um dicionário e foi também um guia ilustrado, servindo a diversas práticas ou como uma espécie de encantamento diante do mundo novo que então começava: o mundo das máquinas.

Na região das minas da América portuguesa, entre 1788 a 1789, estas idéias inspiraram comerciantes, militares, fazendeiros, juízes, intelectuais e sacerdotes a se revoltarem em prol da independência do Brasil. Esta revolta foi chamada pela historiografia tradicional de Inconfidência Mineira. O termo “inconfidência”, de acordo com o **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**, significa “infidelidade, deslealdade para com o Estado ou um governante” (2001, p.1597.). Portanto, este conceito esconde a natureza real desta conjuração, a qual foi motiva-



Documento 10

Charles-Nicolas Cochin (desenho) Bonaventure-Louis Prévost (Ornamento) **Frontispício da Encyclopédie**, 1772, Desenho. **Encyclopédie**.

Esta obra está carregada de simbolismo: A figura do centro representa a verdade – rodeada por luz intensa (o símbolo central do iluminismo). Duas outras figuras à direita, a razão e a filosofia, estão a retirar o manto sobre a verdade.

■ Disponível: wikipedia.org

da pela crise na extração do ouro e pela rigidez da metrópole portuguesa na cobrança do quinto deste metal.

Em outras palavras, os brasileiros não estavam conseguindo pagar a quantidade de ouro exigida pela Coroa portuguesa. Já a Coroa sofria a pressão sua dívida com a Inglaterra. Esta nação, a Inglaterra, estava em plena fase de desenvolvimento da revolução industrial, a qual era financiada por sua economia interna, mas também pelo ouro português, diga-se, brasileiro.

Influenciados pelas idéias iluministas e pela independência dos Estados Unidos, ocorrida em 1776, os “inconfidentes” planejavam que a Coroa portuguesa, por meio do governador da região, executasse a imposição da derrama: o pagamento imediato de todas as dívidas que os súditos brasileiros tinham com o Estado português. Neste dia, os revoltosos, os quais eram somente um pequeno grupo das camadas médias e altas da sociedade mineira, insuflariam toda a população para a revolta. No entanto, o movimento foi abortado por uma delação ao Estado, de modo que seus líderes foram julgados, exilados e um morto: Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (1749-1792). Leia no **texto 7** quais eram alguns dos objetivos deste movimento.

Texto 7

- Instalar uma universidade em Vila Rica (atual Ouro Preto), pois não havia cursos superiores na colônia, exceto para padres;
- Criar uma casa da moeda;
- Abrir o Distrito Diamantino para toda a população mineira (a exploração de diamantes era rigidamente controlada pela Coroa portuguesa);
- Construir manufaturas e estimular a exploração de minério de ferro;
- Criar uma guarda nacional em que todos os cidadãos usariam armas e serviriam quando convocados pelo governo;
- Adotar a forma republicana de governo, com eleições anuais para presidente;
- Cada localidade teria seu Parlamento, subordinado ao da capital;
- Padres poderiam recolher dízimos, desde que mantivessem professores, hospitais e asilos;
- Estimular o povoamento por meio de prêmios às mulheres que tivessem determinado número de filhos;
- Todos os devedores da Real Fazenda seriam perdoados.

■ (Adaptado de FURTADO, 1998, pp. 35-36.).



ATIVIDADE

- Observe a imagem que retrata a **Enciclopédia** no **documento 10**. Depois, faça uma leitura desta imagem apontando o que ela representa e descreva suas observações a partir do contexto de sua produção.

- Leia o **documento 11** que contém um fragmento do livro *Romanceiro da Inconfidência* (1953), de Cecília Meireles (1901-1964). Depois, compare as idéias e os fatos apontados no poema com os presentes no **texto 7**. Procure em um dicionário o significado das palavras que você não conhece.

Documento 11

[ATRÁS DE PORTAS FECHADAS, À LUZ DE VELAS ACESAS]

Atrás de portas fechadas,
à luz de velas acesas,
brilham fardas e casacas,
junto com batinas pretas.
E há nas mãos pensativas,
entre galões, sedas e rendas,
e há grossas mãos vigorosas,
de unhas fortes duras veias,
e há mãos de púlpito e altares,
de Evangelhos, cruzes, bênçãos.
Uns são reinóis, uns, mazombos;
e pensam de mil maneiras;
mas citam Vergílio e Horácio,
e refletem, e argumentam,
falam de minas e impostos,
de lavras e de fazendas,
de ministros e rainhas
e das colônias inglesas.

Atrás de portas fechadas,
à luz de velas acesas,
entre sigilo e espionagem,
acontece a Inconfidência.
E diz o Vigário ao Poeta:
“Escreva-me aquela letra
do versinho de Vergílio...”
e dá-lhe o papel e a pena.
E diz o poeta ao Vigário,
com dramática prudência:
“Tenha meus dedos cortados,
antes que tal verso escrevam...”
LIBERDADE, AINDA QUE TARDE,
ouve-se em redor da mesa.
Liberdade – essa palavra
que o sonho humano alimenta:
que não há ninguém que explique,
e ninguém que não entenda!

■ (Adaptado de Cecília MEIRELES, *Romanceiro da Inconfidência* [1953] apud FURTADO, 1998, p. 38.)



ATIVIDADE

- “Somos hoje, de uma forma ou de outra, herdeiros do Iluminismo, quer como estilo de pensamento, quer como realidade política, o fato é que o Iluminismo ainda vive” (FALCON, 1986, p.7). Você concorda com essa afirmativa? Explique a partir das permanências e mudanças entre os dois contextos em questão: o do século XVIII e o da sociedade dos séculos XX e XXI.

As novas idéias e as contestações dos trabalhadores

Se o Iluminismo contribuiu para o pensamento da sociedade moderna, a ciência e a tecnologia, por meio da Revolução Industrial, proporcionam ao mundo um novo modo de produção: o capitalismo industrial.

A industrialização mecanizada foi um dos acontecimentos que fez parte desse conjunto de mudanças do mundo moderno. A partir da segunda metade do século XVIII, a Inglaterra, com suas máquinas, contribuiu para alterações radicais do mundo do trabalho.

Essa nova forma de organização do trabalho criou condições para o desenvolvimento da classe operária. A economia de mercado (capitalismo) ganhou novo impulso com a industrialização, ressaltando as diferenças sociais já existentes. Essas diferenças produziram a exclusão social, política e econômica dos trabalhadores da cidade e do campo.

A Europa, desde o século XIV, já vivia um enorme contraste entre o luxo dos palácios e a riqueza dos nobres e a pobreza formada pela miséria da maior parte da população, como os camponeses e os trabalhadores urbanos, os quais conviviam com uma multidão de mendigos, resultado das guerras, da fome (1315-1317) e das epidemias (1348-1350) que assolaram o continente e mataram grande parte dos europeus.

No século XIV, a classe burguesa já despontava em função de sua riqueza, proveniente do comércio com o Império Bizantino, com o Oriente e com os reinos árabes. Na virada dos séculos XV e XVI, os burgueses enriqueceram com o comércio promovido pela exploração das colônias da América. Entretanto, a riqueza de alguns necessariamente gerava a miséria da maioria.

A **utopia** (1516), obra escrita pelo pensador humanista inglês Thomas Morus (1478-1535), foi considerada uma das mais relevantes produções intelectuais da modernidade. Nela, o autor faz uma crítica a determinadas atitudes das classes dominantes, entre elas os chamados cercamentos (ocorridos na Inglaterra entre os séculos XVI e XVIII), determinados pela divisão das terras, pelos grandes proprietários nobres e burgueses. Estes proprietários aboliram rapidamente a propriedade comunal das terras e dos campos em geral, levando a expulsão dos camponeses ali instalados. Leia um fragmento da obra de Morus e entenda melhor o que foram os cercamentos na Inglaterra.

Documento 12

Um avaro faminto fecha, num cercado, milhares de jeiras; enquanto que honestos cultivadores são expulsos de suas casas, uns pela fraude, outros pela violência, os mais felizes por uma série de vexações e de questiúnculas que os forçam a vender suas propriedades. E essas famílias mais numerosas do que ricas (porque a agricultura tem necessidade de mais braços), emigram campos a fora, maridos e mulheres, viúvas e órfãos, pais e mães com seus filhinhos. Os infelizes abandonam, chorando, o teto que os viu nascer, o solo que os alimentou, e não encontram abrigo onde refugiar-se. Então vendem a baixo preço o que puderem carregar de seus trastes, mercadoria cujo valor é já bem insignificante. Esgotados esses fracos recursos, o que lhes restam? O roubo, e depois, o enforcamento, segundo as regras. (Adaptado de Thomas MORUS, **A utopia** [1516] apud MARQUES et al., 1994, p.41)



ATIVIDADE

- Compare as permanências e mudanças entre os fatos apresentados no **documento 12** com a realidade em que vivem os pequenos agricultores do Brasil dos séculos XX e XXI. Considere seus respectivos contextos históricos.

Nas cidades européias não havia trabalho para todos e, com a chegada da industrialização mecanizada na Inglaterra, no século XVIII, a situação, que já era ruim para os trabalhadores, piorou ainda mais devido ao processo de substituição da mão-de-obra.

Em conseqüência dessa falta de trabalho, da miséria e da exploração, homens e mulheres do campo e da cidade iniciaram sua luta contra os responsáveis pela situação: as classes nobres e burguesas apoiadas pelo Estado. Camponeses, artesãos e operários deram origem aos movimentos sociais contemporâneos, tanto no campo como na cidade, onde reivindicavam seus direitos e melhores condições de vida.

Como exemplo, no final da década de 1780, durante a Revolução Francesa, os camponeses franceses se armaram e iniciaram uma grande revolta conhecida com o nome de “O Grande Medo”. Eles invadiram os castelos e queimaram os títulos de propriedade de terra. Durante a revolta, 72 castelos foram incendiados. O medo de perder suas terras levou os burgueses a se unirem aos nobres e a organizarem tropas armadas para repreenderem as invasões.

Na Inglaterra, os camponeses expropriados de suas terras pelos cercamentos encontraram dificuldades para se adaptar à nova vida. Devido às dificuldades, muitos se transformaram em bandidos, salteadores, mendigos. O filósofo e pensador alemão Karl Marx (1818-1883), em sua obra *O capital* (1867), enfatiza que as leis criadas após as expropriações, proibindo a mendicância e a vagabundagem, foram essenciais no sentido de disciplinar essa massa e constituiu em importante elemento para a formação do proletariado. Leia um fragmento da obra *O capital* para que você compreenda este processo.

■ Documento 13

Movimentos sociais: tentativas coletivas de promover um interesse comum ou de assegurar uma meta comum por meio de uma ação fora da esfera das instituições estabelecidas.

(Adaptado de GIDDENS, 2005,

Documento 14

Depois de serem violentamente expropriados e expulsos de suas terras e convertidos em vagabundos, encaixavam-se os antigos camponeses, através de leis grotescamente terroristas, na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado. Não é suficiente que as condições de trabalho cristalizem num dos pólos como capital e no pólo contrário como homens que não têm nada para vender além de sua força de trabalho. Não basta, tampouco, obrigar a estes a vender-se voluntariamente. No transcurso da produção capitalista, vai-se formando uma classe trabalhadora que, pela força da educação, da tradição, do costume, submete-se às exigências desde regime de produção como se fossem as mais lógicas leis naturais. (Adaptado de Karl MARX, *O capital* [1867] *apud* MARQUES et al., 1994, p.47.).



ATIVIDADE

Escreva sobre as permanências apontadas entre os **documentos 12 e 13**, produzidos por Thomas Morus e Karl Marx, respectivamente. Note que as datas de sua produção diferem em aproximadamente 350 anos.

A classe operária inglesa passou a se opor à máquina, primeiro alvo de sua rebeldia, e, depois, à classe burguesa. Logo no início do movimento industrial, no século XVIII, os primeiros inventores foram perseguidos e suas máquinas destruídas. No século XIX, o número de revoltas aumentou, porém, essa forma de oposição também era isolada e limitada a certas localidades e, portanto, não reverteu a situação de miséria em que estavam vivendo e a máquina continuou a ser utilizada na indústria. Leia o que a historiografia relata sobre as origens do movimento operário inglês no **texto 8**.

Texto 8

Os operários, longe de serem os “filhos primogênitos da revolução industrial”, tiveram nascimento tardio. Muitas das suas idéias e formas de organização foram antecipadas por trabalhadores domésticos, como os que trabalhavam com a lã em Norwich e em regiões do oeste, ou os tecelões de aviamentos de Manchester. É indiscutível se os operários, exceto nos distritos algodoeiros, “formaram o núcleo do Movimento Trabalhista” antes do final da década de 1840 (e, em algumas cidades do norte e da região central, nos anos de 1823-1824, conduzindo às grandes dispensas coletivas). Em muitas cidades, o verdadeiro núcleo de onde o movimento trabalhista retirou suas idéias, organização e liderança eram constituídas por: sapateiros, tecelões, seleiros e fabricantes de arreios, livreiros, impressores, pedreiros e pequenos comerciantes. A vasta área da Londres radical, entre 1815 e 1850, não extraiu sua força das principais indústrias pesadas (a construção de navios tendia a declinar, e os mecânicos causariam impacto somente no final do século), mas das fileiras dos pequenos ofícios e ocupações. (Adaptado de THOMPSON, 1987, p.16.).

Era necessário encontrar uma nova forma de oposição e essa nova forma veio através das associações. A princípio estas associações eram secretas. Só a partir de 1824, na Inglaterra, os operários conseguiram o direito de participarem legalmente dessas associações. Diante do caos que estavam passando e para atender suas próprias necessidades, como acidentes de trabalho, doenças ou mesmo o desemprego, os operários criaram as primeiras associações de auxílio mútuo, que funcionavam através de cotizações, ou seja, os trabalhadores fabris passaram a se reunir para contribuir com outro. Dessas associações, nasceram os sindicatos de trabalhadores, os quais reuniam operários de um mesmo ofício.

Por meio dos sindicatos, essas associações se fortaleceram e conquistaram melhorias trabalhistas. Mesmo com todas as dificuldades im-

postas pelos parlamentos de diversos países, os trabalhadores se organizaram em sindicatos e ganharam poder de luta na defesa de seus interesses. Para você compreender os elementos que possibilitaram a formação da consciência de classe dos operários ao longo do processo da industrialização, leia o **texto 9**.

Texto 9

O fato relevante do período entre 1790 e 1830 é a formação da “classe operária”. Isso é relevado, em primeiro lugar, no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores contra os interesses de outras classes. E, em segundo lugar, no crescimento das formas correspondentes de organização política e industrial. Por volta de 1832, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes, sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos, além das tradições intelectuais, dos padrões e da estrutura da sensibilidade da classe operária. (Adaptado de THOMPSON, 1987, p.17.).

A sociedade operária, que surgiu com a industrial inglesa, em meados do século XVIII, alcançou seu pleno amadurecimento no século XIX. Segundo o historiador Eric J. Hobsbawm (1917-), o movimento operário surgido na primeira metade do século XIX, foi uma resposta ao grito dos homens pobres que passaram a viver à margem da nova sociedade burguesa, industrializada e recém inaugurada a partir da Revolução industrial. Diante de uma realidade onde os antigos artesãos independentes agora haviam se tornado operários dependentes, esses homens buscavam alternativas para uma vida mais digna.



PESQUISA

- Você conheceu, por meio dos **textos 8 e 9**, as formas de protesto que surgiram no início do período industrial. Faça uma pesquisa a partir de uma consulta bibliográfica e cite os movimentos sociais que estão ocorrendo no Brasil contemporâneo. Procure os motivos dessas reivindicações, os sujeitos históricos que as propuseram, em que contextos os mesmos encontram-se inseridos.



ATIVIDADE

- Escreva uma narrativa histórica comparando as permanências e as mudanças relativas aos movimentos sociais do período da Revolução Industrial aos movimentos sociais que agem nos séculos XX e XXI.

Referências Bibliográficas:

- ENGELS, F. **A situação da classe operária na Inglaterra**. Lisboa: Presença, 1975.
- FALCON, F. J. C. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 1986.
- FERREIRA, A. B. de H. et. al. **Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FLORENZANO, M. **As revoluções burguesas**. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Tudo é História; 8)
- FORTES, L. R. S. **O Iluminismo e os reis filósofos**. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção Tudo é História; 22).
- FURTADO, J. P. **Inconfidência mineira: um espetáculo no escuro**. São Paulo: Moderna, 1998.
- GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- HILL, C. **O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HOUAISS, A.; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003
- MARQUES, A.; BERUTTI, F.; FARIA, R. **História e memória através de textos**. São Paulo: Contexto, 1994.
- NOVAES, A. (org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. São Paulo: Abril, 1978. Cultural (Coleção Os Pensadores).
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. V. 2 Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Obras Consultadas

- ARRUDA, J. J. de A. **A revolução inglesa**. São Paulo: Brasiliense, 1999 (Coleção Tudo é História; 82)
- IGLESIAS, F. **A revolução industrial**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PERY, M. **Civilização ocidental: uma história concisa**. São Paulo: Martins fontes, 1985.
- Revista História Viva**. Ano I, no.10, agosto de 2004.



RELAÇÕES DE PODER: Relações de dominação e resistência no mundo do trabalho nos séculos XVIII e XIX

■ Siumara Sagati¹



Aqueles que se uniram, organizaram-se, que ousaram, e não aceitaram o que estava estabelecido, foram os que abriram as portas para as mudanças, semeando a legitimidade da luta pelos seus interesses e pelo direito de tornarem-se cidadãos.

As lutas pela liberdade e pela igualdade ocorreram constantemente e provocaram mudanças nos séculos XVIII e XIX. Você sabe como as transformações históricas desses séculos se relacionaram com os processos de construção da cidadania?



■ www3.fiemg.com.br/

■ As Revoluções e a luta pela Igualdade

A Revolução Francesa (1789), a Revolução Norte-Americana (1776) e a Revolução Industrial na Europa Ocidental (a partir do século XVIII) provocaram transformações sociais e políticas que marcaram o século XVIII e XIX. Neste contexto, as lutas pela liberdade, pela igualdade e contra toda forma de exclusão se intensificam, dando início ao processo de construção do homem comum como sujeito de direitos civis e sociais.

No século XVIII, a partir da Revolução Francesa, o povo despertou para a possibilidade de uma sociedade mais justa e, desde então, homens, mulheres, jovens se conscientizaram da própria força e reivindicaram – diante dos poderes constituídos – um espaço para a dignidade de todos os seres humanos. A visibilidade das suas ações esteve presente em diferentes momentos e espaços: em pequenos grupos descentralizados que escolheram o próprio modo de participação nos espaços públicos e coletivos, na mídia, nas experiências do dia-a-dia, etc. Este processo deslanchou de maneira decisiva se estendendo pelos séculos XIX e XX, até os dias de hoje.

■ Manifestações femininas: a busca da cidadania

Entre os sujeitos que sofriam no cotidiano com a exclusão e com os preconceitos sociais, estavam as mulheres. No século XVIII, marcado por múltiplas revoluções, elas registraram as rupturas e reelaboraram desejos e lugares femininos. No contexto das Revoluções francesa e americana, as mulheres viram sua perspectiva de vida alterada. Esses acontecimentos deixaram mais claro para as mulheres a possibilidade de romper com as tradições arraigadas e a hierarquia de poderes estabelecida. Tornara-se possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã. Veja o que a historiografia diz:

Documento 1



■ Marcha sobre Versalhes em 5 de outubro de 1789 (Mulheres conduzindo canhões). Paris, Museu Carnavalet.
FONTE: <http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/>

Texto 1 – As “bota-fogo”

Sabe-se que na Europa moderna as mulheres desempenhavam tradicionalmente um papel de agitadoras. Não é de admirar encontrá-las à cabeça de certas insurreições parisienses. Em 5 de Outubro de 1789, foram elas as primeiras a agruparem-se e a marcharem sobre Versalhes. Em 1795 como em 1789 ou ainda em Maio de 1793, nas semanas que precedem as insurreições, elas ocupam as ruas e aí formam grupos e incitam os homens à ação. Entretanto a participação das mulheres nas revoluções do final do século XVIII não se reduz apenas aos tumultos insurrecionais. Não podendo tomar parte nas deliberações das assembleias políticas, as mulheres comprimem-se, numerosas, nas tribunas abertas ao público. Sua presença nas tribunas é um meio de se imiscuírem na esfera política, concreta e simbolicamente. Com efeito, essas tribunas têm uma função política essencial na mentalidade popular: o controle dos eleitos.

(Adaptado de PERROT, 1991, p. 19-27, v. 4.)

Texto 2

No século XVIII, as mulheres da América inglesa não haviam participado muito da vida pública. Nas lutas contra os desmandos da metrópole e na Guerra da Independência, colaboraram mantendo sozinhas seus familiares e propriedades e empenhando-se em atos cívicos. O modelo republicano de mulher que emerge junto com a nova nação é o da “mãe” que, embora não se imiscua nos assuntos públicos e dedique-se de corpo e alma à família, é chamada a formar os novos cidadãos americanos que “prezam a liberdade”. Após a independência, surgem associações de mulheres organizadas, muitas vezes ligadas às igrejas, com o objetivo de auxiliar os desamparados. A prática de tais grupos fornecerá subsídios para a participação das norte americanas nos movimentos abolicionistas e feministas do século XIX. E a brecha aberta pela nova responsabilidade para com a nação dita do povo livre servirá de justificativa para que procurem interferir mais na vida pública e lutem pela emancipação feminina.

(Adaptado de PINSKY & PEDRO, 2003, p. 268.)

Texto 3 – Fiar pela causa comum

Na América do século XVIII, as mulheres não estão na primeira fila das multidões, não formam clubes e não assistem, mesmo como meras espectadoras, às assembleias políticas. A partir de 1750 uma palavra de ordem percorre as colônias: “boicote às mercadorias importadas da Inglaterra. Fabriquem e compremos americanos”. O “filhos da liberdade” apelam ao civismo das mulheres, as quais se encontram no meio desta estratégia: que elas abandonem os comerciantes importadores, renunciando às luxuosas elegâncias do Velho Continente, em proveito de vestuário mais simples e grosseiro, mas, americano. E compete-lhe a elas fabricá-lo. Ser americana é fiar pela causa patriótica. Aprender a fiar, vestir americano são decisões individuais carregadas de um sentido militante, atos cívicos que dão a uma americana a consciência de estar trabalhando por uma causa comum.

(Adaptado de PERROT, 1991, p. 29-30, v. 4.)

**ATIVIDADE**

Duas revoluções marcaram a história da cidadania das mulheres: a Americana (1776) e a Francesa (1789). Observe o **documento 1**, leia os **textos 1, 2 e 3** e aponte semelhanças e diferenças sobre o envolvimento feminino nos dois processos revolucionários.

O desenvolvimento do capitalismo e o crescimento econômico, primeiro com o capitalismo comercial e, depois, com o desenvolvimento da industrialização na Europa, transformaram a economia e o padrão de vida das mulheres a partir de meados do século XVIII.

Anteriormente a este período (século XVIII), quando a economia familiar da grande maioria da população havia se caracterizado pela produção doméstica, em que todos os membros da casa trabalhavam

em atividades relacionadas ao interesse econômico da família, muitas mulheres já trabalhavam fora de casa. A mulher trabalhadora estava presente no campo, nas oficinas artesanais ou no pequeno comércio.

Com a industrialização do século XIX, a identificação do trabalho feminino com certos tipos de empregos e como mão-de-obra barata foi formalizada e institucionalizada de várias maneiras: em comparação com os trabalhadores homens, as mulheres trabalhavam por salários mais baixos, nos setores menos prestigiados da economia, muitas vezes mais vulneráveis à flutuação e geralmente em tarefas não qualificadas e em posições subordinadas. Seu trabalho foi considerado como sendo de baixa produtividade e a sua capacidade de produtora, que poderia assegurar-lhe um reconhecimento social e econômico, foi subestimada.

Diante das péssimas condições de trabalho que enfrentavam, muitas mulheres envolveram-se em manifestações e movimentos por melhorias, aproveitando as formas tradicionais de organização e dos sindicatos. Porém, ainda em meados do século XIX, as mulheres trabalhadoras não eram muito organizadas, pois não contavam com o apoio dos seus companheiros; além disso, suas associações eram frágeis diante do risco de perderem o emprego caso se manifestassem. Mas, mesmo assim, operárias marcaram presença em diversos tipos de manifestações e apresentaram suas reivindicações na esperança de serem ouvidas. Observe alguns exemplos:

Texto 4

As lavadeiras profissionais estão entre as assalariadas mais turbulentas, prontas para a aliança e a greve, tanto em Paris, como no interior. Em 1848, as lavadeiras parisienses formaram uma associação e lançaram cooperativas.

(PERROT, 1988, p. 203.)

Texto 5

Na Suíça, de 1905 a 1909, Margareth Faas-Hardegger privilegia na sua luta sindical os direitos civis e políticos das mulheres. Inspira-se no sindicalismo revolucionário francês e utiliza a ação direta, greves, boicotes e a criação de cooperativas.

(KÄPPELI *apud* PERROT, 1991, p.569-570.)

Texto 6 - As greves operárias no Brasil

Greves foram noticiadas, como a das costureiras no jornal A Platéia do dia 25 de maio de 1917: O centro da cidade despertou ontem com a matinada das costureiras. Nas proximidades das casas de moda e oficinas de costuras formaram elas gárrulos grupos, assumindo algumas a empertigada atitude de oradoras, concitando as suas colegas à greve.

(Adaptado de DECCA, 1991, p.76.)

Texto 7

Afinal, o que sabemos sobre as trabalhadoras dos primórdios da industrialização brasileira? Algumas delas escreveram inúmeros artigos na imprensa operária, apontando os problemas enfrentados pelas trabalhadoras na produção e na vida social, as péssimas condições de trabalho e de higiene nas fábricas e nas habitações coletivas e a inexistência de direitos sociais e políticos para as mulheres.

(Adaptado de RAGO *apud* DEL PRIORI, 2002, p.579-595.)

Conheça também um pouco sobre a política e as práticas dos sindicatos relacionadas ao papel da mulher trabalhadora:

Texto 8

Na sua maioria, os sindicalistas procuravam proteger os seus empregos e salários mantendo as mulheres afastadas das suas profissões, e, a longo prazo, afastadas do mercado de trabalho. Aceitavam como inevitável o fato de os salários femininos serem mais baixos do que os masculinos, e por isso tratavam as mulheres trabalhadoras mais como uma ameaça do que como potenciais aliadas.

Havia, é claro, sindicatos que aceitavam mulheres como membros e sindicatos formados pelas próprias trabalhadoras, sobretudo nos setores têxtil, do vestuário, do tabaco e do calçado, onde as mulheres constituíam uma parte significativa da força de trabalho. Em algumas áreas, as mulheres participavam ativamente nas ações sindicais e grevistas locais, mesmo quando os sindicatos nacionais desencorajavam ou proibiam sua participação. Noutras, formaram organizações sindicais nacionais de mulheres e recrutaram trabalhadoras de um largo espectro de ocupações. A British Women's Trade Union League (Liga Sindical Feminina Britânica), criada em 1889, por exemplo, fundou a National Federation of Women Workers (Federação Nacional das Mulheres Trabalhadoras) em 1906, e, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, em 1914, tinha cerca de 20.000 membros.

(Adaptado de SCOTT *apud* PERROT, p.1991, p. 464-466.)

Texto 9

No fim do século XIX, o grau de sindicalização das mulheres foi aumentando e as operárias conseguiram finalmente ser aceitas nos sindicatos antes masculinos. Com o tempo, algumas poucas mulheres conquistaram um poder de influência significativo no interior de sindicatos, na imprensa operária e nos partidos políticos de esquerda. No início do século XX, graças a essa influência, alguns poucos sindicatos já falavam em “pagamento igual para trabalho igual”. Algumas das mulheres que carregavam tal bandeira concebiam, inclusive, que a mulher atuaria no mercado de trabalho não só por necessidade econômica, mas também por vontade própria e desejo de emancipação pessoal. Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, as mulheres continuavam ganhando bem menos que os homens. Além disso, permanecia, no discurso dominante da época, o ideal da esposa e da mãe respeitáveis “restritas ao lar”.

(Adaptado de PINSKY & PEDRO, 2003, p. 284.)



DEBATE

Analise as informações do **texto 8** sobre a posição dos sindicalistas perante o ingresso da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho.

Debata o assunto com os colegas e o professor em sala de aula e registre as principais considerações.



ATIVIDADE

Identifique, nos **textos 8 e 9**, as semelhanças/diferenças e as respectivas mudanças/permanências na organização das categorias de mulheres trabalhadoras.

A defesa da igualdade de direitos, que permeou os séculos XVIII e XIX, acabou por estimular as mulheres a exigirem os mesmos direitos que os homens. Uma das primeiras mulheres a fazê-lo foi a inglesa Maria Wollstonecraft (1759-1797). Na sua obra ***Vindication of the Rights of Woman (Reivindicação dos Direitos da Mulher)***, publicada em 1792, exigia a igualdade de direitos políticos entre homens e mulheres.

No século XIX e XX, tanto na Europa quanto na América, foi aumentado o número das mulheres que reivindicavam os mesmos direitos que os dos homens. No intuito de alcançar a cidadania plena, inúmeras mulheres investiram em diversas frentes e, por vezes, ligaram-se a outros movimentos (de independência, liberais, revolucionários, abolicionistas, pacifistas, socialistas, anarquistas). Em suas lutas tinham basicamente compromisso com o fim da desigualdade sexual e da opressão. Propunham a inserção da mulher na vida política e civil em igualdade de condições com os homens.

Uma das principais questões levantadas foi a luta pelo direito de voto. O movimento sufragista feminino se fortaleceu e congregou grande número de mulheres, em diversos países. Mas isso ocorria somente com as mulheres mais intelectualizadas e, principalmente, as operárias. A maioria das mulheres da classe média tendiam a se acomodar aos papéis e às funções sociais determinadas pelo *status quo* patriarcal.

Os partidos políticos de esquerda e as organizações sindicais, apenas no final do século XIX, passaram também a lutar pelos direitos políticos das mulheres. Quando a situação se tornou insustentável, as mulheres passaram a ter direito de voto em muitos países, mas quase sempre com enormes limitações que levavam dezenas de anos a serem superadas.

Nos EUA, por exemplo, o Estado de Wyoming concedeu este direito às mulheres em meados do século XIX, mas só em 1920 foi garantido por lei este direito em todo o país. Em Portugal, o direito de voto das mulheres foi formalmente estabelecido em 1931, mas com muitas restrições, as quais só desapareceram entre 1968 e 1976.

Texto 10

Direito de voto das mulheres em alguns países: Nova Zelândia (1893), Austrália (1902), Finlândia (1906), Noruega (1913), União Soviética (1917), Inglaterra (1918), EUA (1920), Espanha (1931), França (1945), Itália (1945), Suíça (1971), etc.

(Baseado em PINSKY & PEDRO, 2003, p. 295-298.)



PESQUISA

Quando o voto feminino foi instituído no Brasil.

Documento 2



www.espacoacademico.com.br

■ Algumas sufragetes escrevem em um muro VOTO PARA AS MULHERES.

Documento 3



www.cliohistoria.hpg.ig.com.br

■ Sufragetes celebram sua vitória. (EUA - agosto - 1920).

Documento 4



www2.una.edu

■ Protesto a favor do voto feminino. (Londres - 1914).



ATIVIDADE

- Descreva os **documentos 2, 3 e 4** apresentando:
 - tipo de documento; época e sociedade a que se refere, personagens históricos representados, temática principal.
- Redija uma narrativa histórica tendo como referência a forma pela qual a temática está representada nas imagens presentes nos **documentos 2, 3 e 4**.

A luta pelos direitos de cidadania da mulher se estendeu pelos séculos XVIII, XIX e início do XX. Entretanto, a história da conquista dos direitos humanos e da cidadania pelas mulheres não coincidiu com o desenvolvimento destas conquistas no mundo ocidental e oriental. Ainda hoje, em muitos países, as mulheres não conseguiram conquistar plenamente os seus direitos.



PESQUISA

Pesquise sobre as condições históricas da mulher no Brasil, na China e no Islã e preencha o quadro.

SÉCULO	EUROPA	BRASIL	CHINA	PAÍSES ISLÂMICOS
XVIII				
XIX				
XX (Primeira Metade)				

■ A organização dos operários

Ao pensar sobre a cidadania, jamais pode-se esquecer que ela foi uma lenta construção que foi sendo instituída a partir da Revolução Inglesa, no século XVII, passando pela Revolução Americana e Francesa, no século XVIII, e, muito especialmente, pela Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX, por ter sido esta que trouxe uma nova classe social – o proletariado – à cena histórica.

Durante a Primeira Revolução Industrial, no século XIX, os trabalhadores europeus enfrentavam condições de vida e de trabalho extremamente duras. Nessas condições, lançavam-se às lutas por melhorias, aproveitando as formas tradicionais de organização corporativa para lhes insuflar um novo conteúdo, transformando-as em sindicat-

tos de trabalhadores. Na Inglaterra, já no século XVIII, sociedades recreativas de ajuda mútua, organizadas por ofícios, ocasionalmente intervinham para impedir a redução dos salários ou exigir sua elevação quando subia o custo de vida. Essas atividades, que iam de petições ao Parlamento para a fixação de salários até a organização de greves, eram chamadas combinações. Quando ocorriam, os capitalistas atingidos reclamavam junto ao Parlamento e, em geral, obtinham sua proibição em ramos profissionais específicos. Em 1799, o Parlamento britânico aprovou uma lei proibindo as combinações de trabalhadores em qualquer atividade.

A proibição às combinações dos trabalhadores e a perseguição aos seus sindicatos se reproduziram nos outros países, à medida que se industrializavam. As leis contra as combinações, na prática, colocaram as organizações operárias fora da lei. Os trabalhadores ficaram legalmente proibidos de reivindicar o que quer que fosse, enquanto os empregadores tinham plena liberdade para combinar contra qualquer movimentação de seus empregados.

Para os trabalhadores restavam, então, algumas vias de ação: a prática da destruição de máquinas, as quais os destituíam do trabalho e desvalorizavam os injustos salários impostos pelos patrões; a ação por vias mais difusas ensaiando as manifestações de uma revolução; e a agitação política pela reforma do Estado.

A primeira via ficou célebre como movimento dos Luddistas, ou “quebradores de máquinas”. Conheça um pouco mais sobre este movimento:

Texto 11

O luddismo subsiste na mentalidade popular como um caso estranho e espontâneo de trabalhadores manuais analfabetos, resistindo cegamente às máquinas. Mas a destruição das máquinas tem uma história muito mais comprida. A destruição de materiais, teares, debulhadoras, o inundamento de minas ou estragos na boca de minas, o saque ou o ateamento de fogo à casa ou aos bens de patrões populares – estas e outras formas de ação direta, violenta foram empregadas no século XVIII e na primeira do século XIX. Esses métodos, às vezes, dirigiam-se contra as máquinas tidas por odiosas enquanto tais. Na maioria das vezes, eram uma forma de fazer valer condições consagradas pelo costume, de intimidar fura-greves, os trabalhadores “ilegais” ou patrões ou outras ações “sindicais”.

Em Lancashire – embora a espinha dorsal da organização consistisse de tecelões – mineiros, fiandeiros de algodão e todos os tipos de artífices participaram dos distúrbios. Em West Riding, embora os alvos de ataques fossem cardas mecânicas e cisalhadeiras, estavam associados aos ludditas não só aparadores de tecido, mas ainda séries de tecelões, alfaiates, sapateiros e representantes de quase todas as especialidades de artesãos. Pode-se ver o luddismo como uma manifestação de uma cultura operária com maior independência e complexidade do que qualquer outra vivida pelo século XVIII e XIX.

(Adaptado de THOMPSON, 1987, p.124-179, v. 3).

Texto 12

Há pelo menos dois tipos de quebra de máquinas, bastante diferentes da quebra acidental em distúrbios comuns contra alta de preços ou outras causas de descontentamento. O primeiro tipo não implica nenhuma hostilidade especial contra as máquinas como tal, mas é, sob certas condições, um meio normal de fazer pressão contra os empregadores ou os trabalhadores extras. Como se notou, os ludditas de Nottinghamshire, Leicestershire e Derbyshire usaram os ataques contra a maquinaria, nova ou velha, como meio de forçar seus empregadores a fazer-lhes concessões com relação aos salários e às outras questões. Este tipo de destruição fazia parte, tradicional e rotineiramente, do conflito industrial no período do sistema doméstico de fabricação, e nas primeiras fases das fábricas e minas. Não era dirigido apenas contra as máquinas, mas também contra as matérias-primas, produtos acabados, ou mesmo à propriedade privada dos empregadores, dependendo do tipo de danos a que estes eram mais sensíveis.

O segundo método de destruição remonta à hostilidade da classe operária às novas máquinas da revolução industrial, especialmente as que economizavam mão-de-obra. O trabalhador estava preocupado não com o progresso técnico abstratamente, mas com o duplo problema prático de impedir o desemprego e manter o padrão de vida habitual, o que incluía fatores não-monetários, como a liberdade, a dignidade, bem como os salários.

(Adaptado de HOBBSAWM, 1999, p.17-21).

**ATIVIDADE**

Após a leitura dos **textos 11 e 12**, identifique as razões da ocorrência da prática luddista. Registre por escrito.

Na Inglaterra, a classe trabalhadora alinhou-se atrás de um importante movimento, o Cartista, assim chamado por ter redigido e apresentado um documento - a **Carta do Povo** - ao Parlamento Britânico, na qual constava uma lista de reivindicações.

Documento 4

■ Manifestação pública. ilustração, **Illustrated London News**, abr. 1848. A ilustração do jornal inglês revela que milhares de pessoas compareciam aos comícios cartistas na Inglaterra.

Documento 6**Petição Cartista, Inglaterra (1838)**

Aos ilustres membros das Comunas da Grã-Bretanha e da Irlanda, reunidos em Parlamento, esta petição vem de seus abaixo assinados concidadãos. Nos encontramos oprimidos com o sofrimento público e privado. Estamos esmagados, sob uma carga de impostos. Nós dizemos à honrada Câmara que não devemos mais tempo ser privados de justo salário. Que as leis que criam a carestia dos alimentos e as que rareiam o dinheiro devem ser abolidas. Tal estado de coisas não pode se prolongar. Não o pode sem o perigo sério para a estabilidade do trono e da paz no reino. O bem-estar de grande número, único fim legítimo, deve ser a única preocupação também do governo. Como preliminar essencial a essas reformas e a outras para assegurar ao povo os meios pelos quais seus interesses poderão ser eficazmente defendidos e assegurados, pedimos que, na confecção das leis, a voz de todos possa, sem entraves, ser ouvida. Eis porque pedimos o sufrágio universal. Agrade, pois, à respeitável Câmara, levar nossa petição em séria consideração e de esforçar-se, com vigor, por todos os meios constitucionais, em fazer promulgar uma lei que garanta a todo o cidadão masculino maior, são de espírito e inocente de qualquer crime, o direito de votar e que institua o voto secreto para todas as eleições parlamentares futuras. E seus peticionários rogarão para sempre.

(Adaptado de MATTOSO, 1976, p. 46.)

**ATIVIDADE**

Analise os **documentos 5 e 6** ressaltando os sujeitos envolvidos e suas reivindicações. Anote suas considerações a partir destes documentos.

Texto 13

Os primeiros anos da década de 1830 foram marcados por agitações que levantaram questões nas quais os salários tinham importância secundária: os oleiros, contra o pagamento de salários em espécie; os trabalhadores têxteis, pela jornada de 10 horas de trabalho; os trabalhadores na construção, pela ação cooperativa direta; todos os grupos de trabalhadores, pelo direito de formação de sindicatos. A grande greve na região mineradora do nordeste, em 1831, girou em torno da segurança do emprego, do pagamento dos salários em espécie nas vendas e do trabalho das crianças.

(THOMPSON, 1987, p.27-28, v. 2.)

Ao examinar a resistência da classe trabalhadora, os conflitos e agitações frequentes, percebe-se que giraram em torno de questões que nem sempre foram relacionadas ao custo de vida apenas. As questões que provocaram maior intensidade de envolvimento foram geralmente aquelas em que alguns valores morais, tais como costumes tradicionais, justiça, independência, segurança ou economia familiar, estavam em risco.

Entre as várias categorias de trabalhadores do século XIX, algumas se destacaram sendo portadoras de uma identidade singular, entretanto, agentes de uma ação coletiva. Veja um exemplo que a historiografia traz:

Texto 14

No século XIX, os sapateiros, como ofício, tinham uma reputação de radicalismo. Eram militantes tanto nos assuntos que diziam respeito a seu ofício quanto em movimentos mais amplos de protesto social. Embora os sindicatos de sapateiros se limitassem a determinados setores e localidades dentro de um universo muito extenso, e embora fossem eficazes de forma pouco contínua, bem cedo se organizaram em escala nacional tanto na França quanto na Suíça; isto para não mencionar a Inglaterra, onde o sindicato londrino, fundado em 1792, teria porte nacional já em 1804. Os sapateiros e carpinteiros foram os primeiros integrantes da Federação de Trabalhadores da Região da Argentina (1890), que constituiu a primeira tentativa de formação de um sindicato nacional naquele país. Eles ocasionalmente entraram em greve em grande escala e, durante a Monarquia de Julho na França, estavam entre os ofícios mais propensos à greve. Também sobressaíram nas multidões revolucionárias. Enfim, seu papel como ativistas políticos pode ser amplamente documentado. Dos integrantes ativos do movimento cartista cujas ocupações são conhecidas, os sapateiros foram o maior grupo isolado a seguir aos tecelões e aos “trabalhadores” de ocupação não especializada. Na Tomada da Bastilha, ou pelo menos em meio aos detidos por esta razão, a representação dos sapateiros só foi superada pela dos marceneiros e seralheiros; já nas revoltas do Campo de Marte e em agosto de 1792, sua representação não foi superada por nenhum outro ofício. Em 1871, entre os trabalhadores que se envolveram na Comuna de Paris, os que foram atingidos com a maior porcentagem de deportações após a derrota, foram naturalmente os sapateiros. Quando eclodiu a rebelião na cidade alemã de Konstanz, em abril de 1848, os sapateiros constituíam de longe o grupo mais homogêneo de rebeldes, quase equivalendo ao total da soma dos alfaiates e marceneiros, os dois ofícios mais rebeldes que se seguiam. Do outro lado do mundo, o primeiro anarquista de que se tem notícia foi registrado em 1897, numa cidade provinciana no estado do Rio Grande do Sul, Brasil: era um sapateiro italiano; do mesmo modo, o único sindicato do qual se sabe ter participado do primeiro Congresso de Trabalhadores de Curitiba (Brasil), de inspiração anarquista, foi a Associação dos Sapateiros.

(Adaptado de HOBBSAWM, 1998, p.37-38.)

**ATIVIDADE**

Identifique qual é a opinião do historiador sobre a questão abordada no **texto 14**. Emita também a sua opinião.

O século XIX foi também o período em que um conjunto de obras foi publicada pelos socialistas – pensadores que propuseram formas alternativas de organização de uma sociedade mais justa para os trabalhadores.

Os primeiros teóricos socialistas desenvolveram suas idéias entre a Revolução Francesa de 1789 e os movimentos sociais de 1848, na Europa, e 1871, ano da Comuna de Paris, quando os operários parisienses chegaram a tomar o poder e organizaram um governo socialista revolucionário que durou pouco mais de dois meses.

Os principais socialistas desta fase foram os franceses Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1834), Pierre Joseph Proudhon

(1809-1865) e o inglês Robert Owen (1771-1858). Esses primeiros reformadores sociais ficaram conhecidos como “socialistas utópicos”, nome atribuído a eles pelos alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), que desenvolveram as bases do que chamavam de “socialismo científico”.

Os socialistas utópicos – adeptos das idéias de homens como Owen, Fourier, e Proudhon – projetavam um futuro em que o individualismo da burguesia seria substituído pela cooperação entre todos os homens, prevalecendo uma sociedade igualitária e fraterna. Já os seguidores das teorias de Karl Marx, os socialistas científicos, acreditavam que o proletariado (trabalhadores assalariados) faria uma revolução para destruir o capitalismo e construir uma sociedade socialista, na qual não subsistiria nem a grande propriedade privada, nem a burguesia.



PESQUISA

Sobre os itens abaixo elabore uma síntese:

- os movimentos sociais de 1848 na Europa;
- a Comuna de Paris.



ATIVIDADE

Informe-se sobre o significado de “socialismo utópico” e “socialismo científico”, mostrando as diferenças entre os dois.

Analise historicamente o **documento 7**, observando:

- tipo; ano; origem;
- quem fala;
- tema.

Documento 7

Utopia dos falanstérios no Brasil faz 150 anos. Distrito do Saí lembra projeto de Fourier para uma sociedade igualitária.

Uma das primeiras expedições colonizadoras francesas enviadas ao Brasil aportou no território catarinense, em 1842. O médico homeopata Benoit Jules Mure trazia, junto com cem franceses, o conceito de falanstério - onde o socialismo imperava nas colônias - criado pelo francês François Marie Fourier. Seriam fundadas na região do Saí cooperativas de consumo e de produção. A falta de infra-estrutura fez com que a idéia não saísse do papel. “Uma pena. Nossa realidade poderia ser outra”, lamenta Aurélio Ledoux, fundador da Associação Comunitária do Distrito do Saí, que hoje comemora 150 anos de existência.

Os franceses chegaram antes da oficialização do Distrito de Saí, em 5 de abril de 1850. Já em 1842, liderada por Leon Ledoux e Benoit Jules Mure, a expedição trazia uma centena de médicos, artistas e gente qualificada da França para pôr em prática a utopia socialista. Inspiradas nos conceitos de Fourier, o grupo pretendia criar no Saí uma comunidade modelo. Ledoux e Mure tinham o aval do governo imperial para a implantação do primeiro falanstério brasileiro. Acompanhava o grupo a jornalista Louise Bacheleth, que escreveu artigos para jornais da Europa. Quando a primeira leva de cem franceses chegou ao Saí - depois vieram mais cem -, veio a decepção. Muitos dos imigrantes não tinham habilidade com machados, ferraria ou desbravamento. Eram músicos, artistas, médicos. Chegaram em uma terra desconhecida, rodeada de mar e mata. Os poucos que permaneceram, acabaram fazendo a história do lugar. “Houve uma falha grande no projeto. Não trouxeram colonos e, assim, poucos resolveram ficar”, explica Ledoux, único descendente de franceses que ainda mora no Saí. De lembrança dos franceses, resta na região a Ponta do Barracão - onde foi construído um barracão para forja e ferraria - e a Ilha do Alvarenga. (Luis Fernando Assunção).

(Adaptado de **A Notícia Geral**. Joinvile, 5 de abril de 2000. FONTE: <http://an.uol.com.br/2000/abr/05/0ger.htm> Acesso em: 12 dez. 2005.)

Em meados do século XIX, em contrapartida às propostas utópicas de mobilização operária e contra a manipulação do proletariado pela burguesia, o “Manifesto Comunista”, elaborado pelo filósofo alemão Karl Marx (1818-1883), conclama o operariado à tomada de consciência de seu papel histórico e da luta contra a opressão da burguesia. No Manifesto, Marx preconiza a união do proletariado e a sua reunião em torno de lutas internacionalizadas, com a criação dos sindicatos e amplas discussões das formas dessa luta.

Documento 8



■ GIUSEPPE PELLIZZA DA VOLPEDO. **O quarto Estado**, 1898-1901. Óleo sobre tela, 293 x 545 cm Milão, Civica Galleria d'Arte Moderna. di Milano.

Documento 9

Os comunistas não desejam esconder suas opiniões e seus objetivos. Declaram abertamente que seus objetivos só podem ser atingidos com a derrubada pela força de todas as condições sociais existentes. Que a classe dominante trema com a revolução comunista. Os proletários não têm a perder, senão suas algemas. Têm o mundo a ganhar.

Trabalhadores de todos os países uni-vos.

(MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, **Manifesto do Partido Comunista** – 1848, p. 99.)



ATIVIDADE

Você pode analisar historicamente os **documentos 7 e 8**, seguindo o roteiro indicado.

- identificar o tipo de documento;
- situar o documento no tempo e no espaço;
- localizar as datas e as autorias dos documentos;
- situar os documentos a partir do contexto histórico em que foram produzidos;
- destacar as informações que podem ser obtidas através dos documentos;
- identificar as temáticas representadas nos documentos;
- estabelecer relações entre as temáticas.

Durante o século XIX, o movimento operário europeu viveu períodos de fortalecimento e enfraquecimento. Nesse contexto, formou-se em Londres a Primeira Internacional dos Trabalhadores, que existiu entre os anos de 1864 e 1876 e foi uma tentativa de confrontar as idéias, coordenar a ação e a solidariedade do movimento operário europeu. Entre os debates sobre a sociedade almejada e sobre os meios a empregar para alcançá-la, o que mais se destacou foi a luta por direitos sociais a serem garantidos por lei e implementados pelo Estado. Entretanto, ocorreram divergências nas seguintes tendências internas do movimento socialista:

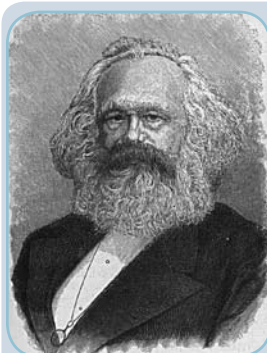


www.wikipedia.org

■ ■ Mikhail Bakunin (1814 -

O Anarquismo

Não admitia a tomada do poder, pois pregava a destruição de qualquer autoridade, inclusive do Estado, fosse ele conservador ou revolucionário.



www.wikipedia.org

■ Karl Marx (1818-1883)

O Marxismo

Defendia uma ação política do movimento operário objetivando a conquista do poder.

Entre os anos de 1892 e 1914, numa nova tentativa de organizar o movimento operário europeu, foi formada a Segunda Internacional Operária. Composta por representantes dos movimentos sociais, refletiu sobre os debates e conflitos da social-democracia.

Foi somente no século XX, depois dos resultados da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que se realizou a Terceira Internacional (que adotou o nome de Internacional Comunista – Comintern), tendo em vista a necessidade de rearticular a luta operária em torno do socialismo. Ela se reuniu em Moscou e serviu para legitimar a Revolução de outubro de 1917, já que

foi amplamente dominada pelos bolchevistas. Criaram-se aí os partidos comunistas, destinados à missão de levar a mensagem do socialismo a todas as partes do mundo. A luta pela socialização do trabalho chegava a um ponto importante, pois criara a oportunidade de maior participação do operariado através, principalmente, dos partidos políticos de esquerda criados durante as Internacionais.



ATIVIDADE

A partir do que você já estudou até agora, compare as condições de trabalho, as preocupações e reivindicações dos trabalhadores dos séculos XVIII e XIX com a dos trabalhadores da sociedade do século XXI. Indique as respectivas semelhanças/diferenças e as mudanças/permanências.



PESQUISA

Sobre o “Movimento Operário no Brasil”, elabore um dossiê para entregar ao seu professor e, depois, compartilhe as informações obtidas com os colegas de sala através de apresentação de seminários.

Sugestões para o trabalho:

O que é um dossiê e como fazê-lo:

Um dossiê é mais do que uma reunião de informações e dados em enciclopédias ou na internet. Trata-se de buscar informações e interpretações sobre um tema em diferentes fontes de pesquisa, como atlas, internet, obras especializadas, revistas, fotos, entrevistas, etc. O objetivo é explicar de maneira mais completa possível o tema ou a questão a ser pesquisada. Para realizá-lo, pode ser seguida esta orientação:

- elaborar um roteiro com temas e subtemas a serem pesquisados;
- pesquisar e registrar as informações colhidas em diferentes fontes, inclusive com diferentes pontos de vista;
- selecionar o que realmente se necessita, seguindo o roteiro preestabelecido;
- apresentar o resultado de forma clara, registrando por escrito com as respectivas fontes.

Para a apresentação do seminário:

- Organizar equipes para que cada uma fique responsável por um tema;
- Organizar o conteúdo por meio de esquemas para direcionar o trabalho em equipe;
- Conferir informações e efetuar correções com a orientação do professor;
- Organizar, com a turma, a apresentação, definindo datas e formas de apresentação; usar imagens, se possível, com recursos como cartazes, painéis, transparências, vídeos, etc.

■ Os jovens, a participação política e a cidadania

A participação dos jovens na vida das sociedades tem sido efetuada de diferentes formas desde o século XVIII e, principalmente, nos séculos XIX e XX. Existem registros das formas de participação da juventude, entre os quais estão os relativos aos grupos de jovens radicais ou revolucionários, aos boêmios, às gangues e aos românticos. Veja um exemplo através da historiografia:

Texto 15

Onde quer que se olhe no mapa da Europa, e praticamente em qualquer momento, o século XIX apresenta a imagem compósita, mas clara de uma juventude inquieta ou rebelde: jovens, os carbonários franceses ou italianos da década de 1820, e a maioria dos decabristas russos; jovens, pelo menos como os que apresentou Delacroix em seu quadro mais célebre, os estudantes e os operários nas barricadas parisienses de Julho; jovens também os sequazes de Mazzini nos anos 1830; jovens ainda quase todos os heróis e mártires das revoluções de 1848 na Europa; jovens os “filhos” que se rebelaram contra os pais na Rússia de 1860 e 1870, a de Turgeniev e de Dostoievski; jovens, igualmente intelectuais que assumem a defesa do capitão Dreyfus na França dos anos 1890, e jovens os membros dos Wandervögel, os quais, depois da virada do século, agridem a burguesia guilhermina em suas tranquilas e industriosas certezas. A história da primeira parte do século XX confirmará a permanência dessa equação jovens-rebeldes, quando na França e na Alemanha, na Inglaterra como na Itália, os porta-vozes da juventude européia invocarão as virtudes regeneradoras da guerra: um apelo às armas ao qual responderá, disciplinada, a geração de 1914.

(LUZZATO *apud* LEVI, 1996, p.195.)

**ATIVIDADE**

Analise o **texto 15**, identificando sujeitos ou personagens históricos e seus contextos, construindo um quadro como este:

PERSONAGENS HISTÓRICOS	FATOS HISTÓRICOS	DATA E LOCAL

No século XVIII, a partir da Revolução Francesa, começou a se propagar a idéia que considerava os jovens seres generosos e, ao mesmo tempo, perigosos para a ordem política e social. A Revolução desencadeou, também, a prática da mobilização de jovens para a ação ou doutrinação política, com a fundação de uma escola em Paris que se propunha a reunir jovens de 16 e 17 anos, de todas as regiões da França, para treiná-los e doutriná-los no amor à pátria e contra o poder tirânico.

Na França do século XVIII, pós-revolução, muitos jovens se organizaram em grupos radicais ou associações juvenis como a Franco-Maçonaria. No século XIX, essas associações também foram organizadas em outros países europeus. O impulso geral das revoluções que ocorriam neste século, na França e em outras regiões da Europa e da América, dividiu-se, principalmente, em movimentos nacionalistas. Uma das suas conseqüências foi o surgimento dos movimentos “jovens” da Europa como, por exemplo, Jovem Itália, Jovem Polônia, Jovem Suíça, Jovem Alemanha, Jovem Irlanda.

Ainda no século XIX, tiveram participação significativa “os boêmios” que manifestavam a desilusão dos jovens com a política de sua época. Principalmente em Paris, grupos de estudantes reuniam-se nos cafés, lendo jornais, falando de política, escândalos, e criticando a exploração do trabalho, a ordem estabelecida e a disciplina. Eles também contestavam o culto dos mais velhos ao passado revelando uma grande preocupação com o presente e o interesse por religiões orientais, misticismo e esoterismo.

Texto 16

Entretanto, no mesmo século XIX, a onda revolucionária fazia frente também na arte-cultura, num fenômeno particular e importante que ficou conhecido como “Boêmia”. Após a desilusão com os movimentos revolucionários, em que as juventudes perceberam que tinham sido manipuladas pelos poderosos guardiões da ordem, as energias revolucionárias dos jovens, como os franceses, tomaram nova direção: estilos de vida amorais e anárquicos associados à vida boêmia. Os estudantes de Paris, aí nascidos ou oriundos das províncias, não tinham muito o que fazer além de gastar os dias nos cafés, lendo jornais, falando de política e de escândalos. A boêmia estabelece-se adquirindo uma figuração “exótica” (desprezo ao trabalho, preocupação apenas com o presente, resistência à ordem e disciplina, cultivo do misticismo, ocultismo, religiões orientais e outros esoterismos).

(Adaptado de GROPPPO, 2000, p. 84-89.)

As condições de vida na sociedade industrial, como a pobreza e o desemprego, propiciaram, ainda na Europa do século XIX, o aparecimento de grupos de jovens denominados gangues. A maioria desses grupos tinha raízes locais e originava-se, quase sempre, das tradições de revolta e resistência dos segmentos pobres da sociedade. Conheça dois desses grupos:

Texto 17

Ao que parece, é a partir de 1902 que o nome de Apaches passa a ser empregado para designar o bando de jovens cujos delitos faziam tremer. No sentido estrito, original, Apache designa os “jovens malandros dos subúrbios”. O Apache está ligado à grande cidade, mais precisamente a Paris dos bairros de periferia. Os Apaches cristalizaram um medo latente. Eles vivem em bandos bem organizados, onde as meninas são menos numerosas. Gostam de tatuagens, sinais de reconhecimento, símbolos bucólicos ou sentimentais, inscrições provocadoras ou fatalistas. O Apache tem três ódios: o burguês, o tira, o trabalho. Ele desdenha a sociedade estabelecida, condena as autoridades, despreza os trabalhadores, operários, escravos. Seus fantasmas: fazer parte do horrível cortejo dos miseráveis e sem um tostão; ir à oficina, pior, à fábrica. Por que desperdiçar a juventude?

(Adaptado de PERROT, 1988, p. 315-323.)

Texto 18

Nesta mesma virada de século, mas limitada exclusivamente à Alemanha e parte da Áustria, uma outra manifestação juvenil aconteceu. Tratou-se do Movimento Juvenil Alemão, uma revolta cultural e quase política contra o “mundo” e os “valores dos adultos”. O movimento juvenil começou com o grupo Wandervogel (“Pássaro Migrante”), no Ginásio de Steglitz, próximo de Berlim. Seus membros usa-

vam cinturões de couro, botas pesadas e blusas largas, marchando, tocando violão ao redor de uma fogueira e discutindo filosofia. Tratava-se de um protesto ascético contra a geração dos pais e a sociedade burguesa, protesto que rejeitava a bebida, o fumo e a roupa refinada.

(Adaptado de GROPPPO, 2000, p. 84-89.)



ATIVIDADE

Procure discutir e sistematizar opiniões sobre a existência de gangues de jovens no passado e no presente. Você pode se organizar discutindo questões como:

- origem das gangues e suas denominações;
- as relações entre a existência das gangues e as condições de vida dos jovens;
- a posição dos adultos a respeito da existência destas gangues;
- sua opinião sobre este assunto.

Sistematize as suas argumentações produzindo uma narrativa histórica sobre as gangues.

Ao viver as transformações da industrialização desencadeadas na Europa a partir do século XVIII e XIX, os jovens também participaram do movimento dos trabalhadores. A fábrica, mais do que a oficina, favoreceu suas ações coletivas. O aprendiz desafortunado, muito isolado, contava apenas com o tumulto, a escapadela ou a fuga. Mais numerosos, os jovens das fábricas formaram grupos capazes de se afirmar, sobretudo pelo movimento de protesto e pela greve. Observe o que a historiografia tem a dizer sobre o envolvimento dos jovens nesses movimentos:

Texto 19

Os jovens estão presentes nestes movimentos, manifestando-se com ardor. Entre 1871 e 1890, 16% dos manifestantes detidos têm entre quinze e dezenove anos e 6% dos líderes identificados pertencem a essa faixa de idade. Delineiam-se figura de “líderes”, com a voz potente. Nas indústrias mais homogêneas, onde estão bem integrados, os jovens são às vezes detonadores. Isso é verdade, sobretudo na indústria têxtil, onde são muitos. Em Troyes, os cardadores, trabalhadores de catorze a dezesseis anos fomentam a maior parte dos conflitos. Na Alsácia, entre 1850 e 1870, os jovens operários formam mais de 22% dos grevistas. Em Vienne, os enlaçadores de fios, adolescentes de doze a dezesseis anos, protestam com furor contra os fabricantes da cidade.

(Adaptado de PERROT apud LEVI, 1996, p. 111-112.)



PESQUISA

Organize-se em equipes e faça uma pesquisa sobre as formas de participação dos jovens na vida da localidade em que você mora. Redija um relatório e apresente para discutir em sala.

Referências Bibliográficas

DECCA, M. A. G. de. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil, 1889 a 1930. São Paulo: Atual, 1991.

GODINEAU, D. Filhas da liberdade e cidadãs revolucionárias. In: FRAISSE, G.; PERROT, M. (orgs). **História das Mulheres no Ocidente**: o século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p.21-39, v. 4.

GROPPO, L. A. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HOBSBAWM, E. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LUZZATTO, S. Jovens rebeldes e revolucionários: 1789-1917. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (orgs). **História dos Jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.195-258.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 2001. (Coleção: Clássicos do Pensamento Político).

MATTOSO, K. M. de Q. **Textos e documentos para o estudo de História Contemporânea**. São Paulo: EDUSP, 1976.

PERROT, M. **Os excluídos da História**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

PINSKY, C. B. & PEDRO, J. M. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, J. & PINSKY, C. B. (orgs). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p.265-309.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORI, Mary del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002, p.578-606.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.2.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.2.

Obras Consultadas

KÄPPELI, A. M. Cenas feministas. In: FRAISSE, Geneviève & PERROT, Michelle (orgs). **História das Mulheres no Ocidente**: o século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 541-572, v. 4.

PERROT, M. A juventude operária. Da oficina à fábrica. In: LEVI, Giovanni & SCHMITT, J.C. (orgs). **História dos Jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.83-136.

SCOTT, J. W. A mulher trabalhadora. In: FRAISSE, G.; PERROT, M. (orgs). **História das Mulheres no Ocidente**: o século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 443-475, v. 4.



RELAÇÕES CULTURAIS: Movimentos sociais, políticos e culturais na sociedade contemporânea: é proibido proibir?

■ Altair Bonini¹



Geração Coca-Cola

(Legião Urbana)

Quando nascemos fomos programados
A receber o que vocês nos empurraram
Com os enlatados dos USA, de 9 às 6.

Desde pequenos nós comemos lixo
Comercial e industrial
Mas agora chegou nossa vez
Vamos cuspir de volta o lixo em cima de vocês.

Somos os filhos da revolução
Somos burgueses sem religião
Somos o futuro da nação
Geração Coca-Cola.

(...)

(Composição: Renato Russo [1960-1996], 1978.

■ Fonte: letras.terra.com.br/letras/22491/ Acesso em: 16 dez. 2005).

A partir de 1950, muitas formas de resistência surgiram contra os governos autoritários, o sistema capitalista e a globalização. Quem foram os sujeitos desses movimentos? A ordem estabelecida pode ser contestada? Quem a estabeleceu? Quem deve se submeter às pessoas que ditam esta ordem? Alguém deve obedecê-las?

Você conhece algum grupo que luta por um mundo melhor e por direitos?

São estas questões que você poderá discutir neste Folhas.

■ Um mundo em transformações aceleradas

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreram transformações sensíveis no mundo. Essas modificações referem-se, principalmente, à participação do Estado na vida econômica, aparentemente rompendo os princípios clássicos do liberalismo. Esta intervenção é claramente visível nas tendências relativas à formação de companhias estatais, à regulamentação de salários e ao planejamento econômico das nações. Estas tendências, que haviam sido iniciadas logo após a crise de 1929, acentuaram-se após 1945. O capitalismo assume a forma do Estado de Bem Estar Social, com a implantação de alguns benefícios às classes trabalhadoras. No entanto, sua estrutura continuou a mesma: propriedade particular, lucro e, por extensão, a desigualdade social continua existindo normalmente.

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelas lutas (algumas às vezes de forma organizada, outras não) de variados segmentos sociais que passaram a questionar a ordem estabelecida pelo capitalismo e seus representantes na busca por maiores direitos civis, sociais e políticos. Entre os vários grupos de sujeitos históricos que realizaram movimentos de resistência à dominação capitalista e à estruturação da sociedade em seus moldes estão os camponeses, os negros e os jovens e as mulheres.

Nos anos 1990, com o avanço do processo de globalização atual, outros movimentos vêm a tona contestando a exclusão social, o desemprego e os governos dos países de economia desenvolvida.

■ Os camponeses e a luta pela terra

A luta pela terra esteve presente, ao longo do tempo, em muitas sociedades. Algumas realizaram reforma agrária estabelecendo uma divisão mais justa das propriedades de terra, como foi o caso da Itália, que realizou uma reforma agrária a partir de 1948. A Rússia redistribuiu as terras após a Revolução de 1917, mas a posse legal passou a pertencer ao Estado. A França, após a Revolução de 1789, redistribuiu as terras da Igreja Católica e da Nobreza entre os camponeses. Os EUA, em meados do século XIX, doava terras no Oeste a quem desejasse cultivá-las, fazendo desta distribuição o alicerce de sua estabilidade social. Enquanto isso, na América Latina, principalmente no Brasil, o Estado colocou empecilhos para que pequenos agricultores adquirissem terras. Devido a isso, até hoje a América Latina, inclusive o Brasil, possui uma estrutura fundiária composta por grandes latifúndios.

Você pode se perguntar por que esta situação se alterou em países como a França, os EUA, a Itália e por aqui, no Brasil, continuou a mesma coisa?

Texto 1

Reforma Agrária:

Modificação geral, de iniciativa política, das formas de propriedade e dos modos de exploração agrários. Esta transformação tem um objetivo econômico e social que beneficia o mundo agrícola procurando, ao mesmo tempo, favorecer o desenvolvimento global do país.

A Reforma Agrária se impõe por razões técnicas nos locais onde os modos de posse e de exploração do solo impedem o aumento da produção de alimentos, também se torna necessária por razões sociais (como o desemprego) que leva o governo a intervir.

(Adaptado de BIROU, 1982, p. 350.)

Uma das explicações pode estar no fato dos países da América Latina possuírem uma economia baseada na exportação de produtos agrícolas. A industrialização, na maioria dos países sul-americanos, tem suas origens no modelo primário-exportador. A maior parte dos governos pouco fez para reverter esta ordem, as reivindicações dos camponeses foram negligenciadas ou reprimidas. Marginalizados, os camponeses que não conseguiam sobreviver dignamente com seu trabalho, exigiam dos governos a realização de reformas agrárias. Veja os exemplos do México e do Brasil relativos à segunda metade do século XX.

Os Zapatistas no México

Em 1º de janeiro de 1994, data em que começou a vigorar o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), também marcou o início das ações do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Eles assumiram o controle das principais cidades nas proximidades da Floresta de Lacandon, no estado mexicano de Chiapas.

Formado por camponeses, a maioria índios *txeltales*, *txotziles* e *choles*, em geral oriundos das comunidades agrárias instaladas na região das florestas tropicais de Lacandon, na fronteira com a Guatemala, os zapatistas, como ficaram conhecidos, eram contra o NAFTA e a política de modernização da economia mexicana que prejudicava a produção dos pequenos camponeses e favorecia os grandes latifundiários.

A inspiração deste movimento teve origem com Emiliano Zapata (1879-1919), líder da Revolução Mexicana (1910). Neste período, a vitória dos revolucionários teve como exigência a redistribuição das terras aos indígenas e aos camponeses. Fato que só foi acontecer 20 anos mais tarde, quando o governo mexicano entregou setenta milhões de hectares a três milhões de famílias.

A partir de 1992, vários direitos das famílias que ocupavam as terras em reservas, principalmente na Floresta de Lacandon, foram sendo anulados por decretos do então presidente Carlos Salinas de Gortari (1948-), favorecendo os grandes proprietários de Chiapas. Ao mesmo tempo, este governo acabou com os subsí-

Documento 1

ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO DA AMÉRICA DO NORTE - NAFTA

Constitue-se em um instrumento de integração das economias dos EUA, do Canadá e do México.

O NAFTA (*North America Free Trade Agreement*) foi iniciado em 1988, entre norte-americanos e canadenses, e por meio do Acordo de Liberalização Econômica, assinado em 1991, formalizou-se o relacionamento comercial entre os Estados Unidos e o Canadá. Em 13 de agosto de 1992, o bloco recebeu a adesão dos mexicanos.

O NAFTA entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994, com um prazo de 15 anos para a total eliminação das barreiras alfandegárias entre os três países, estando aberto a todos os Estados da América Central e do Sul.

O NAFTA consolidou o intenso comércio regional no hemisfério norte do Continente Americano, beneficiando grandemente a economia mexicana, e aparece como resposta à formação da Comunidade Européia, ajudando a enfrentar a concorrência representada pela economia japonesa e por este bloco econômico europeu.

O bloco econômico do NAFTA abriga uma população de 417,6 milhões de habitantes, produzindo um PIB de US\$ 11.405,2 trilhões, que gera US\$ 1.510,1 trilhão de exportações e US\$ 1.837,1 trilhão de importações.

■ (Extraído de <http://www.camara.gov.br/mercossul/blocos/NAFTA.htm> – Acesso em: 16 dez. 2005).

dios e o protecionismo à produção de milho e café arruinando a economia das pequenas comunidades.

Em 1992 e 1993, os camponeses mobilizaram-se pacificamente contra essas políticas, no entanto, suas manifestações foram ignoradas pelo governo. Em 1993, os camponeses mexicanos se organizaram para a luta armada e realizaram os primeiros conflitos com o exército. Em janeiro de 1994, toda comunidade nacional mexicana e internacional tomou conhecimento da causa zapatista, o que forçou o governo de Salinas a entrar em negociação com este movimento.

Documento 2

Comunicado do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

México, outubro de 2004.

Ao povo do México:

À sociedade civil nacional e internacional:

Irmãos e irmãs:

OEZLN se dirige a vocês para dizer a sua palavra:

Primeiro. Devido à hostilidade de grupos paramilitares e à intolerância alimentada em algumas comunidades pelo Partido Revolucionário Institucional, dezenas de famílias indígenas zapatistas, há tempo, se viram obrigadas a refugiar-se e formar pequenos núcleos populacionais na chamada “biosfera dos Montes Azuis”. Durante o tempo em que permaneceram nesta terrível situação, longe de suas terras de origem, os zapatistas refugiados se esforçaram para cumprir nossas leis que mandam cuidar dos bosques. Apesar disso, o governo federal de mãos dadas com as transnacionais, que pretendem apoderar-se das riquezas da selva Lacandona, mais de uma vez, ameaçaram desalojar violentamente todos os povoados desta região, incluindo os zapatistas. Os companheiros e companheiras de várias comunidades ameaçadas de desalojamento decidiram resistir enquanto o governo não cumprir os chamados “acordos de San Andrés”. Sua decisão é respaldada e apoiada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional. Sublinhamos isso no devido momento e agora o ratificamos: se alguma de nossas comunidades é desalojada com violência, responderemos, todos, no mesmo tom.

Segundo. Com o avanço das chamadas “juntas de bom governo”, grande parte das comunidades indígenas zapatistas se munuiu de meios que melhoram substancialmente suas condições de vida.

Sobretudo no que diz respeito à saúde e à educação, as comunidades rebeldes conseguiram avanços, sem nenhum apoio governamental federal, estadual ou dos municípios oficiais, que superam com folga os das comunidades vinculadas à oficialidade. Isso tem sido possível graças ao apoio de irmãos e irmãs de todo o México e do mundo.

Contudo, estes benefícios não conseguem cobrir todas as comunidades rebeldes. Particularmente, as populações refugiadas nos Montes Azuis não são beneficiadas por estes avanços. (...)

Sétimo. Esperamos sinceramente que a sociedade civil nacional e internacional responda ao nosso apelo para apoiar estas comunidades e melhorar assim suas condições de vida zapatista, ou seja, de luta e resistência.(...)

Democracia! Liberdade! Justiça! Das montanhas do Sudeste Mexicano.

Pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Subcomandante Insurgente Marcos.

México, outubro de 2004, 20 e 10.

■ (La Jornada, 13 out. 2004.)

■ (Fonte: <http://www.zapatuga.blogspot.com/> - Acesso em: 12 dez. 2005).



ATIVIDADE

Compare os **documentos 1** e **2** levando em consideração as seguintes questões:

- Quando foram escritos? Por quem? A quais sujeitos se direcionam os respectivos documentos?
- Escreva uma narrativa histórica sobre as reivindicações do Movimento Zapatista. Você considera essas reivindicações justas? Justifique sua opinião.



PESQUISA

- Para aprofundar seu entendimento sobre esse tema, você pode pesquisar em livros e revistas sobre as condições de existência das comunidades indígenas de outros países da América Latina.

Os Sem-Terra no Brasil

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é um dos movimentos sociais que congregam, no Brasil contemporâneo, a ação organizada na luta pela terra. Nesse movimento, os acampamentos têm se constituído em uma nova forma de luta pela terra no país, embora eles já estivessem presentes desde a década de 1960. Esse movimento foi fundado em 1984 em Cascavel, Paraná, durante o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Atualmente, possui comissões em quase todos os estados e atua na maioria dos acampamentos/ocupações de terras existentes no país.

Sua história está assentada na luta travada pelos trabalhadores rurais sem-terra, sobretudo do sul do Brasil, onde desde a década de 60 surgiram movimentos como o MASTER - Movimento dos Agricultores Sem-Terra, originário do Rio Grande do Sul.

É um movimento com forte apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outros setores progressistas da Igreja, sem, entretanto, man-

Documento 3



■ Reforma Agrária. HENFIL

http://diversao.uol.com.br

ter qualquer vínculo formal ou real com estas instituições. Também estão ligados fortemente à Central Única dos Trabalhadores (CUT), onde mantêm uma secretaria nacional.

A ampliação da luta pela terra levada a cabo pelo MST tem provocado reações tanto dos latifundiários como da justiça e do governo. É por isso que alguns episódios de violência provocados pelos latifundiários e pelos governos têm marcado a história das ocupações de terra realizadas pelo Movimento, como foram os casos da fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, da fazenda Jangada, em Getulina e Pontal do Paranapanema, no oeste paulista. Os latifundiários, de modo geral, já estavam organizados politicamente por meio do movimento reacionário União Democrática Ruralista (UDR). Com o avanço do Movimento dos Sem-Terra, alguns governos estaduais e federal utilizaram a justiça e a força policial, apoiados pelos latifundiários, para submeter judicialmente os coordenadores mais ativos do MST, decretando suas prisões, a exemplo de José Rainha Júnior (1960-), Deolinda Alves de Souza, Mário Barreto e João Pedro Stédile (1953-), entre outros. Estas prisões ou pedidos das mesmas ocorreram porque os latifundiários entendiam que as ocupações empreendidas pelos integrantes do MST feriam seus direitos de proprietários.

Os sem-terra, com suas bandeiras vermelhas, cartazes de Ernesto Rafael Guevara de la Serna, o Che Guevara (1928-1967), e cantos de origem socialista, conseguiram muitas vitórias, pois atualmente são muitas as famílias que foram assentadas e cooperativas de produtores espalhados pelo Brasil, mostrando a capacidade de organização e de luta dos camponeses contra as grandes empresas estrangeiras e latifundiários.



ATIVIDADE

- Qual a crítica que a charge de Henrique de Souza Filho, o Henfil (1944-1988), presente **no documento 3** faz em relação representações que os latifundiários fazem da reforma agrária?
- Produza uma charge representando a sua opinião sobre a reforma agrária e o Movimento Sem-Terra.
- A partir da definição de reforma agrária presente no **texto 1**, construa uma narrativa histórica sobre a luta pela terra na América Latina a partir das ações e projetos dos movimentos zapatista e dos sem-terra.

■ O movimento feminista

Na década de 1950, na maioria dos países ocidentais, as mulheres já haviam conseguido o direito ao voto. No final da década de 1960, elas passaram a denunciar as injustiças a que estavam sujeitas, buscando maiores direitos civis e políticos. Surgiu um novo Movimento Fe-

minista, primeiramente nos EUA, com a fundação, em 1966, da Organização Nacional da Mulher (NOW, em inglês) e na Europa Ocidental (Inglaterra e França). No Brasil, o movimento feminista só adquiriu força a partir da década de 70.

O Movimento Feminista se tornou expressivo em várias partes do mundo, com motivações e formas de lutas diferenciadas, portanto com características diferentes. Nos EUA, por exemplo, como a composição social foi formada por inúmeros grupos étnicos, ele passou a lutar pelo reconhecimento de direitos civis para as mulheres pertencentes às minorias, queriam maior alteridade e melhores condições de vida e de trabalho. Na Europa Ocidental lutavam por direitos políticos e igualdade.

No Brasil, durante o período militar e da redemocratização (décadas de 1970 e 1980), muitas militantes do movimento feminista, oriundas das camadas médias e intelectualizadas, postulavam a transformação da sociedade como um todo. No entanto, após várias críticas, as feministas brasileiras incorporaram as reivindicações dos movimentos de bairros, de moradia e contra a carestia, compostos pelas classes populares e médias, cuja participação feminina era majoritária. Dessa forma, passaram a reivindicar o acesso à infra-estrutura urbana básica (água, luz, esgoto, asfalto, creches e escolas, etc.), maior participação política, igualdade social, de gênero e melhores condições de trabalho.

Em 1975, com o objetivo de diminuir as diferenças entre homens e mulheres e muitas das discriminações sofridas por estas no mundo, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou o Decênio das Nações Unidas para as Mulheres com ações afirmativas em relação à saúde, educação e trabalho, entre 1975 a 1985, tornando as reivindicações das mulheres mais visíveis.

A partir da década de 1980, o Movimento Feminista passou a repensar seus pressupostos teóricos e se reorganizou na forma de vários grupos e organizações. Novos objetivos e lutas foram sendo incorporados, entre eles o abandono da “guerra dos sexos” (homens X mulheres), para repensar as questões relativas às mulheres a partir de estudos sobre gênero. Nesta perspectiva, foram considerados os papéis construídos tanto para os homens quanto para as mulheres em uma determinada sociedade, privilegia-se o aspecto relacional entre ambos.

Documento 4



BAIRROS UNIDOS
POR UMA VIDA MELHOR

Grande Concentração dos Moradores de Bairro ☆ dia 22 de maio ☆
 Ginásio do Tarumã ☆ 14 horas ☆

☆
 Luta pela Garantia da Moradia
 Legalização dos Terrenos
 Contra o Desemprego
 e o Arrocho Salarial
 Escolas, Hospitais, Creches,
 Esgoto, Transporte Barato, Luz,
 Água, Urbanização, Lazer.

Federação das Associações de Bairros do Paraná ☆ União Geral dos Moradores de Bairro de Curitiba ☆ Movimento das Associações de Bairro ☆☆☆

Cedido pelo Centro de formação Urbano Rural Irmão Araújo;



ATIVIDADE

- Reuna-se com seus colegas e elabore uma pauta de reivindicação que atenda os interesses das mulheres do começo do século XXI e compare com as lutas do movimento feminino das décadas de 1970 e 1980.

■ A Revolução jovem

Nos anos 1960, os jovens de inúmeros países, como França, Inglaterra, Tchecoslováquia, EUA, México, Brasil, entre outros, revoltaram-se contra a forma opressiva que as sociedades de classe assumiram. Lutavam contra a estruturação da sociedade sob o controle de uma indústria avançada, com forte apelo consumista e massificante, que não permitia a contestação, na qual a valorização não recaía sobre os sujeitos, mas sobre a modernização, racionalização e o planejamento burocrático, ou seja, uma sociedade tecnocrática. Ainda, os jovens passaram a lutar contra regimes governamentais autoritários e repressores, como foi o caso da Tchecoslováquia e do Brasil após 1964.

Desta forma, grande parte da energia crítica desta nova geração de descontentes foi canalizada para atividades até então não descobertas pelas formas tradicionais de luta política, manifestando-se de maneiras surpreendentes. Uma das formas dos jovens explicitarem a sua rebeldia foi pelas manifestações culturais.

Contracultura foi o termo criado pela imprensa norte-americana, nos anos 1960, para caracterizar um conjunto de manifestações culturais nos Estados Unidos e Europa, com menor repercussão na América Latina. Assim, contracultura foi a cultura não reconhecida oficialmente, portanto, marginal.

A contracultura norte-americana surgiu dos movimentos de contestação do modo de vida e cultura ocidental. Jovens intelectuais, boêmios, marginalizados como os gays e negros, a partir do final da década de 1950, passaram a criticar e a recusar a forma de organização da sociedade americana e o mito do “sonho americano” relativo à idéia de sucesso. Nos anos 1960, os jovens da classe média americana passaram a apoiar os movimentos de contestação e a criticar a cultura estadunidense.

Descrentes com o futuro e desencantados com o presente, os jovens de diferentes países tentaram criar um mundo alternativo expresso pela música e pelo movimento *underground*.

A contestação dos jovens pela música

Texto 2

68, o ano em que os profetas falharam

A primavera também foi a estação da crise na França. Os chamados “acontecimentos de maio” foram não apenas a maior mobilização estudantil da história francesa, como também se ampliaram, gerando o que foi, possivelmente, sua maior greve geral.

Mas quem tomou as grandes decisões em 1968? Os movimentos mais característicos de 1968 idealizaram e se opuseram à liderança, à estruturação e à estratégia. Sua ideologia natural deveria haver sido o anarquismo, mais do que as imagens de Marx, Lenin, Mao e Che preferidas por seus parti-

cipantes mais conscientizados. A arma natural da revolta de 1968 não era o fuzil ou a resolução política, mas o muro pichado, o cartaz improvisado e o microfone.

No entanto, é um erro tratar 1968 como se tivesse sido um ano de revolução fracassada. Foi, na melhor das hipóteses, um lembrete de que os fundamentos da era de ouro econômica do Ocidente estava afundando, assim como o estava aquelas das economias centralmente planejadas do tipo soviéticos, cujas falhas se tornavam cada vez mais evidentes.

Na verdade, foi a erupção da transformação cultural, econômica e social sem precedentes que faz de 1968 uma data significativa na história do século XX. (Adaptado de HOBBSAWM, **Folha de São Paulo**, 10 de maio de 1968, pp. 4-5).

O ano de 1968 foi marcado por protestos de jovens em várias partes do mundo. O foco irradiador foi a França, onde os estudantes secundaristas e universitários realizaram protestos contra o sistema educacional elitista e autoritário, mas também contra a sociedade industrial moderna que desumaniza. Estes protestos terminaram em graves confrontos com a polícia. Simultaneamente ocorreram revoltas de jovens estudantes no México; na Tchecoslováquia, os intelectuais e artistas deram início a um conflito conhecido como Primavera de Praga, pois eles queriam repensar o socialismo em seu país, mas foram duramente reprimidos pelo exército soviético.

No Brasil, os estudantes, músicos, artistas saíram às ruas para denunciar o regime militar que passou a vigorar no país a partir de 1964. Em 1968, o governo militar instituiu o AI-5 (Ato Institucional n.º 5), através do qual concretizou a ditadura ao decretar o fechamento do Congresso, estabeleceu a censura aos meios de comunicação e passou a prender e a julgar arbitrariamente qualquer pessoa que fosse considerada contra o regime, denominados de subversivos.

Neste contexto, intensificou-se a oposição de muitos jovens ao governo militar tanto através do ingresso em movimentos de luta armada, conhecidas como guerrilhas, como pela produção cultural de engajamento político, cujo objetivo era conscientizar os jovens e a população em geral das dificuldades enfrentadas pelo povo brasileiro e o autoritarismo do governo federal. Pode-se afirmar que estes foram alguns dos motivos que levaram à imposição do AI-5 em dezembro de 1968.

Documento 5

Apesar De Você

Hoje você é quem manda

Falou, tá falado

Não tem discussão, não.

A minha gente hoje anda

Falando de lado e olhando pro chão.

Viu?

Você que inventou esse Estado

Inventou de inventar

Apesar de você

amanhã há de ser outro dia.

Eu pergunto a você onde vai se esconder

Da enorme euforia?

Como vai proibir

Quando o galo insistir em cantar?

Água nova brotando

E a gente se amando sem parar

Todo esse amor reprimido,

Esse grito contido,

Esse samba no escuro.

Você que inventou a tristeza

Ora, tenha a fineza

de "desinventar".

Você vai pagar, e é dobrado,

Cada lágrima rolada

Toda escuridão

Você que inventou o pecado

Esqueceu-se de inventar o perdão.

Quando chegar o momento

Esse meu sofrimento

Vou cobrar com juros. Juro!

Nesse meu penar.

(...)

■ (Composição: Chico Buarque, 1970).

Documento 6

Proibido Proibir

A mãe da virgem diz que não

E o anúncio da televisão escrito no portão

E o maestro ergueu o dedo e além da porta

Ao porteiro, sim e eu digo sim

E eu digo não ao não

Eu digo é proibido proibir

É proibido proibir, é proibido proibir...

Me dê um beijo meu amor

Eles estão nos esperando

Os automóveis ardem em chamas

Derrubar as prateleiras, as estantes,

as estátuas, as vidraças, louças, livros sim

E eu digo sim, e eu digo não ao não

E eu digo é proibido proibir

É proibido proibir, é proibido proibir

(...)

■ (Letra: Caetano Veloso, 1968)

Entre os grupos de luta armada, destacaram-se a Aliança Nacional Libertadora (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A repressão aos integrantes destes grupos era muito intensa. Centenas de pessoas foram presas, torturadas e/ou mortas.

Quanto ao protesto através da produção cultural foram as **músicas de protesto** que tiveram maior repercussão entre a população. Destacaram-se compositores como: Geraldo Vandré (1935-) e Francisco (Chico) Buarque de Holanda (1944-).

Em 1968, também surgiu o **tropicalismo**, que foi mal recebido pelos membros do movimento estudantil, os quais se identificavam com a música de protesto, pois acreditavam que os integrantes daquele movimento artístico não eram politizados e, assim, estavam a favor do governo e do capital internacional. O descontentamento dos integrantes do movimento estudantil com este estilo musical foi representado pela crítica ao abandono do violão acústico e sua substituição por instrumentos elétricos

realizada pelos tropicalistas.

Os conservadores de direita, por não conseguirem entender o movimento, também se opunham às atitudes provocativas do tropicalismo.

Os representantes do tropicalismo se defenderam das críticas afirmando que eram contra a política do capital internacional no Brasil como também a qualquer forma de autoritarismo, até mesmo daqueles que queriam impor somente uma forma de lutar contra a opressão e a dominação. Os tropicalistas propunham uma mistura de estilos artísticos antigos e modernos, representados, por exemplo, pelas músicas regional, brega, samba, bolero e rock'n'roll.

Entre os representantes de maior destaque do tropicalismo estavam: Caetano Veloso (1942-), Gilberto Gil (1942-), Tom Zé (1936-) e o grupo Os Mutantes (formado em 1966).

Para alguns jovens, a música tornou-se uma forma de difundir idéias, demonstrar sua insatisfação com a sociedade em que vive e manifestar sua rebeldia.

O *rock* foi o ritmo que permeou todos os movimentos de contestação dos jovens, mas precisamente o *rock'n'roll*, surgido nos EUA, na década de 1950. Com seu balanço frenético e sensual embalava o dia-a-dia de uma juventude que começava a descobrir sua força. Originou-se da mistura do *rhythm blues* negro com a *country-and-western*, música de brancos rurais pobres; por isso, desde seu início, foi marginalizada pela sociedade norte-americana. Foi este último aspecto que atraiu uma grande parcela dos jovens.

A década de 1960 é um período de referência para o *rock'n'roll*, quando Os Beatles (1960-1970), Bob Dylan (nascido em 1941-) e os Rolling Stones (formado em 1962), por exemplo, eram escutados por multidões de jovens. Também neste período foram realizados nos EUA grandes festivais de rock, como o de Monterey, em 1967, quando surgem Jimmy Hendrix (1942-1970) e Janis Joplin (1943-1970), o de Woodstock, em 1969, e o de Altamont, no mesmo ano.

Movimento Hippie

O movimento *Hippie* foi o que mais caracterizou a rebelião dos jovens norte-americanos. Influenciado pelo orientalismo (uma vez que contestavam os valores ocidentais), psicodelismos, rock e o movimento estudantil, o apoio a movimentos sociais, como o *Black Power* (Poder Negro), deixou um legado importante aos jovens da atualidade através de suas práticas e idéias, como: a valorização da liberdade de expressão (o movimento deu voz a juventude), o desapego ao poder (se preocupavam em ser felizes e não ricos), valorização da natureza (pregavam o amor ao planeta), uma revolução sexual (pregavam o amor livre e eram contra tabus como: virgindade, homossexualismo e o casamento), a banalização das drogas (em busca de uma espiritualidade alternativa, utilizavam drogas como a maconha e o LSD).

O Movimento *Hippie* surgiu na cidade de São Francisco (Califórnia), na década de 1960, mas em pouco tempo se espalhou pelas grandes cidades dos EUA e depois pelo mundo. Ele procurava contestar o modo de vida ocidental e o *american way of life*, ou seja, o modo de vida americano. Sua forma de demonstrar insatisfação era a luta pacífica (*Power Flower* - Poder da Flor), realizada em passeatas, tinham slogans como “paz e amor” e “faça amor, não faça guerra”. Abandonavam a cidade e passavam a viver no campo em comunidades, longe da família, preferiam produzir o que necessitavam. Sua filosofia era o “*drop out*” ou “cair fora”.

Documento 7



■ Símbolo da paz difundido pelo movimento hippie



ATIVIDADE

- Segundo o **texto 2** do historiador britânico Eric Hobsbawm é qual a principal forma de luta adotada pelos jovens em maio de 1968? Em que se diferenciava das formas de lutas antes adotadas?

- A que aspectos o autor do **texto 2** relaciona as manifestações de jovens em maio de 1968?



PESQUISA

- Sobre a atuação do movimento estudantil à luz do contexto sócio-histórico da ditadura militar brasileira nas décadas de 1960 e 1970 e da canção composta por Chico Buarque de Holanda, presente no **documento 5**.



DEBATE

- “É proibido proibir” foi o lema dos jovens rebeldes de Paris em maio de 1968. Leia a letra da música de Caetano Veloso, presente no **documento 6**, e discuta com seus colegas:
 - a) Que significado essa música teve para os jovens do passado?
 - b) Essa música tem significado para os jovens de hoje em dia? Justifique.

O Rap e o Movimento Hip hop

O *rap* surgiu nos bairros pobres de Nova York, como o Bronx, de população negra e latina na década de 1960, no Brasil só ficou conhecido a partir dos anos 1980 conforme você pode ler no texto sobre a história do *rap*:

Documento 7

História do RAP

Criado nos Estados Unidos, o *rap* - uma abreviação para *rhythm and poetry* (ritmo e poesia) - é um gênero musical nascido entre negros e caracterizado pelo ritmo acelerado e pela melodia bastante singular. As longas letras são quase recitadas e tratam, em geral, de questões cotidianas da comunidade negra, servindo-se muitas vezes das gírias correntes nos guetos das grandes cidades. Chegou ao Brasil na década de 80, mas somente na década seguinte ganhou espaço na indústria fonográfica.

Diz-se que o *Rap* surgiu na Jamaica mais ou menos na década de 60, quando surgiram os “*Sound Systems*”, que eram colocados nas ruas dos guetos jamaicanos para animar bailes. Esses bailes serviam de fundo para o discurso dos “*toasters*”, autênticos mestres de cerimônia que comentavam, nas suas intervenções, assuntos como a violência das favelas de Kingston e a situação política da Ilha, sem deixar de falar, é claro, de temas mais prosaicos, como sexo e drogas.

No início da década de 70, muitos jovens jamaicanos foram obrigados a emigrar para os EUA, devido a uma crise econômica e social que se abateu sobre a ilha. E um em especial, o DJ jamaicano Kool Herc, introduziu em Nova Iorque a tradição dos “*Sound Systems*” e do canto falado, que se sofisticou com a invenção do *scratch*, um discípulo de Herc.

O primeiro disco de *Rap* que se tem notícia foi registrado em vinil e dirigido ao grande mercado (as gravações anteriores eram piratas) por volta de 1978, contendo a célebre “*King Tim III*” da banda Fatback.

O *Rap*, a princípio chamado de “tagarela”, ascende e os *breakers* formam grupos de Rap. Em 1988 foi lançado o primeiro registro fonográfico de *Rap Nacional*, a coletânea “Hip-Hop Cultura de Rua”, pela gravadora Eldorado. Desta coletânea participaram Thaide & DJ Hum, MC/DJ Jack, Código 13 e outros grupos iniciantes.

Nesse período de ascensão do *Rap*, a capital paulista passou a ser governada por uma prefeitura petista, o que muito auxiliou na divulgação do movimento Hip-Hop e na organização dos grupos. Por esse motivo foi criado, em agosto de 89, o MH2O – Movimento Hip-Hop Organizado, por iniciativa e sugestão de Milton Salles, produtor do grupo Racionais MC’s até 1995. O MH2O organizou e dividiu o movimento no Brasil. Ele definiu as posses, gangues e suas respectivas funções.

Nesse trabalho de divulgação do Hip-Hop e organização de oficinas culturais para profissionalização dos novos integrantes, não podemos esquecer de citar a participação do músico de *reggae* Toninho Crespo. Este trabalho teve sua continuidade no município de Diadema com o profissionalismo de Sueli Chan (membro do MNU - Movimento Negro Unificado).

Desde seu surgimento, nos anos 70, numa Nova Iorque violenta como nunca, o *rap* impôs a discussão de questão negra. Os Estados Unidos viviam então a ressaca de conflitos raciais que incluíram desde o pacífico movimento pelos direitos civis de Martin Luther King até a militância armada dos Panteras Negras. No Brasil, o debate se intensificou após a projeção do grupo americano *Public Enemy*, na segunda metade dos anos 80. Seus cliques mostraram um novo mundo de idéias para os *rappers* brasileiros. Grupos como Racionais e DMN admitem Chuck D & Cia. como influência maior. Os ícones Malcolm X e Martin Luther King tornaram-se leitura de cabeceira.

■ (Extraído de: <http://www.cuca.org.br/musicarap.htm> . Acesso em: 17 dez. 2005).

No final dos anos 1960, surgiu nas ruas pobres de Nova Iorque, produzido por jovens negros e latinos, um movimento cultural chamado Hip Hop. Porém, o Hip Hop só tornou-se conhecido para a maioria da população a partir da década de 1980, quando passou a ser valorizado pela indústria cultural.

O Hip Hop conquistou uma parcela grande dos jovens das periferias das grandes cidades atualmente, por constituir-se um espaço de expressão livre para os excluídos de outros circuitos de lazer, arte e educação. A maioria dos integrantes do movimento Hip Hop buscam denunciar sua dura realidade com o objetivo de gerar consciência e a transformação da sociedade.

São três os elementos que compõe o Hip Hop: o gênero musical do Rap – nome formado pelas iniciais *rhythm and poetry* (ritmo e poesia); a dança *break*, que significa “quebrar” em inglês, caracterizados por movimentos “quebrados”, animados pelo som dos DJs, ou Disc-Jóqueis, presentes nos bailes e festas; e o último elemento estava identificado com a liberdade da arte de rua, o *Graffiti*, que realizava pinturas coloridas nos muros das cidades.

Texto 3**Graffiti e educação**

No Projeto Quixote, na zona sul de São Paulo, o Hip Hop tornou-se um valioso aliado na construção da cidadania entre os adolescentes em situação de exclusão social. Numa iniciativa inovadora, o projeto lançou, em maio do ano passado, a Agência Quixote *Spray Arte*, que une a arte do *graffiti* e a educação para o trabalho. No papel de aprendizes, os adolescentes recebem uma bolsa-auxílio e participam de um completo programa pedagógico, conduzidos por educadores, psicólogos e grafiteiros profissionais.

Ligado a Universidade Federal de São Paulo, o Quixote dedica-se a prevenção do uso de drogas entre crianças e adolescentes através da promoção do direito à saúde, arte e educação. Entre outros desafios, busca criar oportunidade de renda e trabalho para garotos e garotas que têm baixa escolaridade. (...) (Adaptação de LOPES, 2002, p.19).

**ATIVIDADE**

- Relacione a realidade e os respectivos projetos dos jovens das periferias das grandes cidades com o **documento 7** e o **texto 3** referentes ao *rap* e ao hip hop.

Documento 8

www.facom.ufba.br

■ Martin Luther King (1929-1968)

O Movimento Negro e a luta por direitos civis

Na década de 1950, a população de afrodescendentes dos EUA, principalmente nos estados do sul do país, viviam em regime de segregação racial. Não tinham direito ao voto; de freqüentar as mesmas escolas que a população branca e universidades; de usar instalações públicas; os vagões de trens e ônibus urbanos eram separados. Juntamente com outros movimentos sociais deste período surgiu o Movimento pelos Direitos Civis, que lutava para que estes direitos fossem estendidos aos negros e outras minorias.

O pastor protestante Martin Luther King (1929-1968) liderou protestos e passeatas seguindo alguns princípios de Gandhi, na luta pela independência da Índia, como a desobediência civil e a não-violência. Com isto, em 1963, o presidente John Kennedy (1917-1963) apresentou ao Congresso americano um projeto sobre as Leis dos Direitos Civis. Com a morte de Kennedy, neste mesmo ano, a questão racial agravou-se, dividindo o Movimento Negro em duas correntes: a pacifista (liderada por Martin Luther King) e a radical (liderada pelos Panteras Negras - que utilizavam a violência como recurso de luta).

No Brasil, o Movimento Negro intensificou-se na década de 1970, motivado pelo acompanhamento dos movimentos nos EUA, pelas lutas de libertação na África e por acontecimentos internos, como a repressão dos governos militares. Neste contexto, os movimentos negros

utilizaram a questão da identidade étnica como instrumento de conscientização de um grupo diferenciado, conduzindo a percepção das desigualdades e carências em relação aos outros grupos, favorecendo a luta pela democracia.

Em 1978, os movimentos negros se organizaram formando o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Isto decorreu depois de vários episódios que forçaram a comunidade negra a se posicionar perante a sociedade e o Estado, como, por exemplo: a expulsão de quatro atletas negros do Clube Regatas Tietê e a morte de Robson Silveira da Luz em uma delegacia em Guaianazes (São Paulo).

A partir de então, o MNUCDR vem discutindo questões de valorização e respeito à cultura de origem africana no Brasil, conquistando direitos e denunciando ações de caráter racista no país.

Algumas ações afirmativas passaram a ser realizadas por causa das lutas promovidas pelo movimento negro, tais como: a política de cotas em concursos e universidades públicos.

Documento 9



■ Emblema do Movimento Negro



ATIVIDADE

- Construa uma narrativa histórica a partir de uma pesquisa sobre a condição de existência dos negros e de suas reivindicações no Brasil da segunda metade do século XX.

■ Revoltas de jovens em Paris: outubro de 2005

A morte acidental de dois jovens negros, em 27 de outubro de 2005, após perseguições por policiais, desencadearam protestos de jovens imigrantes de diferentes etnias nas principais cidades da França e de outros países europeus, como a Bélgica e a Alemanha. Os jovens contestavam o modo como as pessoas de diferentes etnias e imigrantes eram tratados na França, reivindicam respeito e condições dignas de trabalho e estudo, ou seja, protestavam contra à segregação social, racial, cultural e econômica.

Documento 10

04/11/2005 - 08h56

Paris tem nova noite de violência e manifestantes queimam 400 carros

Da **Folha Online**

Jovens franceses promoveram, nesta quinta-feira, mais uma noite de violência nos subúrbios de Paris, e atearam fogo em mais de 400 carros, segundo o site do jornal francês "Le Monde". Apesar do número elevado de veículos, houve menos confrontos entre manifestantes e policiais que os ocorridos na noite desta quarta-feira.

Pela primeira vez, em mais de uma semana de confrontos, a violência também se espalhou pelas cidades provinciais ao redor de Paris. Jovens também queimaram carros em Dijon, Rouen e Bouches-du-Rhone.

Seine-Saint-Denis, no norte de Paris, foi novamente a região mais afetada pela violência: segundo a polícia, ao menos 150 veículos foram destruídos nesse local. Nos departamentos de Essone (sudeste), Val d'Oise (norte) e Yvelines (oeste) também foram registrados atos de violência.

Autoridades locais disseram esperar que as celebrações pelo fim do Ramadã [mês sagrado dos muçulmanos, época em que comer, beber e manter relações sexuais são atividades proibidas entre a alvorada e anoitecer, que acontece no nono mês do calendário islâmico] fossem “acalmar os ânimos” dos manifestantes, provindos de bairros pobres dos subúrbios franceses, onde há muitos imigrantes africanos e oriundos de países muçulmanos.

Em um dos episódios mais graves registrados na noite de ontem, segundo o “*Le Monde*”, dois veículos da polícia francesa foram atacados “com tiros de pistola e granadas”, sem deixar feridos. Quase 300 policiais e agentes de segurança ocuparam as ruas de Seine-Saint-Denis ontem.

O primeiro-ministro francês, Dominique de Villepin, se encontrou com chefes da segurança francesa na noite de ontem na tentativa de estabelecer um “plano de ação para os subúrbios” que deverá ser formalmente apresentado ainda neste mês.

Desemprego

Para se ter uma idéia da péssima situação econômico-social enfrentada em Seine-Saint-Denis, uma das áreas mais afetadas pelos confrontos, a taxa de desemprego é 4% maior que a taxa nacional francesa, que chega a 9,8%.

Em algumas áreas do subúrbio parisiense, a taxa de desemprego chega a ser até um terço maior que os índices do número de pessoas sem trabalho na França.

A proporção de pessoas que não pertencem a países da União Européia (UE) na região de Paris é cerca de três vezes maior que a média francesa.

Os habitantes dessas periferias, onde vivem populações originárias do Magreb (Marrocos, Argélia, Tunísia) e de outras partes da África, afirmam ser vítimas de discriminação no mercado de trabalho. E se dizem frustrados, sobretudo os jovens, diante da falta de perspectiva para o futuro.

■ (Extraído de: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u89238.shtml> - Acesso em: 16 dez. 2005).

mapa com as regiões afetadas pela violência na França



■ Extraído de: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u89360.shtml>



ATIVIDADE

- Qual é o assunto principal do **documento 10**? Quando foi escrito? Que tipo de documento ele é?
- Para o autor do **documento 10**, que fatores estruturais da sociedade francesa estariam contribuindo para a revolta dos jovens parisienses em outubro e novembro de 2005?
- Observe o **mapa 1** e identifique a quantidade de revoltas e os principais lugares. A que conclusões você pode chegar sobre as proporções destas revoltas?
- Compare as revoltas de Paris de 1968 com as de 2005, a partir dos seus respectivos contextos sócio-históricos. Com estes elementos, construa uma narrativa histórica.

Referências Bibliográficas:

BIROU, A. **Dicionário das Ciências Sociais**. Lisboa: Dom Quixote, 1982.

Folha de São Paulo. São Paulo, 10 de maio de 1998, Caderno Mais.

LOPES, I. **Periferia em movimento**. In: Problemas brasileiros, v. 40, nº 350, março/abril, 2002.

Obras consultadas

ALVES, B. M. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

PEREIRA, C. A. M. **O que é contra cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRIORE, M. D. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

SILVA, M. A. G. **Encontros e desencontros de um Movimento Negro**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1994.

Documentos consultados *ONLINE*

<http://www.zapatuga.blogspot.com/>. Acesso em: 12 dez. 2005.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u89238.shtml>. Acesso em: 16 dez. 2005.

<http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/NAFTA.htm> . Acesso em: 16 dez. 2005.

